UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARIA CLARA SALES CARNEIRO SAMPAIO

NÃO DIGA QUE NÃO SOMOS BRANCOS:

**OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO PARA AFRO-AMERICANOS DO GOVERNO
LINCOLN NA PERSPECTIVA DO CARIBE, AMÉRICA LATINA E BRASIL DOS 1860**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, sob a
orientação da Profa. Titular Maria Helena
Pereira Toledo Machado

São Paulo
2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARIA CLARA SALES CARNEIRO SAMPAIO

NÃO DIGA QUE NÃO SOMOS BRANCOS:
OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO PARA AFRO-AMERICANOS DO GOVERNO
LINCOLN NA PERSPECTIVA DO CARIBE, AMÉRICA LATINA E BRASIL DOS 1860

Tese apresentada ao Departamento de
História da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de
Doutor em História

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Professora Titular Maria
Helena Pereira Toledo Machado.

São Paulo
2013

MARIA CLARA SALES CARNEIRO SAMPAIO

NÃO DIGA QUE NÃO SOMOS BRANCOS:
OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO PARA AFRO-AMERICANOS DO GOVERNO LINCOLN NA
PERSPECTIVA DO CARIBE, AMÉRICA LATINA E BRASIL DOS 1860

Tese apresentada ao Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutor em História

Área de Concentração: História Social

APROVADO EM:

BANCA

Profa. Titular Maria Helena Pereira Toledo Machado (Orientadora), Departamento de
História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S187n Sampaio, MARIA CLARA SALES CARNEIRO SAMPAIO
NÃO DIGA QUE NÃO SOMOS BRANCOS: Os Projetos de
Colonização para Afro-americanos do Governo Lincoln
na Perspectiva do Caribe, América Latina e Brasil
dos 1860 / MARIA CLARA SALES CARNEIRO SAMPAIO
Sampaio ; orientadora Maria Helena Pereira Toledo
Machado Machado. - São Paulo, 2013.
280 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. HISTÓRIA DA AMÉRICA. 2. História dos Estados
Unidos. 3. História do Brasil. 4. Escravidão e
Abolição. 5. Relações Internacionais. I. Machado,
Maria Helena Pereira Toledo Machado, orient. II.
Título.

Resumo

No início da Guerra da Secessão (1861-1865), os Estados Unidos promoveram negociações internacionais que pretendiam transferir seus afrodescendentes, em diversas condições de escravidão e liberdade para diversos países independentes da América Latina e possessões coloniais no Caribe. Ainda que tais negociações não tenham resultado de fato na realocação de homens e mulheres afro-americanos, as trocas diplomáticas, bem como outras fontes documentais, revelaram interessantes debates sobre escravidão, raça, construção nacional e o trabalho dependente no pós-abolição, que fazem do tema uma espécie de microcosmo que abrange questões substanciais que marcaram as mudanças nos mundos do trabalho no século XIX. Os “projetos de colonização”, como então foram chamados, para população afro-americana foram propostos e negociados por Washington com os seguintes países e colônias abrangidos pelo presente trabalho: Brasil, Equador, atual Panamá (pertencente, à época, à atual Colômbia), Costa Rica, Nicarágua. Honduras, El Salvador, Guatemala, Jamaica, Belize (Honduras Britânicas), Guiana Britânica, Suriname (colônia da Holanda), na ilha dinamarquesa de Santa Cruz, Haiti e Libéria.

Palavras-chave: 1. História Atlântica; 2. Mundos do Trabalho; 3. História dos Estados Unidos; 4. História do Caribe; 5. História da América Latina; 6. História do Brasil Império; 7. Relações Internacionais; 8. Escravidão e Emancipação; 9. Raça e Construção Nacional; 10. Africanos e afrodescendente.

Abstract

In the early years of its Civil War, the United States Government proposed to resettle African-Americans throughout Latin America and the Caribbean. Though these schemes did not ultimately come to fruition, the intentions of the United States and the responses of negotiating nations reflected broader debates on slavery, race, nation building and indenture labor in the post abolition era. These “colonization projects”, as they were then called, aimed to resettle African-Americans in countries such as Brazil, Ecuador, present-day Panama, Costa Rica, Nicaragua, Honduras, El Salvador, Guatemala, Jamaica, present-day Belize, British Guiana, Surinam, St. Croix Island, Haiti and Liberia.

Key words: 1. Atlantic History; 2. Labor; 3. History of the United States; 4. History of the Caribbean; 5. Latin American History; 6. History of 19th Century Brazil; 7. Diplomacy; 8. Slavery and Abolition; 9. Race and Nation Building; 10. Africans and African descendents.

À Professora Magda Carneiro dedico não somente este, mas todos os meus futuros trabalhos. À professora Maria Helena P. T. Machado que, neste último ano tão difícil, conseguiu encontrar forças para me ajudar. Eu dedico a ela, assim, todos esses tantos anos de pesquisas e de reflexões em conjunto. Por fim, dedico este trabalho, que parece ter consumido toda a minha vida nos últimos anos, às queridas amigas Tatiana Boulhosa e Julia Arruda, que mostram inestimável apoio emocional e prático em cada uma das fases da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos queridos amigos que contribuíram diretamente para a redação do texto:

Tatiana Machado Boulhosa, por todas as ótimas críticas, pela invariável disponibilidade, pela amizade de muitos anos e pela infinita paciência; Ana Cristina Carneiro Ravagnani, pelas revisões e traduções, por toda a sensibilidade das sugestões de mudança na redação e, principalmente, pelo otimismo e apoio incondicional; Julia Arruda, pelo bom-humor nos momentos mais tensos e leituras de última hora;

À minha pequena família: minha mãe, Profa. Magda Carneiro, que tornou tudo possível; minha irmã, Anna Dulce, pela cumplicidade e, se por mais nada, pelo amor que sentimos uma pela outra e pelo profundo orgulho que tenho de ter participado, em alguma medida, da mulher fantástica que você se tornou; ao meu querido pai, Perboyre Sampaio, pelo apoio incondicional aos meus projetos mais loucos; À minha única, mas muito suficiente, tia Magnólia, que é meio minha mãe também, até porque é mãe das minhas primas-irmãs, que são mais irmãs que primas, Thereza e Ana Patrícia; Ao meu mais querido de todos Gabriel, amigo e confidente. Ao meu tio Gláucio, que sempre me assegura de que sou sua sobrinha favorita; ao meu muito reclamão João Vítor, que espero que decida gostar de mim antes dos 5 anos, sob a promessa do Fernando; ao Gláucio filho e a querida Camila! A minha querida prima Janaína Sampaio, do outra banda, por quem nutro uma profunda admiração pessoal e profissional e, por fim, ao meu querido padrinho Lélío Ravagnani Filho, que me faz, todos os dias, acreditar que sou melhor do que eu acredito que sou, e que me garante que tudo vai certo quando estou pronta para desistir. A ele devo tanto, que essas poucas linhas não lhe fazem justiça.

A família que eu escolhi: Juliana Honda, Janaína Calonga, Felipe Lima, Tatiana Basílio, Flávia Lira Diniz, Cláudia Ciardi, Vanessa Lerner, Fernanda Faiad, Rodolpho Gurgel, Paula Corain Lopes, Ricardo Carneiro (que é primo!) e ao grande Professor José Carneiro que, humildemente, permite que eu o chame de primo Zito.

Aos amigos que são colegas também: Jennifer Lambe, Erika Helgen, Taylor Jardno, Christine Mathias e Johnathan Graham, que fizeram da minha vida nos Estados Unidos fácil, acolhedora e muito divertida. Aos queridos Maíra Chinelatto, Marília Ariza,

Débora Michels Mattos e Alexandre Cardoso com quem tive o prazer dividir e vencer novos desafios. À Clícea Miranda, Luciana da Cruz Brito, Joana D'arc Oliveira e Enidelce Bertin, com quem sempre quero passar mais tempo aprendendo com elas.

Aos Professores(as): Monica Duarte Dantas, que será sempre uma "monitora de vinte e poucos anos, recém formada, que nada tem que estar dando no lugar do professor de verdade"... mas que é professora de verdade; ao professor Stuart Schwartz (e também à Maria!), pela disponibilidade, gentileza e... pela comida feita em casa; ao professor Celso Castilho pela inestimável ajuda; ao professor Flávio dos Santos Gomes, por absolutament tudo; à professora Beatriz Mamigonian pelas valiosíssimas contribuições; aos professores Alexsander Lemos de Almeida Gebara, Maria Cristina Cortez Wissenbach, Edward Rugemer e Lília Schwartz.

À Orientação da Professora Maria Helena P. T. Machado, pelas inúmeras leituras sempre cuidadosas, pela disponibilidade acadêmica e emocional, pela amizade e cumplicidade que desenvolvemos nesses tantos anos trabalhando juntas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que apoiou e tornou possível este trabalho.

ÍNDICE

Agradecimentos, I

Introdução, p. 1

Capítulo I: Dimensões Atlânticas, p. 29

I. A Escravidão nos Estados Unidos: Questões Específicas, p. 30

II. Abolicionismo, Colonização e Emigração: Uma História das Ideias, p. 40

III. Os Projetos de Colonização: A Degradação da Raça, p. 47

IV. Revoluções Atlânticas: O Pós-Abolição, p. 55

V. Imigrantes no Pós-Abolição: A Questão do Controle sobre a Mão de Obra "Livre", p.58

Capítulo II: Os Estados Unidos, a Guerra de Secessão e a Emancipação Fragmentada, p. 68

I. Guerra e Escravidão: A Força do Respeito à Propriedade Escrava, p. 69

II. Guerra e Lei: Colonização e Emancipação, p. 78

III. Guerra e Liberdade: A Emancipação Fragmentada, p. 86

Capítulo III: O Brasil: O Norte, O Sul e a Amazônia, p. 94

I. A Experiência de Webb no Rio de Janeiro, p. 95

II. O Projeto de Colonização Proposto ao Brasil, p. 106

III. O Norte, O Sul e a Amazônia, p. 113

IV. Raça, Escravidão e Cidadania Negra no Brasil, p. 129

Capítulo IV: A América Central: Raça, Imperialismo e Construção Nacional, p. 134

I. A Região de Chiriqui: Colômbia, Panamá e Costa Rica, p. 136

II. Istmo e Imperialismo, p.146

III. Raça e Identidade na América Central, p. 161

IV. Pânico e Imperialismo, p. 167

Capítulo V: O Caribe: Liberdade, Controle da Mão de Obra, o Trabalho Dependente, p. 178

I. Entre Colônias e Metrôpoles 179

II. A Mão de Obra na *Plantation*: O Problema do Pós-Abolição 191

III. Livres para Serem Colonos 206

Capítulo VI: Futuras Perspectivas, p. 216.

Algumas Conclusões, p. 239.

Bibliografia e Fontes, p. 243.

INTRODUÇÃO

No início da Guerra da Secessão (1861-1865), os Estados Unidos promoveram negociações internacionais que pretendiam transferir seus afrodescendentes, em diversas condições de escravidão e liberdade para diversos países independentes e possessões coloniais na América Central, América do Sul, Caribe e África Ocidental.¹ Com exceção da ilha haitiana de A'Vache, que recebeu pouco menos de quinhentos afro-americanos, em junho de 1863, a documentação disponível sugere que nenhuma outra iniciativa do tipo chegou a se concretizar. Dos homens e mulheres que desembarcaram no Haiti a grande maioria pereceu por fome e doenças. Alguns poucos sobreviventes foram trazidos de volta aos Estados Unidos em março de 1864.²

Faz-se necessário reafirmar que a Guerra da Secessão, que dividiu e opôs as regiões Norte e Sul em uma longa e violenta guerra civil, não só evidenciou as contradições da escravidão nos Estados Unidos, como colocou em perspectiva o papel da instituição em outras regiões do mundo atlântico³. As influências desta guerra civil sobre a América Central, América do Sul, Europa e África se fizeram perceber em diversas esferas.⁴

Ainda que tais negociações não tenham resultado de fato na realocação de homens e mulheres afro-americanos, as trocas diplomáticas, bem como outras fontes documentais, revelaram interessantes debates sobre escravidão, raça, liberdade e construção nacional, que fazem do tema uma espécie de microcosmo que abrange

¹ Como se verá mais adiante e ao longo dos dois primeiros capítulos, a Guerra da Secessão gerou uma série de realidades que abarcavam diferentes grupos de afro-americanos tanto livres, majoritariamente no Norte do país, como escravos que fugiam do Sul. A documentação sobre os projetos de colonização em geral, provavelmente porque eles nunca se concretizaram, usa termos que não necessariamente diferenciam seu público-alvo de colonos entre os afro-americanos nascidos livres, os libertos em geral, daqueles libertados em circunstâncias da guerra, os escravizados cujos donos eram fiéis a Washington e os escravizados dos estados rebelados (Estados Confederados da América). De qualquer maneira, se discutirá essas questões ao longo do texto.

² Ver LOCKETT, James D. "Abraham Lincoln and Colonization: An Episode that Ends in Tragedy at L'Ile a Vache, Haiti, 1863-1864". *Journal of Black Studies*, v. 21, n. 4, p. 436-442, 1991.

³ Ver capítulo 8 de RUGEMER, Edward Bartlett. *The Problem of Emancipation: The caribbean roots of the American Civil War*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008.

⁴ Faz-se importante mencionar que o tema é praticamente inédito no Brasil. Até o presente, as menções mais conhecidas sobre o assunto são de HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os Negros Americanos: Origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro, Saga, 1968. p. 11 e os trabalhos de MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Brasil a Vapor: raça, ciência e viagem no Século XIX*. Tese de Livre-Docência, FFLCH-USP, 2005, p. 37-74 e _____ (Ed.). *Brazil Through the Eyes of William James: letters, diaries and drawings, 1865-1866*. Cambridge: David Rockefeller Center for Latin American Studies/ Harvard University Press, 2006, p. 127-136 e SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. *Fronteiras Negras ao Sul: A proposta dos Estados Unidos de colonizar a Amazônia brasileira com afro-descendentes norte-americanos na década de 1860*. Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, 2009.

questões substanciais que marcaram as mudanças nos mundos do trabalho no pós-abolição. A questão de se querer remover do território dos Estados Unidos uma parcela da população cuja contribuição histórica, ainda que forçada, não era reconhecida como válida para as elites que produziam os discursos de construção nacional, nos remete aos debates sobre a escravidão, a emancipação e o do lugar social do negro que o se desenvolveram, em grande medida, no século XIX. Ao mesmo tempo, a "solução" para o "problema do negro" encontrada pelos norte-americanos, bem como a forma como ela foi negociada nos 1860, nos permite também analisar como colonização também faz parte de novos processos históricos. O transporte de afro-americanos para localidades fora dos Estados Unidos, caso tivessem acontecido, teriam feito parte das dinâmicas próprias das novas teias de circulação de trabalhadores e trabalhadoras "livres" que chegam às Américas provenientes dos mais diferentes regiões da China, Índia e Europa. As sociedades americanas, recém saídas de múltiplas experiência escravistas, por sua vez, adaptam-se no pós-abolição na imposição de violentas e contraditórias práticas de controle da força de trabalho dependente que chegará para engrossar as camadas trabalhadoras nacionais.

Os “projetos de colonização”, como então foram chamados, para população afro-americana foram propostos e negociados por Washington com os seguintes países e colônias: Brasil, Equador, atual Panamá (pertencente, à época, à atual Colômbia), Costa Rica, Nicarágua. Honduras, El Salvador, Guatemala, México, Haiti, Jamaica (pré-independência do Reino Unido), Belize (Honduras Britânicas), Guiana (Guiana Britânica), Suriname (colônia da Holanda), a ilha de St. Croix ou Santa Cruz (ilha da Dinamarca) e Libéria. No presente trabalho, optou-se por não incluir a negociação com o México devido às particularidades de suas relações diplomáticas e por conta das questões ao redor da definição de fronteiras com os Estados Unidos.

Ao longo do presente trabalho uma série de conceitos específicos serão utilizados. Alguns desses termos serão primeiramente explicados aqui, para que a narrativa possa ser melhor entendida.

I.

Durante a Guerra da Secessão, a grosso modo, os estados escravistas do Sul dos Estados Unidos (*slave states*) se separaram do país e fundaram os Estados Confederados da América (ECA), com a capital em Richmond, no Estado da Virgínia, por quase toda

a duração da guerra.⁵ Os estados que permaneceram fiéis aos Estados Unidos, majoritariamente ao Norte e a Oeste do país, continuaram com a capital federal em Washington. A historiografia específica convencionou chamar os Estados Confederados da América apenas como Confederados, Confederação ou Sul. Enquanto os Estados fiéis a Washington são comumente referidos como União, Norte ou simplesmente Estados Unidos.

Pretende-se, ao longo deste trabalho, utilizar os termos Confederados e Sul para se referir aos Estados Confederados da América que eram compostos pelos seguintes estados já estabelecidos: Alabama, Carolina do Sul, Flórida, Geórgia, Luisiana e Mississippi. Pouco tempo depois os estados do Arkansas, Carolina do Norte, Tennessee, Texas e Virgínia se juntaram aos ECA. Grupos sociais e parcelas de outros estados oficialmente fiéis a Washington, bem como territórios que ainda não haviam se tornado estados participaram da luta apoiando o Sul. Faz-se importante mencionar os papéis dos Estados do Missouri e do Kentucky cujas elites políticas estavam divididas e parcialmente apoiavam os Confederados. O atual território da Virgínia do Oeste se separou do Estado da Virgínia e permaneceu fiel a Washington. Por fim, o território que veio a se tornar o estado do Arizona também apoiava o Sul.⁶ Mas, grosso modo, são os primeiros onze estados que compõem o corpo político dos Confederados.

Os termos União, Norte e Estados Unidos servem para os vinte e dois estados fiéis a Washington, sendo que dezoito deles eram considerados “estados livres” (*free states*), ou seja, estados onde a escravidão havia sido tornada ilegal, e quatro deles ainda eram escravistas; são os *border states* ou o “Alto Sul”. Por fim, havia ainda alguns territórios fiéis à União que se tornariam estados reconhecidos já durante a guerra, como é o caso Virgínia do Oeste (que se separou do estado da Virgínia e foi admitida pela União em 1863), Nevada (admitida em 1864) e o Kansas, que se tornou um estado livre no início de 1861, quando a guerra tecnicamente ainda não tinha começado, mas quando

⁵ O primeiro estados a se declarar independente, ainda sob a Administração do Presidente James Buchanan foi a Carolina do Sul e outros seis estados seguiram-na, elegendo a cidade de Montgomery, no estado do Alabama, como a capital. EISENBERG, Peter Louis. **Guerra Civil Norte Americana**. 1ª reimpressão da 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p. 65-89.

⁶ Ver capítulo 6 de FONER, Eric. *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery*. New York: W. W. Norton & Company, 2010. Faz-se importante mencionar que esta obra específica de Foner parece ser endereçada a um público mais abrangente que o público acadêmico. A narrativa, aparentemente, é mais clara e aberta do que em outras obras do autor. Nem por isso, é preciso reiterar, a pesquisa de fontes deixa de ser extremamente cuidadosa e bem explicitada nas notas.

a Carolina do Sul já havia declarado sua independência.⁷ Eram os dezoito “estados livres”: Califórnia, Connecticut, Illinois, Indiana, Iowa, Maine, Massachusetts, Michigan, Minnesota, Nova Hampshire, Nova York, Nova Jersey, Ohio, Oregon, Pensilvânia, Rhode Island, Vermont e Winsconsin. E, por fim, os *border states* eram: Delaware, Kentucky, Maryland e Missouri.⁸

Tendo em vista que o tema do presente trabalho são as negociações diplomáticas propostas pelo governo do Norte a diversos países, manter-se-á, sempre que possível, os termos que aparecem na documentação oficial, como é o caso de “Projetos de Colonização”. O termo “colonização”, nesse trabalho, sempre fará referência às negociações oficiais lideradas por membros tanto do governo dos Estados Unidos, como dos governos cogitados para receber “colonos” afro-americanos. Pessoas, instituições filantrópicas privadas e mesmo companhias comerciais interessadas na colonização de afro-americanos são comumente referidas pela historiografia específica como “colonizacionistas” (*colonizationists*). Faz-se importante diferenciar de termos como emigração, por exemplo, tendo em vista que setores específicos de comunidades afro-americanas, por acreditarem que jamais alcançariam igualdade social e política em relação aos brancos, eram a favor de emigrar dos Estados Unidos e tentarem se estabelecer em outros lugares. Tais iniciativas lideradas e discutidas pelos próprios afro-americanos são chamadas de emigracionistas (*emigrationists*). A seguir selecionamos um trecho do historiador Eric Burin, que relata os sentimentos de brancos e negros norte-americanos acerca das ideias de colonização, no final do século XVIII.

“A maioria dos negros do Norte se opunha à colonização, mas manifestavam interesse na ideia. Em 1773, quatro escravos de Massachusetts peticionaram por dinheiro público para contribuir com os recursos para um assentamento na África. Propostas similares emergiram entre negros em Newport, Rhode Island, em 1780 e em Boston, Massachusetts, em 1787. Esses projetos, contudo, diferiam daqueles abrangidos e promovidos pelos brancos.”⁹

⁷ O estado do Kansas, é preciso mencionar, teve um papel bastante relevante nas causas que levaram à Guerra da Secessão. Sobre o *Kansas-Nebraska Act* ver capítulo 3 de FONER, Eric. *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery...*

⁸ Ver EISENBERG, Peter Louis. *Guerra Civil Norte Americana...* p. 65-89.

⁹ BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution: A History of the American Colonization Society*. Gainesville: The University Press of Florida, 2005, p. 8. Tradução nossa. No original: “Most black northerners opposed colonization, but expressed interest in the idea. In 1773, four Massachusetts slaves petitioned for public monies to help fund a settlement in Africa. Similar proposals surfaced among black people in Newport, Rhode Island, in 1780 and in Boston, Massachusetts, in 1787. These projects differed from those espoused by white promoters, however”.

Ver-se-á, mais adiante e no capítulo final, que as iniciativas emigracionistas muitas vezes buscavam um lugar onde a experiência política dos negros não fosse de forma alguma observada ou contralada por brancos. As iniciativas colonizacionistas, em oposição, eram muitas vezes revestidas de discursos que viam os afrodescendentes em geral como incapazes de gerir a si próprios. Nesse mister, discutir-se-á ao longo do trabalho, o papel do consentimento nos projetos de colonização, entre os afro-americanos, e também perspectivas sobre a administração de eventuais assentamentos tanto nos debates entre colonizacionistas como entre os emigracionistas.¹⁰ Cabe ressaltar que, na documentação, o termo “emigração” é bastante utilizado ainda que nas discussões, em alguns momentos, não se incluam abertamente o papel das manifestações de vontade proveniente dos afro-americanos. Nas fontes provenientes dos arquivos britânicos, por exemplo, termos derivados de emigração se tornam padrão para todos os projetos e iniciativas do pós-abolição, envolvendo, inclusive, recapturados na costa ocidental da África a serem mandados para trabalhar nas possessões coloniais no Caribe, por exemplo.¹¹

"Depois do Ato de Abolição do Tráfico de Escravos de 1807, a porcentagem de escravos nascidos na África foi gradualmente diminuindo. Entretanto, este mesmo ato também criou uma nova categoria especial de imigrantes africanos para o Caribe britânico. Esses africanos haviam sido resgatados pela marinha britânica de navios negreiros operando ilegalmente e eram oficialmente chamados de Africanos Libertados/Libertos (Africanos Livres)* (...) Dessas embarcações mais de 40.000 Africanos resgatados terminaram assentados em territórios britânico-caribenhos, a maioria sob diferentes formas de aprendizado ou sob contrato"¹²

¹⁰ Sobre os diferentes discursos colonizacionistas ver capítulo 1 de FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind. The Debate on Afro-American Character and Destiny, 1817-1914*. Hanover: Wesleyan University Press, 1987.

¹¹ A título de exemplo, podemos citar o despacho 39, de 05/07/1862, enviado pelo Governador da Jamaica, Edward John Eyre, para o Duque de Newcastle, Secretário de Estado para as Colônias em Londres. National Archives of the United Kingdom, Colonial Office, Série 884, caixa 1. Doravante referido como NAUK – 884 – 1: "if Her Majesty's Government would, in connection with that of the Unites States, allow their sanction to arrangements being made under which the stream of emigration now going on from America to Hayti or other places might be diverted to Jamaica and West Indies Islands requiring population". Tal nota se encontra agrupada sob o título geral "Jamaica Immigration" e sob o título específico "Correspondence respecting the Emigration of Free Negroes from the Unites States to the West Indies". (Grifos nossos).

¹² ADDERLEY, ROSANNE MARION. *New Negros from Africa: Slave Trade Abolition and Free African Settlement in the Nineteenth-Century Caribbean*. Bloomington e Indianápolis: Indiana University Press, 2006, p. 1-2. Tradução nossa. No original: "After the Act for the Abolition of the Slave Trade of 1807, the percentage of African-born slaves would gradually decline. But that same abolition act also created a new special category of African immigrants to the British Caribbean who had been rescued from illegally operating slave ships by the British Navy: they were officially designated as liberated Africans (...) From such vessels over 40,000 rescued Africans ended up settled in the British Caribbean territories, mostly under diverse arrangements of apprenticeship or indenture".

Voltando à terminologia e às diferenças entre ideias e iniciativas colonizacionistas e emigracionistas, como dito, procurar-se-á, sempre que possível, usar o termo "emigração" para iniciativas e discussões emigracionistas. Abaixo está traduzido um trecho de um artigo de Bruce Dorsey que separa os termos “colonização” e “emigração” da mesma forma que se pretende separar nesta pesquisa.

“Usarei o termo colonização sempre que me referir a projetos patrocinados por brancos para expatriar ex-escravos ou negros livres para a África, a partir de um modelo semelhante ao da Sociedade Americana de Colonização (*American Colonization Society*), e usarei emigração para me referir aos projetos iniciados pelos afro-americanos para criar comunidades negras fora das fronteiras dos Estados Unidos, quer no ocidente ou no continente africano”¹³

É preciso ter em mente que o autor não inclui em seus estudos os projetos de colonização propostos durante a Guerra de Secessão, que incluíam planos de enviar afro-americanos para diversos lugares na América Latina e Caribe, o autor cita apenas os planos anteriores, majoritariamente criados por membros ou simpatizantes da Sociedade Americana de Colonização (*American Colonization Society* ou ACS).

Tem-se usado até aqui o termo “afro-americano”, ainda que se saiba dos perigos do anacronismo que ele carrega. O uso do termo se fez necessário, principalmente, em momentos em que a discussão sobre outras populações de descendência africana, em outros países, se coloca. Outros termos mais genéricos como afrodescendentes e mesmo o termo “negro” trazem também problemáticas específicas que remetem a lutas políticas e identitárias posteriores ao período histórico tratado neste estudo. Tendo em mente esses problemas se procurará ao máximo respeitar os limites históricos da terminologia

*Faz-se necessário apontar alguns problemas enfrentados na tradução. No Brasil esses africanos e africanas interceptados no tráfico ilegal são referidos como Africanos Livres. No caso da nomenclatura em inglês o termo utilizado é *liberated Africans*. Embora possamos traduzir um como o equivalente do outro, acreditamos que esses termos geram situações e possibilidades identitárias diferentes. o "*liberated*", é o libertado ou liberto, o que quer dizer que já foi escravo. Já o Africano Livre, embora saibamos das reais condições de trabalho ao qual eram submetidos no Brasil, não necessariamente carregam no nome o fato explícito de uma escravização prévia. Podemos usar como reflexão sobre os discursos envolvendo essa nomenclatura e a forma como escravos e livres se apropriam dela, o trabalho de MACHADO, Maria Helena P. T. "Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: A História de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ouvídiã, escrava (Sudeste 1880)". **Revista Afro-Ásia**, n. 42, 2010. Sobre a condição dos Africanos Livre no Brasil, em São Paulo, sugerimos os livros de BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do Século XIX: liberdade e dominação**. São Paulo: Humanitas, 2004 e, da mesma autora, **Os meias-caras. Africanos livres em São Paulo no século XIX**. Salto: Schoba, 2013.

¹³ DORSEY, Bruce. "A Gendered History of African Colonization in the Antebellum United States". **Journal of Social History**, v. 34, n. 1, p. 78, 2000. "*I will use the term colonization whenever referring to white-sponsored plans to expatriate former slaves and free blacks communities outside the borders of the United States, whether in the in the Western hemisphere or on the African continent*".

utilizada. Por fim, é importante introduzir que se reproduzirá criticamente alguns dos termos que aparecem frequentemente na documentação consultada que resume, por exemplo, no termo “africano” grupos de pessoas livres, escravas, nascidas nas Américas ou trazidas do continente africano. Um termo que, portanto, propositadamente ignora diferenças culturais, geográficas, étnicas e religiosas para benefício dos discursos por trás dos projetos de colonização que refletiam interesses políticos e comerciais específicos.¹⁴

As dificuldades na tradução dos documentos se impuseram nas diferentes vivências escravas e libertas nos diversos locais das Américas. Os termos que aparecem nos diferentes documentos são muitos e aqui se escolheu, como exemplo, alguns que aparecem nos despachos oficiais enviados por Luis Molinas, ministro representante da Costa Rica, Nicarágua e Honduras nos Estados Unidos, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward. Em nota de 19/09/1862, Molinas usa os termos "*colonies of persons of color exported from these States*". Já William Seward usa, em sua resposta, termos como "*people of African derivation*". Na mesma troca diplomática, Molina coloca em anexo um comunicado de Pedro Zeledon, Ministro das Relações Exteriores da Nicarágua, mas que representa também os interesses de toda a América Central, que descreve os possíveis colonos como "*freed negroes or other degraded cast of people*".¹⁵ As maiores dificuldades, contudo, apareceram na frequente utilização do termo em inglês "*negro*". Este termo se tornou, historicamente, bastante ofensivo em suas variações como "*nigger*". O primeiro impulso foi traduzir para o português como "preto", que, historicamente carregou, talvez, uma carga negativa maior que "negro". Outro termo que aparece bastante é o "*black*", que pensou-se em se traduzir por “negro”, tendo em vista a escolha feita em traduzir "*negro*" por "preto". Entretanto, há no termo “preto” uma série de mediações que incluem, dentre muitas outras coisas, a da experiência do tráfico, tardio do Brasil que, portanto, que não se processa em outros lugares. Acabou-se por traduzir ambos por "negro", como forma, talvez imprecisa, de

¹⁴ Discussões sintetizadas sobre as terminologias que respondem às lutas políticas e movimentos sociais podem ser encontradas em MARTIN, Ben L. "From Negro to Black to African American: The Power of Names and Naming". **Political Science Quarterly**, v. 106, n.1, 1991.

¹⁵ Despacho s/n, de 19/09/1862, enviado por Luis Molinas, ministro representante da Costa Rica, Nicarágua e Honduras nos Estados Unidos, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward. Como anexo do despacho há um comunicado de Pedro Zeledon, Ministro das Relações Exteriores da Nicarágua, mas que representa também os interesses de toda a América Central. Brochuras impressas em 12 volumes disponíveis na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos sob o nome: Executive Papers, Printed by Order of The House of Representatives, During the Third Session of the Thirty-Seventh Congress, 1862-1863: Papers Relating to Foreign Affairs, p. 975, doravante referido como PRFA – LOF.

respeitar a experiência específica de diferentes comunidades escravas no Atlântico. O uso do termo "negro", em adição, é tradicional da historiografia brasileira.

II.

Continuando a reflexão sobre o uso de determinados termos, é preciso estabelecer que as divisões internas do continente americano são muitas e oriundas de diferentes formas de compreender as sociedades que nelas se espalham. Tem-se, contudo, aproveitado divisões (muitas vezes simplificadoras) que tendem a afastar das sociedades caribenhas as nações de matriz hispano-americana.¹⁶ Os casos de Cuba, da República Dominicana e, em alguma medida, da Venezuela, seriam mais problemáticos dentro dessa divisão se tivessem sido incluídos como destino final para os projetos de colonização propostos durante a Guerra da Secessão. Como este não é o caso, aparentemente, tal escolha se mostrou prática na redação e desenvolvimento da narrativa deste trabalho. Como se verá nos próximos capítulos, há diferenças expressivas entre os projetos propostos para as nações independentes da América Central e os projetos envolvendo as colônias inglesas, dinamarquesa e holandesa. Assim, diferenciar a América Central de um Caribe majoritariamente colonial de matriz não-ibérica serviu para deixar o texto mais claro.

De qualquer maneira, faz-se necessário refletir sobre divisões que abarquem eixos mais compreensivos de se pensar as regiões americanas. Esse é caso, por exemplo, do conceito de Charles Wagley de “*Plantation America*” que inclui regiões desde o Sul dos Estados Unidos até o Brasil, a partir de uma experiência comum de uso massivo de escravos africanos no sistema de *plantation*, como indica o nome.¹⁷ O tratamento dado às experiências históricas comuns sobre as quais versam as obras de Eric Williams, ainda, oferecem perspectivas ímpares sobre o domínio colonial e as identidades afro-caribenhas.¹⁸ A ampla definição de Sidney Mintz, neste mister, também nos auxilia num entendimento mais aprofundado dessa parcela geográfico-histórica do continente americano:

¹⁶ Ver o prefácio “Definir o Caribe” de LAMPE, Armando. **História do Cristianismo do Caribe**. Petrópolis: Vozes, 1995.

¹⁷ Ver introdução de SANKATSING, Glenn. *Las Ciencias Sociales En El Caribe: Um Balance Crítico*. Caracas: Unesco, 1990.

¹⁸ Ver capítulo 4 de WILLIAMS, Eric. *From Columbus to Castro: The History of the Caribbean*. Nova York: Vintage Books, 1984.

“O Caribe é uma região de talvez cinquenta sociedades insulares espalhadas por mais de duas milhas de mar, também inclui algumas subregiões continentais – as Guianas em particular – que vivenciaram de maneira geral experiências históricas semelhantes. Essas sociedades variam em escala desde poucas milhas quadradas com uma população de poucas centenas ou poucos milhares de habitantes, até 44.000 milhas quadradas com população próxima aos dez milhões de habitantes como é o caso de Cuba na contemporaneidade. Ao se examinar a região sob as perspectivas racial, demográfica ou sócio-cultural, percebe-se que se trata de uma região tão múltipla como complexa”.¹⁹

Para efeito de clareza de redação, como mencionado anteriormente, tem-se utilizado o termo Caribe apenas para as regiões coloniais que participaram das negociações dos projetos de colonização durante a Guerra da Secessão, ou seja: Jamaica (pré-independência do Reino Unido), Belize (Honduras Britânicas), Guiana (Guiana Britânica), Suriname (colônia da Holanda) e Santa Cruz (ilha da Dinamarca).

O Haiti, que fica no Caribe, é um caso especial. Ele necessita de análises específicas, não apenas porque foi o único em que houve a transferência de fato de pessoas. Desde sua independência da França, o governo haitiano buscava o reconhecimento diplomático dos Estados Unidos, tendo em vista que já havia sido reconhecido internacionalmente por Portugal, Espanha, Holanda, Dinamarca e Reino Unido, dentre outros.²⁰ É possível vermos como essa questão aparece na mensagem do presidente Abraham Lincoln (*First State of the Union Address*), de 3 de dezembro de 1861:

“Se existem ainda bons motivos para que continuemos a negar nosso reconhecimento às independências do Haiti e da Libéria, não consigo os discernir. Sem querer, contudo, inaugurar uma nova política sem a aprovação do Congresso, submeto para vossa consideração a conveniência de mantermos representantes próximos a esses dois novos Estados. Não há dúvida sobre a importância das vantagens comerciais que seriam asseguradas através de tratados com eles”.²¹

¹⁹ MINTZ, Sidney W. "The Caribbean Region: Slavery, Colonialism, and Racism". *Daedalus*, v. 103, n. 2, p. 46, 1974. Tradução Nossa. No original: "*The Caribbean is a region of perhaps fifty insular societies scattered over more than two thousand Miles of sea, as well as certain mainland subregions – Guianas in particular – which all passed through broadly similar historical experiences. These societies range in scale from a few square miles and population of few hundred or a few thousand inhabitants, up to 44,000 square miles and nearly ten million inhabitants of contemporary Cuba. Whether one examines the region from a racial, a demographic, or a sociocultural perspective, it is as differentiated as it is complex*".

²⁰ Ver WESLEY, Charles Harris. "The Struggle for the Recognition of Haiti and Liberia as Independent Republics". *The Journal of Negro History*, v. 2, n. 4, 1917.

²¹ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America During the Great Rebellion: From November 6, 1860, to July 4, 1864 (including classified summary of the legislation of the second session of the Thirty-Sixth Congress, the Three Sessions of the Thirty-Seventh Congress, with the Votes Thereon, and the important Executive, Judicial, and Politico-Military Facts of that Eventful Period; Together with the Organization, Legislation, and General Proceedings of the Rebel Administration. By Edward McPherson of Gettysburg, Pennsylvania, Clerk of the House of Representatives of the U. S.* Washington, New York: Philip & Solomons, D.

Por particularidades da independência e da construção nacional do Haiti, o país figurava dentre muitos grupos afro-americanos como um lugar de possibilidades reais de igualdade social e política para eles. Assim, o Haiti era também alvo de interesses emigracionistas, não apenas colonizacionistas, como se verá no último capítulo. Nesse sentido, faz-se importante referir ao convite oficial feito pelo governo haitiano a todos os afro-americanos - de 22 de agosto de 1859 - que desejassem emigrar dos Estados Unidos. Todos os grandes jornais do Norte publicaram a oferta gratuita de transporte e de ajuda de custo para todos os “Homens da nossa raça dispersos nos Estados Unidos!” que desejassem emigrar para o Haiti.²² O convite era até mais extenso “Negros, homens de cor e indígenas nos Estados Unidos e nas províncias britânicas da América do Norte”.²³ Já no contexto da Guerra da Secessão, que será tratado nos próximos capítulos, uma vez aprovado a Lei de Emancipação do Distrito de Columbia (*District of Columbia Emancipation Act*), em 16 de abril de 1864, uma lei suplementar foi aprovada para arrecadar fundos “para auxiliar na colonização e assentamento” para todos os negros que “que possam desejar emigrar para as Repúblicas do Haiti ou da Libéria, ou para qualquer outro país para além dos limites dos Estados Unidos”.²⁴

O grande historiador afro-americano Charles Wesley, em seu artigo "*The Struggle for the Recognition of Haiti and Liberia as Independent Republics*", cita uma passagem do discurso de Frederick Douglass proferido na cidade de Chicago em 2 de janeiro de 1893, para ilustrar a importância da experiência histórica haitiana para o imaginário afro-americano: “Depois de o Haiti ter se livrado dos grilhões da escravidão e muito depois de ter suas liberdade e independência reconhecidas por outras nações civilizadas, nós continuamos a não aceitar seu reconhecimento como parte da irmandade

Appleten & Co, 1864. First State of the Union Address , 03/12/1861, p. 212-213. Baixado como ebook, em 30/02/2012, em <https://archive.org/details/politicalhistory00inmcp> . Tradução Nossa. No original: "If any good reason exists why we should persevere longer in withholding our recognition of the independence and sovereignty of Hayti and Liberia, I am unable to discern it. Unwilling, however, to inaugurate a novel policy in regard to them without the approbation of Congress, I submit for your consideration the expediency of an appropriation for maintaining a charge' d'affaires near each of those new States. It does not admit of doubt that important commercial advantages might be secured by favorable treaties with them".

²² MITCHELL, James (Emigration Office). **Report on Colonization and Emigration: Made to the Secretary of the Interior**. Edição Fac-Símile. Charleston: BiblioBazaar, 2009. p. 22. Doravante referido como Relatório Mitchell.

²³ WESLEY, Charles Harris. "The Struggle for the Recognition of Haiti and Liberia as Independent Republics"... p. 379. Wesley faz menção não ao documento oficial traduzido do francês, mas de um comunicado resumido publicado em 9/11/1860, no periódico *The New York Tribune*.

²⁴ SHEIPS, Paul J. "Lincoln and the Chiriqui Colonization Project". **The Journal of Negro History**, v. 37, n. 4, p. 424, 1952. O autor cita diretamente o "Act for Supplemental Appropriations for Sundry Civil Expenses", de 16 de julho de 1862.

das nações”.²⁵ Tratar-se-á melhor de Douglass ao longo do presente trabalho, mas se faz necessário introduzir que ele, como um dos pioneiros e maiores intelectuais afro-americanos, foi cônsul geral dos Estados Unidos no Haiti entre os anos de 1889 e 1891. No discurso referido anteriormente ele qualifica o Haiti não só como uma República Negra (*Black Republic*), mas como uma *self-made Black Republic*.²⁶ Assim, a importância da revolução e da independência do Haiti permeiam necessariamente a problemática do ideário emigracionista e das esferas de luta e construção de uma cidadania negra, não apenas nos Estados Unidos. Em adição, como mencionado, a única iniciativa colonizacionista da Guerra da Secessão foi realizada no Haiti, sendo que a transferência de afro-americanos e a administração do assentamento se deram por via de empresas privadas de Nova York e Boston e agentes brancos. Neste sentido, o reconhecimento diplomático do Haiti em 1862 pode ser entendido dentro da dinâmica de sobreposição dos projetos de colonização e do complexo e fragmentado processo de emancipação da escravidão nos Estados Unidos.²⁷

No tocante à definição de América Central, essa foi aproveitada de um trecho de umas das notas diplomáticas analisadas: “A América Central nada mais é que a união das cinco repúblicas da Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica, sendo as duas primeiras as mais importantes devido aos tamanhos de sua população e território”.²⁸ Como se verá, os representantes dos diferentes países farão referências ao um mesmo ministro de relações exteriores baseado na Nicarágua.²⁹ Há representantes norte-americanos em cada um dos países da América Central. Já nos Estados Unidos, os documentos revelam apenas dois representantes do corpo diplomático centro-

²⁵ WESLEY, Charles Harris. "The Struggle for the Recognition of Haiti and Liberia as Independent Republics"... p. 376-377: Tradução nossa. No original: "*After Haiti had shaken off the fetters of bondage, and long after her freedom and independence had been recognized by all other civilized nations, we continued to refuse to acknowledge the fact and treated her as outside the sisterhood of nations*".

²⁶ DOUGLASS, Frederick. Speech in Chicago, 02/01/1893. Disponível em <http://www2.webster.edu/~corbetre/haiti/history/1844-1915/douglass.htm>, acesso em: 12 fev 2013.

²⁷ SCHEIPS, Paul J. "Lincoln and the Chiriqui Colonization Project"... p. 422: "*The subject of colonization was also discussed in the spring of 1862 during the debates on the proposal to 'authorize' the President to recognize Haiti and Liberia*".

²⁸ Despacho s/n, de 26/08/1862, enviado por Antonio Jose de Yrisarri, representante da Guatemala e El Salvador nos Estados Unidos, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward. PRFA – LOF, p. 953. Tradução Nossa. No original: "*As Central America is nothing more than the union of Five republics of Guatemala, Salvador, Honduras, Nicaragua e Costa Rica, the two first being the most important on account of their population and extent of territory*".

²⁹ Como mencionado, Luis Molinas, ministro representante da Costa Rica, Nicarágua e Honduras nos Estados Unidos, enviou ao Secretário de Estado em Washington, William Seward, um a cópia de um comunicado de Pedro Zeledon, Ministro das Relações Exteriores da Nicarágua, mas que representa os interesses de todos os países da América Central. O outro ministro centro-americano nos Estados Unidos, Antonio José Yrisarri, representante da Guatemala e de El Salvador, também anexa notas do mesmo Ministro Pedro Zeledon em despacho s/n, de 09/09/1862, para Seward. PRFA - LOF, p. 953-959.

americano: um acumulando a representação da Guatemala e El Salvador; e outro representando Nicarágua, Honduras e Costa Rica.

Há, ainda, a negociação referente ao interesse do governo do Norte na compra de terras na região de Chiriqui, no atual Panamá, que pertencia, na época, à atual Colômbia. Grande parte das menções a essa negociação se encontram nas notas diplomáticas da América Central, destarte, tratar-se-á de Chiriqui como um elo transitório entre as negociações com a América do Sul (Brasil e Equador) e América Central, já que tal região era alvo de disputa entre a Colômbia e a Costa Rica.

Trata-se também de um caso especial tendo em vista que a cobertura da imprensa escrita sobre Chiriqui é substancialmente maior que qualquer outra frente de negociação. No mais, tratava-se de uma região onde norte-americanos tinham propriedades e já vinham negociando diretamente com Washington desde a administração do presidente James Buchanan (1856-1861).³⁰ As primeiras negociações iniciadas pelos proprietários da Companhia de Melhoramento de Chiriqui (*Chiriqui Improvement Company*), antes da Guerra da Secessão, envolviam estudos sobre as possibilidades de se construir um canal ligando os oceanos Atlântico e Pacífico através da bacia e do lago Chiriqui. Depois de compreendidas as impossibilidades naturais de tal obra, a extensa propriedade da *Chiriqui Improvement Company* passou a ser negociada para que se tornasse um entreposto dos Estados Unidos através da colonização de afro-americanos na região.³¹ O interesse em Chiriqui, assim, intercrucza diversos interesses norte-americanos na região que irão se fazer perceber não só na independência do Panamá da Colômbia, mas principalmente em parte da construção, compra e administração do Canal do Panamá por parte dos Estados Unidos décadas mais tarde.³² Tratar-se-á com mais profundidade tais questões no capítulo específico, mas é preciso introduzir que o projeto de Chiriqui foi o único que apareceu mais proeminentemente no discurso oficial do Presidente Lincoln.³³ Assim, ainda que muitas

³⁰ SCHEIPS, Paul J. "Buchanan and the Chiriqui Naval Station Sites". *Military Affairs*, v. 18, n. 2, p. 64-80, 1954.

³¹ SCHEIPS, Paul J. "Gabriel Lafond and Ambrose W. Thompson: Neglected Isthmian Promoters". *The Hispanic American Historical Review*, v. 36, n. 2, p. 211-228, 1956.

³² Ver SCHEIPS, Paul J. "Buchanan and the Chiriqui Naval Station Sites"... p. 70-80.

³³ Relatório Mitchell, p. 7-8. "*The place I am thinking about having for a colony is in Central America. It is nearer to us than Liberia - not much more than one-fourth as far as Liberia, and within seven days' - run by steamers. Unlike Liberia it is on a great line of travel - it is a highway. The country is a very excellent one for any people, and with great natural resources and advantages, and especially because of the similarity of climate with your native land; thus being suited to your physical condition. The particular place I have in view is to be a great highway from the Atlantic or Caribbean Sea to the Pacific Ocean, and this particular place has all the advantages for a colony. On both sides there are harbors among the finest in the world*". (Grifos nossos),

outras regiões estivessem sendo sondadas pelos ministros norte-americanos, o interesse em Chiriqui parece ter sido essencial para o desconforto político-diplomático entre os Estados Unidos e os países da América Central.³⁴

III.

Depois de introduzir o tema dos projetos de colonização propostos durante a Guerra de Secessão (1861-1865) em uma breve reflexão sobre os termos que se utilizará frequentemente na redação do presente trabalho, gostaríamos de oferecer outras considerações. A proposta para o presente item é, nesse sentido, ponderar sobre a literatura norte-americana específica disponível sobre o tema. É pensar sobre as fontes documentais mais frequentemente consultadas e refletir sobre as recentes leituras sociais que o tema tem tido nos últimos anos.

Recentemente, como as comemorações do bicentenário de Abraham Lincoln (1809 – 1865) em 2009 e, também, as eleição (2009 - 2012) e reeleição de Barack Obama (2013 – 2016) como o primeiro presidente de descendência africana dos Estados Unidos,³⁵ o tema dos projetos de colonização retornou (ainda que um pouco timidamente) para os estudos relacionados às heranças políticas e simbólicas de Abraham Lincoln. Lincoln, como veremos mais adiante e, principalmente, no Capítulo II, foi o presidente em Washington (1860 – 1865) durante toda a Guerra da Secessão e adentrou a história oficial e tradicional, não apenas exclusiva aos Estados Unidos, com uma imagem de pacificador e reunificador do seu país que estava mergulhado em uma guerra civil. Seu poder simbólico, contudo, é talvez mais expressivo em sua representatividade histórica para a abolição geral da escravidão nos Estados Unidos; tanto que continuou sendo extremamente importante para os movimentos de luta por reconhecimento dos afro-americanos pelo restante do século XIX. Para além das lutas pelos direitos civis no século XX, Lincoln é, ainda, lembrado com certa frequência em

³⁴ BECK, Warren A. Lincoln and Negro Colonization in Central América. **Abraham Lincoln Quarterly**, v. 6, n. 3, p. 162-194, 1950.

³⁵ Faz-se importante mencionar que Barack Obama é filho de uma cidadã norte-americana considerada branca e seu pai nasceu no Quênia. Desta forma, comentadores de suas campanhas presidenciais acreditam que ele não é um afro-americano clássico, pois ele foi criado majoritariamente no seio da família branca de sua mãe e, a grosso modo, o pouco contato com o pai não aconteceu, por exemplo, dentro de uma lógica de reparação pela escravidão nos Estados Unidos. Tais informações estão contidas no Prefácio OBAMA, Barack. *Dreams of My Father: A Story of Race and Inheritance*. 2. ed. Nova York: Random House Large Print e Three Rivers Press, 2004. Não é nosso objetivo aqui fazer qualquer análise literária ou histórica do atual presidente norte-americano Barack Obama, quer-se apenas trazer para a reflexão como a presença de Abraham Lincoln ainda é forte no imaginário político e racial dos Estados Unidos.

momentos políticos simbólicos da carreira de Obama e em outras lutas por outros movimentos afro-americanos atuais.³⁶ Um exemplo bastante emblemático e impactante para esta pesquisadora, em particular, se esse texto permite um breve momento em primeira pessoa, foi a visita feita ao então recém-aberto *International Museum of Slavery* (Museu Internacional da Escravidão), na cidade inglesa de Liverpool, em 2008. Na época, o busto de Abraham Lincoln era uma das primeiras peças na entrada para o acervo fixo. Em adição, o recente lançamento do filme “Lincoln”, em fins de 2012, dirigido por Steven Spielberg, renovou ainda mais a imagem do presidente como um defensor e figura-chave da abolição da escravidão.³⁷

“Historiadores profissionais têm produzido relatos sobre a Guerra da Secessão que são, obviamente, muito mais detalhados, precisos, factuais e, às vezes, mais sóbrios que a versão que predomina na cultura popular. Mas os acadêmicos também, muito frequentemente, enfatizam o que é positivo e minimizam o impacto negativo. Este parece ser o caso, em especial, nas abordagens contemporâneas de Abraham Lincoln e as questões raciais. Sua prosa eloquente tocou corações e mentes mais profundamente décadas depois do que quando ele estava vivo. Invariavelmente, os historiadores o avaliam como um dos maiores, senão o maior, dos chefes do executivo. Se algumas de suas posições desapontam as sensibilidades modernas, os estudos tipicamente compensam ao enfatizar o quanto suas visões evoluíram e cresceram. Tal postura permite aos leitores pensar que, se Lincoln tivesse vivido, suas opiniões teriam evoluído de tal maneira que seria possível ter orgulho delas de maneira uniforme. Não é coincidência que a representação positiva de Lincoln facilita conclusões positivas sobre as questões de raça, que constituem o problema social mais sério e duradouro da nação. Estudos acadêmicos, em geral, dispensam mais atenção ao precedente de tempos de guerra para um progresso futuro, do que nas limitações e falhas próprias daquela era no enfrentamento do preconceito racial”.³⁸

³⁶ A título de exemplo, pode-se citar o texto de OBAMA, Barack. “What I See in Lincoln's Eyes”, publicado em 2005, pela revista *Time*. O conteúdo está disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,1077287,00.html>, acesso em: 10 maio 2012.

³⁷ Foi amplamente divulgado na mídia que partes do filme teriam sido baseadas no livro de GOODWIN, Doris Kearns. **Team of Rivals: The Political Genius of Abraham Lincoln**. Nova York: Simon & Schuster, 2005. Trata-se de um livro vencedor de diversos prêmios acadêmicos e que possui uma pesquisa aparentemente bem feita. O que pode ser considerado defasado na obra, talvez, e no filme, com toda certeza, contudo, é a contribuição das lutas e resistência dos afro-americanos escravos, libertos e livres para o desfecho da abolição geral nos finais da Guerra de Secessão. Uma dura crítica feita a essa obra, que a coloca como um exemplo de um encantamento quase mítico por Abraham Lincoln foi realizada pelo historiador Paul D. Escott em *What Shall We Do With The Negro? Lincoln, White Racism and Civil War America*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2009. Ver principalmente a Introdução.

³⁸ ESCOTT, Paul D. *What Shall We Do With The Negro? Lincoln, White Racism and Civil War America...* p. XVI. Tradução Nossa. No original: “Professional historians, have, of course, produced a far more detailed, accurate, factual, and sometimes, sobering account of the Civil War than the one that prevails in popular culture. But scholars, too, often emphasize the positive and minimize the negative impact. This seems to be especially true in contemporary treatments of Abraham Lincoln and racial issues. Lincoln is a mythical figure in American culture. His eloquent prose has touched hearts and minds more profoundly through later decades than it did while he was alive. Invariably, historians rate him as one of the greatest, if not the greatest of chief executives. If some of his positions disappoint modern

De qualquer maneira, no que se refere ao apoio de Lincoln a projetos de colonização que potencialmente retirariam afro-americanos da convivência política e social de seu país, outras obras críticas têm procurado repensar suas contribuições políticas e a simbologia que sua imagem reuniu e ainda reúne desde sua presidência e morte para os movimentos afro-americanos. Se houve uma renovação da imagem de Lincoln como o grande emancipador, outras recentes obras também criticam o conteúdo histórico de sua imagem e questionam em larga medida as posições não só políticas, mas também pessoais de Lincoln em relação à população afro-americana.³⁹ Na presente pesquisa, contudo, pretendeu-se pensar os projetos de colonização propostos durante a Guerra da Secessão a partir de uma lente de mudanças atlânticas. É nosso objetivo aproveitar as particularidades e as riquezas das fontes documentais para se fazer um estudo de caso de negociações, que não se concretizaram sob forma nenhuma, com o propósito de pensar essas negociações como microcosmos de algumas das grandes questões que marcaram o século XIX.

A presente pesquisa pretende problematizar temas advindos da história social da escravidão africana nas Américas. Dentre estes temas estão: os processos de abolição da escravidão nas Américas, os muitos papéis dos ex-escravos e ex-escravas nessas sociedades no pós-abolição e as lutas pela construção de cidadanias negras, dentre outros. O que nos interessa é pensar na centralidade da escravidão africana e das experiências de abolição nas Américas e como ela aparece indiretamente e diretamente nos mais diversos discursos e, em especial, no nosso estudo de caso que são os projetos de colonização da Guerra de Secessão.

Nunca é suficiente reinterar que a bibliografia específica sobre os projetos de colonização propostos durante a Guerra de Secessão é relativamente restrita, mas vem muito recentemente ganhando novos estudos pelos motivos descritos acima. A produção acadêmica norte-americana do século XX traz publicações rarefeitas, datadas

sensibilities, studies typically compensate by emphasizing change and growth in his views. This attitude allows readers to think that, had Lincoln lived, he would have come to hold views of which they could uniformly be proud. Not coincidentally, a positive depiction of Lincoln facilitates positive conclusions about matters of race, the most serious and enduring of all nation's social problems. Scholarly studies generally focus more attention on wartime precedent for later progress than on the limitations and failures of that era's confrontation with racial prejudice".

³⁹ A obra de MAGNESS, Philip W. ; PAGE, Sebastian N. ***Colonization after Emancipation: Lincoln and the Movement for Black Resettlement***. Columbia: University of Missouri Press, 2011 é um exemplo desta onda de contornos revisionistas. Afinal, obras de caráter crítico têm sido publicadas constantemente há muitas décadas.

majoritariamente antes da década de 1970.⁴⁰ Entretanto, um número razoável de livros e panfletos Pré e Pós-Guerra da Secessão está disponível para consulta⁴¹.

Dentre os textos analisados, alguns, os primeiros, desenvolvem alguns traços comuns dessa historiografia tão específica. Partindo sempre da aprovação, pelo Congresso dos Estados Unidos, de legislação específica para projetos de colonização no exterior, a partir de 1862, as fontes documentais que mais aparecem nas referências são quase sempre de natureza oficial. Remetem, como mencionado, a diplomas legais; Discursos e documentos de Abraham Lincoln; Notas e despachos diplomáticos da Secretaria de Estado; Relatórios do Escritório de Emigração para a Secretaria do Interior; e cópias de minutas de contrato arquivadas nos papéis pessoais de membros do governo envolvidos diretamente com o tema. Desta forma, o caráter historiográfico mais proeminente dessa bibliografia é de história política. Uma parte menor da bibliografia trata não dos agentes dos governos dos Estados Unidos, nações europeias e países das Américas Central e do Sul, mas dos afro-americanos que se posicionavam a favor ou contra as políticas de colonização no exterior. Ainda assim, poucos textos desenvolvem discussões acerca de ideias de raça. Embora noções e críticas racialistas permeiem muitos dos argumentos e da escolha dos trechos de fontes documentais que

⁴⁰ Os principais textos dessa bibliografia específica tratados até o momento são: MEHLINGER, Louis R. "The Attitude of the Free Negro Toward African Colonization". **The Journal of Negro History**, v. 1, n. 3, 1916; WESLEY, Charles H. "Lincoln's Plan for Colonizing the Emancipated Negroes". **The Journal of Negro History**, v. 4, n. 1, 1919; ANDREW, N. e CLEVEN, N. "Some Plans for Colonizing Liberated Negro Slaves in Hispanic America". **The Journal of Negro History**, v. 11, n. 1, 1926; DYER, Brainerd. "The Persistence of the Idea of Negro Colonization". **The Pacific Historical Review**, v. 12, n. 1, 1943; GRESHAM, Luveta W. "Colonization Proposals for Free Negroes and Contrabands During Civil War". **Journal of Negro Education**, v. 16, n. 1, 1947; SCHEIPS, Paul J. "Lincoln and the Chiriqui Colonization Project". **The Journal of Negro History**, v. 37, n. 4, 1952; BOYD, Willis D. "James Redpath and American Negro Colonization in Haiti, 1860-1862". **The Americas**, v. 12, n. 2, 1955; BOYD, Willis D. "The Île de Vache Colonization Venture, 1862-1864". **The Americas**, v. 16, n. 1, 1959; BELL, Howard H. "Negro Nationalism: A Factor in Emigration Projects, 1858-1861". **The Journal of Negro History**, v. 47, n. 1, 1962; McPHERSON, James M. "Abolitionist and Negro Opposition to Colonization during the Civil War". **Phylon**, v. 26, n. 4, 1965; GOLD, Robert L. "Negro Colonization Schemes in Ecuador, 1861-1864". **Phylon**, v. 30, n. 3, 1969; SCHOONOVER, Thomas. "Misconstrued Mission: Expansionism and Black Colonization in México and Central America During Civil War". **The Pacific Historical Review**, v. 49, n. 4, 1980; FORBES, Ella. "African-American Resistance to Colonization". **Journal of Black Studies**, v. 21, n. 2, December, 1990; LOCKET, James D. "Abraham Lincoln and Colonization: An Episode That Ends in Tragedy at L'Île de Vache, Haiti 1863-1864". **The Journal of Black Studies**, v. 21, n. 4, 1991.

⁴¹ CUNNINGHAM, J. A. *Solution of the Negro Problem*. Louisville: F. A. Crump, 1889; FOARD, John F. *North America and Africa, Their Past, Present, and Future*. Salisbury: J. J. Bruner, 1875; McKINLEY, Carlyle. *An Appeal to Pharaoh: The Negro Problem, and it's Radical Solution*. New York: Fords, Howard & Hulbert, 1890; e SIMPSON, Samuel. *A Treatise on Negro Colonization: A Plan for Colonizing the Negroes in the United States Foreign Territory*. Impressão Privada, 1888; SHERWOOD, Henry Noble. "Movement in Ohio to Deport the Negro and Reprints of Two Pamphlets Upon Colonization". **Quartely**, v. 7 s/n, 1912, tal texto foi publicado originalmente em "Historical and Philosophical Society of Ohio" e reeditado em forma de livro em 1922; e SHUFELDT, R. W. *America's Greatest Problem: The Negro*. Filadélfia: F.A. Davis Company, 1915.

compuseram os textos pioneiros, raramente aparecem reflexões mais aprofundadas que poderiam acrescentar à natureza de história política, uma identidade relacionada à construção e circulação de ideias de raça; ou mesmo reflexões embasadas sobre a formação e sedimentação da construção da diferença racial nas Américas. Os textos que envolvem a militância dos afro-americanos no assunto se remetem o tempo todo à construção de um discurso de intolerância e impossibilidade de convivência pacífica entre brancos e negros nos Estados Unidos, mas pouco se escreve sobre a formação desses traços discursivos.

A mesma coisa não acontece com a bibliografia referente à concepção e formação da Libéria, nos anos 1820, com participação tanto dos libertos norte-americanos quanto daqueles partidários dos ideais da *American Colonization Society*. As obras que discutem ideias de colonização antes da Guerra da Secessão são bastante mais comuns na historiografia norte-americana⁴² e pouquíssimo comum na historiografia brasileira⁴³.

Alguns autores precisam ser citados, neste mister. Os livros de Eric Burin⁴⁴, de Lamin Sanneh⁴⁵ e Robert May⁴⁶ abrem discussões bastante interessantes e fundamentais no que toca as várias fontes de construção dos muitos discursos racialistas por trás da história das ideias de colonização de libertos norte-americanos no exterior. Mostram, destarte, que a permanência dessas ideias de colonização no ideário norte-americano pré Guerra da Secessão influencia muitos grupos distintos e, por vezes, opostos. As convicções que alimentavam a *American Colonization Society* encontravam adeptos tanto entre os mais conservadores senhores de escravos do Sul, como em alguns grupos

⁴² Ver: BELL, Howard H. "The Negro Emigration Movement, 1849-1854: A Phase of Negro Nationalism". *The Phylon Quarterly*, v. 20, n. 2, 1959; BELL, Howard H. "Negro Nationalism In the 1850s". *The Journal of Negro Education*, v. 35, n. 1, 1966; FOSTER, Charles I. "The Colonization of Free Negroes, in Liberia, 1816-1835". *The Journal of Negro History*, v. 38, n. 1, 1953; FRANKLIN, Vincent P. "Education for Colonization: Attempts to Educate Free Blacks in the United States for Emigration to Africa, 1823-1833". *The Journal of Negro Education*, v. 43, n. 1, 1974; RECORD, Wilson. "The Negro Intellectual and Negro Nationalism". *Social Forces*, v. 33, n. 1, 1954; ROSEN, Bruce. "Abolition and Colonization, the Years of Conflict: 1829-1834". *Phylon*, v. 33, n. 2, 1972; SHERWOOD, Henry Noble. "Early Negro Deportation Projects". *The Mississippi Valley Historical Review*, v. 2, n. 4, 1916 e, do mesmo autor, "The Formation of the American Colonization Society". *The Journal of Negro History*, v. 2, n. 3, 1917; e SEIFMAN, Eli. "Education or Emigration: The Schism within the African Colonization Movement, 1865-1875". *History of Education Quarterly*, v. 1, n. 1, 1967.

⁴³ Na historiografia brasileira a obra mais abrangente sobre o tema é LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos: Origens de uma controvérsia internacional...**

⁴⁴ BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution: A History of the American Colonization Society...*

⁴⁵ SANNEH, Lamin. *Abolitions Abroad: American Blacks and the Making of Modern West Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

⁴⁶ MAY, Robert E. *The Southern Dream of a Caribbean Empire, 1854-1861*. Miami: University Press of Florida, 2002.

antiescravistas do Norte⁴⁷. Uma vez que o tema da colonização vira assunto de Estado no governo Lincoln, entretanto, a historiografia se torna mais rarefeita no que diz respeito a essas discussões de ideias raciais. A reflexão acerca das sutilezas e das práticas de julgamento racial e das linhas de cor fica majoritariamente concentrada nos períodos até os anos 1850⁴⁸. Faz-se importante mencionar, porém, as recentes obras de Gerald Horne⁴⁹ e Maria Helena P. T. Machado⁵⁰, que abrangem os projetos de colonização dos anos 1860, dando-lhes tratamento diferenciado no que se refere à sedimentação histórica, circulação e transformação das ideias raciais. Os referidos autores também contribuem para o alargamento dessa discussão ao abarcarem análises referentes à influência dessas ideias no Brasil e, em alguma medida, no Caribe⁵¹.

Tendo em vista que a escolha das fontes documentais é de natureza majoritariamente oficial, os limites de análises respeitarão em grande parte os contornos da História Política. Mais do que história política, entretanto, procurou-se desenvolver o tema principal da pesquisa dentro de uma lógica atlântica de circulação de ideias⁵². Como regra, os projetos de colonização propostos pela administração Lincoln não se concretizaram⁵³. Ainda assim, grandes desconfortos diplomáticos e discussões internas ao governo foram animadas pela adoção da colonização como parte do discurso oficial

⁴⁷ Ver capítulo I de BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution: A History of the American Colonization Society*... capítulo 3 de FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind. The Debate on Afro-American Character and Destiny, 1817-1914*...

⁴⁸ Alguns exemplos de obras que tocam esses temas são: HODES, Martha. *Sex, Love, Race. Crossing Boundaries in North American History*. Nova York: New York University Press, 1999; HORSMAN, Reginald. *Race and Manifest Destiny: The Origins of American Racial Anglo-Saxonism*. Harvard University Press, Cambridge, 1981; LADER, Lawrence. *The Bold Brahmins. New England War against Slavery (1831-1863)*. Nova York: E. P. Dutton, 1961; ROTHMAN, Joshua D. *Notorious in the Neighborhood: Sex and Families across the Color Line in Virginia, 1787-1861*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003; e MENAND, Louis. *The Metaphysical Club. A Story of Ideas in America*. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2001.

⁴⁹ HORNE, Gerald. *The Deepest South: The United States, Brazil and the African Slave Trade*. Nova York: New York University Press, 2007.

⁵⁰ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Brasil a Vapor: Raça, Ciência e Viagem no Século XIX*... e da mesma autora *Brazil Through the Eyes of William James: Letters, Diaries and Drawings, 1865-1866*...

⁵¹ Esse é um tema particularmente bem desenvolvido pelo já citado MAY, Robert E. *The Southern Dream of a Caribbean Empire, 1854-1861*... Ver também as obras de FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade: A Emancipação e seu Legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 e MINTZ, Sidney W. e PRICE, Richard. *O Nascimento da Cultura Afro-Americana: Uma Perspectiva Antropológica*. São Paulo: Pallas, 2003 e MINTZ, Sidney W. *Caribbean Transformations*. Nova York: Columbia University Press, 1989.

⁵² Tem se usado como base para a discussão dos contornos e limites da História Atlântica – no ambiente acadêmico anglo-saxão – os seguintes textos: O'REILLY, William. "Genealogies of Atlantic History. Atlantic Studies", v. 1, n. 1, 2004; GAMES, Alison. "Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities". *The American Historical Review*, v. 111, n. 3, 2006; e ARMITAGE, David. "Three Concepts of Atlantic History" In: ARMITAGE, David e BRADDICK, Michael. *The British Atlantic World, 1500-1800*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2002.

⁵³ Ver WESLEY, Charles H. "Lincoln's Plan for Colonizing the Emancipated Negroes"... e ANDREW, N. e CLEVEN, N. "Some Plans for Colonizing Liberated Negro Slaves in Hispanic America"...

do governo da União frente às realidades extremas da Guerra da Secessão⁵⁴. Temas amplos como cidadania, construção nacional, raça e branqueamento transparecem nos documentos analisados ganhando limites e constituições de cunho regional e nacional⁵⁵. A demonstração inicial de interesse e, depois, a negativa final das nações e possessões no restante das Américas se fizeram justificar de maneiras plurais na forma como cada governo inseria esses temas nas suas agendas políticas⁵⁶. A escolha da documentação, todavia, insere essas ações e reações aos projetos de colonização em representações oficiais dos governos. Ainda que as fontes muitas vezes nos permitam apreciar conflitos internos das elites das nações para as quais foram apresentadas essas propostas, os sujeitos que tomam a frente desses projetos de colonização representam, ao final, os projetos políticos de seus respectivos governos. Dentro dessa lógica, faz-se importante reforçar que o tema aqui pesquisado está sendo observado na construção política dos Estados Unidos em guerra civil e de sua interação com outras nações americanas.

Nesse momento histórico, destarte, é importante pensar que essa fatia de história política dos Estados Unidos a que se pretende esta contribuição tem recortes bastante específicos. Primeiramente, irá se tratar de uma história político-oficial dos estados do Norte, fiéis à Washington, portanto, a União. Com o início da Guerra da Secessão, os Estados Confederados da América constituíram outro corpo político de pretensões nacionais e, na medida do possível, estruturaram suas próprias instituições políticas e representações diplomáticas internacionais⁵⁷. Não se consultou essa documentação por inúmeras razões, sendo a mais importante delas o fato de que o objetivo desta pesquisa

⁵⁴ Publicações mais recentes sobre a Guerra da Secessão e a figura de Abraham Lincoln têm inserido a problemática da colonização em suas análises. Dentre as obras mais consultadas para esse trabalho estão: HORNE, Gerald. *The Deepest South: The United States, Brazil and the African Slave Trade...*; FONER, Eric. *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and the American Slavery...*; MAGNESS, Philip W. e PAGE, Sebastian N. *Colonization After Emancipation: Lincoln and the Movement for Black Resettlement...*

⁵⁵ Sobre esses temas, em especial a questão racial e da construção da cidadania nos Estados Unidos ver: capítulo 9 BLIGHT, David W. *Race and Reunion: The Civil War in American Memory*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2001; capítulo 3 de Foner, Eric. *Reconstruction: America's Unfinished Revolution, 1863-1877*. Nova York: Harper Collins Publishers, 1989; capítulo 1 de FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind. The Debate on Afro-American Character and Destiny, 1817-1914...*

⁵⁶ SCHOONOVER, Thomas. "Misconstrued Mission: Expansionism and Black Colonization in México and Central America During Civil War"... p. 607-620 e FONER, Eric. **Nada Além da Liberdade: A Emancipação e seu Legado...** p. 25-72.

⁵⁷ Ver capítulo 3 de McPHERSON, James. *Battle Cry of Freedom: The Civil War Era*. Oxford: Oxford University Press, 1988. Ainda que o autor e sua obra pertençam ao que a atual historiografia norte-americana considera como tradicional e muitos novos trabalhos sobre o assunto tenham sido produzidos, consideramos que se trata de um cânone da História Política dos Estados Unidos da Guerra da Secessão e contém narrativa e explicações sobre a formação dos Estados Confederados da América que foram fundamentais para o presente trabalho.

é delimitado pelo desenvolvimento do tema da colonização atrelado aos processos de emancipação impostos pela União, como também se tratará com mais cuidado ao longo do texto.

Ainda no tocante aos limites da História Política - ou história das ideias no campo político - a análise das fontes documentais oficiais poderia ter diversos focos dentro do Estado da União. Escolheu-se analisar a documentação proveniente do Poder Executivo, em específico, da Presidência, da Secretaria de Estado e do *Emigration Office*, da Secretaria do Interior. A envergadura política deste trabalho, além de respeitar a opção de fontes, estabeleceu-se como reflexo de alguns traços comuns da historiografia norte-americana específica sobre os projetos de colonização propostos durante a Guerra da Secessão⁵⁸.

Voltando à problematização da escolha de fontes, foi mencionado o recorte do Executivo na escolha do foco de análise do desenvolvimento do tema no interior do Estado da União. Entretanto, muitas leis aprovadas pelo Congresso que dizem respeito a temas correlatos ao processo de emancipação fazem parte do conjunto de fontes consultadas. Optou-se, contudo, por não se discutir os desdobramentos, apoios e resistências na elaboração e promulgação desses diplomas legais dentro do Legislativo. É fato que algumas figuras importantes da representação legislativa da União tiveram papéis substanciais no apoio e na disseminação das ideias de colonização dentro e fora dos Estados Unidos, notadamente o Senador Samuel Clark Pomeroy, do Kansas, que foi nomeado *Colonization Agent*. Suas aparições públicas e discursos aparecem em diversos momentos na documentação diplomática, embora ele respondesse à Secretaria do Interior. Entretanto, em análise mais sistêmica, notou-se que a reação internacional que transparece na correspondência diplomática concentrou-se muito mais nas intervenções públicas do presidente Lincoln. Em adição a isso, os poderes executivos dados a Pomeroy eram restritos e as decisões finais ficavam a cargo da Secretaria de Estado. A pretensa operacionalização da questão da colonização dentro do Executivo da União, também vai ser tema discutido neste trabalho.

No que toca aqueles documentos provenientes da Presidência, é preciso notar que eles são imprescindíveis para o melhor entendimento do tema, bem como a recepção que o apoio (e entusiasmo) de Lincoln teve por parte de alguns setores da imprensa. A escolha do *The New York Times* (NYT) respeitou, por um lado, o escopo representativo do jornal nos estados do Norte e, por outro, a facilidade de acesso remoto

⁵⁸ Ver também : GOLD, Robert L. "*Negro Colonization Schemes in Ecuador, 1861-1864*"...

às edições digitalizadas e disponibilizadas na internet. A inclusão de fontes da imprensa pretende contribuir um pouco com a dimensão social da circulação de ideias e iniciativas acerca dos projetos de colonização. Como o recorte das fontes já limita a análise para documentos do Poder Executivo, uma primeira triagem das classes de maior poder político do Norte já se encontra embutida nesta escolha. A eleição de Abraham Lincoln como primeiro presidente do Partido Republicano marca uma divisão nas elites políticas do país, de forma bastante mais plural que a oposição Norte-Sul evidenciada pela guerra pode abranger. De maneira simplista, o *The New York Times* representa em parte essa elite política do Norte que apóia o Partido Republicano. A divisão, ou questão, racial nos Estados Unidos da Guerra da Secessão é outro tema complexo e heterogêneo dentre os grupos sociais e as regiões do país⁵⁹. Nesse mister, outro ponto de vista essencial para compor essa dimensão social de recepção dos projetos de colonização é o dos afro-americanos. Não só eles são o grupo-alvo dessa política, como iniciativas e ideias semelhantes também podem ser encontradas dentre eles⁶⁰. Longe de querer oferecer um contraponto pesquisado com o mesmo cuidado, o tratamento de temas marginais às respostas das comunidades afro-americanas às ideias de colonização, tais como as propostas emigracionistas e o *Negro Nationalism*, pretende contribuir um pouco para uma compreensão mais abrangente do tema⁶¹.

Grande parte das fontes documentais provém de arquivos norte-americanos, assim como grande parte da bibliografia. Dentre a correspondência recebida pela Secretaria de Estado, entretanto, despachos provenientes de diversos países oferecem uma abertura, ainda que estreita, para se tentar perceber como os governos cogitados para receberem esses projetos de colonização pensavam suas próprias questões raciais e enfrentavam os desejos de influência econômica e política que os Estados Unidos pretendiam exercer sobre eles. Sob esta ótica, alguns temas da história política dessas regiões também farão parte da reflexão do presente trabalho. Faz-se importante, ressaltar, entretanto, que as pesquisas de história nacional mais aprofundadas foram as referentes aos Estados Unidos. Pretendeu-se, contudo, ampliar um pouco a análise do tema para permitir que contornos de processos transnacionais pudessem ser percebidos.

⁵⁹ Ver capítulo 4 de BERLIN, Ira. **Gerações de Cativo: Uma História da Escravidão nos Estados Unidos**. São Paulo: Record, 2006.

⁶⁰ Ver BELL, Howard H. "Negro Nationalism: A Factor in Emigration Projects, 1858-1861". *The Journal of Negro History*, Vol. 47, n. 1, 1962; McPHERSON, James M. "Abolitionist and Negro Opposition to Colonization during the Civil War". *Phylon*, Vol. 26, No. 4 (1965); FORBES, Ella. "African-American Resistance to Colonization". *Journal of Black Studies*, Vol. 21, N. 2 (Dezembro, 1990).

⁶¹ Ver BELL, Howard H. "Negro Nationalism: A Factor in Emigration Projects, 1858-1861"...; McPHERSON, James M. "Abolitionist and Negro Opposition to Colonization during the Civil War"...;

Com exceção do Brasil e de Cuba, as outras regiões da América, notadamente a América Espanhola, viviam em uma realidade pós-abolição que se combinava, no caso dos países independentes, com um esforço inicial de construção nacional. A influência da abolição da escravidão e das políticas de aprendizado no Caribe inglês também teve grande influência no processo de acirramento da oposição entre os estados do Norte e do Sul dos Estados Unidos que culminou na Guerra da Secessão. Ainda que esses não constituam temas principais dentro desta pesquisa, as interações políticas com a Inglaterra também fazem parte dos temas de fundo que conferem aos projetos de colonização uma dimensão atlântica⁶².

Com esses campos de análises abertos, em resumo, pretende-se refletir sobre o processo histórico de trânsito dessas ideias de colonização nas relações diplomáticas entre os Estados Unidos com diversos países do Caribe, América Central e do Sul. Desta forma, objetiva-se identificar nas discussões internas do Governo Lincoln - e nas negociações diplomáticas - traços das formações discursivas que revelem a forma como as relações de raça são vistas, pelos norte-americanos, no restante tropical do continente americano e dentro de seu território nacional⁶³. Sob outro ponto de vista, é objetivo também compreender de que forma a proposição de constituição de empresas norte-americanas para compra de terras e transferência de trabalhadores libertos influía nos projetos políticos dessas nações e as obrigaram a repensar também os parâmetros de suas recentes independências políticas, de seus projetos nacionais e de suas questões raciais frente aos impulsos imperialistas norte-americanos.

Por fim, é preciso mencionar que estudar o tema dos projetos de colonização no período da Guerra da Secessão, além de tocar em outros campos de estudo acima tratados, pode ser visto também como um capítulo de outro campo histórico dos Estados Unidos, qual seja, o campo da circulação de ideias. Se a ideia de colonização é, pela primeira vez, parte de um projeto de governo nesses anos 1860, a mesma ideia pode ser encontrada com certa abundância em décadas anteriores. Conquanto a circulação de ideias de colonização de afrodescendentes fora dos Estados Unidos se mostrou muito presente em toda a primeira metade do século XIX, a discussão dessas ideias e as iniciativas a respeito encontravam seus representantes e entusiastas majoritariamente em

⁶² Ver capítulo 8 de RUGEMER, Edward Bartlett. *The Problem of Emancipation: The Caribbean Roots of the American Civil War*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008.

⁶³ Sobre as teorias raciais científicas que ganharam grande importância nos Estados Unidos nesse momento e tiveram desdobramentos atlânticos, ver o capítulo 1 de MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Brasil a Vapor: Raça, Ciência e Viagem no Século XIX...* e *Brazil Through the Eyes of William James: Letters, Diaries and Drawings, 1865-1866...* p. 127-136.

organizações privadas e raras vezes se travestiam de programas de governo. Dentre as organizações privadas, é preciso pontuar, que a *American Colonization Society* é a mais paradigmática para essa discussão⁶⁴.

A presente introdução pretendeu, por um lado, estabelecer os limites iniciais da pesquisa, impostos pela escolha das fontes documentais. Por outro lado, também pretendeu, de maneira muito inicial, demonstrar a inserção deste trabalho dentro de temas mais abrangentes não só da história política dos Estados Unidos, como temas clássicos fundamentais da História Atlântica. Uma vez introduzido o tema, bem como algumas das problemáticas relacionadas aos termos que serão utilizados ao longo do presente trabalho, passemos ao conteúdo específico.

IV.

O Capítulo I tem como objetivo inserir os projetos de colonização da Guerra da Secessão em temáticas mais amplas que nos permitam compreender melhor não só os discursos que os envolveram, mas também algumas das causas de seus insucessos. Pretende-se, a partir das ideias e práticas de colonização de afro-americanos, refletir-se brevemente sobre a singularidade da experiência histórica da escravidão e principalmente sobre o processo fragmentado de abolição do trabalho escravo nos Estados Unidos. Tais singularidades, contudo, na medida do possível, serão também apresentadas melhor no capítulo seguinte. O primeiro capítulo apresentará reflexões sobre temas amplos, de medida atlântica, como, por exemplo, as diferenças do pós-abolição nas Américas; as diferentes políticas de imigração e tratamento das forças de trabalho nacionais; diferentes experiências de africanos e afrodescendentes e seus papéis nas independências nacionais. Essas “diferenças” - que darão a tônica da redação do capítulo - não deixam de permitir pensar também nas similaridades entre as múltiplas experiências nacionais de escravidão e emancipação. Mais do que uma análise de história comparativa, trata-se de refletir sobre histórias que se conectam em diversos níveis.⁶⁵ O primeiro capítulo, assim, pretende partir do estudo de caso das negociações

⁶⁴ Ver BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution: A History of the American Colonization Society...* p. 34-47; SANNEH, Lamin. *Abolitions Abroad: American Blacks and the Making of Modern West Africa...* pp 182-221.

⁶⁵ A reflexão sobre uma história conectada mais do que uma história comparada é proveniente de críticas e sugestões da Professora Maria Helena P. T. Machado, ao longo da pesquisa, e do Professor Flávio Gomes, por ocasião do "Seminário Internacional: Emancipação, inclusão e exclusão. Desafios do passado

dos projetos de colonização para pensá-las como um microcosmo das grandes questões dos mundos do trabalho nas Américas do século XIX.

O Capítulo II tratará especificamente da situação política da Guerra da Secessão, sob a perspectiva do Norte, que foi o corpo político que negociou os projetos de colonização que são objeto da presente pesquisa. Continuar-se-á tratando do fragmentado processo de abolição da escravidão nos Estados Unidos. A partir do estudo das leis e outros atos legais se pensará o tema da colonização como uma solução proposta, por um lado, para situações específicas da Guerra da Secessão.

O Capítulo III tratará da negociação com o Brasil. O caso do Brasil é, dentre as negociações, especial e único por uma série de razões. Em primeiro lugar, o Brasil era o único país onde não só não se havia abolido a escravidão ainda, como o trabalho escravo era massivamente empregado nas áreas de maior dinamismo econômico.⁶⁶ Nesse sentido, a relação do Brasil tanto com o Norte como com o Sul dos Estados Unidos era delicada. Por um lado, o Norte via no Brasil um importante, senão o maior, aliado dentre as nações americanas independentes. O Sul, em compensação, identificava-se com escravocracia brasileira. Ainda que o presente trabalho sempre parta do ponto de vista do Norte, no contexto da Guerra da Secessão, fez-se necessário observar, ainda que superficialmente, as particularidades das relações com os Confederados durante e depois da guerra.⁶⁷ De qualquer maneira, ainda que em poucos anos o Brasil viesse a se tornar o maior estado escravista das Américas⁶⁸, o discurso que envolveu a proposta de colonização para a região amazônica brasileira, feita pelo ministro norte-americano no Rio de Janeiro, James Webb, descrevia as relações raciais no Brasil como não só harmoniosas, mas onde “a distinção social entre as raças brancas e negra, que já existiu, esta foi quase que erradicada”.⁶⁹ É preciso citar que, dentre

e do presente" promovido pelos departamentos de História e Antropologia da USP, no último mês de agosto (2013).

⁶⁶ Ver TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX” In: Grinberg, Keyla e Salles Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial: 1831-1870**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁶⁷ CONRAD, Robert Edgar. *The Destruction of Brazilian Slavery 1850-1888*. 2. ed. Malabar: Krieger Publishing Company, 1993. p. 39.

⁶⁸ Ainda que com a abolição da escravidão nos Estados Unidos o Brasil tenha se tornado o grande império escravista das Américas, é necessário citar o caso de Cuba, que também permaneceu escravista por mais décadas. Ver parte II de SCOTT, Rebecca J. **Emancipação em Cuba: A Transição para o Trabalho Livre 1860-1899**. Rio de Janeiro e Campinas: Paz e Terra e Editora da Unicamp, 1991.

⁶⁹ cópia não numerada do despacho de 21/07/1862, enviado pelo Secretário de Estado em Washington, William Seward, para James Webb, ministro dos Estados Unidos no Rio de Janeiro. Tradução nossa do trecho. No original, todo o parágrafo: “*you think that you discern the finger of God pointing to the to the northern provinces of Brazil as the land of the promise, rest, and restoration of the slaves now in the Southern States of this Republic (...) We can readily believe that your speculations upon the social and*

locais que adentraram as frentes de negociação, a escravidão também não havia sido completamente abolida no Suriname holandês. Mas dentre os documentos enviados pela administração colonial do Suriname aos Estados Unidos, consta um projeto de lei para a emancipação dos escravos e escravas.⁷⁰

Nesse sentido, o capítulo sobre a negociação brasileira tratará desse aspecto discursivo de feições únicas como fio condutor para se pensar as diferenças e as semelhanças entre os dois países – Brasil e Estados Unidos – mas, principalmente, se quer refletir sobre as visões que estrangeiros tinham sobre as relações raciais no Brasil. Por fim, neste capítulo, também vai se tratar de temas correlatos ao interesse – imperialista - dos Estados Unidos em estabelecer uma colônia de afro-americanos justamente no Vale do Rio Amazonas.

O Capítulo IV tratará das negociações com a América Central. Começar-se-á com as particularidades do interesse norte-americano na região de Chiriqui, no atual Panamá. A partir da forma como tais interesses se colocaram e do fato de grande parte da região ser propriedade de uma companhia norte-americana, se discutirá a forma como os ensejos imperialistas dos Estados Unidos aparecem mais claramente nas negociações. Se os interesses na Amazônia brasileira aparecem cuidadosamente revestidos de argumentos filantrópicos, o mesmo não acontece nas notas trocadas com a América Central. No mais, semelhante ao que se passava na região de Chiriqui, muitos cidadãos norte-americanos possuíam vastas propriedades em virtualmente todos os países que compõem a América Central. Assim, o discurso racial que foi a tônica principal na negociação com o Brasil também aparece nas notas trocadas com Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Honduras e Costa Rica. Mas é a resistência e o medo dos centro-americanos de verem seus territórios colonizados e administrados por norte-americanos que aparece mais diretamente nas construções discursivas dessas

political evils of Brazil are just; yet courtesy to the State forbids this Government from assuming their complete truth, and basing it on a proposition with a view to a relief of those evils, without having first some overture from head of that empire. Moreover, we have no right to assume that the Emperor of Brazil would prefer an expelled caste from this country to other possible supplies of population for the improvement of the laboring classes of the empire". Yale University, Rare Manuscripts and Archives, Sterling Memorial Library, "James Watson Webb Papers", caixa 8, pasta 98. Doravante referido como YU - RMASM - JWWP.

⁷⁰ Despacho s/n, de 19/07/1862, enviado por Roest Van Limburg, representante da Holanda nos Estados Unidos, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward, PRFA – LOF, p. 345: "*Whilst the States General of the Netherlands are engaged with the draft of a law for the abolition of slavery in the colony of Surinam, the government of the King has under consideration the introduction of free laborers (...) it is asked whether, among the people of color who in the United States have acquired or are acquiring their freedom, there could not be found many who would be willing to engage for a certain term of years (say, for example, 5 years), (...) under protection of the Netherlands law*".

frentes de negociação. De qualquer maneira, é possível depreender das notas diplomáticas as impressões raciais que aqueles que compunham o governo de Washington tinham sobre não só as relações raciais internas aos seus vizinhos ao sul, mas sobre a inferioridade racial dessas nações como um todo.⁷¹

O Capítulo V tratará sobre as trocas diplomáticas entre a ilha dinamarquesa de Santa Cruz, o Suriname holandês e as colônias inglesas da Jamaica, Belize (Honduras Britânicas) e Guiana (Guiana Britânica). A documentação específica consultada para esse capítulo é bastante rica e oferece muitas possibilidades de se expandir a análise no tocante aos grandes temas atlânticos introduzidos no primeiro capítulo. Antes de continuarmos a descrever o conteúdo do capítulo cinco é preciso voltar à discussão sobre terminologia tratada anteriormente. É preciso relembrar que ainda que geograficamente o Suriname e Guiana Britânica façam fronteira com o norte do Brasil e estejam no continente sul-americano, os dois fazem parte de lógicas coloniais diversas que os aproxima de experiências de regiões caribenhas de matriz não-hispânica. Há ainda o caso do Belize (Honduras Britânicas) que geograficamente faz parte da América Central, fazendo fronteira com a Guatemala e com o México. Pelos mesmos motivos do Suriname e da Guiana Britânica seus processos históricos são frequentemente agrupados aos do Caribe e, neste trabalho, serão referidos como tal.

Uma característica marcante dessas frentes de negociação é que, em regra, são as administrações coloniais caribenhas que procuram o governo dos Estados Unidos para demonstrar seu interesse em receber colonos afro-americanos. Nesse sentido é possível observar na documentação como a abolição da escravidão e das políticas de aprendizado afetaram as economias dessas localidades. E geral, as negociações com essas colônias se deram, aparentemente, de forma bastante formalizada e organizada. Os agentes coloniais envolvidos apresentaram vários documentos, memoriais, cópias de leis dentre

⁷¹ Despacho 27, de 12/09/2013, enviado por Andrew B. Dickinson, ministro dos Estados Unidos na Nicarágua, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward. PRFA – LOF, p. 962: *"The people of Nicaragua are very generally opposed to such a scheme, and their opposition seems to be deep rooted all strong. They manifest as much abhorrence at being placed on a social and political equality with emancipated slaves as do some of the people of our northern States. Although a majority of the population of Nicaragua is more or less colored, the African blood is comparatively trifling. The colored portion is mostly a mixture of the early white adventures an aboriginal people, that had made some progress in agriculture and many of the useful arts before the white race came among them. The fact that the white blood is so largely mixed with the Indian is not so much a proof that the early whites of this country had different tastes from those that first settled in North America, as it is that the Indians themselves were a more congenial race, and more readily assimilated to the whites that did the northern tribes. The African blood of Nicaragua is mostly confined to the Atlantic shore, among the Mosquito Indians, who have no political power in the government. The people of Nicaragua are proud and sensitive, and by no means devoid of talent. They are extremely jealous of their national character, and feel indignant at the idea of object to, it is their assumed equality with the African race"*.

outros papéis que pretendiam servir como prova para a Secretaria de Estado em Washington que todos eles ofereciam aos seus ex-escravos e ex-escravas, bem como colonos orientais trazidos no pós-abolição, proteções oficiais à condição de liberdade de suas forças de trabalho.

A tônica do respeito e da proteção à liberdade nessas possessões coloniais nos permite tanto questionar a real situação dos trabalhadores e trabalhadoras nessas regiões, como observar as mudanças que se processaram no pós-abolição. Por um lado vemos que o ávido interesse dos agentes coloniais e pronta disponibilização de recursos para transporte de trabalhadores e trabalhadoras afro-americanos revela o forte impacto negativo que a emancipação teve sobre muitas das economias locais. Por outro lado, as metrópoles que contribuíam para as mudanças de rumo de seus negócios coloniais também passaram a dispensar ao Caribe níveis menores de atenção nas políticas centrais. Tal se percebe em especial com a documentação britânica, onde os agentes coloniais constantemente expressam insatisfação com a pouca atenção que suas necessidades por trabalhadores recebem da metrópole.⁷²

O caso das relações entre Estados Unidos e Inglaterra, ainda, envolve grande multiplicidade de eixos de problematização passíveis de serem analisados. O fato, por si só, de que até o final do século XVIII os dois eram colônia e metrópole, respectivamente, já faz com que análise sobre as relações diplomáticas entre os dois países necessite ser observada com cautela. Em particular, durante a Guerra da Secessão as relações entre Estados Unidos e Grã-Bretanha passaram por situações extremamente delicadas. Londres se manteve neutra e reconheceu os Estados Confederados da América como nação beligerante. Em adição, armamentos e navios de guerra britânicos foram vendidos para o Sul. Além disso, parte da estratégia de guerra dos Confederados envolvia a intervenção da Inglaterra e França no conflito, o que exigiu muita habilidade da União para manter o diálogo diplomático pacífico.⁷³

⁷² Despacho 159, de 22/08/1862, enviado por Francis Hincks, Governador da Guiana Britânica, para o Duque de Newcastle, Secretário de Estado para as Colônias da Coroa Britânica. NAUK – 884 – 1: *"THE most recent intelligence received from the United States of America has led the public generally to believe that the Federal Government is no longer disposed to place any obstacle in the way of emigration of negroes. A disposed place to place any obstacle in the way of the emigration of free negroes. A very strong desire has in consequence been manifested by all classes of the population that some action should be promptly taken by the Government, with a view to obtain a class of emigrants in every way suitable to this Colony"*.

⁷³ Ver capítulo 3 de BLACKETT, R. J. M. *Divided Hearts: Britain and the American Civil War*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2001. Ver também STEELE, Brent J. "Ontological security and the Power of self-identity: British neutrality and the American Civil War". *Review of International Studies*, n. 31, 2005.

Alguns traços dessa relação bilateral evidenciados pela negociação para abertura de áreas de colonização, contudo, apontam para outros eixos temáticos. Na correspondência trocada entre a Secretaria de Estado e seu ministro residente na Guatemala faz-se menção a necessidade de se sedimentar a influência dos Estados Unidos na região próxima à fronteira do atual Belize, colônia inglesa na época. Desta forma, a disputa imperialista por áreas de influência nas Américas é mais um fator importante que será tratado no capítulo.

Por fim, o Capítulo VI tratará das reações de alguns setores afro-americanos frente às ideias de colonização. Procurar-se-á inserir na reflexão do trabalho algumas diferenças e semelhanças entre as ideias e iniciativas colonizacionistas e emigracionistas. Nesse sentido as negociações relativas ao Haiti e à Libéria serão contextualizada na relação com as comunidades afro-americanas. Ainda que o reconhecimento diplomático dos dois países, como já mencionado, possa ter sido um fator de negociação na alta esfera política de Washington, o poder simbólico das experiências – tão diferentes – dos dois países é visto e usado de formas diferentes por diferentes grupos de afro-americanos e por parte das elites políticas brancas dos Estados Unidos.

Capítulo I: Dimensões Atlânticas

O objetivo da presente pesquisa é refletir sobre alguns processos históricos relacionados ao trânsito de ideias por trás dos projetos de colonização negociados durante a Guerra da Secessão (1861-1865).⁷⁴ Como já mencionado na Introdução, tais projetos tinham o propósito de transferir mulheres e homens afro-americanos para diversos locais das Américas, Caribe e até mesmo para a Libéria, na costa ocidental do continente africano. Através de notas diplomáticas, documentos políticos do governo dos Estados Unidos, notícias de diferentes jornais, dentre outras fontes documentais, procuraram-se identificar traços de formações discursivas que revelassem como as relações de raça eram vistas em diferentes lugares. Tendo em vista que grande parte dos documentos tem sua origem nos Estados Unidos, mostrou-se bastante mais acessível perceber como as relações raciais eram vistas, pelos norte-americanos, no restante tropical do continente e, também, dentro de seu território nacional. Indiretamente, foi possível também perceber como muitos dos agentes latino-americanos e agentes coloniais caribenhos, dentre outros que negociavam tais projetos, apresentavam suas visões sobre como se davam as relações raciais em seus países.

Também foi mencionado, na mesma Introdução que, com exceção do projeto para a ilha haitiana de A'Vache, as fontes consultadas sugerem que nenhuma das outras negociações tenham terminado na realocação de homens e mulheres afro-americanos fora das fronteiras dos Estados Unidos, como resultado dos projetos de colonização negociados durante a Guerra de Secessão.⁷⁵ Como introduzido, um contingente de pouco menos de 500 pessoas chegou a se instalar no Haiti, em meados de 1863. Os poucos que sobreviveram devido à falta de estrutura básica, comida ou cuidados médicos mínimos foram trazidos de volta aos Estados Unidos, menos de um ano depois.⁷⁶ Nesse sentido, é imprescindível se perguntar qual a importância de se estudarem negociações que praticamente não se concretizaram em lugar algum. Qual o sentido de se fazer uma história do que não aconteceu? As muitas possíveis respostas residem na riqueza da documentação no que tange aos debates sobre as mudanças nos mundos dos trabalhos na era das abolições e das independências. O estudo de caso dos

⁷⁴ A Guerra da Secessão será melhor tratada ao longo do texto, mas em específico no Capítulo II.

⁷⁵ Ver LOCKETT, James D. "Abraham Lincoln and Colonization: An Episode that Ends in Tragedy at L'Île à Vache, Haiti, 1863-1864". *Journal of Black Studies*, v. 21, n. 4, p. 436-442, 1991.

⁷⁶ BOYD, Willis D. "James Redpath and American Negro Colonization in Haiti, 1860-1862". *The Americas*, v. 12, n. 2, 1955 e, do mesmo autor, "The Île de Vache Colonization Venture, 1862-1864". *The Americas*, v. 16, n. 1, 1959.

projetos de colonização da Guerra de Secessão se apresenta como uma espécie de microcosmo de processos históricos maiores que se processam por todo o século XIX, como se verá mais adiante.

I. A Escravidão nos Estados Unidos: Questões Específicas

No presente capítulo, buscou-se compreender os projetos de colonização sob uma perspectiva mais ampla de trocas atlânticas, em um momento histórico representativo de drásticas mudanças econômicas e sociais que a abolição da escravidão trouxe para a organização dos mundos do trabalho no século XIX. Embora as experiências de escravidão e resistência sejam múltiplas nos diversos países e colônias que participaram das negociações analisadas nesta pesquisa, e, portanto, também sejam múltiplos os problemas provenientes dos processos de emancipação, acreditamos, como sugere David Brion Davis, que a escravidão africana é central na formação do tecido social de todas as sociedades americanas desde o “rio da Prata”, que corta a América do Sul entre os atuais Uruguai e Argentina, “ao rio Saint Lawrence”, que abrange o norte dos Estados Unidos e sul do Canadá.⁷⁷

Desta forma, escolhemos começar nossa reflexão a partir da análise de algumas das especificidades da escravidão nos Estados Unidos. As razões e discursos por trás dos projetos de colonização negociados durante a Guerra da Secessão respondem, em larga medida, a práticas sociais e escolhas políticas de setores das elites brancas. Tanto dentre as elites brancas no Norte, como no Sul dos Estados Unidos, eram muito poucos os que estavam dispostos a incluir ou mesmo reconhecer as contribuições sociais e culturais das populações de descendência africana para a formação nacional. Sem perder de vista que as realidades da escravidão africana no país são múltiplas e obedecem a muitas variáveis, é nosso objetivo aqui analisar alguns dos discursos raciais que aparecem com mais frequência e que podem, desta forma, ser considerados representativos de estruturas de pensamento mais abrangentes.

Até o desfecho da Guerra da Secessão e aprovação da 13ª emenda constitucional em meados da década de 1860, que proibia a escravidão em todo território nacional, grande parte da economia daqueles estados que vieram a compor os Estados Confederados da América durante a Guerra Civil dependiam de mão de obra escrava de

⁷⁷ DAVIS, David Brion. **O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 24-25.

descendência africana. Tendo em vista que o tráfico transatlântico de escravos havia sido proibido por lei aprovada em 1807, mas que entrou em vigor no início de 1808, por pouco menos de seis décadas, o Sul conseguiu não só manter sua escravaria, mas também construir uma economia de relativo sucesso. Ao contrário do que acontecia em outras sociedades escravocratas, havia expressivo crescimento vegetativo da população escrava norte-americana. Segundo Michael Tadmán, já nos anos 1740, enquanto as populações escravas na Jamaica e no Brasil, por exemplo, eram majoritariamente compostas por trabalhadores e trabalhadoras trazidos via tráfico transatlântico, na realidade norte-americana os nascidos no país já superavam o número de escravas e escravos trazidos da África.⁷⁸ A citação a seguir foi retirada de outra obra de Davis:

“Em 1682, um missionário capuchinho relatou que os senhores de escravos nas plantações brasileiras consideravam que um escravo que vivesse por 7 anos tinha tido uma vida longa (...) Afirmações cínicas similares se tornaram comuns no final do século XVII e no século XVIII nos Caribes Britânico e Francês, onde se dizia que era mais barato matar um escravo de trabalhar e comprar substitutos da África que ‘criar’ novas gerações desde a primeira infância (...) Historiadores da demografia tem contestado convincentemente parte da retórica que distorce a real mudança em direção a maiores taxas de fertilidades e menores taxas de mortalidade entre os escravos nascidos nas Américas em oposição aos escravos trazidos da África, que eram mais vulneráveis às doenças de um novo ambiente. Por todo o novo mundo, a expectativa de vida dos escravos era pouco mais de sete anos, embora no Brasil e em grande parte do Caribe, ao contrário dos Estados Unidos e das mais antigas colônias britânicas na América do Norte, a população escrava nunca atingiu uma taxa de crescimento positivo que pudesse enfraquecer a dependência sistêmica da continuidade de importação de africanos. No nordeste do Brasil, no final do século XVIII, a expectativa de vida de um escravo no seu nascimento era de 23 anos, ou 12 anos menos que escravo norte-americano nos anos 1850”.⁷⁹

⁷⁸ TADMAN, Michael. *Speculators and Slaves: Masters, Traders, and Slaves in the Old South*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2006. p. 238.

⁷⁹ DAVIS, David Brion. *Inhuman Bondage: The Rise and Fall of Slavery in the New World*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 116-117. Tradução nossa. No original: "In 1682, a Capuchin missionary reported that Brazilian planters considered a slave that lasted seven years to have lived very long (...) Similar cynical statements about the short life spans of African slaves became common in the late-seventeenth- and eighteenth-century British and French Caribbean, where planters often affirmed that it was much cheaper to work slaves to death and buy replacements from Africa than to 'breed' new generations of slaves from infancy (...) Demographic historians have convincingly objected that some of this rethoric distorts the actual shift toward higher fertility and lower mortality among creoles (plantation-born) slaves, as opposed to slaves imported from Africa, who were more vulnerable to a new disease environment. Throughout the New World, slaves life expectancy was a good bit longer than seven years, though in Brazil and much of the Caribbean, unlike the United States and Earlier British North American colonies, slaves never achieved a positive growth rate that would have lessens the system's dependence on continuing importations from Africa. In northeastern Brazil, in the late eighteenth century, a slave's life expectancy at birth was approximately twenty-three years, or twelve years less than that of an American slave in 1850".

É preciso ter em mente que não é possível explicar a sobrevivência da escravidão nos Estados Unidos após o fim do tráfico sem se deter nas múltiplas realidades regionais, no tráfico interno e no tráfico ilegal, dentre outros muitos fatores.⁸⁰ O historiador norte-americano, Gerald Horne, em seu livro "O Sul Mais Distante: Os Estados Unidos, o Brasil e o Tráfico de Escravos Africanos", trata do renascimento do tráfico de escravos que alimentou, antes da Guerra da Secessão, os estados escravistas do Sul, dentre outros assuntos. Ele demonstra que, embora o tráfico de escravos tendo se tornado ilegal em 1807, africanos escravizados entraram no país ilegalmente até o início dos anos 1860. Portanto, havia africanos no país. Nesse sentido, na Primeira Mensagem Anual da Presidência, de 03/12/1861, há um trecho que confirma que ainda há algum tráfico de escravos:

“A execução das leis de supressão do tráfico de escravos africanos foi confiada ao Departamento do Interior. Esse é um assunto para qual tal departamento merece felicitações posto que os esforços que tem sido feitos para a supressão desse tráfico desumano tem conseguido um sucesso não usual”.⁸¹

Alguns historiadores ainda enxergam razões significativas para mortalidade escrava na relação não só com o trabalho de lavoura, mas também no tipo de unidade de produção. Muitos estudos mostram que os muitos processos de produção de açúcar são dos mais desgastantes para os escravos e escravas.⁸² Nesse sentido, enquanto a indústria do açúcar era muito expressiva em grande parte do Caribe e no Brasil, por exemplo, nos Estados Unidos não era majoritária se comparada às plantações de outros gêneros, como a do algodão. A citação seguinte nos permite entender um pouco melhor o impacto de determinadas culturas, como a da cana de açúcar, na mortalidade e no crescimento

⁸⁰ Ver capítulo 7 de HORNE, Gerald. **O Sul Mais Distante: Os Estados Unidos, o Brasil e o Tráfico de Escravos Africanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

⁸¹ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America During the Great Rebellion: From November 6, 1860, to July 4, 1864 (including classified summary of the legislation of the second session of the Thirty-Sixth Congress, the Three Sessions of the Thirty-Seventh Congress, with the Votes Thereon, and the important Executive, Judicial, and Politico-Military Facts of that Eventful Period; Together with the Organization, Legislation, and General Proceedings of the Rebel Administration. By Edward McPherson of Gettysburg, Pennsylvania, Clerk of the House of Representatives of the U. S.* Washington, New York: Philip & Solomons, D. Appleten & Co, 1864. LINCOLN, Abraham, State of the Union, 03/12/1862, p. 212. Baixado como ebook em 30/02/2012 de <https://archive.org/details/politicalhistory00inmcph>. Tradução nossa. No original: "The execution of the laws for the suppression of the African slave trade has been confided to the Department of the Interior. It is a subject of gratulation that the efforts which have been made for the suppression of this inhuman traffic have been recently attended with unusual success".

⁸² SHWARTZ, Stuart B. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*. 4a reimpressão. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 132-159. TADMAN, Michael. "The Demographic Cost of Sugar: Debates on Slave Societies and Natural Increase in the Americas". *The American Historical Review*, v. 105, n. 5, p. 1535-1536, 2000.

vegetativo da população escrava nas colônias britânicas entre o fechamento do tráfico transatlântico de escravos e a abolição da escravidão, que foi substituída por outras práticas de trabalho tutelado e dependente:

"O açúcar fez do Caribe um cemitério de escravos. Evidências demográficas abundantes sugerem que os escravos que trabalhavam nos engenhos de açúcar tinham o pior estado de saúde, eram explorados de maneira mais onerosa, eram punidos de maneira mais selvagem e morriam mais cedo. A cultura do açúcar teve um efeito terrível não só nas Índias Ocidentais Britânicas, mas também na Luisiana do século XIX, em Cuba e no Brasil. O regime de trabalho nos engenhos de açúcar não contribuiu para a fertilidade entre as escravas. E foi a baixa fertilidade, principalmente dentre as nascidas na África, e não a alta mortalidade, a maior responsável pela insuficiência demográfica. Historiadores (...) tem debatido as causas de tão baixa fertilidade (...) mas as demandas da cultura do açúcar e, em especial, os senhores que preferiam comprar a investir na reprodução de escravos. Os mesmo senhores que, na melhor das hipóteses, eram indiferentes às necessidades das mulheres grávidas são o suficiente para explicar a limitada reprodução dentre as mulheres escravas".⁸³

De qualquer maneira, inúmeros traços específicos da cultura escravocrata do Sul, bem como de formas de divisão do trabalho, práticas médicas, medidas higiênicas e costume alimentares também tiveram impacto no crescimento vegetativo de sua população escrava.⁸⁴ É preciso mencionar, contudo, que as condições nas fazendas de açúcar por todo Caribe Britânico tiveram de fazer algumas mudanças em relação às condições de trabalho, uma vez que o fechamento do tráfico em 1808 condenou a escravidão africana.

"Não obstante, se muito mudou entre 1807 e 1834, muito também permaneceu igual. As condições nas fazenda açucareiras talvez tivessem se tornado um pouco melhor, uma

⁸³ BURNARD, Trevor. "British West Indies and Bermuda". In: PAQUETE, Robert L.; SMITH, Mark M. (orgs.). *The Oxford Handbook of Slavery in the Americas*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 144. Tradução Nossa. No original: "Sugar made the Caribbean a slave graveyard. Abundant demographic evidence suggests that slaves employed on sugar plantations had worse health, were worked more onerously, were punished more savagely, and died earlier. Sugar culture took a severe toll not just in the British West Indies, but in nineteenth century Louisiana, Cuba and Brazil. The regimen on sugar plantations was not conducive to slave fertility, and it was low fertility, especially among African-born women working in sugar, not high mortality, that was mostly responsible for demographic failure. Historians (...) have debated the causes of such low fertility (...) But the demands of working in sugar, especially for planters who preferred to buy rather than to breed and who were indifferent at best to the needs of pregnant women, are sufficient to explain the limited reproduction of slave women".

⁸⁴ Sobre as práticas e cuidados em relação às mulheres e aos homens escravos no Sul dos Estados Unidos, ver SULLIVAN, Glenda. "Plantation Medicine and Health Care in the Old South". *Legacy*, v. 10, n. 1, 2010. Ver também capítulo 5 de WEINER, Marli F. *Sex, Sickness, and Slavery: Illness in the Antebellum South*. Champaign: University of Illinois Press, 2012. Por fim, ver SCHWARTZ, Marie Jenkins. *Birthing a Slave: Motherhood and Medicine in the Antebellum South*. Cambridge: Harvard University Press, 2006, os capítulos que foram mais consultados foram os de número 4 "Pregnancy", o de número 7 "Gynecological Complications" e o de número 9 "Freedwomens Health".

vez que oficiais do Império insistiam em intervir e frear nos piores casos de excessos cometidos contra escravos. Mas o trabalho continuou oneroso, repetitivo e perigoso à saúde. A camada senhorial continuou tentando maximizar a produção a todo custo, o que significou que, com exceção de Barbados, não houve crescimento vegetativo”.⁸⁵

Em recente entrevista sobre "Emancipação, Inclusão e Exclusão: Desafios do Passado e do Presente", uma exposição fotográfica no Museu da Arte Moderna da Universidade de São Paulo (MAC - USP Cid. Universitária), a historiadora Maria Helena P. T. Machado apontou para conclusões no sentido oposto no caso brasileiro. Uma vez fechado o tráfico, a exploração e a violência senhorial parecem ter aumentado, como uma espécie de tentativa final de retirar dos homens e mulheres escravos o quanto fosse possível em termos de trabalho.⁸⁶ De todo modo, é interessante percebermos como a demografia escrava comparativa entre Brasil e Estados Unidos nos servirá para compreender melhor muito do conteúdo do projeto de colonização desenhado para o Brasil pelo ministro de Washington no Rio de Janeiro, James Webb, em 1862, a respeito do qual mais será dito adiante neste trabalho.

“Os Estados Unidos e o Brasil começaram o século XIX com uma população escrava de um milhão de pessoas em cada um. O Brasil importou, até o final dos 1850, mais de 1,7 milhões de escravos, enquanto os Estados Unidos importaram algumas centenas de milhares e terminou com uma população escrava de 4 milhões às vésperas da Guerra da Secessão”.⁸⁷

Como vínhamos procurando mostrar, a emenda constitucional que aboliu a escravidão em todo território dos Estados Unidos, foi aprovada no início de 1865, mas ainda precisava ser ratificada pelos estados individualmente e apenas entrou em vigor em dezembro do mesmo ano. Cabe ressaltar, sobre 13ª emenda, sua aprovação teve trâmites complexos e os votos não foram de forma alguma unânimes; nem em

⁸⁵BURNARD, Trevor. "British West Indies and Bermuda"... p. 146. Tradução nossa. No original: "Nevertheless, if much changed between 1807 and 1834, much remained the same. Conditions on sugar plantations may have become somewhat easier as imperial officials insisted that the worst excesses of slavery were reined in, but work remained onerous, tedious, and dangerous to health. Planters continued to try to maximize production at all costs, meaning that, except in Barbados, natural increase did not occur".

⁸⁶ A entrevista é de Lourdes Garcia-Navarro para o blog Parallels. No arquivo de áudio são ouvidos os curadores da exposição "Emancipação, inclusão e Exclusão: Desafios do Passado e do Presente", Lília Moritz Schwarcz, Maria Helena Pereira Toledo Machado e Sérgio Burgi. Disponível em: <http://www.npr.org/blogs/parallels/2013/11/12/244563532/photos-reveal-harsh-detail-of-brazils-history-with-slavery>, consultada em 13/11/2013.

⁸⁷ KLEIN, Martin. *African Slavery in Latin American and the Caribbean*. Oxford: Oxford University Press, 1988. p. 157. Tradução nossa. No original: "the United States and Brazil both began the 19th century with a slave population of one million each. Brazil imported over 1.7 million in the late 1850's, whereas the United States imported a few hundred thousand slaves and ended up with a resident population of 4 million slaves in the eve of the Civil War".

Washington, nem nos estados.⁸⁸ É preciso também lembrar que nem todos os estados ratificaram a referida emenda constitucional, a regra da maioria de três quintos fez valer a emenda. O estado do Mississippi, por exemplo, só ratificou a 13ª emenda em 1995, mas a decisão legislativa foi arquivada e só foi ratificada oficialmente neste ano de 2013, como foi amplamente divulgado pela mídia internacional.

No interior dos complexos trâmites políticos e sociais que envolveram sua aprovação, um influente advogado nova-iorquino do Partido Democrata, quando procurado pelos republicanos para apoiar a aprovação da referida emenda, colocou de maneira muito clara uma problemática que nos auxilia a refletir sobre o fragmentado e complexo processo da emancipação norte-americana, qual seja: “que a questão do *negro* precisa ser distinguida da questão do *escravo*”.⁸⁹ Ainda que se possa compreender tal afirmação a partir de disputas políticas do processo de conquista de aliados para a aprovação da 13ª emenda, podemos nos aproveitar de tais palavras para pensar questões mais amplas como os debates acerca dos direitos que teriam os ex-escravos, e mesmo aqueles direitos que vinham sendo demandados pelas comunidades livres negras do Norte. Como se verá com mais cuidado nos capítulos seguintes, a abolição da escravidão não necessariamente se apropria da discussão acerca do desenvolvimento de uma cidadania negra. Essa separação, é preciso reiterar, não se dá apenas nos debates nos Estados Unidos, mas na grande maioria das sociedades americanas provenientes de um passado escravista, como veremos.⁹⁰

Em 12 de dezembro de 1862, uma das manchetes do jornal *The New York Times* perguntava: “O que devemos fazer com o negro?” (*What Shall We Do With The Negro?*).⁹¹ Essa manchete se referia ao debate nacional que se acirrava com as novas realidades que a Guerra da Secessão trazia. Portanto, era cada vez maior o número de escravos de Sul que conseguiam fugir e se juntar aos contingentes militares do exército do Norte (chamavam-se *contrabands*). Dentre os estados escravistas que permaneceram

⁸⁸ Sobre os pormenores deste processo ver FONER, Eric. *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery*. Nova York: W. W. Norton & Company, 2010, p. 301-322.

⁸⁹ FONER, Eric. *The Fiery Trial...* p. 313. Tradução nossa. No original: “on the negro question as *contradistinguished from the slave question*”. Grifos originais da obra de Foner.

⁹⁰ Para o caso bastante tardio da abolição da escravidão no Brasil e dos debates acerca do desenvolvimento de uma cidadania negra ver: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “From Slave Rebels to Strikebreakers: The Quilombo of Jabaquara and the Problem of Citizenship in Late-Nineteenth-Century Brazil”. *The Hispanic American Historical Review*, v. 86, n. 2, p. 247-274, 2006; ver também capítulo 3 de ALBUQUERQUE, Wlamyra, R. de. *O Jogo da Dissimulação: Abolição e Cidadania Negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁹¹ Tal manchete é também o título do livro de ESCOTT, Paul D. *What Shall We Do With The Negro? Lincoln, White Racism and Civil War America*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2009, que vamos nos utilizar para aprofundar nossa reflexão.

fiéis a Washington, a emancipação gradual proposta pela presidência também vinha alforriando alguns homens e mulheres. Havia, também, os recém emancipados pelo ato referente ao Distrito de Columbia (distrito federal onde fica a capital, Washington) e aqueles libertados pelos Atos de Confisco (*Confiscation Acts*).⁹² Enfim, para além destes exemplos, podemos inferir que se tornava cada vez mais urgente pensar qual o papel que as mulheres e os homens negros teriam numa sociedade que emergiria de uma violenta Guerra Civil, potencialmente transformada. Além da preocupação de muitos setores das elites brancas acerca dos direitos que essas pessoas e comunidades negras teriam, podemos também incluir nesta linha de pensamento que a participação de muitos afro-americanos no conflito civil, em diversas condições de escravidão e liberdade, acrescentava à discussão também suas expectativas sociais e políticas ao fim do conflito.⁹³ A Guerra de Secessão, neste mister, evidenciou não só a preocupação das elites acerca dos direitos que uma população negra cada vez maior teria, como também tornou mais clara, a partir das “soluções” propostas, algumas das visões que se vinham construindo sobre as vivências de liberdade dos afro-americanos no Norte.

“De fato, desde o começo do processo de emancipação gradual do Norte, a conduta dos negros recém alforriados foi vergonhosa para muitos daqueles que entusiasmadamente esperavam o rápido enfraquecimento da escravidão. Em 1798 um grupo de abolicionistas de Nova Jersey reportou que muitos dos negros livres ‘tendiam à indolência, à falta de seriedade, ao alcoolismo e, em alguns casos, à desonestidade’. Em 1806 um líder abolicionista da Pensilvânia descreveu os negros da Filadélfia como ‘degradados e perversos’ (...) A imagem do Norte sobre os negros livres serem um perigo social se tornou mais clara com o tempo (...) O uso aqui do adjetivo ‘degradado’, que foi constantemente utilizado para descrever os negros livres nesse período [final do século XVIII e início do século XIX], sugere que havia algum tipo de ideal de humanidade* do qual o negro tinha caído ou para qual ele poderia ser elevado. A Sociedade de Disciplina Prisional prontamente concebeu que um investimento na educação dos negros seria equivalente ao custo de manter presidiários negros e ‘muito rapidamente elevaria o caráter deles próximo ao nível dos brancos, além de diminuir o número de presos entre eles [negros]. Mas os reformadores do sistema prisional de Boston não tinham nenhuma expectativa real que um programa tão ambicioso de melhoria do negro fosse adotado, então eles rapidamente passaram a apoiar uma solução alternativa - a remoção de negros livres para serem colonizados no exterior’.”⁹⁴

⁹² Tratar-se-á destas questões no capítulo seguinte. No capítulo 6 de FONER, Eric. *The Fiery Trial...* são descritas as políticas de emancipação que cada chefe militar adotava em diferentes frentes de batalha. No mesmo texto também há descrições das formas como essa nova população emancipada ainda não recebia um tratamento legal uniforme.

⁹³ Tratar-se-á melhor dessas novas realidades no próximo capítulo.

⁹⁴ F FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind. The Debate on Afro-American Character and Destiny, 1817-1914*. Hanover: Wesleyan University Press, 1987. p. 4-5. Tradução nossa. No original: "Indeed, from the very beginning of the gradual emancipation process in the North, the

Escolhemos este trecho da obra de George Fredrikson para pensarmos como a experiência de liberdade das comunidades negras do Norte dos Estados Unidos adentrava os discursos raciais que se construíam no sentido de resolver o "problema" do negro (*The Negro Problem*).⁹⁵ A partir da citação, podemos compreender que, aparentemente, as expectativas dos abolicionistas em relação ao comportamento daqueles negros e negras que vinham conquistando sua liberdade desde, pelo menos, a Guerra de Independência, no final do século XVIII, não estavam sendo correspondidas. Esperava-se que essas comunidades negras livres se comportassem de uma forma que não correspondeu à realidade daquele momento. Essas “expectativas não correspondidas” sugerem que, uma vez conquistada a liberdade, os valores e comportamentos das mulheres e homens afro-americanos se aproximassem àqueles comportamentos tidos como ideais, em prol da causa abolicionista. Esses comportamentos, concepções morais, práticas cotidianas e éticas de trabalho que essas comunidades negras aparentemente não tinham, eram definidos a partir de um paradigma que era o do ideal branco. Contudo, as origens culturais e as experiências daqueles homens e mulheres agora livres, bem como suas visões de mundo e valores sociais eram não só diferentes daquelas das expectativas dos abolicionistas, como eram múltiplas e variadas entre si. Eram diferentes das dos muitos grupos diferentes de brancos, em parte, pela situação de profunda violência que a escravidão nas Américas lhes havia proporcionado diretamente ou aos seus antepassados. A seguir nos utilizaremos de um trecho de John Thornton que trata, de maneira bastante generalizada,

conduct of newly freed Negroes was an embarrassment to some of those who hoped most fervently for the rapid demise of slavery. In 1798 a group of New Jersey abolitionists reported that many free blacks were 'given to Idleness, Frolicking, Drunkenness, and some few cases of Dishonesty'. In 1806 a leading Pennsylvania abolitionist described most of Philadelphia Negroes as 'degraded and vicious' (...) The Northern image of the free Negro as a social danger came into sharper focus as time went on (...) The use here of the adjectives 'degraded', which was constantly applied to free Negroes during this period, suggested that there were some ideal of manhood from which the Negro had fallen or to which he might be raised, and the Prison Discipline Society readily conceded that an appropriation for black education equal to the cost of maintaining black convicts 'would very soon raise their character to a level of whites, and diminish the number of convicts from among them'(...) But the Boston prison reformers had no real expectation that such an ambitious program of Negro uplift would be adopted, and they moved quickly to endorse an alternative solution - the removal of free blacks by colonizing them abroad".

* Traduziu-se *manhood* como humanidade e não como masculinidade, por exemplo, porque se acredita que esse ideal no qual o afro-americano livre do início do século XIX não se encaixa é uma ideia mais ampla do que, talvez, um recorte de gênero. Embora o autor esteja descrevendo, nesse trecho, a experiências de homens negros, sua reflexão tem um caráter mais abrangente em relação à população afro-americana.

⁹⁵ A expressão "*the Negro problem*" ou "*the Negro question*" aparece em diversas publicações, não apenas em meados do século XIX, que se propõem a presença dos afro-americanos na sociedade dos Estados Unidos, muitas vezes, como um problema cujas soluções apontam ou para a retirada dessas populações do convívio social ou para a segregação cotidiana.

do nascimento de uma cultura entre os escravos trazidos para as Américas. O autor acredita que essa cultura agregava práticas e memórias da vida dessas pessoas antes do tráfico e, também, a partir das redes de relações com escravos de outras origens culturais permeadas pelos impedimentos impostos pela escravidão e pela cultura europeia que também incorporava novidades e adaptações da vida no Novo Mundo:

“Claramente, a condição de escravidão, por mais nociva que pudesse ser, não foi nociva o suficiente para impedir o desenvolvimento de uma (...) comunidade escrava. Tal comunidade, apesar de comumente desequilibrada em termos demográficos, não obstante conseguiu criar uma geração creole, tendo assim, o potencial de manter e transmitir sua cultura própria (...) Os imigrantes africanos não eram um grupo culturalmente homogêneo, eram uma multidão desigual sem contato anterior”⁹⁶

A noção de uma comunidade e uma cultura escrava nos permite compreender melhor como a formação das comunidades livres negras do Norte era permeada por estruturas e comportamentos sociais próprios. Thornton está se remetendo, no trecho citado, às circunstâncias de formação de uma cultura entremeada pelo escravismo. Sua utilização do termo “imigrante”, é preciso apontar, deu-se no contexto de confronto da forma como os escravos e escravas eram trazidos à força para as Américas, em relação às diferentes maneiras utilizadas pelos imigrantes europeus para começar sua vida no Novo Mundo. Voltando à nossa reflexão, as consequências da violência não apenas da escravidão, mas também do profundo preconceito racial que traspassava a vida cotidiana dessas comunidades, eram provenientes de práticas e discursos arraigados na sociedade norte-americana. O mesmo, de maneiras diferentes, também se processava em outras sociedades provenientes de experiências de escravidão na continente americano, como se verá.

De qualquer maneira, daquelas comunidades livres negras do Norte se esperava não só uma imediata adequação aos modos “ideais” dos brancos, com contornos hegemônicos, como que abandonassem suas maneiras próprias, consideradas inferiores e pouco civilizadas. Tal adequação poderia se dar ou através de um esforço educativo ou, como veremos mais adiante, através da remoção dessas pessoas do país, já que eram tidas como um problema social. Se voltarmos à citação de Fredrickson, pode-se

⁹⁶ THORNTON, John Kelly. *Africa and Africans in the making of the Atlantic world, 1400-1800*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 183-184. Tradução nossa. No original: “Clearly the condition of slavery, however bad it was, was not sufficiently bad to prevent the development of a (...) slave community. This community, though often demographically unbalanced, nevertheless, manage to create a creole generation and thus had the potential to maintain and transmit it own culture (...) African immigrants were not a group (homogenous culture) but a 'crowd' (disparate cultures with no prior contact)”. Não se traduziu, no corpo do texto, o termo “creole” posto que o que seria equivalente em português seria crioulo, cujo significado é diferente.

perceber na escolha das palavras transcritas dos documentos o peso de juízos de valor. Tais palavras apontam para uma percepção social ampla da inferioridade das mulheres e dos homens negros como uma característica inerente a eles. No caso das políticas de disciplinarização e “educação”, pretendia-se “elevar”, “melhorar” e “aproximar” o afro-americano das características do ideal branco, sem que se acreditasse de fato que tal projeto pudesse se concretizar.

“O preconceito racial americano manifestou-se, obviamente, de diversas maneiras concomitantes à escravidão desde o século XVII, mas o *racismo* - definido como uma ideologia racionalizada baseada no que se pensavam que eram fatos naturais - ficou em estágio embrionário até quase a metade do século XIX”.⁹⁷

Esta citação, também de Fredrickson, nos introduz à formação discursiva de um racismo que difere do preconceito racial, porque prescindirá de bases “científicas” e que resultará em diferentes teorias raciais que, depois da Guerra de Secessão e do período de Reconstrução, fundamentarão políticas segregacionistas. Estamos tentando enxergar aqui que este processo histórico de sedimentação de um ideário de inferioridade do negro tem suas origens antes do século XIX.⁹⁸ Nessa obra específica de Fredrickson, o autor se propõe a fazer uma história de ideias que contribuíram para o embasamento de visões de inferioridade do negro e também da supremacia branca que são bastante características da formação da sociedade norte-americana. Como já introduzido, a experiência de liberdade dos afro-americanos é, em muitos casos, anterior à formação de comunidades livres negras de maior porte em outros países. Assim, dentro de nossa proposta de análise mais abrangente para este capítulo, considerou-se fundamental trazer para a discussão como essas primeiras experiências de liberdade nos Estados

⁹⁷ FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind...* p. 8. O grifo é original do texto. Tradução Nossa. No original: “American racial prejudice had, of course, manifested itself in various forms as a concomitant of slavery since the seventeenth century, but racism - defined here as a rationalized ideology grounded in what were thought to be facts of nature - would remain in an embryonic stage until almost the middle of the nineteenth century”.

⁹⁸ Notou-se que é comum, dentre historiadores norte-americanos, que iniciem suas reflexões acerca dos discursos da inferioridade inerente do negro com os escritos de Thomas Jefferson, desde o final dos anos 1780. Este é tanto o caso de George Fredrickson, em sua obra citada anteriormente, como é o caso de Eric Burin em *Slavery and the Peculiar Solution: A History of the American Colonization Society*. Gainesville: The University Press of Florida, 2005 e também DIALLO, Alexandra Cornelios. “More Approximate to the Animal”: *African Resistance and the Scientific War against Black Humanity in Mid-Nineteenth Century America*. PhD dissertation. Washington University in Saint Louis. Saint Louis, 2006. Embora a pesquisa de Diallo esteja muito fora do escopo da presente pesquisa, acreditamos que o diálogo de Jefferson com o iluminismo europeu e as noções de igualdade pregadas por ele, dentre outros fatores, é uma das razões para tal. Falar-se-á um pouco sobre os efeitos das ideias iluministas mais adiante.

Unidos podem ter influenciado, em alguma medida, outras sociedades escravistas e suas construções discursivas de inferiorização do negro.

II. Abolicionismo, Colonização e Emigração: Uma História das Ideias

Procuramos, até aqui, tentar localizar os discursos por trás dos projetos de colonização negociados durante a Guerra da Secessão a partir de uma lente mais ampla de observação de processos históricos de alcance atlântico. Ainda que nosso estudo de caso tenha suas raízes e responda, em larga medida, a circunstâncias bastante específicas da história dos Estados Unidos, como temos visto, a circulação atlântica de ideias e outras experiências de escravidão e liberdade também contribuíram para a formação dos discursos por trás dessas iniciativas. Como veremos adiante, a circulação de ideias provenientes de diferentes grupos abolicionistas (brancos e negros) pelo mundo atlântico é um bom exemplo dessa comunidade de noções, valores e ideias que emergirão, em diferentes momentos, em todas as sociedades americanas rumando para a emancipação.

Nesse sentido, ao introduzirmos a importância das ideias abolicionistas que se conectam e se desconectam com os discursos colonizacionistas, não podemos deixar de mencionar mais algumas especificidades da formação e sedimentação histórica das noções de raça, escravidão e liberdade nos Estados Unidos. As comunidades Quakers em estados como a Pensilvânia, por exemplo, de origem europeia, mas não britânica, não só contribuíram diretamente para a solidificação de uma doutrina abolicionista no país, como fundaram, em 1775, a primeira sociedade abolicionista dos Estados Unidos: a Sociedade Abolicionista da Pensilvânia (*Pennsylvania Abolition Society*), que “considerava os planos de realocação [de mulheres e homens afro-americanos] repugnantes moralmente e contrários aos princípios humanitários do movimento antiescravista”.⁹⁹ Entretanto, mesmo entre os Quakers e também dentre outros grupos abolicionistas, vimos que a percepção das experiências das comunidades livres negras do Norte era, comumente tidas como problemáticas, como um fardo social.

Ainda que a Revolução Americana, no final do século XVIII, não possa ser tratada aqui em maior profundidade, achamos necessário reforçar que a participação de

⁹⁹ BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution...* p. 8. Tradução nossa. No original; “called relocation plans morally repugnant and contrary to the humanitarian principles of antislavery movement”.

escravos na guerra, em ambos os lados do conflito, em troca de liberdade, é uma experiência única dos Estados Unidos e que promoveu a formação de uma camada substancial de libertos que gradualmente foram se assentando no Norte ainda no século XVIII. Destarte, faz-se necessário relembrar brevemente que a maturação de ideias e de grupos que viriam a ser abolicionistas, podem ser encontradas por todo século XVIII e tinham nessas comunidades livres negras interlocutores ativos, mas também observavam as pessoas passivamente e lhes atribuíam juízos de valor.¹⁰⁰

O historiador Gary Nash reconhece que as contradições entre a filosofia iluminista dos direitos naturais - em especial a premissa de que todos os homens nascem iguais - e o escravismo eram discutidas em diversos livros, artigos, livretos e panfletos circulados nos Estados Unidos pelo menos desde os anos 1740. No mesmo estudo, o autor reflete sobre os diferentes efeitos que as grandes obras iluministas publicadas na Europa - como as de Montesquieu e Adam Smith - tiveram sobre a camada educada dos colonos na América, majoritariamente no Norte.¹⁰¹

“Ainda que a emancipação gradual tenha sido instituída no Norte, a escravidão no Sul havia sobrevivido à Era Revolucionária e à ascensão da filosofia dos direitos naturais sem a criação de um discurso de defesa racial elaborado. Tendo em vista que a escravidão nunca tinha estado realmente ameaçada, não havia a necessidade de discurso de defesa da instituição minimamente intelectualizado”.¹⁰²

Já Fredrickson aponta que, no Sul, a filosofia dos direitos naturais não se processou da mesma forma. Tendo em vista que o escravismo naquela região ainda não estava de fato sob ameaça, os expoentes antiescravistas eram poucos e não se desenvolveu a necessidade social e política de elaboração de doutrinas mais complexas que explicassem ou defendessem a escravidão antes do século XIX. No Norte, entretanto, essas doutrinas penetravam de maneira mais visível, não apenas nessas camadas ilustradas de colonos, descritas por Nash, mas eram compreendidas e apropriadas por grupos escravos, libertos e livres e, também, grupos abolicionistas

¹⁰⁰ Sobre a importância das doutrinas religiosas e morais dos Quakers da Pensilvânia para o antiescravismo e o abolicionismo nos Estados Unidos e, consequentemente, sobre a fundação da Sociedade Abolicionista da Pensilvânia (*Pennsylvania Abolition Society*) em 1775, ver a obra clássica de TURNER, Edward Raymond. *The Negro in Pennsylvania: slavery - servitude - freedom, 1639-1861*. Washington: American Historical Association, 1911.

¹⁰¹ NASH, Gary B. *Race and Revolution*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1990. p. 15-43

¹⁰² FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind...* p. 2. Tradução nossa: No original: "Although gradual emancipation had been instituted in the North, slavery in the South had survived the Revolutionary era and the rise of the natural-rights philosophy without and elaborated racial defense - without, indeed, much of an intellectual defense of any kind; for the institution had never actually been seriously threatened".

brancos e negros em sua resistência. Segundo o autor, os escravos do Norte "não consideravam suas demandas por liberdade como apelos a uma classe senhorial misericordiosa, mas sim como a restauração de direitos inerentes que lhes tinham sido tirados ilegalmente".¹⁰³

“Cativos confiantes que consideravam a liberdade como seu direito natural temiam a ideia de que a realocação fosse uma condição para a emancipação. De fato, o estabelecimento de igrejas negras e outras sociedades de caridade ajudaram a espalhar que os afro-americanos tinham toda a intenção de permanecer nos Estados Unidos, onde eles trabalhariam para assegurar não só a sua liberdade, mas também a liberdade daqueles escravizados”¹⁰⁴

A forma como as doutrinas iluministas dos direitos naturais adentraram as reflexões sobre os males da escravidão africana nos Estados Unidos, e também em outros países da América, tem suas raízes em práticas e ideias antigas e extremamente arraigadas nas necessidades coloniais de justificar o tráfico e escravidão africana através de elaboradas construções discursivas de cunho moral-religioso.¹⁰⁵ Tal tema, obviamente, necessita de um estudo extenso próprio. Da mesma forma, a sedimentação histórica de processos específicos que permitiram uma penetração de tal ideário dentre os escravos e as comunidades livres negras dos Estados Unidos, não é um tema que pode ser aprofundado aqui.

Todavia, o historiador John Stauffer explica de maneira bastante sucinta que o “abolicionismo é uma ideia, articulada pela língua, que emergiu no século XVIII e mobilizou as pessoas a agirem”.¹⁰⁶ Ainda que tal afirmação, recortada de um texto maior, possa parecer excessivamente simplista, ela nos ajuda a localizar historicamente manifestações de uma revolução nas concepções e percepções morais no Ocidente.¹⁰⁷ A

¹⁰³ NASH, Gary B. *Race and Revolution...* p. 59. Tradução nossa. No original: “*did not regard their request for freedom as appeals to a merciful master class but as a demand for the restoration of inherent rights unlawfully wrested from them*”.

¹⁰⁴ BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution...* p. 8. Tradução nossa. No original “*Confident bondpersons (sic) who considered liberty their birthright bristled at the thought of reallocation (sic) being a condition for emancipation. Indeed, the establishment of black churches and benevolent societies serve notice that African-Americans had every intention of staying in the Unites States, where they would labor to secure equality for themselves and freedom for those in chains*”.

¹⁰⁵ DAVIS, David Brion. *O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental...* p. 433-492.

¹⁰⁶ STAUFFER, John. “Abolitionism and Antislavery” In: PAQUETE, Robert L. e SMITH, Mark M. (orgs.). *The Oxford Handbook of Slavery in the Americas...* “*Abolitionism is an idea, articulated through language, that emerged in the eighteenth century and propelled people to act*”, p. 556.

¹⁰⁷ Em seu livro “O Navio Negreiro”, Marcus Rediker, descreve algumas ações abolicionistas do século XVIII: “O quarto e último drama surgiu não no navio, mas na sociedade civil da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, quando os abolicionistas traçaram inúmeros e terríveis retratos da Passagem do Meio para o público leitor metropolitano (...) O sucesso do movimento abolicionista estava em tornar real para os povos britânicos e americano o terror perverso e totalmente utilitário do navio negreiro, que era, na

escravidão africana é, portanto, um dos pilares da formação das diferentes sociedades americanas. O “problema da emancipação”,¹⁰⁸ desta forma, necessariamente agrega a necessidade de se repensar o papel dos africanos e afrodescendentes como comunidades livres na era das abolições e independências. Os discursos de legitimação da escravidão africana, bem como os discursos antiescravistas e abolicionistas, confrontam, no século XIX, novas realidades que prescindem de novos fundamentos e ao mesmo tempo produzem também discursos contraditórios. Se a construção e a circulação das ideias antiescravistas e abolicionistas contribuíram para provocar novas realidades nas Américas, como o fechamento do tráfico e os movimentos de emancipação, as doutrinas que pregavam a igualdade nata entre os homens também contribuíram para a formação da complexas teias de ideias e noções raciais que culminaram nas teorias de inferioridade nata dos afrodescendentes.¹⁰⁹

A marca da escravidão na cor da pele de milhões de pessoas não desapareceu com a conquista da liberdade, com o potencial revolucionário do ideário iluminista, ou mesmo com as prescrições bíblicas de igualdade que eram transmitidas pelas igrejas que centralizavam as comunidades negras.¹¹⁰ A organização, em caráter nacional, de comunidades negras nos Estados Unidos, só foi possível, obviamente, depois de 1865.¹¹¹ Entretanto, as comunidades mais antigas do Norte, já vinham produzindo discursos e propondo mudanças sociais e políticas a partir de uma apreensão da experiência da escravidão e uma suposta ancestralidade comum como espaços de

verdade, o traço que o definia (...) o diagrama do armador do navio negreiro Brooks – que mostrava 482 escravos ‘apinhados’ nos conveses da embarcação – terminou por contribuir para que o movimento conseguisse a abolição do tráfico de escravos”. REDIKER, Marcus. **O Navio Nегreiro: Uma História Humana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 16. Nunca é suficiente reconhecer, neste contexto, a contribuição, principalmente no contexto britânico, de Olaudah Equiano e da publicação da narrativa de sua experiência traumática no transporte do navio negreiro – uma das primeiras de grande influência do gênero – além de seus anos de escravidão. Sua militância junto aos abolicionistas ingleses ajudou a sensibilizar parte daquela sociedade no tocante ao componente desumano da Passagem do Meio (*Middle Passage*), como está na tradução do livro de Rediker para o português, na mesma página. Ver também o item “The Historical Significance of Olaudah Equiano” em SANNEH, Lamin. **Abolitions Abroad: American Blacks and the Making of Modern West Africa**. Cambridge: Harvard University Press, 2001. p. 31-39.

¹⁰⁸ Emprestamos essa expressão amplamente utilizada em debates e publicações da época, do título de RUGEMER, Edward Barlett. **The Problem of Emancipation: The Caribbean Roots of the American Civil War**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008.

¹⁰⁹ DAVIS, David Brion. **O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental...** p. 495-531.

¹¹⁰ Ver BROWN, Christopher Leslie. **Moral Capital: Foundations of the British Abolitionism**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006. p. 72-95 e ver FONER, Eric. **Reconstruction: America’s Unfinished Revolution, 1863-1877**. New York: Perennial Classics, 2002. p. 88-102.

¹¹¹ O historiador Eric Foner analisa as diferentes reações das comunidades escravas à emancipação geral consagrada pela 13ª emenda constitucional. Dentre todas as formas de agir em compreender a liberdade que eles haviam conquistado, o autor chama a atenção para os grandes movimentos migratórios dentro dos estados do Sul de ex-escravos e ex-escravas procurando unir as famílias separadas pela escravidão. FONER, Eric. **Reconstruction...** p. 77-100.

significação e de uma comunhão entre todos aqueles de pele escura. O trecho a seguir é do historiador Eric Burin:

“...até o final do século [XVIII], as divisões entre Igbos, Coromantees e outros grupos culturais haviam ficado para trás. Em sua maioria, os negros do Norte agora viam uns aos outros simplesmente como um povo vivendo nos Estados Unidos com uma origem africana generalizada”.¹¹²

Escolheu-se o trecho acima não tanto por sua pontuação específica de grupos culturais africanos, mas pelo convite a se pensar sobre as muitas construções identitárias possíveis entre aqueles homens e mulheres afro-americanos de segunda, terceira e quarta (etc.) geração vivendo nos Estados Unidos. Embora não seja este nosso objeto específico de estudo, é interessante perceber como as definições do outro - o negro, o africano, o escravo - são apropriadas na linguagem e nas demandas dos libertos e livres do Norte, por exemplo, em ocasião de resistirem às iniciativas colonizacionistas que pretendiam condicionar a liberdade conquistada à realocação.¹¹³

A escravidão racial moderna reuniu nas Américas milhões de homens e mulheres provenientes de inúmeros grupos linguísticos e culturais. As formas como esses indivíduos e grupos forjaram novos laços e redes de relações dentro e fora da escravidão mudaram, recriaram-se e possibilitaram a formação de novas e múltiplas identidades em condições extremamente violentas. Identidades essas que avançavam e recuavam em determinadas direções de acordo com os mais variados fatores impostos pelos contingentes cotidianos do escravismo. O ensaio de Sidney Mintz e Richard Price nos traz não só a perspectiva de que a variedade cultural dentre os escravos desembarcados nas Américas podia ser bastante maior que a diversidade cultural entre os diferentes grupos europeus que vieram para o Novo Mundo, como também nos introduz a uma série de formas de construção de laços sociais entre os escravos e escravas.¹¹⁴ Sem nos ater excessivamente aqui a análises que nos distanciam de nosso

¹¹² BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution...* p. 9. Tradução nossa. No original: "by the close of the century, the divisions between Igbos, Coromantees, and other cultural groups had receded. For the most part, black northerners now saw each other simply as people of a generalized African ancestry living in the United States".

¹¹³ Na reflexão sobre a alteridade do escravo que o liberto e o livre carregam para a emancipação, temos nos utilizados da obra de HARTMAN, Saiydiya Hartman. *Lose Your Mother: A Journey Along the Atlantic Slave Route*. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.p. 5: "the most universal definition of the slave is a stranger. Torn from kin and community, exiled from one's country, dishonored and violated, the slave defines the position of the outsider. She is the perpetual outcast, the coerced migrant, the foreigner, the shamefaced child in the lineage".

¹¹⁴ Sidney Mintz e Richard Price nos apresentam, num contexto de escravidão colonial de *plantation*, que não é o contexto dos Estados Unidos, os conceitos de *shipmate* na Jamaica, *sippi* (ou *sibi*) e *máti* no

objeto de estudo, não podemos deixar de nos questionar sobre os efeitos da antiguidade das comunidades livres e libertas do Norte dos Estados Unidos. Essas vivências podem ser vistas como um fator gerador de uma comunhão de experiências que contribuíram para a construção identitária daqueles que já haviam nascido e feito suas vidas no continente americano. Desta forma, podemos aqui pensar em processos semelhantes de formação de culturas afro-americanas em sentido mais amplo, como, talvez, tenha sido a intenção do título do ensaio de Mintz e Price, que se refere a todos aqueles de descendência africana nas Américas.¹¹⁵

Voltando à análise de Burin, podemos compreender a partir do crescimento vegetativo de escravos já nascidos nos Estados Unidos, que os traços linguísticos e culturais específicos nas comunidades afro-americanas em liberdade iam se agregando e se transformando em discursos mais generalizantes. A construção dos discursos de inferiorização dos negros e negras colocava pessoas de origens diversas e vivências variadas em um mesmo patamar da análise. Essas pessoas eram consideradas como o “outro”. Tais discursos de construção dessa alteridade não se processavam apenas na sociedade norte-americana a partir da experiência de substantivas comunidades livres negras livres no Norte. Embora a antiguidade dessas experiências seja, em larga medida, uma característica específica da experiência social dos Estados Unidos, a tendência homogeneizadora que colocava todos negros e negras em um mesmo lugar classificatório foi bastante mais abrangente na formação de outras sociedades americanas. Ainda assim, nos utilizamos aqui da especificidade da sociedade norte-americana para sugerir que, em alguma medida, as experiências de liberdade das quais

Suriname, do *batiment* no Haiti, do *malongue* em Trinidad e do *malungo* no Brasil. Esses primeiros laços desenvolvidos entre indivíduos muitas vezes ainda durante à travessia anterior ao embarque no navio negreiro na costa africana, nos servem para pensar na longa construção de ideias de uma ancestralidade abstrata que fará parte do repertório de linguagens e práticas das resistências e movimentos sociais políticos dos afrodescendentes nos Estados Unidos e em diversas nações americanas. MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. **O Nascimento da Cultura Afro-Americana: Uma Perspectiva Antropológica**. Rio de Janeiro: Pallas e Universidade Cândido Mendes, 2003. p. 66-67.

¹¹⁵ A obra de Sidney Mintz e Richard Price já foi bastante revista desde sua publicação em meados da década de 1970. Entretanto, faço minhas, as palavras de Vincent Brown: "*In the Birth of African American Culture: An Anthropological Perspective, originally published in 1976, Sidney W. Mintz and Richard Price sketched out an influential method for historical ethnographers of slave societies, admonishing scholars to pay closer attention to the way institutional contexts shaped the cultures of people in slavery. They reminded students of cultural history generally, and early African-American history in particular, to examine carefully the ways in which material life shaped the evolution of the beliefs and practices that Africans brought with them to the Americas, to describe more precisely how Africans became African-Americans. While many of the provisional conclusions Mintz and Price drew about patterns of group identification and belonging have been revised by subsequent scholarship, the outline of their approach, which called for an emphasis on the cultural creativity of the enslaved, remains compelling*". BROWN, Vincent. **The Reapers Garden: Death and, Power in the World of Atlantic Slavery**. Cambridge: Harvard University Press, 2008. p. 7.

já tratamos, contribuíram significativamente para a criação de um cabedal discursivo que abarcou um conjunto de noções de alteridade. Tais ideias que pensavam “o negro” a partir uma lente redutora das complexidades culturais e sociais, todavia, também foram, em diversos momentos, apropriadas pelas comunidades negras norte-americanas, e seus intelectuais, para pensar a experiência comum do passado (e presente) de escravidão como uma linha mais resistente para costurar relações e alianças raciais de resistência cada vez mais inclusivas e abrangentes.

Temos nos referido a essa experiência específica da Revolução Americana e de que maneira os discursos que analisavam, negativamente, as vivências das comunidades livres negras do Norte por causa de sua proximidade e influência direta sobre nosso estudo de caso dos projetos de colonização da Guerra da Secessão. Sem negar o alcance atlântico destes discursos de inferiorização, não podemos, contudo, deixar de citar outros exemplos de vivências escravas e livres que também tiveram grande impacto. Acreditamos que todas as revoltas e fugas, bem como outras formas de resistência, em maior escala tenham impactado e aterrorizado as sociedades nas quais elas aconteceram. Os exemplos são inúmeros, como a rebelião escrava de 1823 em Demerara, na Guiana Britânica;¹¹⁶ as guerras maroons (*maroon wars*) do século XVIII e as revoltas de 1823 e 1824 na Jamaica;¹¹⁷ ou a formação de quilombos e o Levante dos Malês em 1835, no Brasil.¹¹⁸ Talvez, contudo, nenhuma revolta, rebelião ou fuga em massa tenha causado maior impacto do que aquelas que levaram à independência do Haiti, entre 1791 e 1804.¹¹⁹ Como mencionado, trataremos especificamente do Haiti no último capítulo (Capítulo VI), mas se faz importante reiterar neste momento que a circulação atlântica de pessoas, mercadorias e ideias, é bastante mais ampla do que nosso estudo de caso pode abarcar. Embora os projetos de colonização da década de 1860 sejam um observatório bastante privilegiado para as grandes mudanças nas sociedades e nos mundos do trabalho nas Américas do século XIX, todo objeto de estudo histórico têm suas limitações.

¹¹⁶ Este evento é tratado com bastante profundidade no livro Costa, Emilia Viotti da. **Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹¹⁷ BROWN, Vincent. *The Reapers Garden...* p. 232-244.

¹¹⁸ Sobre o levante dos Malês há a obra clássica de REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835**. Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Sobre as resistências quilombolas ver MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo e GOMES, Flávio dos Santos. Interiorização e os quilombos em São Paulo nos séculos XVIII e XIX. *Iberoamericana* (Madrid), v. XI, p. 93-110, 2011.

¹¹⁹ Sobre a Revolução Haitiana há a clássica obra de JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Overture e a Revolução de São Domingo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

III. Os Projetos de Colonização: A Degradação da Raça

Já havíamos iniciado uma breve reflexão acerca dos impactos das experiências de escravidão e liberdade nas comunidades negras livres do Norte dos Estados Unidos. Nossa análise se concentrou em um momento histórico de fortalecimento dos discursos de inferioridade do negro a partir da observação dos brancos da inadequação daqueles homens e mulheres aos costumes, comportamento e valores considerados certos e superiores, os modos brancos. Queremos sugerir aqui, dentre outras possibilidades de análise, que a experiência das comunidades negras livres do Norte contribuiu bastante para os debates do pós-emancipação em diversos outros países. A citação a seguir é retirada de uma nota enviada do ministro norte-americano na Nicarágua, Andrew Dickinson, de 12 de setembro de 1862, para seu superior William Seward, Secretário de Estado dos Estados Unidos:

“O povo da Nicarágua, em geral, é contra tais projetos. E essa oposição parece estar profundamente enraizada. Eles se sentem muito insultados de serem vistos como potencialmente iguais, em termos políticos e sociais, aos escravos emancipados dos Estados Unidos, como acontece nos nossos estados do Norte. Ainda que a maioria da população da Nicarágua seja mais ou menos de cor, a presença do sangue africano não se faz tão perceptível. As pessoas de cor são majoritariamente provenientes da mistura dos antigos aventureiros brancos com os povos aborígenes locais, que eram povos que haviam conseguido algum progresso no campo da agricultura e nas artes antes da chegada desses primeiros brancos. O fato de que o sangue branco está tão enormemente misturado com o sangue indígena não prova tanto que os primeiros brancos deste país [Nicarágua] tinham gostos tão divergentes daqueles primeiros colonizadores da América do Norte, mas atesta que a raça indígena [da Nicarágua] é mais inteligente e conseguiu se assimilar entre os brancos, ao contrário das tribos indígenas do Norte. O sangue africano na Nicarágua está mais confinado à costa atlântica, entre os indígenas Mosquito, que não têm poder ou representação política no governo. O povo da Nicarágua é orgulhoso e sensível e agraciado de algum talento. São muito zelosos de seu caráter nacional e se sentiram humilhados com a ideia de serem equiparados com a raça africana”.¹²⁰

¹²⁰ Despacho 27 de Andrew B. Dickinson, ministro dos Estados Unidos na Nicarágua, para William Seward, Secretário de Estado em Washington, de 12/09/1862. Tradução Nossa. Brochuras impressas em 12 volumes disponíveis na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos sob o nome: *Executive Papers, Printed by Order of The House of Representatives, During the Third Session of the Thirty-Seventh Congress, 1862-1863: Papers Relating to Foreign Affairs*, p. 962, doravante referido como PRFA – LOF. Tradução nossa. No Original: “The people of Nicaragua are very generally opposed to such a scheme, and their opposition seems to be deep rooted all strong. They manifest as much abhorrence at being placed on a social and political equality with emancipated slaves as do some of the people of our northern States. Although a majority of the population of Nicaragua is more or less colored, the African blood is comparatively trifling. The colored portion is mostly a mixture of the early white adventures an

Logo nas primeiras sentenças percebe-se que os interlocutores do ministro norte-americano na Nicarágua lhe passaram a impressão de que as comunidades negras livres do Norte dos Estados Unidos pareciam conviver em certo patamar de liberdade e igualdade com a população branca que vivia na mesma região. A igualdade no interior dessa convivência inter-racial é bastante questionável e, além disso, varia muito de lugar para lugar. Entretanto, a percepção de que havia, no Norte, uma convivência inter-racial pacífica e mesmo igualitária não encontrava ecos na realidade cotidiana do Norte, como podemos ver a partir do trecho de James McPherson:

“A Guerra Civil acelerou os esforços do negro em prol dos direitos civis e da dessegregação no Norte. Na maior parte do Norte, em 1860, os negros não desfrutavam dos mesmos direitos perante o judiciário nos estados de Indiana, Illinois, Iowa, Califórnia e Oregon. Nestes mesmos estados, com exceção da Califórnia, existiam disposições legais e constitucionais que proibiam a entrada de imigrantes negros em seus territórios, ainda que essas disposições fossem raramente cumpridas. Muitos lugares públicos, os sistemas de transporte públicos, restaurantes, hotéis e teatros eram segregados. Os negros eram eficazmente impedidos de servirem como jurados em julgamentos em todos os estados com a exceção de Massachusetts. As escolas públicas eram integradas na Nova Inglaterra com exceção de algumas cidades nos estados de Connecticut e Rhode Island. Os negros também eram admitidos de maneira integrada em escolas públicas nos estados de Michigan, Wisconsin e Minnesota, e no norte dos estados de Illinois e Ohio. Nas áreas rurais dos estados de Nova York, Pensilvânia e Nova Jersey acontecia o mesmo. Entretanto, nas grandes cidades e nos municípios de maior porte dos estados de Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia e no sul de Ohio, onde a grande maioria dos negros do Norte se concentravam, as crianças negras freqüentavam, quando muito, escolas segregadas”.¹²¹

aboriginal people, that had made some progress in agriculture and many of the useful arts before the white race came among them. The fact that the white blood is so largely mixed with the Indian is not so much a proof that the early whites of this country had different tastes from those that first settled in North America, as it is that the Indians themselves were a more congenial race, and more readily assimilated to the whites that did the northern tribes. The African blood of Nicaragua is mostly confined to the Atlantic shore, among the Mosquito Indians, who have no political power in the government. The people of Nicaragua are proud and sensitive, and by no means devoid of talent. They are extremely jealous of their national character, and feel indignant at the idea of object to, it is their assumed equality with the African race."

¹²¹ McPHERSON, James M. ***The Negro's Civil War: How American Blacks Felt and Acted during the War for the Union***. Nova York: Vintage Civil War Library, 2003. p. 249. Tradução nossa. No original: *"The Civil War accelerated the Negro's drive for civil rights and desegregation in the North. In most parts of the North in 1860, black men did not enjoy equal rights in court: Indiana, Illinois, Iowa, California, and Oregon. These same states (except California) had constitutional or statute provisions barring the immigration of Negroes into the states, although these provisions were rarely enforced. Public accommodations, transportation facilities, restaurants, hotels, theaters in some parts of the North were segregated. Negroes were effectually barred from jury service in every state except Massachusetts. Public schools were integrated in New England except for a few cities in Connecticut and Rhode Island. Negroes were also admitted to public schools on an integrated basis in Michigan, Wisconsin, and Minnesota, in the northern parts of Illinois and Ohio, and in some rural areas in New York, Pennsylvania, and New Jersey. But in the cities and larger towns of New York, New Jersey, Pennsylvania,*

Com a descrição de um Norte parcialmente segregado, é interessante perceber que para os nicaraguenses também parecia inaceitável e ofensiva a convivência inter-racial, principalmente no contexto de negociação dos projetos de colonização, nos quais os negros e negras que potencialmente chegariam ao país eram, além de tudo, norte-americanos. Veremos no capítulo sobre as negociações com a América Central (Capítulo IV) que as negociações eram mediadas por interesses imperialistas bastante contundentes por parte dos Estados Unidos. De qualquer maneira, embora o restante da nota apresente uma análise racial do referido ministro sobre a inferioridade dos negros não só em relação aos brancos, mas também em relação aos indígenas da América Central, é possível inferir que o insulto com o qual os interlocutores na Nicarágua receberam as propostas de colonização é indicativo de que a percepção da inferioridade tida como inerente ao negro era também comum naquele país.

A partir das impressões que passa Andrew Dickinson, o ministro dos Estados Unidos na Nicarágua, acerca do conteúdo racial das elites e do povo da Nicarágua em geral, e com a análise de outros documentos, é possível compreender que ele, assim como muitos outros norte-americanos, não viam aquelas elites latino-americanas com quem negociavam como brancas: "Ainda que a maioria da população da Nicarágua seja mais ou menos de cor".¹²² Em sua referência à "perceptível" mistura com sangue indígena, que ele afirma ser superior aos negros, é possível identificar estruturas discursivas mais abrangentes nas quais os norte-americanos, brancos, se encontram em uma posição de negociar projetos de colonização para afro-americanos em países que eles viam como "não brancos".

A negociação dos projetos de colonização foi algo que obrigou os agentes dos governos nela envolvidos a, naquele breve momento, colocar em perspectiva e expressar seus medos e desejos acerca do lugar social de seus ex-escravos na construção de seus projetos nacionais, como podemos ver no trecho a seguir. A citação foi retirada de uma nota do representante dos Estados Unidos em Honduras, James Partridge, enviada a seu superior William Seward, o Secretário de Estado em Washington, em 26 de agosto de 1862:

and southern Ohio, where most of the Northern Negroes were concentrated, black children attended segregated public schools when they attended at all".

¹²² "Despacho 27" de Andrew B. Dickinson, ministro dos Estados Unidos na Nicarágua, para William Seward, Secretário de Estado em Washington, de 12/09/1862. PRFA – LOF p. 962.

“...pelo que eu li nos jornais, pode se tornar desejável para o governo saber, pelo menos, o ponto de vista desse governo em relação à colonização de libertos dos Estados Unidos em Honduras. Eu conversei com o presidente sobre esse assunto: 'Este governo está ansioso pela imigração de brancos industriais', ele disse, 'especialmente emigrantes alemães, que, haja visto seu assentamento na Costa Rica, contribuíram muito para o desenvolvimento de recursos e para o aumento da riqueza daquele país; e nós faremos tudo que estiver em nosso poder para induzir tal imigração; mas uma imigração de escravos norte-americanos emancipados não é desejável. Nós tivemos muitos problemas em nossa costa norte, e especialmente nas ilhas da baía, com a população negra livre, que ali chegou vinda da Jamaica e do Belize, e que não obedece às ordens do governo e se envolve constantemente com o contrabando’”.¹²³

É possível depreender desta nota uma série de possibilidades de reflexão. Supostamente citando o então presidente interino de Honduras, Victoriano Castellanos Cortés, a redação da nota é explícita acerca do conteúdo racial desejável e não desejável para a formação social do país. Se os brancos, especialmente os germânicos, são caracterizados como “industriais”, os “negros livres” que circulam pelo Caribe vindos, neste caso específico, das colônias britânicas, são tidos como insubordinados e tendentes a se envolver com atividades ilícitas. Portanto, a falta de interesse político hondurenho em receber trabalhadores e trabalhadoras afro-americanos parece perpassar por visões que identificam características semelhantes e negativas em diferentes populações de descendência africana.

Como vínhamos tentando depreender, a força da escravidão africana na formação das Américas, inclui também sociedades em que a presença de escravos era comparativamente menor. Trataremos deste tema melhor no capítulo específico sobre as nações independentes da América Central (Capítulo IV). Mas antes é necessário que incluamos na presente reflexão alguns processos anteriores não só aos projetos de colonização da Guerra da Secessão, mas anteriores ao próprio século XIX. Nosso objetivo aqui é identificar, de maneira breve, significados, discursos e ideias sobre a inferioridade do negro que circulavam pelo Atlântico antes da era das independências e

¹²³ Nota 11 de James Partridge, representante dos Estados Unidos em Honduras, para seu superior, o Secretário de Estado em Washington, William Seward, em 26/08/1862. Tradução nossa. No Original: “... from what I read in the papers, that it might become desirable for the government to know at least the views of this government in relation to the colonization of free blacks from the United States in Honduras, I had a conversation with the president upon that subject. 'This government is anxious for an immigration of industrious whites', he said, 'specially of German emigrants, who have, by their establishment in Costa Rica, done so much to develop the resources and add to the wealth of that country; and we will do everything in our power to induce such an immigration; but an immigration of enfranchised slaves from United States is not at all desirable. We have had a great deal of trouble on our northern coast, and especially in the bay islands, from the free negro population, which has come there from Jamaica and from Belize, who do not obey orders of the government, and engage in contraband trade constantly.'” PRFA – LOF. p. 960.

abolições. Para tanto, podemos nos aproveitar de uma expressão de que o historiador Vincent Brown se utiliza e que se escolheu traduzir como o “primitivo sonho americano” (“*early American dream*”).¹²⁴ A reflexão de Brown abarca o vasto ideário que a vida nas Américas, desde os tempos coloniais, oferecia para aqueles europeus que desejassem migrar e tentar sua sorte no Novo Mundo. O conjunto múltiplo e heterogêneo de ideias que deu consistência a esse *early American dream* partiu, dentre outros elementos, de uma ética historicamente localizada de trabalho que abarca a escravidão e se processou ao redor de um feixe de ideias que prescrevia como infinitas as potencialidades da vida na América, em larga medida, a partir da posse de escravos.

“... os brancos acreditavam fervorosamente nesse primitivo sonho americano. Se trabalhassem duro o suficiente e vivessem tempo o suficiente, poderiam comprar alguns escravos para si para alugá-los e, finalmente, adquirirem uma parcela pequena de terra e, com isso, adquirir sua independência e respeito”.¹²⁵

Por escravidão, neste contexto, pensamos uma escravidão atlântica de africanos que, como elemento formativo, nos empresta a envergadura da base temática sobre a qual se construiu o este trabalho. Devido ao recorte da presente pesquisa, escolheu-se não incluir as muitas problemáticas da escravidão e das outras formas de servidão das múltiplas populações indígenas ou de trabalhadores de outras origens, posto que a complexidade da temática prescindiria de estudos excessivamente extensos.

Brown, como mencionado, realizou um estudo sobre a Jamaica, muitas décadas antes da conquista de sua independência do Reino Unido. Seu trabalho abarca desde as décadas finais do século XVIII até o início do século XIX. Nota-se com facilidade, mesmo a partir de um trecho tão breve que retiramos de sua obra, as incontáveis e estruturais diferenças das variadas experiências coloniais. A propriedade, posse e alienação de terras no Brasil nesse período,¹²⁶ por exemplo, respondiam a um conjunto normativo bastante diferente, assim como em diversos lugares de colonização

¹²⁴ BROWN, Vincent. *The Reapers Garden...* p. 23

¹²⁵ BROWN, Vincent. *The Reapers Garden...* p. 32 Tradução nossa. No original: “... whites believed fervently in the early American dream. If they worked hard enough and lived long enough, they might buy a few slaves of their own, hire them out in gangs, and finally acquire some small parcel of land, independence, and social respectability”.

¹²⁶ Sobre as formas normativas de regimento da propriedade de terras no Brasil colonial ver o breve artigo de DANTAS, Monica Duarte. “Povoamento e Ocupação do Sertão de Dentro Baiano (Itapicuru, 1549-1822)”, *Penélope*, n. 23, p. 11-14, 2000. O tema foi tratado, entretanto, com mais profundidade em DANTAS, Monica Duarte. *Fronteiras Movediças: Comarca de Itapicuru e a Formação do Arraial de Canudos*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2007.

espanhola.¹²⁷ Contudo, ao emprestar o termo *early American dream* como mote para essa parte da narrativa, foi nosso objetivo ampliar momentaneamente o escopo de análise dos projetos de colonização. Estes projetos, que objetivavam realocar homens e mulheres afro-americanos no exterior, foram envoltos em diversas discussões de alcance atlântico. Entre elas estão as discussões transnacionais acerca do papel social e político dos escravos, libertos e livres no processo de desmonte da escravidão africana nas Américas. O processo de erupção do escravismo culmina, na primeira na metade do século XIX, com os atos e leis de proibição do tráfico de escravos, iniciativas e estabelecimento de regimes de trabalho tutelado e, também, com emancipações frequentemente ligadas às independências.

O *early American dream* fez parte do plástico e poroso conjunto de ideias e noções que envolveram a montagem dos variados construtos coloniais nas diversas regiões das Américas. Como mencionado, Brown se refere especificamente aos sistemas coloniais de matriz inglesa. Entretanto, a centralidade da escravidão africana dentro desse ideário faz com que ele possa ser encontrado dentre os discursos que envolveram o estabelecimento de sociedades coloniais de portugueses, espanhóis, franceses, holandeses etc. Dentre as expectativas que esses muitos europeus formaram sobre a vida na América, é bastante comum se encontrar na posse de escravos não só um sinal de sucesso (e poder), mas como umas das condições mínimas de sobrevivência econômica em alguns lugares.

“... a escravidão africana foi deslanchada pela colonização ibérica e depois, em escala crescente, ampliada e determinada pela demanda de mão de obra para as *plantations*. A doutrina racial que via os cativos africanos como nascidos não foi obra de alguma categoria social ou nação europeia e continuou a exibir diferentes padrões e interpretações. O princípio português e espanhol de limitar formalmente a escravidão aos africanos forneceu um precedente que os holandeses, ingleses e franceses tornaram mais sistemático. Ao fechar quase todos os caminhos para a alforria, os ingleses provocaram uma polarização mais acentuada entre brancos livres e escravos negros. Para a maioria dos europeus, a falta de cristianismo dos africanos e a sua natureza ‘selvagem’ eram vistas como explicações da necessidade de mantê-los no cativeiro. A história da maldição de Noé e a teoria de que a pele negra era o símbolo desta maldição justificavam a escravização permanente dos negros, independentemente de sua crença ou conduta. Mas não proporcionava fórmulas legais para que os escravos fossem

¹²⁷ Ver BLACKBURN, Robin. **A Construção do Escravismo no Novo Mundo: Do Barroco ao Moderno (1492-1800)**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003. p. 161-187; e MACLEOD, Murdo J. "A Espanha e a América: O Comércio Atlântico, 1492-1720" In: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina: América Latina Colonial**, v. I. 2. ed. 1a. reimpressão. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

tratados como propriedade - estas foram fornecidas por resíduos da lei romana, com Coke e Bossuet invocando o *jus gentium*".¹²⁸

O trecho de Robin Blackburn nos auxilia a pensar na escravidão africana como uma experiência histórica comum e abrangente nas Américas. O excerto acima também introduz outras questões que trataremos ao longo do presente trabalho, como por exemplo, a sedimentação histórica de uma escravidão racial que servirá de base para os discursos e políticas em torno de iniciativas de colonização de africanos e afrodescendentes nos Estados Unidos do século XIX. Tais empreendimentos e, o que nos interessa mais, as ideias por trás deles, confirmam-se como a fundação da Sociedade Americana de Colonização (*American Colonization Society*) em 1816, a consequente criação da Libéria nos anos 1820 e, entre outros, com os projetos de colonização da Guerra da Secessão, que constituem o estudo de caso da presente pesquisa. O historiador já citado anteriormente, David Brion Davis, que, em sua história das ideias e visões sobre a escravidão africana no Ocidente também nos auxilia a refletir sobre a centralidade do tema da escravidão nas variadas formações sociais nas Américas, nos empresta o seguinte trecho:

“Sugerimos que a escravidão do negro, resultado de inúmeras decisões de interesses próprios tomadas por comerciantes e soberanos na Europa e na África, foi uma parte intrínseca do desenvolvimento americano a partir das primeiras descobertas. A evolução da instituição também foi contemporânea à criação da ideia de América como um novo começo, uma terra prometida em que as esperanças e aspirações dos homens seriam realizadas. Os sonhos e ideais incorporados a diversas imagens do Novo Mundo não entravam, necessariamente, em conflito com a escravização de um povo estrangeiro”.¹²⁹

A utilização do termo “estrangeiro” abre caminho para se compreender não só algumas características fundamentais da construção do escravismo nas Américas, mas nos remete diretamente ao nosso objeto de pesquisa. Ainda que se vá tratar com mais profundidade da criação da Libéria no último capítulo (Capítulo VI), não podemos deixar de refletir aqui sobre os discursos por trás de iniciativas de mandar “de volta” para o continente africano aqueles libertos e livres que incomodavam não só os senhores de escravos do Sul dos Estados Unidos, como também muitas das comunidades brancas dos estados do Norte, onde a escravidão havia sido abolida, em grande parte, com o processo de independência, no final do século XVIII. Nas palavras do historiador Eric

¹²⁸ BLACKBURN, Robin. *A Construção do Escravismo no Novo Mundo...* p. 23.

¹²⁹ DAVIS, David Brion. *O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental...* p. 40-41.

Burin: “até o início do século XIX, todos os estados do norte estavam no caminho rumo à abolição, embora muitos não esperassem atingir seu destino final ainda por muito tempo”.¹³⁰

A obra de Burin sobre a *American Colonization Society* identifica, no ideário norte-americano, uma relação íntima e contínua entre a “liberdade negra” e as iniciativas de colonização/migração dessa população (“*black freedom to black migration*”).¹³¹ Em sua história das ideias de colonização de libertos e livres, o autor cita um cidadão do estado de Nova Jersey que, já em 1714, décadas antes da independência, pregava que os escravos e escravas deveriam ser “libertados e mandados para sua terra de origem”.¹³² É preciso incluir nesse momento da reflexão que os diferentes movimentos abolicionistas dos Estados Unidos oferecem, recebem e dialogam diretamente com a circulação de ideias de colonização de mulheres e homens afro-americanos.

Os termos utilizados por Burin para qualificar os discursos de colonização de mulheres e homens negros, que haviam conquistado sua liberdade, são muitos: remover, realocar, migrar, livrar-se, expatriar, deportar, mandar de volta etc. Acreditamos que todos esses termos apontam para um denominador comum entre grande parte das elites brancas do Norte e do Sul do país - que entrariam em guerra civil nos anos 1860 - qual seja: a perspectiva de que os afrodescendentes em condição de liberdade não poderiam ter seu lugar na construção da sociedade norte-americana reconhecido. Seu papel, o trabalho escravo, era a razão de sua presença no país. Uma vez livres, portanto, não mais cumprindo o papel social que lhes foi imposto, os negros e negras são considerados por muitos como uma espécie de estrangeiro, cuja presença no país é altamente indesejada.¹³³ Tais “propostas de expatriação”, como introduzido, podem ser vistas ainda no período colonial do país e apontam para a permanência da crença, dentre diferentes comunidades brancas, de que “homens e mulheres alforriados e sem

¹³⁰ BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution...* p. 7. Tradução nossa. No original: “by the early nineteenth century, all of the northern states had embarked on the road to abolition, though several did not expect to reach their final destination for quite a long time”.

¹³¹ BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution...* p. IV.

¹³² BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution...* p. 7. No original está “be set free... [and] sent to their own Country”. Decidiu-se traduzir por “sua terra de origem” visando um melhor entendimento em português, mesmo sabendo que uma tradução mais literal seria algo próximo a “enviados para sua própria terra”.

¹³³ ELTIS, David. *The Rise of African Slavery in the Americas*. 7a impressão. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 258-284.

propriedade se tornariam um fardo para a sociedade”.¹³⁴ Não se pode deixar de mencionar que o adjetivo “sem propriedade”, naquele momento, era uma consequência das muitas leis dos estados do Norte que visavam impedir o acesso dos libertos e livres à aquisição de propriedade.¹³⁵

“A guerra de independência desencadeou forças que contestaram a escravidão de formas sem precedente. A retórica dos direitos naturais exaltadas pela liberdade humana - assim como a doutrina da igualdade do cristianismo evangélico - colocou na defensiva os partidários da escravidão. A resistência dos cativos no interior da guerra também minou a instituição. As supracitadas forças ideológicas, econômicas e sociais lentamente desintegraram a escravidão nos estados do Norte”.¹³⁶

IV. Revoluções Atlânticas: O Pós-Abolição

Dando continuidade ao melhor entendimento das circunstâncias atlânticas que abarcaram as ideias e discursos que culminaram na negociação dos projetos de colonização da Guerra de Secessão, é preciso pontuar que, grosso modo, no início dos anos 1860, a grande maioria das nações americanas independentes e também as colônias havia abolido a escravidão africana em seus territórios.

“As revoluções francesa e haitiana e o abolicionismo britânico exerceriam importante influência nas sociedades escravocratas ibéricas. A Espanha foi uma das participantes nas lutas em São Domingo. Tropas, refugiados, e aliados circulavam entre São Domingo e as colônias espanholas vizinhas como Cuba, Porto Rico e Venezuela. Rebeliões nos domínios espanhóis – em Coro na Venezuela em 1795 e em Havana em 1812 – inspiraram-se explicitamente nos eventos da colônia francesa. Ademais, quando a França napoleônica invadiu a Península Ibérica em 1808, os impérios português e espanhol de repente se viram mergulhados em profunda crise. A invasão diferiu em seus efeitos sobre a escravidão nos dois impérios (...) Em contraste à continuidade portuguesa, as ordens doméstica e coloniais espanholas realmente entraram em colapso”.¹³⁷

¹³⁴ BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution...* p. 7. Tradução nossa. No original: “*liberated, propertyless, black men and women would become a burden on society*”.

¹³⁵ Ver capítulo 1 de BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution...*

¹³⁶ BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution...* p. 6. Tradução nossa. No original: “*The War for Independence unleashed forces that challenged slavery in unprecedented ways. Natural rights rhetoric, with exaltation of human freedom, placed slavery's proponents on the defensive, as did the egalitarianism of evangelical Christianity. Wartime resistance from bondspersons also undercut the institution (...) The aforementioned ideological, economical, and social forces slowly disintegrated slavery in the northern states*”.

¹³⁷ SHIMIDT-NOWARA, Christopher. “Emancipation” In: PAQUETE, Robert L. e SMITH, Mark M. (orgs.). *The Oxford Handbook of Slavery in the Americas...* p. 583. “*The French and Haitian Revolutions and British abolitionism would exert important influence in the Iberian slave societies. Spain was one of the participants in the struggles over Saint-Domingue. Troops, refugees, and allies moved between Cuba, Puerto Rico, and Venezuela. Rebellions in the Spanish domains – at Coro in Venezuela in*

Para além das Revoluções Americana e Haitiana - esta última melhor tratada no capítulo final (Capítulo VI) -, podemos identificar como simbólica desse processo histórico maior de desmonte da escravidão a proibição ao tráfico atlântico de escravos por parte dos Estados Unidos e nas possessões britânicas, em 1807 e 1808, respectivamente.¹³⁸ A ilegalidade do tráfico nesses lugares representou conquistas dos muitos e diferentes movimentos e grupos abolicionistas norte-americanos e britânicos, além, obviamente, da resistência de longa data dos escravos e escravas. Representou, dentre muitas outras coisas, a força ideológica das ideias abolicionistas que mudaram a forma como se pensavam diversos aspectos da escravidão negra nas Américas.¹³⁹

Voltando às grandes questões que se desdobraram no século XIX, vemos que, com raras exceções, como é o exemplo de Cuba, até fins da década de 1840, grande parte das colônias hispano-americanas havia conquistado sua independência e também abolido a escravidão em seus territórios.¹⁴⁰ Por sua vez, colônias britânicas haviam estabelecido o aprendizado como uma das formas de tentar assegurar a continuidade econômica de muitas de suas lavouras depois da emancipação.¹⁴¹

“A Lei de Abolição de 1833 estabeleceu um período de aprendizado de quatro a seis anos depois da emancipação nas colônias da coroa inglesa. Nesse período os libertos, que passaram a ser chamados de aprendizes, eram obrigados a continuar trabalhando para seus antigos senhores (...) Os precedentes da legislação britânica legitimaram a continuidade da escravidão de trabalhadores rurais nas índias Ocidentais após sua emancipação ao proporcionar uma forma alternativa de trabalho compulsivo e controle social”.¹⁴²

1795 and in Havana in 1812 – took explicit inspirations from the events in the French Colony. Moreover, when Napoleonic France invaded the Iberian Peninsula in 1808, the empires of Spain and Portugal suddenly found themselves thrown into profound crisis. The invasion had differing effects on slavery in the two empires (....) In contrast to Portuguese continuity, Spain's domestic and colonial order virtually collapsed”.

¹³⁸ Sobre as relações entre a Revolução Americana e as origens do abolicionismo britânico (que levou às leis de fechamento do tráfico) ver capítulo 6 de BROWN, Christopher Leslie. *Moral Capital...*

¹³⁹ Devido ao recorte do tema da presente pesquisa, escolheu-se não incluir as muitas problemáticas da escravidão e outras formas de servidão indígenas nas Américas, por fazerem parte de outras realidades demográficas, culturais e sociais, além de se filiarem a outros movimentos de ideias.

¹⁴⁰ Ver capítulo 5 de ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton / Oxford: Princeton University Press, 2006

¹⁴¹ FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade: A Emancipação e seu Legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 25 a 72.

¹⁴² TYSON, Thomas N., OLDROYD, David e FLEISHMAN, Richard K. "Accounting, Coersion and Social Control During Apprenticeship: Converting Slave Workers to Wage Workers in the British West Indies, C. 1834-1848". *The Accounting Historians Journal*, v. 32, n. 2, p. 202, 2005.

Essas mudanças - que fazem parte do processo de encerramento das diversas experiências de escravidão africana - são particularmente interessantes para refletirmos sobre as formas que diferentes elites e governos encontraram para repensar as economias e sociedades nas Américas do pós-abolição. Em diversos lugares, a realidade é a da falta de braços para manutenção básica das lavouras. Uma vez conquistada a liberdade, não era incomum que os libertos e libertas resistissem a permanecer nas mesmas propriedades sob muito semelhantes condições de trabalho. Muitas das economias locais foram fortemente abatidas não só pelos movimentos de saída dos ex-escravos e ex-escravas das plantações, mas também pela necessidade estrutural de sempre se precisar trazer novos trabalhadores, que antes vinham via tráfico transatlântico de escravos.

O fechamento do tráfico nos Estados Unidos e no Império Britânico nas Américas, assim, evidenciou ainda mais que as brutais condições da escravidão e a constante resistência imposta pelos cativos, dentre outros fatores, geravam, em regra, realidades pouco férteis para manutenção ou crescimento vegetativo da população escrava nas Américas.¹⁴³ Não é sem razão que a emancipação nos domínios britânicos foi chamada de “O Grande Experimento”:

“O ‘Grande Experimento’ envolveu a emancipação de cerca de 700 mil pessoas, incluindo escravos de colônias tão dispersas como as Honduras britânicas (...) Mas o maior número foi alcançado nas ilhas do açúcar, principalmente na Jamaica (com 331 mil escravos) (...) Tanto contemporâneos como historiadores descrevem com frequência o resultado da emancipação nas colônias produtoras de açúcar, resultado este proveniente de uma relação bastante simples entre terra e mão de obra. Em pequenas ilhas com alta densidade populacional e pouca terra livre (Barbados, Antígua, St. Kitts, por exemplo), o já antigo sistema de grande lavoura não apenas sobreviveu à emancipação, como produção de açúcar aumentou de fato, uma vez que os libertos não tinham alternativa a não ser continuar a trabalhar nas fazendas. Na Guiana inglesa e em Trinidad, com vastas áreas de terra desocupada e indústrias de açúcar em expansão às vésperas da abolição, os negros abandonaram as fazendas em grande número, mas a produção de açúcar acabou se recuperando, empregando imigrantes contratados como trabalhadores de fazenda. Finalmente, na Jamaica, com terra disponível e uma agricultura já em declínio antes da emancipação, a ascensão de um campesinato acompanhou um prolongado declínio na produção do açúcar”¹⁴⁴.

¹⁴³ Sobre o alto índice de mortalidade entre os escravos em plantação de açúcar, ver: BROWN, Vincent. *The Reapers Garden...* O livro foca no caso específico da Jamaica onde, segundo o autor, os índices totais de mortalidade são maiores que em outras regiões de indústria de açúcar.

¹⁴⁴ FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade...* p. 33.

Nesse sentido, respeitadas as inúmeras diferenças locais, regionais e nacionais, a solução para os problemas de mão de obra gerados no pós-abolição nas Américas foi frequentemente a opção pela imigração estrangeira, como é o caso das supostas intenções de Victoriano Castellanos, Presidente Interino de Honduras, reproduzidas por James Partridge, ministro dos Estados Unidos naquele país em um trecho acima citado. O país estava "ansioso pela imigração de brancos industriais", que ele acredita que podem "desenvolver os recursos e acrescentar na riqueza" de Honduras.¹⁴⁵ Nesse período das independências e do pós-abolição, nesse sentido, os discursos de inferiorização do negro aparecem de diversas formas nos discursos sobre os mitos do nascimento das nações e é, particularmente visível nos documentos dos projetos de colonização da Guerra da Secessão, no tema da imigração estrangeira.

V. Imigrantes no Pós-Abolição: A Questão do Controle sobre a Mão de Obra "Livre"

Como mencionado, em muitas das sociedades americanas e caribenhas o fim do tráfico e a emancipação levaram as elites políticas a buscarem na importação de trabalhadores estrangeiros a solução para sua mão de obra após o fim da escravidão. Iniciou-se um novo movimento transoceânico de transporte de trabalhadores para alimentar as economias das Américas. Faz-se necessário mencionar que, ainda que em muitos países e regiões as populações liberta e livre locais fossem substantivas, um outro problema se fez evidente no pós-abolição: a questão do controle sobre os trabalhadores e trabalhadoras nacionais. Muitas das elites americanas acreditavam ser impossível deter o mesmo nível de controle sobre a mão de obra nacional. Este, dentre outros muitos fatores, levou as elites locais a procurarem outras opções de trabalhadores não-escravos que dessem continuidade a estruturas econômicas concebidas em sociedades escravocratas. Assim, nasciam novas cadeias econômicas de transporte de pessoas "livres" de diversos lugares da Ásia e Europa, que já chegavam para trabalhar nas lavouras nas Américas com imensas dívidas a serem pagas que os prendiam através de contratos injustos às mesmas fazendas que há poucos anos eram cultivadas por escravos e escravas.

¹⁴⁵ No despacho 17, de 26/08/1862, enviado por James R. Partridge, ministro dos Estados Unidos em Honduras, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward, Partridge reproduz, supostamente, as palavras do Presidente Interino de Honduras, Victoriano Castellanos. PRFL - LOF, p. 960.

Tem-se aqui focado no fim do tráfico de escravos porque os projetos de colonização propostos durante a Guerra da Secessão, tema deste trabalho, inserem-se justamente dentre essas iniciativas e discussões mais amplas sobre os mundos do trabalho no pós-abolição. Ainda que o tema tenha suas justificações enraizadas nos problemas provenientes da escravidão africana nas Américas, as retóricas adotadas nas negociações com as colônias britânicas, holandesa e dinamarquesa, por exemplo, colocam os projetos de colonização dentro de novas redes de troca materiais, de ideias e de pessoas que procuravam sanar os problemas do pós-abolição. Os projetos de colonização são representativos da complexidade das mudanças nos mundos dos trabalhos. São representativos das contradições da passagem do trabalho escravo para a concepção da época de trabalho livre. Os projetos de colonização dialogam diretamente com os legados que os séculos de escravidão africana deixaram para serem repensados e resolvidos. Se, em muitos locais, trazer trabalhadores estrangeiros, quaisquer que eles fossem, respondia diretamente à necessidade de repensar e resolver situações de falta de braços para o cultivo das propriedades rurais. Em outros locais, a importação de estrangeiros respondia mais à necessidade das elites locais continuarem a ter controle sobre seus trabalhadores e trabalhadoras por forma de contratos abusivos, dentre outros motivos. Apesar das possibilidades de empregar as populações nacionais nas antigas funções dos escravos e escravas, o pós-abolição trouxe para muitos locais a impossibilidade de controle sobre os libertos e livres. Assim, nesse primeiro tópico, pretendeu-se inserir o tema dos projetos de colonização dentro desse momento de transição de múltiplas experiências de trabalho escravo para os igualmente múltiplos regimes trabalho considerados livre, que não poderia deixar de aparecer como um dos grandes eixos temáticos da presente pesquisa.

Como anteriormente mencionado, os processos de substituição de mão de obra escrava por livre, por um lado, iniciam movimentos migratórios que transcendem as já fronteiras do mundo atlântico.¹⁴⁶ As muitas percepções de liberdade e as condições de trabalho desses imigrantes estão intimamente relacionadas à necessidade de um excessivo controle sobre a mão de obra que as elites políticas locais julgaram precisar

¹⁴⁶ Tem se usado como base para a discussão dos contornos e limites da História Atlântica – no Atlântico Norte, principalmente, bem como no ambiente acadêmico anglo-saxão – os seguintes textos: O'REILLY, William. "Genealogies of Atlantic History". *Atlantic Studies*, v. 1, n. 1, 2004; GAMES, Alison. "Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities". *The American Historical Review*, v. 111, n. 3, 2006; e ARMITAGE, David. "Three Concepts of Atlantic History" In: ARMITAGE, David e BRADDICK, Michael. *The British Atlantic World, 1500-1800*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2002

para manter suas economias.¹⁴⁷ É preciso pontuar que essas ideias de liberdade, bem como suas contraditórias práticas, abrangem uma série de regimes de trabalho tutelado, compulsório e dependente a serem impostos tanto aos ex-escravos como sobre os novos trabalhadores imigrantes¹⁴⁸. Se vindos de diferentes regiões da Índia, China, ou Europa, a título de exemplos, os imigrantes que substituíram em parte o trabalho antes feito por escravos de origem africana chegam para se estabelecer em sociedades enfrentando profundas mudanças. Essas transformações são fruto, em grande parte, dos processos que encerram a tráfico transatlântico e a escravidão nas Américas. Se as costas do continente africano tinham sido as provedoras das demandas por escravos por muitos séculos, as origens dos trabalhadores imigrantes a partir do século XIX são mais variadas e compreendem lógicas próprias de um processo histórico interoceânico particular.¹⁴⁹ Assim, a questão do controle sobre a força de trabalho nas Américas reflete, mas não se limita a, a perspectivas e desejos de variadas sociedades recém saídas de estruturas escravistas, com múltiplos contornos demográficos e políticos.

Como brevemente mencionado na Introdução, dentre as múltiplas origens dos trabalhadores imigrantes “não escravos” que chegaram às Américas do pós-abolição, aqueles homens e mulheres africanos interceptados no tráfico transatlântico de escravos tornado ilegal, constituíam também um fonte de mão de obra. A seguir apresentamos um trecho de um despacho de 26/05/1862, enviado pelo Coronel W. Raasloff, representante da Dinamarca nos Estados Unidos para o Secretário de Estado em Washington, William Seward:

“Tive a honra, em minha nota de 23 de abril, último, de informá-lo de que eu estava preparado para negociar e assinar uma convenção especial para a emigração de negros livres deste país para a ilha de Santa Cruz nas Índias Ocidentais dinamarquesas. Eu gostaria de reiterar que estou também preparado para, da mesma maneira, negociar e concluir uma convenção especial para a transferência para a mesma ilha de africanos que sejam encontrados, deste momento em diante, a bordo de navios negreiros

¹⁴⁷ ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. Introdução In: DAVTZ, Thomas. **Memórias de um Colono no Brasil (1850)**. São Paulo: EDUSP, 1980. Ainda que Cuba não fosse independente ou sequer tenha sido cogitada nos projetos de colonização assunto deste capítulo, a experiência de escravidão tardia e as tentativas com imigração chinesa tornam o país de interesse nos estudos que pensam diferentes transições e opções para o trabalho escravo e livre, ver capítulo 3 de RIVA, Juan Pérez de La. **El Barracón: Esclavitud y Capitalismo en Cuba**. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975.

¹⁴⁸ Sobre os debate e iniciativas no Brasil ver capítulo 1 de LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da Escravidão Ao Trabalho Livre: A Lei de Locação de Serviços de 1879**. Campinas: Papirus, 1988.

¹⁴⁹ "Atlantic history (...) is a way of looking at global and regional processes within a contained unit, although that region was not, of course, hermetically sealed off from the rest of the world, and thus was simultaneously involved in transformations unique to the Atlantic and those derived from global processes". GAMES, Alison. "Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities"... p. 748.

capturados pelos navios dos Estados Unidos. Os termos que, como relatados na nota acima mencionada, estou autorizado a oferecer para negros livres emigrando deste país para Santa Cruz servirão, da mesma forma, como base para esta proposta de negociação. Tais termos são aplicáveis aos africanos capturados, com exceção, apenas, que os últimos teriam que servir como aprendizes por certo número de anos, algo como cinco anos, como trabalhadores de segunda e terceira classes nas propriedades produtoras de açúcar. Durante o referido período de tempo, contudo, eles receberiam o tratamento, em todos os aspectos, que recebe a população local livre vivendo nas áreas rurais”.¹⁵⁰

Esses homens, mulheres e crianças interceptados pelas esquadras britânica e norte-americana, a bordo de navios negreiros, foram uma fonte não pouco expressiva de trabalhadores não escravos que chegaram principalmente ao Caribe - segundo Rosseane Marion Adderley, cerca de 40.000 recapturados chegaram às Américas.¹⁵¹ Como exposto em uma nota na Introdução do presente trabalho, faz-se necessário, antes, fazer uma breve reflexão no tocante aos potenciais problemas na tradução. Na legislação brasileira, que são a Lei 07/11/1831 e o decreto de 1835 para a mesma, essas pessoas são referidas como “africanos livres”.¹⁵² O termo utilizado na língua inglesa é “*liberated*

¹⁵⁰ “Despacho s/n”, de 26/05/1862, enviado pelo Coronel W. Raasloff, ministro da Dinamarca nos Estados Unidos, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward. MITCHELL, James (Emigration Office). **Report on Colonization and Emigration: Made to the Secretary of the Interior**. Edição Fac-Símile. Charleston: BiblioBazaar, 2009. p. 15. Doravante referido como Relatório Mitchell. Tradução nossa. No original. “*Sir: I had the honor, in my note of April 23 last, to inform you that I was prepared to negotiate and to sign a special convention for the emigration of free negroes from this country to Danish West India Island of St. Croix, and beg leave now to add that I am likewise prepared to negotiate and conclude a special convention for the transfer to that island of Africans who may hereafter be found on board of slavers captured by cruisers of the United States. The terms which, as stated in my above-mentioned note, I am authorized to offer to free negroes emigrating from this country to St. Croix would likewise, at least essentially, and as a basis for the proposed negotiation, be applicable to captured Africans, with the exception only that the latter would have to serve as an apprenticeship of a certain number of, say, five, years, as third and second class laborers on a sugar plantation, during which time, however, they would in every other respect, be treated entirely the same as the native free rural population*”.

¹⁵¹ ADDERLEY, ROSANNE MARION. **New Negroes from Africa: Slave Trade Abolition and Free African Settlement in the Nineteenth-Century Caribbean**. Bloomington e Indianápolis: Indiana University Press, 2006. p. 2.

¹⁵² MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 18-19. Sobre as convenções envolvendo os africanos livres: “A Convenção Adicional de 1817 ao tratado firmado entre a Grã-Bretanha e Portugal em 1815 para a abolição do tráfico de escravos e um acordo semelhante firmado entre a Grã-Bretanha e o Brasil independente em 1826 regulamentavam a interferência britânica sobre o fluxo do tráfico que abastecia o Brasil. Os acordos bilaterais autorizavam o direito mútuo de busca e apreensão e instituíam comissões mistas nos dois lados do Atlântico para julgar os navios suspeitos de tráfico. No começo, de 1820 até a independência do Brasil em 1822, apenas era proibido o tráfico de escravos ao norte do Equador ou em territórios fora do império português. Depois que o tratado de 1826 passou a vigorar em março de 1830, todo o comércio para o Brasil foi proibido. Segundo os regulamentos, os navios negreiros ostentando a bandeira brasileira capturados na costa brasileira deveriam ser levados a julgamento na comissão mista anglo-brasileira sediada no Rio de Janeiro. Em caso de condenação, os escravos encontrados a bordo deveriam ser formalmente emancipados pela comissão e entregues ao governo brasileiro. O mesmo deveria ocorrer no lado africano, onde Freetown, Serra Leoa, tornou-se a sede da outra comissão anglobrasileira e de outras

Africans". Assim, a tradução correta de acordo com a legislação para esses interceptados do tráfico é "africano(a) livre". É possível questionar, contudo, se a tradução de termo como o equivalente do outro não deixa de fora situações e possibilidades identitárias diferentes. Por "*liberated*", podemos também como "libertado(a)"; já o "liberto" ou a "liberta", aparece comumente nas traduções como *freedman* ou *freedwoman*. No caso do liberto(a) e do termo equivalente em inglês, ambos abarcam em seu conteúdo a noção de que aquele homem ou mulher já foi escravo ou escrava. Já no termo "africano(a) livre", embora saibamos das reais condições de trabalho ao qual eram submetidos nos quatorze anos de aprendizado no Brasil, não necessariamente carregam no nome o fato explícito de uma escravização prévia. Não se pode, aqui, pela complexidade do tema, incluir na equação as formas de captura e escravidão as quais essas pessoas estiveram submetidas antes de adentrar um navio negreiro na costa africana. Pode-se argumentar, de alguma forma, que o termo "escravo" se atribui àquela pessoa que nasce na escravidão instituída, nas Américas, por exemplo. Já o escravizado é aquele que se torna escravo durante sua vida por uma série de razões.¹⁵³ Podemos usar como reflexão sobre os discursos envolvendo essa nomenclatura e a forma como escravos e livres se apropriam dela. No recente trabalho de Maria Helena Machado, "Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: A História de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ouvídia, escrava (Sudeste 1880)", podemos observar que não é tanto na forma da exploração do trabalho que alguns negros e negras constroem suas identidades, mas no termo "livre" que descreve sua

comissões bilaterais, além do tribunal do Vice-Almirantado britânico. Com origem nas medidas de repressão ao tráfico, a categoria de "africanos livres" existiu em vários territórios que eram sede de tribunais do Vice-Almirantado e de comissões mistas onde eram julgados os navios suspeitos de envolvimento no tráfico. Os africanos emancipados nessas condições deveriam ser entregues a particulares ou a instituições para trabalhar na condição de criados ou trabalhadores livres por um determinado período e permanecer sob a guarda do governo local. Na prática, a experiência desses indivíduos variou de lugar para lugar, de acordo com o número deles e as condições dos territórios onde se fixaram. A existência de tal grupo derivado das atividades de repressão ao tráfico foi tratada pelos britânicos, durante todo esse período, como um experimento abolicionista"" MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. "Em Nome da Liberdade: Abolição do Tráfico de Escravos, o Direito e o Ramo Brasileiro do Recrutamento de Africanos (Brasil Caribe Britânico, 1830-1850)". **Revista Mundos do Trabalho**, v. 3, p. 69, 2011.

¹⁵³ A discussão desta terminologia foi desenvolvida a partir das contribuições dos professores Luiz Felipe Alencastro, Alberto da Costa e Silva e do Professor Kabengele Munanga em uma mesa da Conferência USP Humanidades 2013: Emancipações, inclusão, e exclusão. Desafios do Passado e do Presente, no dia 29/10/2013. Futuramente os vídeos das mesas será disponibilizado no site <http://www.sinteseeventos.com.br/site/index.php/acoes/seminario-emancipacoes>.

condição.¹⁵⁴ O africano ou africana livre, no Brasil, em muitos momentos apresenta sua agência na negação da escravidão, como nos mostra a historiadora Enidelce Bertin:

“Resultado da ação britânica contra o tráfico de escravos no século XIX, os africanos livres viveram as contradições e as tensões daquele momento. Embora resgatados do tráfico de escravos, tiveram em sua experiência cotidiana estreita relação com a escravidão, não apenas porque os lugares de trabalho e a sociabilidade nas cidades muitas vezes eram comuns a escravos e libertos, mas também porque, frequentemente, eram vistos como desprovidos sequer de uma porção de liberdade pelos administradores públicos e pelas pessoas que arrematavam os seus serviços. Entretanto, acreditando na singularidade de sua condição, os africanos livres colocaram-se diante das autoridades como indivíduos livres, o que se chocava frontalmente com a prática dos seus tutores”.¹⁵⁵

Não se quer dizer, contudo, que os "*liberated Africans*" desembarcados em outros lugares não se utilizassem também de sua condição tão específica para demonstrar agência e negociar melhores condições de vida. Apenas se quis apontar como a nomenclatura dada a esse grupo no Brasil permitiu que criassem identidades e lutas muito próprias em alguns sentidos.¹⁵⁶ Como visto anteriormente, os diferentes discursos originários do iluminismo europeu, dentre outras fontes, eram reapropriados pela agência e resistência de escravos, libertos, livres e africanos livres em diversos lugares das Américas e, em menor medida, em alguns pontos da África.

“A campanha abolicionista promovida pelo governo britânico no século XIX foi responsável por transformações fundamentais na maneira como se percebia a escravidão e a liberdade no mundo ocidental. Tais transformações, realizadas no decorrer de aproximadamente um século, foram o resultado de uma mudança de paradigma que os britânicos desenvolveram no próprio país e nas colônias e impuseram sobre outras nações. No Atlântico, uma campanha naval e diplomática travada imediatamente após a abolição do tráfico de escravos pela Grã-Bretanha em 1808 e mantida até o final do tráfico para Cuba em 1867 foi responsável pelos efeitos mais visíveis dos esforços abolicionistas: a assinatura de tratados, a captura e condenação dos navios negreiros e a emancipação dos escravos encontrados a bordo de navios ilegais. Os sinais menos visíveis da campanha abolicionista, isto é, os conflitos ideológicos sobre os significados da liberdade e do trabalho livre, as estratégias extraleais adotadas para atingir os objetivos e o impacto sobre as sociedades visadas

¹⁵⁴ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. "Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: A História de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ouvídia, escrava (Sudeste 1880)". **Revista Afro-Ásia**, n. 42, 2010.

¹⁵⁵ BERTIN, Enidelce. "Reivindicações e Resistência: o não dos africanos livres (São Paulo, séc. XIX)". **Revista Afro-Asia**, v. 40, p. 105.

¹⁵⁶ Sobre o tema dos africanos livre uma obra mais abrangente é a de BERTIN, Enidelce. **Os meias-caras. Africanos livres em São Paulo no século XIX**. Salto: Schoba, 2013.

pela campanha, fora do império britânico, ainda não foram adequadamente exploradas”.¹⁵⁷

Como nos mostra a historiadora Beatriz Mamigonian, confirmando o que propõe o Coronel Raasloff, o ministro da Dinamarca nos Estados Unidos, a situação desses recapturados do tráfico ilegal de escravos é complexa e contraditória. Raasloff, que estava pronto para negociar a imigração de afro-americanos, não só se interessa pelos recapturados pela esquadra norte-americana, mas chama a atenção para o fato de que esses últimos precisariam passar por um período de aprendizado nas plantações dinamarquesas. A liberdade dos africanos livres envolvia processos contraditórios e obedecia a discursos que atribuem a essa “liberdade” uma necessidade de aprendizado sobre a mesma. O historiador Lamin Sanneh desenvolve reflexões sobre a necessidade dos movimentos e projetos antiescravistas e abolicionistas, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, tiveram que enfrentar no tocante à fundação de Serra Leoa, no final dos anos 1780, e da Libéria nos anos 1820.¹⁵⁸

Fundar colônias livres em regiões suscetíveis à nefasta influência do tráfico transatlântico de escravos envolvia, ao final, a necessidade de se repensar e resignificar discursos e instituições que pudessem produzir um repertório de práticas de liberdades - ocidentalizadas - pioneiras no continente africano. E são essas colônias livres africanas que receberão parte do influxo dos recapturados. O alto risco de re-escravização e a forma como se vinham “acomodando” os recapturados em Freetown, por exemplo, eram demonstrativas da falta desse repertório de práticas de liberdade.¹⁵⁹

Assim, para concluir nossa breve reflexão sobre as iniciativas de trazer para as Américas aqueles homens e mulheres dos navios negreiros, faz-se necessário mencionar que ainda que bastante menos expressiva que esquadra britânica, não se pode deixar de apontar a presença da Marinha dos Estados Unidos na costa africana. A esquadra norte-americana atuou na costa africana entre os anos de 1819 e 1861. Embora a lei de fechamento do tráfico de escravos tenha entrado em vigor, nos Estados Unidos, no início de 1808, homens e mulheres escravizados ainda entraram ilegalmente no país por

¹⁵⁷ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “Em Nome da Liberdade: Abolição do Tráfico de Escravos, o Direito e o Ramo Brasileiro do Recrutamento de Africanos (Brasil Caribe Britânico, 1830-1850)”... p.67.

¹⁵⁸ SANNEH, Lamin. *Abolitionists Abroad: American Blacks and the Making of Modern West Africa*... p. 3-12.

¹⁵⁹ EVERILL, Bronwen. *Abolition and Empire in Sierra Leone and Liberia*. Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012, p. 20.

algum tempo.¹⁶⁰ A lei aprovada em 1819 autorizava o uso de força, por parte de embarcações norte-americanas, na supressão do tráfico de escravos:

“Que o Presidente dos Estados Unidos esteja, e ele o está doravante, autorizado, quando ele achar necessário, a determinar que qualquer um dos navios militares dos Estados Unidos seja utilizado para patrulhar as costas dos Estados Unidos, ou seus territórios, ou a costa da África, ou qualquer outro lugar onde ele julgar que se possam fazer tentativas de traficar escravos por cidadãos ou residentes dos Estados Unidos, em contravenção aos atos do Congresso que assim os proíbem, e a instruir e direcionar os comandantes de todos esses navios militares dos Estados Unidos a abordar, tomar e trazer a qualquer porto dos Estados Unidos, quaisquer embarcações dos Estados Unidos, onde quer que sejam encontradas, que possam ter permitido embarcar, ou que podem ter a intenção de permitir embarcar para transporte, ou que tenha transportado, qualquer negro, mulato ou pessoa de cor, em violação a quaisquer das provisões do ato intitulado “Um ato em adição ao ato de proibição de importação de escravos para qualquer porto ou lugar dentro da jurisdição dos Estados Unidos, a partir de, e inclusive, primeiro de janeiro, do ano do Senhor de mil oitocentos e oito, e para refutar certas partes do mesmo”, ou de qualquer outro ato ou autos que proíbam o tráfico de escravos, para serem processados de acordo com a lei”¹⁶¹.

De qualquer maneira, faz-se necessário apontar que conquanto a contribuição da Marinha dos Estados Unidos seja bastante menor que a da esquadra britânica, sua missão africana estava profundamente ligada à fundação da Libéria, mediada pela

¹⁶⁰ A Faculdade de Direito da Universidade de Yale, na verdade a biblioteca *Lillian Goldman Law Library*, disponibilizou na internet, através do *The Avalon Project: Documents in Law, History and Diplomacy*, uma série de documentos que utilizaremos aqui e que nos referiremos como Yale-LGLL-AvalonProject. O conteúdo da lei de fechamento do tráfico de 02/03/1807, que entraria em vigor a partir do primeiro dia do ano de 1808 esta disponível em http://avalon.law.yale.edu/19th_century/sl004.asp, consultado em 13/10/2013

¹⁶¹ O texto da lei de 1819 está disponível para consulta e download em: <http://www.lawfareblog.com/wp-content/uploads/2013/01/Act-of-March-3-1819-ch.-101-3-Stat.-532.pdf>. Último acesso em 11/09/2013. Tradução nossa. No original: “*That the President of the United States be, and he is hereby, authorized, whenever he shall deem it expedient, to cause any of the armed vessels of the United States, to be employed to cruise on any of the coasts of the United States, or territories thereof, or of the coast of Africa, or elsewhere, where he may judge attempts may be made to carry on the slave trade by citizens or residents of the United States, in contravention of the acts of Congress prohibiting the same, and to instruct and direct the commanders of all armed vessels of the United States, to seize, take, and bring into any port of the United States, all ships or vessels of the United States, wheresoever found, which may have taken on board, or which may be intended for the purpose of taking on board, or of transporting, or may have transported, any negro, mulatto, or person of colour, in violation of any of the provisions of the act, entitled "An act in addition to an act to prohibit the importation of slaves into any port or place within the jurisdiction of the United States, from and after the first day of January, in the year of our Lord one thousand eight hundred and eight, and to repeal certain parts of the same," or of any other act or acts prohibiting the traffic in slaves, to be proceeded against according to law*”. Outra lei foi aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1820, tornando o tráfico de escravos crime de pirataria”. O texto da lei de 1820 está disponível para consulta e download em: http://abolition.nypl.org/content/docs/text/Act_of_1820.pdf. Último acesso em 11/09/2013.

Sociedade Americana de Colonização (*American Colonization Society*).¹⁶² Faz-se importante mencionar que “ao contrário de Serra Leoa, que tinha Cortes da Comissão Mista para contribuir na contabilização da entrada de recapturados, a Libéria não tinha corte oficial para a adjudicação da captura de navios negreiros”¹⁶³ No caso dos discursos que envolveram a criação e fundação da Libéria, Sanneh nos auxilia a pensar de que forma movimentos e iniciativas antiescravistas e abolicionistas pensavam:

“Contudo, a introdução de ideais americanos na África foi algo como um paradoxo histórico. A liberdade da escravidão e da dominação política inspirou o estabelecimento de assentamentos cristãos livres na costa leste da África, mas foi a esses assentamentos que as administrações coloniais seguiram (...) Além do paradoxo histórico, os ideais americanos foram mal aplicados na Libéria. No império informal norte-americano na África, a liberdade e a independência entraram em cena sem nenhuma lei pública que as suportassem. A Libéria não tinha nenhuma responsabilidade ou supervisão congressional, nenhuma assistência federal, nenhum tipo de direitos do Estado, nenhuma guarda territorial e nenhum dos muitos envolvimento africanos indígenas vitais que poderiam permitir que esses ideais firmassem raízes e florescessem. A Libéria estava, necessariamente, na África; mas não com ela”¹⁶⁴

Os negociadores dos projetos de colonização dos 1860 se referem aos potenciais colonos afro-americanos de diferentes formas. Como se verá no Capítulo II, eram múltiplas as situação de liberdade e escravidão da população afro-americana em diferentes lugares dos Estados Unidos. O caso da negociação com a Dinamarca, Raasloff quer, aparentemente, transferir para a ilha de Santa Cruz, “negros livres”. É preciso ter em mente que, porque os projetos de colonização não se concretizaram, não se pode saber quais populações afro-americanas teriam sido realocadas. Nos documentos trocados com os representantes das colônias caribenhas é comum se encontrar termos como “recrutamento” e se faz frequentemente alusão à expressão de

¹⁶² Ver Introdução de CANNEY, Donald L. *Africa Squadron: The U.S. Navy and the slave trade, 1842-1861*. Washington: Potomac Books, 2006.

¹⁶³ EVERILL, Bronwen. *Abolition and Empire in Sierra Leone and Liberia...* p. 103. Tradução nossa. No original, o trecho completo: “Unlike Sierra Leone, which had the Courts of Mixed Commission to contribute to its intake of recaptives, Liberia had no official court for adjudicating the capture of slave vessels. Compounded with the US government's reluctance to participate wholeheartedly in the anti-slave trade mission, Liberia therefore was slow to get involved in the abolition of slavery in its region”.

¹⁶⁴ SANNEH, Lamin. *Abolitionists Abroad: American Blacks and the Making of Modern West Africa...* p. 15. Tradução nossa. No original: “Yet the introduction of American ideals into Africa was something of a historical paradox. Freedom from slavery and from political domination inspired the establishment of free Christian settlements on the west coast of Africa, but it was the wake of those free settlements that colonial administrations followed (...) Apart from the historical paradox, American ideals were poorly applied in Liberia. In America's informal African empire, freedom and independence arrived on the scene with no public law behind them. Liberia had no congressional accountability or oversight, no federal assistance, no state rights, no territorial safe-guard, and none of the vital indigenous African involvement that might allowed these ideals to take roots and flourish. Liberia was necessarily in Africa but not of it”.

vontade daqueles afro-americanos que quisessem emigrar. Assim, as populações afro-americanas livres do Norte, bem como aqueles homens e mulheres que iam sendo libertados no bojo da Guerra de Secessão, eram as escolhas mais óbvias para dar início aos projetos de colonização. Contudo, outros documentos também se referem aos escravos do Sul. As ideias, e discursos por trás dos projetos de colonização envolviam, dentre outros fatores, as crença de que a convivência inter-racial pacífica nos Estados Unidos era impossível, ainda mais se os negros estivessem em condições de liberdade.

“Deus criou nos corações do povo dos Estados Unidos da América, cujo solo e clima é propício ao trabalho escravo, uma aversão à instituição da escravidão que resultou na maior guerra civil jamais vista no mundo; esta não terá um ponto final sem a emancipação de ao menos um milhão de escravos nos próximos cinco anos e de mais quatro milhões dentro de um período razoável(...). Quando já for alforriado o negro deverá ser transportado além da jurisdição dos Estados Unidos, onde ele jamais poderá gozar de igualdade política e social. O negro que está prestes a ser alforriado, foi treinado para o trabalho; é dócil e tratável, mas suspira por liberdade. Deus em Sua infinita sabedoria e misericórdia tornou possível através da política e interesses dos Estados Unidos e do Brasil assegurar-lhe essa liberdade. O Brasil sofre pela falta de mão de obra. Quatro milhões de negros preparados para o trabalho, cada um valendo o equivalente a três africanos nativos, estão suspirando por liberdade e prontos para comprá-la no solo congenial do Brasil e sob as leis e instituições liberais brasileiras”.¹⁶⁵

Desta forma, é possível pensar que mais do que um respeito das administrações caribenhas pela liberdade de escolha dos afro-americanos, ou mesmo de todos aqueles africanos e afrodescendentes cuja campanha abolicionista internacional havia contribuído para libertar, eram aqueles negros do Norte que estavam mais acessíveis

¹⁶⁵ Cópia pessoal não numerada do memorial que James Webb, ministro dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, supostamente entregou ao Marquês de Abrantes, Ministros dos Negócios Estrangeiros do Brasil. “Memorial do General J. Watson Webb, cidadão dos Estados Unidos e ora enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Governo dos Estados Unidos junto à Corte do Brasil, Sua Majestade Imperial Dom Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, em 1862” (*Memorial of General J. Watson Webb, a citizen of the United States, and Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary of the Government of the United States near the Court of Brazil, to his Imperial Majesty Dom Pedro II Perpetual Defender of Brazil*), Yale University, Rare Manuscripts and Archives, Sterling Memorial Library, “James Watson Webb Papers”, caixa 8, pasta 98. Doravante referido como YU - RMASM - JWWP. Tradução nossa. No original. “God has built up in the hearts of the People of the United States of America, whose soil and climate is congenial to slave labour a horror of the Institution of Slavery, which has resulted in the greatest Civil war the world has ever seen; and which can never be brought to a close without the emancipation of at least a million of slaves within the next five years, and of the whole four millions within a reasonable period (...) When manumitted therefore, there exists an absolutely necessity that the freed Negro should be transported beyond the jurisdiction of the United States, where he can never enjoy political or social equality. The Negro thus to be manumitted, has been trained to labour, is docile & tractable but sighs for freedom. And God in His Infinite Wisdom and Mercy, has rendered it the policy and interest of the United States and Brazil to secure to him that freedom. Brazil is absolutely suffering for Labour. Four millions of Negroes educated to labour, each one of whom is worth three native Africans are sighing for Freedom and ready to purchase it on the genial soil and under the liberal laws & Institutions of Brazil”.

para serem transportados. O grande de número de escravos do Sul não estava sob o poder de Washington, cujas tropas ainda demorariam alguns anos para ocupar todo o território nacional. O interesse caribenho era o abastecimento de mão de obra para suas economias. Se os trabalhadores viriam do Norte dos Estados Unidos ou dos navios negreiros, a questão era negociar braços para o cultivo agrícola.

Capítulo II: Os Estados Unidos, a Guerra de Secessão e a Emancipação Fragmentada

O presente capítulo se propõe a problematizar os projetos de colonização negociados durante a Guerra de Secessão (1861-1865) a partir da análise de documentos de cunho político, produzidos pelo governo do Norte. É nosso objetivo compreender melhor de que forma esses projetos foram concebidos, através de quais discursos eram justificados e de que maneira acomodavam determinados interesses políticos de um país imerso em uma custosa e violenta guerra civil. Como vimos, os projetos de colonização visavam remover do território dos Estados Unidos indivíduos e comunidades de descendência africana e assentá-los em diversos lugares da América Latina, Caribe e na Libéria, na costa ocidental da África. Como virtualmente nenhum projeto de colonização chegou a se concretizar, as únicas informações que nos permitem inferir sobre a forma como tais iniciativas iriam ser desenvolvidas são provenientes de algumas raras trocas diplomáticas que se detiveram nessa problemática mais pragmática de que logística. De qualquer maneira, os documentos permitem que compreendamos de forma geral o *ethos* de tais projetos. Os homens e mulheres que eventualmente viriam a tomar parte desses empreendimentos seriam empregados no cultivo agrícola de gêneros de expressivo valor no mercado internacional. O transporte dessas pessoas, bem como as provisões iniciais para seu estabelecimento em um novo país, seriam feitos por companhias comerciais norte-americanas. A administração de tais assentamentos e a negociação com os governos locais acerca das compensações financeiras, sociais e políticas que esses trabalhadores e trabalhadoras seriam negociadas também por empresas norte-americanas, mas com a participação e autorização do governo dos Estados Unidos. O setor do governo investido em tais negociações internacionais era, em larga medida, a Secretaria de Estado, chefiada por William Seward. A Secretaria do Interior, contudo, também foi envolvida nos trâmites dos projetos de colonização, já que abrigava o recém criado Escritório de Emigração.¹⁶⁶ O Secretário do Interior era de Caleb Smith,

¹⁶⁶ Durante o período de pesquisa documental no acervo do arquivo nacional dos Estados Unidos em College Park, tentou-se encontrar os documentos relativos ao Escritório de Emigração nos papéis da Secretaria do Interior. Encontrou-se muito pouco e a pesquisa, desta forma, se fundamentou majoritariamente nas trocas diplomáticas arquivadas nos documentos referentes à Secretaria de Estado. Em 2010, contudo, um dos relatórios James Mitchell submetido ao Secretário de Estado, Caleb Smith, foi publicado. (MITCHELL, James (Emigration Office). **Report on Colonization and Emigration: Made to the Secretary of the Interior**. Charleston: BiblioBazaar, 2010) e, em 2011, um artigo de Philipp W. Magness esclareceu que tais documentos haviam sido retirados da Secretaria de Estado por Mitchell que levou consigo tais documentos, no início de 1864: "*He came to retrieve a file of papers relating to the government's colonization programs (...) The contents were presumably broad, described as all 'the product of almost two years of work, though most of it without result' contained a handful of administrative papers*

no período de quase dois anos entre 1861 e 1862, e o agente do Escritório de Emigração era James Mitchell, proeminente representante da Sociedade Americana de Colonização (*American Colonization Society*) em seu estado de residência, Indiana.¹⁶⁷

A Guerra de Secessão, que dividiu os Estados Unidos entre os anos de 1861 e 1865, é dos temas mais caros à academia norte-americana e também às diversas camadas da sociedade.¹⁶⁸ Numerosas novas pesquisas são publicadas todos os anos sobre os mais diferentes aspectos deste episódio histórico. Assim, acreditamos que seja impossível descrever tal conflito em alguns poucos parágrafos sem deixar de lado realidades, vivências, interpretações e ideias fundamentais para os verdadeiros estudiosos do tema. Nosso objetivo, contudo, é fazer a análise dos projetos de colonização propostos no interior da Guerra de Secessão, mas sob um ponto de vista de transformações atlânticas no século XIX. Desta forma, resumiremos alguns aspectos desse momento histórico para que seja possível compreender o contexto político em que se negociaram os projetos de colonização.

I. Guerra e Escravidão: A Força do Respeito à Propriedade Escrava

Como brevemente visto na Introdução, a Guerra de Secessão opôs as regiões Norte e Sul dos Estados Unidos a partir de 1861, oficialmente. As causas que levaram à erupção do conflito

*on the Chiriqui colony in Panama, abandoned in its infancy, and the Ile a Vache settlement off the coast of Haiti, only weeks away from its disastrous conclusion in which the U.S. Navy rescued its surviving freedmen colonists from a year of disease and neglect. Despite his title, Mitchell could legitimately disown both projects beyond their initial promotion. Chiriqui had long since been placed under the direction of Kansas Senator Samuel Pomeroy, who was facing allegations of appropriating the project's finances for his personal use". MAGNESS, Phillip W. "James Mitchell and the Mystery of the Emigration Office Papers". *Journal of the Abraham Lincoln Association*, v. 32, n. 2, p. 50-51, 2011.*

¹⁶⁷ Phillip Magness, que é professor da George Mason University, e co-autor do livro MAGNESS, Phillip W. e PAGE, Sebastian N. *Colonization After Emancipation: Lincoln and the Movement for Black Resettlement*. Columbia: University of Missouri Press, 2011 disponibilizou em seu site uma série de artigos que dizem respeito à documentação perdida sobre os projetos de colonização, e também disponibilizou informações biográficas sobre James Mitchell, sem, contudo, fazer referência à origem de tais informações. De qualquer maneira, tendo o autor dedicado sua carreira aos estudos dos projetos de colonização, presume-se que tais informações estejam corretas. Por via das dúvidas, contudo, escolheu-se não as incluir no corpo do texto. De qualquer maneira, Mitchell era de origem norte-irlandesa e sacerdote da Igreja Metodista. Seu apoio de longa data às iniciativas de colonização contribuiu, além de certa proximidade com Abraham Lincoln antes de se tornar presidente, para sua nomeação para o Escritório de Emigração da Secretaria do Interior em 1861. Informações disponíveis em: http://philmagness.com/?page_id=103, acesso em: 20 fev. 2013.

¹⁶⁸ Nas palavras de Paul Escott: "What was the Civil War about? The simple question has produced an unending debate in American Culture. Because so many soldiers died in the war, because the war left deep scars in the body politic, and because human behavior is inherently complex, it is not surprising that individuals argue passionately about the answers even today". ESCOTT, Paul D. *What Shall We Do With the Negro?* Charlottesville: University of Virginia Press, 2009. p. 1.

civil são inúmeras e complexas, mas o historiador Paul Escott nos empresta uma reflexão sobre a memória da Guerra de Secessão na cultura dos Estados Unidos:

“A instituição da escravidão (...) esteve no coração do conflito. Abraham Lincoln refletiu, no seu Segundo Discurso Inaugural (*Second Inaugural Address*) que a escravidão ‘era de certa forma a causa da guerra’. Milhões de americanos concordaram com sua convicta, mas imprecisa, opinião. A centralidade da peculiar instituição (*peculiar institution*) tornou a Guerra de Secessão eternamente controversa. Assim, o derramamento de sangue se deu em razão da escravidão e o veredito da história e da moralidade se deu contra aqueles que defendiam o cativeiro humano e honrou aqueles que libertaram os escravos. (...) Uma vez terminado o conflito armado, uma batalha de palavras se iniciou e cada lado tentou persuadir o público a acreditar em sua versão. Os sulistas rejeitaram a identificação de sua causa com a escravidão e insistiram que lutaram pelos direitos de cada estado e pela liberdade constitucional. Os nortistas reivindicaram crédito pela emancipação se autodescrevendo como os proponentes da liberdade e da igualdade humana. Ambos foram simplistas demais e ambos contribuíram para uma narrativa comemorativa, profundamente enraizada na cultura, que exageraram o progresso e os avanços que resultaram da guerra. A Guerra de Secessão logo afetou mais que a instituição da escravidão estabelecida há muito tempo. Com o fim da escravidão se colocava a questão do futuro *status* dos libertos. Levar essa questão em consideração é redefinir o contexto sobre a culpa e o crédito e apontar para conclusões diferentes. Pensar como os americanos enfrentaram o futuro dos escravos nos leva a uma visão mais sombria, decepcionante e distorcida se comparada àquela narrativa triunfante da quebra dos grilhões dos escravizados. Essa outra visão, mesmo que menos lisonjeira e menos inspiradora, é mais precisa (...) Ela revela a dimensão dos arraigados problemas, ao mesmo tempo em que expande as possibilidades de entendimento da longa história da sociedade americana com os problemas raciais do pós-emancipação”.¹⁶⁹

A centralidade da escravidão em um episódio tão caro à sociedade norte-americana, assim, nos ajuda a refletir sobre a dificuldade de acomodar diferentes discursos e interesses tanto sob as

¹⁶⁹ ESCOTT, Paul D. *What Shall We Do With the Negro?* p.1. Tradução nossa. No original "*the institution of slavery (...) was in the heart of the conflict. Abraham Lincoln reflected in his Second Inaugural Address that the slavery interest 'was somehow the cause of the war'. Millions of Americans have agreed with his sure but imprecise judgment. The centrality of the 'peculiar institution' has made the Civil War eternally controversial. For it the bloodletting was about slavery, then the verdict of history and morality came down against those who defended human bondage and honored those who liberated the slaves (...) Once the conflict of arms ended, a battle of words began, as each section tried to persuade the public that its version of this shared and bloody history was correct. Southerners rejected the identification of their cause with slavery, insisting that they fought for state rights and constitutional liberty. Northerners claimed the credit for emancipation, picturing themselves as proponents of freedom and human equality. Both oversimplified, and both contributed to a celebratory narrative, deeply rooted in the popular culture, exaggerated the progress and advances that came out of the war. For the civil war soon concerned more than the long-established institution of slavery. With the end of slavery would come the question of the future status of the freedmen. Taking this issue into account redefines the contest over credit and blame and points toward different conclusions. Focusing on how Americans addressed the future of slaves yields a darker, more disappointing, and more convoluted picture than the triumphant narrative about the breaking of bondsmen's chains. This other picture, though less flattering and less inspiring, is more accurate (...) It reveals the extent of deeply engrained problems and expands the grounds for understanding American society's long history of racial problems after emancipation*".

pressões geradas pelo conflito civil, como posteriormente na construção da memória da guerra, da reunificação do país e das novas vivências do pós-emancipação que os escravos do Sul introduziram na complexa discussão sobre os variados e contraditórios significados da liberdade no país. O trecho também nos auxilia a refletir sobre o tema da inclusão (e exclusão) dos libertos como um problema não apenas particular dos Estados Unidos, mas que veremos na documentação referente a outros países. Os questionamentos acerca do que fazer com os ex-escravos é uma fértil linha condutora para se pensar como os diversos conflitos locais, regionais e nacionais do pós-abolição conectam diversas sociedades através de experiências comuns que serão alinhavadas com a produção de diferentes discursos de inferiorização do negro.

“Na era da Guerra de Secessão, tanto os brancos no Norte como os brancos do Sul eram frutos de seu tempo e de sua sociedade, seres humanos falhos debatendo questões profundas que a guerra trouxe sobre raça e escravidão. Qual seria o futuro da escravidão? E como muitos então colocaram ‘O que devemos fazer com o negro?’ A resposta dos nortistas e sulistas para essa tendenciosa questão racial veio de forma imperfeita e sob as pressões da guerra. Quando o conflito se iniciou, ambos os lados concordaram pela preservação da escravidão. No tocante a possíveis mudanças no futuro, um lado tinha uma resposta definitiva, enquanto o outro lado evitou e repudiou a pergunta”.¹⁷⁰

A escravidão nos Estados Unidos foi uma instituição com prescrição constitucional. A Constituição dos Estados Unidos, que entrou em vigor em 1789, prescreve, em seu artigo 4o, na seção 2, com título “Privilégios dos Cidadãos de cada Estado. Fugitivos da Justiça devem ser entregues. Pessoas sujeitas ao regime servil que fugirem, devem ser devolvidas” (*“Privileges of Citizens of each State. Fugitive from Justice to be delivered up. Persons held to service having scaped, to be delivered up”*):¹⁷¹ “nenhuma pessoa sujeita a regime servil sob as leis de um estado

¹⁷⁰ ESCOTT, Paul D. *What Shall We Do With the Negro?* ...p. 1-2. Tradução nossa. No original: “*In the Civil War era both Northern and Southern whites were creatures of their time and society, fallible human beings wrestling with profound questions that the war raised about slavery and race. What would be the future of slavery? If slavery came to an end, what would become of them? As so any contemporaries put it ‘What shall we do with the Negro?’ The answer of Northerners and Southerners to this racially biased question came reluctantly and imperfectly, under the pressure of war. When the fight began, both sides agreed on the preservation of slavery. As to possible changes in the future, one section had a definite answer, while the other evaded or dismissed the question*”.

¹⁷¹ A Faculdade de Direito da Universidade de Yale, na verdade a biblioteca *Lillian Goldman Law Library*, disponibilizou na internet, através do *The Avalon Project: Documents in Law, History and Diplomacy*, uma série de comentários que utilizaremos aqui e que nos referiremos como Yale-LGGL-AvalonProject. O trecho que nos utilizados do documento está disponível em http://avalon.law.yale.edu/18th_century/art4.asp, acesso em: 13dez 2010.

que se evadir para outro estado poderá, em virtude das leis ou normas deste, ser libertada de sua condição, mas será devolvida, mediante pedido, à pessoa a que estiver submetida”.¹⁷²

“Há muita controvérsia sobre a entrega dos fugitivos do trabalho servil ou escravo (...) Há uma diferença de opiniões sobre se essa cláusula deve ser executada pela autoridade federal ou pela autoridade estadual; mas certamente tal diferença não é muito importante. Na rendição do escravo, pouca importância tem para ele ou para outros a autoridade por meio da qual ela se dá. E, de todo modo, como alguém haveria de contentar-se que não se cumpra seu juramento em virtude de uma controvérsia meramente insignificante sobre *como* cumpri-lo?”¹⁷³

O trecho supracitado é proveniente do discurso inaugural de Abraham Lincoln, proferido em 4 de março 1861. Tal trecho nos auxilia não só a compreender como, mesmo com a Guerra da Secessão já iniciada, o respeito à propriedade escrava ainda era tratado como cláusula pétrea em vista não só à sua disposição na Constituição, mas também como no contexto da guerra as fugas de escravos e escravas se transformaram em um problema político que transbordava a resistência cotidiana ao poder senhorial. A secessão dos estados do Sul precipitou circunstâncias aproveitadas pelos escravizados para tentar conquistar sua liberdade a partir de novas possibilidades que o início da guerra abriu. De qualquer maneira, é preciso reiterar que a discussão no discurso presidencial sobre em qual autoridade - federal ou estadual - residia a obrigação de devolver os escravos fugidos respondia, dentre outros muitos fatores, à Lei dos Escravos Fugidos (*Fugitive Slave Act*), aprovada em 1850. Tal lei, grosso modo, dispõe sobre o escopo das obrigações dos sistemas judiciários estaduais e do sistema judiciário federal nos casos relacionados a escravas e escravos fugidos. Nesse sentido, a lei obrigava inclusive os estados livres (*free states*) a devolver cativos fugidos dos estados onde a escravidão não havia sido abolida. Podemos refletir como mesmo o tráfico transatlântico de escravos tendo sido fechado

¹⁷² Nossa tradução da Constituição dos Estados Unidos tem se baseado nas traduções de J. Henry Phillips para o site www.braziliantranslated.com. Não se copiou todo o trecho, mas tal excerto poder acessado em: <http://www.braziliantranslated.com/euacon01.html>. No original: "No person held to service or labour in one state, under the laws thereof, escaping into another, shall, in consequence of any law or regulation therein, be discharged from such service or labour, but shall be delivered up on claim of the party to whom such service or labour may be due".

¹⁷³ LINCOLN, Abraham, "First Inaugural Address", Yale-LGGL-AvalonProject. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/19th_century/lincoln1.asp, acesso em: 12 mar. 2012. Tradução de BOTTMAN, Denise (Org. e Trad.). **Discursos de Lincoln. Edição em Ebook**. São Paulo, Companhia das Letras e Penguin, 2013. Tradução nossa. No Original: "There is much controversy about the delivering up of fugitives from service or labor (...) There is some difference of opinion whether this clause should be enforced by national or by State authority, but surely that difference is not a very material one. If the slave is to be surrendered, it can be of but little consequence to him or to others by which authority it is done. And should anyone in any case be content that his oath shall go unkept on a merely unsubstantial controversy as to how it shall be kept?"

pouco mais de 40 anos antes, a importância política do respeito à propriedade escrava ainda contava com apoio político de alcance nacional.¹⁷⁴ Sem adentrarmos nas minúcias dos embates escravistas e antiescravistas que envolveram a aprovação de tal lei, podemos partir dela para problematizar a forma como a configuração de forças políticas estava se compondo nesse momento pré-Guerra da Secessão.¹⁷⁵ Os estados e regiões que tinham suas economias em grande medida baseadas no trabalho escravo eram numericamente inferiores aos outros. No auge da Guerra de Secessão, o Norte, a União, contava com o apoio de 18 estados livres, 4 estados do alto Sul (*border states*) e 3 territórios que se tornaram estados depois do início da guerra. Eram os 18 estados livres: Califórnia, Connecticut, Illinois, Indiana, Iowa, Kansas, Maine, Massachusetts, Michigan, Minnesota, Nevada, Nova Hampshire, Nova York, Nova Jersey, Ohio, Oregon, Pensilvânia, Rhode Island, Vermont e Wisconsin¹⁷⁶; os 4 *border states*: Delaware, Kentucky, Maryland e Missouri; e os 3 novos estados: Virgínia do Oeste (que se separou do estado da Virgínia e foi admitida pela União em 1863), Nevada (admitida em 1864) e o Kansas, que se tornou um estado livre no início de 1861, quando a guerra tecnicamente ainda não tinha começado, mas quando a Carolina do Sul já havia declarado independência. Já os Estados Confederados da América eram compostos por 11 estados: Carolina do Sul, Alabama, Arkansas, Carolina do Norte, Flórida, Geórgia, Luisiana, Mississippi, Texas, Tennessee e Virgínia.¹⁷⁷ Essa substantiva desproporção entre os estados que se separaram e os que permaneceram fiéis à União, pode se supor, poderia ter finalizado algumas discussões. Entretanto, o direito sobre a propriedade escrava permaneceu no centro do debate nesse momento inicial. Se o respeito aos direitos dos senhores de escravos dos estados que permaneceram fiéis a Washington não foi tocado de início¹⁷⁸, discutiu-se muito sobre a eficácia do *Fugitive Slave Act* dos estados beligerantes. Dentre as justificativas para a secessão, foram muito utilizados os argumentos de que o direito à propriedade escrava e a autonomia dos novos estados de escolherem seus sistemas produtivos compunham justamente os fundamentos daquela união de estados que formavam o

¹⁷⁴ RUGEMER, Edward Bartlett. *The Problem of Emancipation: The Caribbean Roots of the American Civil War*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008. p. 246-248.

¹⁷⁵ FONER, Eric. *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery*. New York: W. W. Norton & Company, 2010. p. 73.

¹⁷⁶ A situação dos estados do Kentucky e do Missouri são bastante mais complexas. Ver capítulo 6 FONER, Eric. *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and the American Slavery ...*; e McPHERSON, James. *McPHERSON, James. Battle Cry of Freedom: The Civil War Era*. Oxford: Oxford University Press, 1988. p. 284-297.

¹⁷⁷ McPHERSON, James. *Battle Cry of Freedom...* p. 253-258.

¹⁷⁸ Ver capítulo 8 de RUGEMER, Edward Bartlett. *The Problem of Emancipation...*

país. Para o Sul, desrespeitar tais valores significava negar os direitos e liberdades que tinham animado a constituição da nação.¹⁷⁹

“Uma parte de nosso país acredita que a escravidão está correta e deve ser expandida, enquanto a outra parte acredita que é incorreta e por isso não deveria ser expandida. Essa é a única controvérsia substancial. A cláusula referente aos escravos fugidos na Constituição e a lei de supressão do tráfico internacional de escravos são, talvez, tão bem executadas como qualquer lei pode ser em uma comunidade na qual o senso moral das pessoas apoia a lei de maneira imperfeita. A grande maioria das pessoas cumpre as áridas obrigações legais em ambos os casos e, alguns violam os preceitos legais de cada uma delas. Isso, acredito, não é passível de ser resolvido de maneira perfeita e seria, em ambos os casos, pior após a secessão do que antes. O tráfico internacional de escravos, agora suprimido de maneira imperfeita, seria, ao final, reavivado sem restrições por parte do país, enquanto os escravos fugidos, neste momento, são devolvidos por uma das partes [envolvidas na Guerra da Secessão] não seriam de forma alguma rendidos pela outra parte”.¹⁸⁰

Os pontos levantados nesse primeiro discurso de Lincoln como presidente abrem diversas possibilidades de análise. Interessa aqui, contudo, entender como Washington percebia as justificativas de secessão apresentadas pelos estados do Sul. Ainda que condenável em termos morais, sociais e econômicos por diversos grupos e parte das elites nos estados Norte, a escravidão, nesse primeiro momento, é debatida dentro da esfera jurídico-política de respeito aos direitos – entre outros - de propriedade e de escolha dos corpos políticos dos estados do país. Mesmo não sendo objeto de pesquisa direta deste trabalho, o debate sobre os direitos e obrigações dos estados frente à União ajuda a esclarecer a forma como essas questões foram enfrentadas nesse momento. Dando continuidade à análise da percepção política sobre os limites do direito à propriedade escrava na realidade da guerra, dois documentos se fazem imprescindíveis. O primeiro deles é o Ato de Confisco (*Confiscation Act*), aprovado em 6 de agosto de 1861, o outro é o Relatório Anual do Secretário da Guerra, Simon Cameron, de 1º de

¹⁷⁹ RUGEMER, Edward Bartlett. *The Problem of Emancipation* ... p. 282.

¹⁸⁰ LINCOLN, Abraham. "First Inaugural Address of Abraham Lincoln", de 4/3/1861, Yale-LGILL-AvalonProject. Disponível em http://avalon.law.yale.edu/19th_century/lincoln1.asp, acesso em: 12 mar. 2012. Tradução Nossa. No original: "One section of our country believes slavery is correct and ought to be extended, while the other believes it is wrong and ought not to be extended. This is the only substantial dispute. The fugitive-slave clause of the Constitution and the law for the suppression of the foreign slave trade are each as well enforced, perhaps, as any law can ever be in a community where the moral sense of the people imperfectly supports the law itself. The great body of the people abide by the dry legal obligation in both cases, and a few break over in each. This, I think, can not be perfectly cured, and it would be worse in both cases after the separation of the sections than before. The foreign slave trade, now imperfectly suppressed, would be ultimately revived without restriction in one section, while fugitive slaves, now only partially surrendered, would not be surrendered at all by the other".

dezembro do mesmo ano.¹⁸¹ Tratam-se de documentos de substancial importância para se compreender melhor o processo de abolição da escravidão nos Estados Unidos durante a Guerra da Secessão.¹⁸²

O *Confiscation Act* permitiu o embargo e confisco de propriedades, inclusos escravos, que estivessem sendo utilizadas no apoio dos confederados. No que diz respeito aos escravos, em específico, a lei limita os direitos de seus proprietários a qualquer reivindicação futura sobre seus direitos sobre os mesmos. Entretanto, não especifica se esses escravos serão libertados. A ambiguidade da letra da lei levou a realidades sociais múltiplas que impuseram que a “propriedade” dessas pessoas passasse a ter vínculo jurídico com a União. A historiografia, norte-americana, que trata especificamente dos projetos de colonização dos anos 1860 frequentemente parte das consequências desse ato de confisco para amarrar o tema no heterogêneo debate sobre o futuro dos escravos e libertos que se multiplicavam nesse momento.¹⁸³ Podemos compreender melhor esses processos se confrontarmos os objetivos da referida lei com a leitura do Relatório Anual do Secretário da Guerra, de 1º de dezembro de 1861:

“Tornou-se grave a necessidade de se encontrar uma solução para a questão do que deve ser feito com os escravos abandonados por seus senhores com os avanços de nossas tropas no Sul (...). Devem eles, armados por seus senhores, ser colocados para lutar contra nós, ou devem ter os frutos de seu trabalho aproveitados continuamente para manutenção dos exércitos da rebelião?”¹⁸⁴

¹⁸¹ "Fugitive Slave Act", de 1850. Yale-LGILL-AvalonProject, disponível em http://avalon.law.yale.edu/19th_century/fugitive.asp, acesso em 12 mar. 2012. No original: "And be it further enacted, That whenever hereafter, during the present insurrection against the Government of the United States, any person claimed to be held to labor or service under the law of any State, shall be required or permitted by the person to whom such labor or service is claimed to be due, or by the lawful agent of such person, to take up arms against the United States, or shall be required or permitted by the person to whom such labor or service is claimed to be due, or his lawful agent, to work or to be employed in or upon any fort, navy yard, dock, armory, ship, entrenchment, or in any military or naval service whatsoever, against the Government and lawful authority of the United States, then, and in every such case, the person to whom such labor or service is claimed to be due shall forfeit his claim to such labor, any law of the State or of the United States to the contrary notwithstanding. And whenever thereafter the person claiming such labor or service shall seek to enforce his claim, it shall be a full and sufficient answer to such claim that the person whose service or labor is claimed had been employed in hostile service against the Government of the United States, contrary to the provisions of this act".

¹⁸² Ver BERLIN, Ira. **Gerações de Cativo: Uma História da Escravidão nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 192 a 198. O autor trata da mudança das relações sociais entre brancos e negros e livres e libertos e de senhores e escravos nesse início da Guerra Civil.

¹⁸³ Ver WESLEY, Charles H. "Lincoln's Plan for Colonizing the Emancipated Negroes". *The Journal of Negro History*, v. 4, n. 1, 1919; e ANDREW, N. e CLEVEN, N. "Some Plans for Colonizing Liberated Negro Slaves in Hispanic America". *The Journal of Negro History*, v. 11, n. 1, 1926.

¹⁸⁴ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America During the Great Rebellion: From November 6, 1860, to July 4, 1864 (including classified summary of the legislation of the second session of*

A consulta sobre o referido relatório permite ter acesso tanto à versão final quanto ao original sem modificações feitas a pedido da presidência. Nessa versão original, o documento mostra de forma mais clara a construção argumentativa acerca de que políticas adotar para os escravos atingidos pelo *Confiscation Act*, para aqueles que começaram a buscar possibilidades de liberdade junto aos exércitos da União e para os outros que viram seus proprietários se juntarem ao exército confederado:

“Aqueles que guerreiam contra o Governo rigorosamente perdem todos os direitos de propriedade, os privilégios, ou a segurança decorrentes da Constituição e das leis, contra as quais lutam contra em rebelião armada. Tendo em vista que o trabalho proveniente dos escravos constitui a principal propriedade dos rebeldes, esta propriedade deve assim ser submetida ao mesmo destino que outras propriedades em uma guerra na qual eles se apropriaram de propriedades de cidadãos fiéis (...) O Governo não tem o poder de ter escravos, nem de privar um escravo da sua liberdade, ou se apropriar dos serviços dele. O Estado tem o direito, contudo, de aproveitar os frutos do trabalho voluntário de escravos libertos de seus senhores pela guerra, afinal, eles [os libertos], como qualquer outra propriedade dos rebeldes, deve ser empregada da maneira mais eficiente possível na defesa do Governo (...) É claramente um direito do Governo armar escravos quando se tornar necessário assim como o é tomar pólvora do inimigo”.¹⁸⁵

Para além de providências e escolhas políticas sobre essa população em novas e extremas circunstâncias, esse documento mostra como se lida com o respeito à propriedade escrava nesse momento inicial. Trata-se de um exemplo de um tipo de discurso que emana do conflito civil e que não abandona a esfera jurídico-política. A necessidade de justificar, ou melhor, de construir uma linha argumentativa para se fazer compreensível, no tocante ao tratamento dos escravos dentro da lógica de supressão de uma guerra civil, pode ser considerada um atestado de quão

the Thirty-Sixth Congress, the Three Sessions of the Thirty-Seventh Congress, with the Votes Thereon, and the important Executive, Judicial, and Politico-Military Facts of that Eventful Period; Together with the Organization, Legislation, and General Proceedings of the Rebel Administration. By Edward McPherson of Gettysburg, Pennsylvania, Clerk of the House of Representatives of the U. S. Washington, New York: Philip & Solomons, D. Appleten & Co, 1864. p. 249. Baixado como ebook em 30/02/2012 de <https://archive.org/details/politicalhistory00inmcph>.

¹⁸⁵ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* CAMERON, Simon, “Secretary of War’s Annual Report”, p. 249. Tradução nossa. No original: “Those who war against the Government justly forfeit all rights of property, privilege, or security, derived from the Constitution and laws, against which they are in armed rebellion; and as the labor and service of their slaves constitute the chief property of the rebels, such property should share the common fate of war to which they have devoted the property of loyal citizens (...) The Government has no power to hold slaves, none to restrain a slave of his liberty, or to exact his service. It has a right, however, to use the voluntary service of slaves liberated by war from their rebel masters, like any other property of the rebels, in whatever mode may be most efficient for the defence of the Government (...) It is clearly a right of the Government to arm slaves when it may become necessary as it is to take gunpowder from the enemy”.

controversa era a questão. Com os exércitos dos dois lados em batalha, o Secretário da Guerra ainda sentia a necessidade de se justificar, partindo da premissa de que “Nenhuma propriedade do Norte seria poupada nas mãos dos rebeldes”.¹⁸⁶ Esse documento, destarte, nos permite compreender melhor de que forma algumas questões fundamentais como emancipação vão sendo reconstruídas e reapropriadas de acordo com as realidades e lógicas próprias da guerra. É a partir desses processos de construção e sedimentação de ideias, práticas e políticas que vão se abrindo novos campos para a agência de escravos e libertos. É também nesse processo que a questão da colonização se insere.

Reflexões sobre o destino dos escravos faziam parte do cotidiano político e social de diversas regiões dos Estados Unidos¹⁸⁷. Como já tratado, muitos estados aboliram gradualmente a escravidão desde o final do século XVIII. Nesse sentido, uma população de afrodescendentes no norte já se fazia notar em diversos locais e era alvo de preocupação de muitos setores das elites locais. Durante o início da Guerra da Secessão, contudo, novas leva de escravos fugidos contribuíram para se pensar em respostas mais imediatas às reflexões sobre o que fazer com o negro.¹⁸⁸

“É negligente e vão que o Governo continue com essa guerra, ou que espere manter a sua existência contra forças rebeldes, sem empregar todos os direitos e poderes da guerra. Como tem sido dito, o direito de destituir os rebeldes de sua propriedade escrava e dos frutos do trabalho escravo é claro e absoluto (...) É, portanto, loucura deixá-los pacificamente na posse segura da propriedade escrava, que é mais valiosa e eficiente para eles na guerra do que a pilhagem, o algodão ou o acesso a armamentos”.¹⁸⁹

Em dezembro de 1861, poucos dias depois do Relatório Anual do Secretário da Guerra ter se tornado público, Lincoln divulgou sua primeira mensagem anual como presidente. Com a precipitação da guerra, meses antes, eram muitos os temas que haviam ganhado urgência.

¹⁸⁶ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* CAMERON, Simon, "Secretary of War's Annual Report", p. 250. Tradução Nossa: Noriginal: "No property in the North would be spared from the hands of the rebels".

¹⁸⁷ Ver capítulo 2 de BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution* ...

¹⁸⁸ RUGEMER, Edward Bartlett. *The Problem of Emancipation* ... p. 170-185.

¹⁸⁹ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* CAMERON, Simon, "Secretary of War's Annual Report", p. 250. Tradução nossa. No original: "It is vain and idle for the Government to carry on this war, or hope to maintain its existence against rebellious force, without employing all the rights and powers of war. As has been said, the right to deprive the rebels of their property in slaves and slave labor is as clear and absolute (...) It is, therefore, equal madness to leave them in peaceful and secure possession of slave property, more valuable and efficient to them for war than forage, cotton, and military stores".

II. Guerra e Lei: Colonização e Emancipação

Partindo da nova realidade que o *Confiscation Act* precipitou, providências começaram a ser necessárias para não só prover e/ou utilizar essa população nos esforços militares, mas para definir seu status jurídico.¹⁹⁰ A questão da emancipação de escravos – e do respeito à propriedade escrava – provenientes dos Estados Confederados da América, nesses primeiros meses, ainda não se coloca com contornos nítidos. A emancipação geral, então, é mais controversa ainda. E é justamente nesse momento de formação dessas ideias e dessas políticas de emancipação que o tema da colonização reaparece. A seguir nos utilizamos de um trecho da mensagem anual da presidência, em 1861, sobre escravos e escravas afetados pelo *Confiscation Act*:¹⁹¹

“que tais pessoas, como aceito pelo Governo Geral, sejam imediatamente consideradas livres, e que, de qualquer forma, marche-se em direção à colonização de ambas as classes (ou da primeira mencionada, se a outra não se tornar real) em algum lugar ou lugares de clima a eles congenial. Pode ser bom considerar também, se os libertos, já nos Estados Unidos, não poderiam, tanto quanto esses indivíduos desejarem, serem incluídos nessa colonização”.¹⁹²

Libertar essa população, portanto, aparece como uma possibilidade desde que combinada com uma política de repatriação dessas pessoas. O discurso da colonização se mistura com as mais diversas e opostas linhas discursivas. O respeito à propriedade escrava nos estados da União, desta forma, permaneceu com conteúdo pétreo. Também não se procurou restringir, é preciso notar, a independência e a liberdade de autodeterminação dos estados. Para os estudiosos da Guerra da Secessão, essa dinâmica pode ser melhor compreendida dentro da lógica da

¹⁹⁰ LINCOLN, Abraham. "First Inaugural Address of Abraham Lincoln", de 4/3/1861, Yale-LGILL-AvalonProject. Disponível em http://avalon.law.yale.edu/19th_century/lincoln1.asp, acesso em: 12 mar. 2012: "*Under and by virtue of the act of Congress entitled 'An act to confiscate property used for insurrectionary purposes,' approved August 6, 1861, the legal claims of certain persons to the labor and service of certain other persons have become forfeited, and numbers of the latter thus liberated are already dependent on the United States and must be provided for in some way. Besides this, it is not impossible that some of the States will pass similar enactments for their own benefit respectively, and by operation of which persons of the same class will be thrown upon them for disposal. In such case I recommend that Congress provide for accepting such persons from such States, according to some mode of valuation, in lieu, pro tanto, of direct taxes, or upon some other plan to be agreed on with such States respectively*".

¹⁹¹ Ver capítulo 7 de FONER, Eric. *The Fiery Trial*...

¹⁹² LINCOLN, Abraham. "First Inaugural Address of Abraham Lincoln", de 4/3/1861, Yale-LGILL-AvalonProject. Disponível em http://avalon.law.yale.edu/19th_century/lincoln1.asp, acesso em: 12 mar. 2012. Tradução nossa. No original: "*that such persons, on such acceptance by the General Government, be at once deemed free, and that in any event steps be taken for colonizing both classes (or the one first mentioned if the other shall not be brought into existence) at some place or places in a climate congenial to them. It might be well to consider, too, whether the free colored people already in the United States could not, so far as individuals may desire, be included in such colonization*".

conquista de apoio de diversos estados estratégicos para a União.¹⁹³ De qualquer maneira, para o tema dos projetos de colonização, faz-se importante depreender desse processo a sutileza com que a questão da emancipação é tratada no início da guerra, ainda mais se tratando de estados fiéis à União.

Em 6 de março de 1862, Lincoln fez um primeiro apelo aos *border states* para que adotassem a emancipação gradual,¹⁹⁴ pouco mais de um mês depois, foi aprovada uma resolução do Congresso que oferecia ajuda financeira federal para os estados que desejassem adotar a emancipação gradual.¹⁹⁵ É preciso prestar atenção, aqui, para o fato de que essas iniciativas de emancipação não só objetivam o apoio e a coesão dentre os estados fiéis à União, como era capital que elas fossem feitas de forma absolutamente gradual, compensada e sem desrespeito à autodeterminação dos estados. Em 6 de abril de 1862, foi aprovada a lei que abolia o trabalho escravo no Distrito de Columbia, onde ficava e fica a capital do país, Washington.¹⁹⁶ Essa lei nos interessa particularmente porque é nela que o tema da colonização ganha contornos políticos mais delimitados, uma vez que o Congresso autoriza que sejam apropriados 100.000 dólares para que sejam utilizados no sentido de colonizar as pessoas libertadas pela mesma lei:

¹⁹³ McPHERSON, James. *Battle Cry of Freedom* Era... p. 276-297

¹⁹⁴ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* LINCOLN, Abraham "Message to Congress Recommending Compensated Emancipation", de 06/03/1862, p. 209: "*The proposition now made (though an offer only), I hope it may be esteemed no offense to ask whether the pecuniary consideration tendered would not be of more value to the States and private persons concerned than are the institution and property in it in the present aspect of affairs*".

¹⁹⁵ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* "Congressional Joint Resolution on Compensated Emancipation", 10/04/1862, p. 602 "*Be it resolved by the Senate and House of Representatives of the United States of America in Congress assembled, That the United States ought to cooperate with any State which may adopt gradual abolishment of slavery, giving to such State pecuniary aid, to be used by such State in its discretion, to compensate for the inconveniences, public and private, produced by such change of system*".

¹⁹⁶ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* "District of Columbia Compensated Emancipation", também referido por sua primeira frase "*An Act for the Release of certain Persons held to Service or Labor in the District of Columbia*" de 16/04/1862, p. 212: "*Be it enacted by the Senate and House of Representatives of the United States of America in Congress assembled, That all persons held to service or labor within the District of Columbia by reason of African descent are hereby discharged and freed of and from all claim to such service or labor; and from and after the passage of this act neither slavery nor involuntary servitude, except for crime, whereof the party shall be duly convicted, shall hereafter exist in said District (...) That all persons loyal to the United States, holding claims to service or labor against persons discharged there from by this act, may, within ninety days (...) present to the commissioners hereinafter mentioned their respective statements or petitions in writing (...) That the President of the United States, with the advice and consent of the Senate, shall appoint three commissioners (...) any two of whom shall have power to act, who shall receive the petitions above mentioned (...) and appraise and apportion, under the proviso hereto annexed, the value in money (...) Provided, however, That the entire sum so appraised and apportioned shall not exceed in the aggregate an amount equal to three hundred dollars for each person shown to have been so held by lawful claim*".

“Que a soma de cem mil dólares, do orçamento do Tesouro que não esteja apropriado para outro propósito, seja apropriada para ser gasta sob a direção do Presidente dos Estados Unidos, no auxílio à colonização e estabelecimento de tais pessoas livres de descendência africana no dito Distrito, incluindo aqueles a serem libertos por esse ato e que possam desejar emigrar para as Repúblicas do Haiti ou da Libéria, ou para qualquer outro país para além dos limites dos Estados Unidos que o Presidente possa determinar: observado que, o gasto para essa finalidade não deverá exceder cem dólares para cada emigrante”.¹⁹⁷

A sutileza com que a emancipação é tratada é, em parte, consequência da importância do valor político que o respeito à propriedade escrava (dos Confederados, inclusive) tinha em Washington.¹⁹⁸ É apenas quase um ano depois de iniciada a guerra que uma lei é aprovada para proibir que o exército da União retorne escravos fugidos dos estados do Sul.

“Todos os oficiais e quaisquer pessoas empregadas em atividades militar ou naval em favor dos Estados Unidos estão proibidas de realizar qualquer esforço sob seus respectivos comandos com a finalidade de retornar fugitivos do trabalho escravo ou servil, que possam ter escapado de quaisquer pessoas para as quais tal serviço ou trabalho seja alegadamente devido, e qualquer oficial que seja declarado culpado por um tribunal militar por violar este artigo será demitido”.¹⁹⁹

O tema dos escravos que fugiam dos estados do Sul (e também dos *border states*) é complexo e cheio de sutilezas de acordo com a região. Mesmo antes de ser passado o *Confiscation Act* muitos escravos começaram a buscar atrás das linhas inimigas possibilidades de ganharem liberdade.²⁰⁰ A realidade da guerra e a falta de clareza da política de emancipação dos primeiros muitos meses abriram muitas possibilidades de agência entre os cativos. A princípio, grosso modo, a forma de lidar com esses escravos fugidos ficou relegada aos comandantes do

¹⁹⁷ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* "District of Columbia Compensated Emancipation", também referido por sua primeira frase "An Act for the Release of certain Persons held to Service or Labor in the District of Columbia" de 16/04/1862, p. 213. Tradução nossa. No original: "That the sum of one hundred thousand dollars, out of any money in the Treasury not otherwise appropriated, is hereby appropriated, to be expended under the direction of the President of the United States, to aid in the colonization and settlement of such free persons of African descent now residing in said District, including those to be liberated by this act, as may desire to emigrate to the Republics of Hayti or Liberia, or such other country beyond the limits of the United States as the President may determine: Provided, The expenditure for this purpose shall not exceed one hundred dollars for each emigrant".

¹⁹⁸ Ver capítulo 9 de BLIGHT, David W. *Race and Reunion: The Civil War in American Memory*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2001.

¹⁹⁹ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* "Law Enacting an Additional Article of War", p. 228. Tradução nossa. No original: "All officers or persons in the military or naval service of the United States are prohibited from employing any of the forces under their respective commands for the purpose of returning fugitives from service or labor, who may have escaped from any persons to whom such service or labor is claimed to be due, and any officer who shall be found guilty by a court-martial of violating this article shall be dismissed from the service".

²⁰⁰ FONER, Eric. *The Fiery Trial* ... p. 77-83

exército da União no local. Se alguns se recusaram, desde o início, a fazer valer a lei de 1850, outros - por motivos práticos ou de cunho pessoal - procuravam retornar os fugidos a seus proprietários, ainda que esses proprietários estivessem atrás das linhas inimigas.²⁰¹

O apelo do presidente, a resolução do Congresso, a aprovação das leis de emancipação no Distrito de Columbia e a proibição de devolução de escravos aos Confederados refletem a forma como se vai construindo a política de emancipação na Guerra da Secessão. Trata-se de um processo lento por infinitas razões políticas e táticas, mas compreender a importância da propriedade escrava como valor jurídico nos auxilia a compreender melhor o contexto no qual se desenvolvem as ideias e negociações para a abertura de áreas de colonização fora das fronteiras nacionais. Como mencionado, os projetos de colonização não são uma novidade dessa primeira administração federal do Partido Republicano, da realidade da guerra ou sequer das escolhas pessoais de Abraham Lincoln. O que é novo nesses anos 1860, dentre outras coisas, é a apresentação dessas ideias como um programa de governo e, talvez, a visibilidade que o tema ganhou não só dentro do país, como na comunidade internacional. A visibilidade dentro dos Estados Unidos foi potencializada, dentre muitas razões, pelo acirramento do conflito civil que tornava cada vez mais urgente a reflexão do futuro que teriam os ex-escravos do Sul ao final da guerra, posto que os proprietários de escravos do Norte recebiam constantes estímulos do governo federal para alforriar seus cativos.²⁰² A notícia a seguir descreve a participação de um dos apoios políticos de Lincoln no legislativo na promoção da colonização como solução para a abolição.

“O Sr. Blair é autor de um plano admirável, se praticável, de remover a raça africana deste para outro território americano. Desde 1858, ele vem promovendo a discussão pública do seu projeto, conseguindo, entre outros convertidos, o próprio Presidente, que, tendo sempre considerado que emancipação e colonização deveriam caminhar em conjunto, aceitou com entusiasmo a ideia de um lar Centro-Americano para a raça deportada. A concordância das opiniões do Sr. Lincoln com aquelas do Sr. Blair é entendida como perfeita sobre todo o assunto. Ambos acreditam que a escravidão é apenas indiretamente culpável pela guerra; que a base real da aversão do Norte ao Sul é a crença que a liberdade negra trará com ela a igualdade negra. Assim, nada afastará de maneira tão certa a oposição à emancipação quanto um conhecimento de que as duas raças serão para sempre separadas. O Sr. Blair discute essas propostas com sua habilidade e seriedade

²⁰¹ FONER, Eric. *The Fiery Trial* ... p. 77-83

²⁰² Ver McPHERSON, James. *Battle Cry of Freedom*... p. 498-502.

usuais; e será ouvido pelo público com a maior atenção porque ele reflete a política que o Governo propõe seguir".²⁰³

Pela documentação a que se teve acesso, a sugestão de Lincoln para dar efetividade à colonização como processo paralelo a emancipação se tornou oficial com a primeira mensagem anual da presidência, em dezembro de 1861.²⁰⁴ A partir desse momento, a cobertura do *The New York Times* permite perceber que diversas lideranças do Legislativo se manifestaram no apoio à colonização, como se verá adiante. Contudo, é um dos últimos artigos da lei de emancipação para o Distrito de Columbia que confirma a seriedade com que se pretendia levar a proposta de colonização: com disponibilização de verba federal para dar início ao desenvolvimento dos projetos de colonização, é possível perceber que essa iniciativa se tratava, agora, de uma posição oficial na agenda do governo. É preciso mencionar algumas representações que contribuíram para a projeção política do tema da colonização. Benjamin Wade, Senador Republicado pelo

²⁰³ Artigo sem autoria expressa, publicado em 07/12/1861, com o título "Negroes Out of Slavery: The President's Suggestion". Tradução nossa. No original: "Mr. Blair is the author of an admirable, if practicable, plan of removing the African race from this to some other American territory. As long ago as 1858, he commenced the public discussion of his project, securing, among other converts, the actual President, who, having always held that emancipation and colonization should go hand in hand, cheerfully accepted the idea of a Central American home for the deported race. The accord of Mr. Lincoln's opinions with those of Mr. Blair is understood to be perfect upon the entire subject. Both believe that Slavery is only indirectly chargeable with the war; that the real groundwork of Southern aversion from the North is a belief that negro freedom is to carry with it negro equality; and that nothing will so surely extirpate the opposition to emancipation as a knowledge that the two races are to be forever separated. Mr. Blair discusses these propositions with his usual ability and earnestness; and will be listened to by the public with the greater attention because he reflects the policy which the Government proposes to follow".

²⁰⁴ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* "First State of the Union Address", de 3/12/1861, p. 212: "Under and by virtue of the act of Congress entitled 'An act to confiscate property used for insurrectionary purposes,' approved August 6, 1861, the legal claims of certain persons to the labor and service of certain other persons have become forfeited, and numbers of the latter thus liberated are already dependent on the United States and must be provided for in some way. Besides this, it is not impossible that some of the States will pass similar enactments for their own benefit respectively, and by operation of which persons of the same class will be thrown upon them for disposal. In such case I recommend that Congress provide for accepting such persons from such States, according to some mode of valuation, in lieu, pro tanto, of direct taxes, or upon some other plan to be agreed on with such States respectively; that such persons, on such acceptance by the General Government, be at once deemed free, and that in any event steps be taken for colonizing both classes (or the one first mentioned if the other shall not be brought into existence) at some place or places in a climate congenial to them. It might be well to consider, too, whether the free colored people already in the United States could not, so far as individuals may desire, be included in such colonization. To carry out the plan of colonization may involve the acquiring of territory, and also the appropriation of money beyond that to be expended in the territorial acquisition. Having practiced the acquisition of territory for nearly sixty years, the question of constitutional power to do so is no longer an open one with us. The power was questioned at first by Mr. Jefferson, who, however, in the purchase of Louisiana, yielded his scruples on the plea of great expediency. If it be said that the only legitimate object of acquiring territory is to furnish homes for white men, this measure effects that object, for the emigration of colored men leaves additional room for white men remaining or coming here. Mr. Jefferson, however, placed the importance of procuring Louisiana more on political and commercial grounds than on providing room for population". Grifos nossos.

Estado de Ohio e Presidente do Senado apresentou em seu relatório que cerca U\$33.226,97 do orçamento autorizado pelo Congresso foi gasto até 7 de março de 1864.²⁰⁵ O Senador Samuel Clark Pomeroy, do Kansas, foi nomeado *Colonization Agent*,²⁰⁶ um cargo que não possuía poderes oficiais de negociação, mas muito serviu para tornar o tema conhecido. A família Blair, por sua vez – que contava com Francis Blair Sr (Senador pelo Kansas), Francis Blair Jr (deputado pelo Kansas) e Montgomery Blair (Secretário da Pasta dos Correios) –, também é tratada pela historiografia específica como entusiasta da colonização.²⁰⁷ Mas é na Secretaria do Interior que se pretendeu operacionalizar tal iniciativa, com a criação do *Emigration Office*, que confere ao tema da colonização uma perspectiva real proposta pelo governo naquele momento.²⁰⁸

No início da Guerra da Secessão, o Executivo da União contava com 6 secretarias (que funcionam como ministérios se comparados ao funcionamento do governo imperial brasileiro do mesmo momento): a Secretaria de Estado, chefiada por William H. Seward; a Secretaria do Interior, de Caleb B. Smith; a secretaria referente aos serviços de correio, comandada por Montgomery Blair; a Secretaria da Guerra, de Simon Cameron; a Secretaria da Marinha, de Gideon Welles e a Secretaria do Tesouro, chefiada por Salmon Chase. A Secretaria de Estado, contudo, tinha maior importância política e se colocava acima das outras na estruturação e operacionalização do poder executivo. Dentre os poderes conferidos ao Secretário de Estado, a política exterior é a que mais nos interessa.

Tradicionalmente, a Secretaria do Interior cuidava de assuntos relacionados à realocação da população indígena e alguns traços da organização do território nacional. Fazia sentido, neste mister, relegar a ela o escritório que seria responsável pela organização e operacionalização dos projetos de colonização. Entretanto, como esses projetos envolviam compra de terras e transporte de afrodescendentes para o exterior, era preciso atuar junto à Secretaria de Estado, responsável pelas relações internacionais. Desta forma, a documentação que se escolheu para analisar,

²⁰⁵ HORNE, Gerald. *The Deepest South: The United States, Brazil and the African Slave Trade*. Nova York: New York University Press, 2007 p. 253.

²⁰⁶ GRESHAM, Luveta W. "Colonization Proposals for Free Negroes and Contrabands During Civil War". *Journal of Negro Education*, v. 16, n. 1, p. 33, 1947.

²⁰⁷ GRESHAM, Luveta W. "Colonization Proposals for Free Negroes and Contrabands During Civil War" ... 1947.

²⁰⁸ ANDREW, N. CLEVEN, N. "Some Plans for Colonizing Liberated Negro Slaves in Hispanic America" ... p. 36; A princípio, o assunto da colonização de ex-cativos estava sob a responsabilidade da Secretaria do Interior (Caleb Blood Smith era o titular da pasta até fins de 1862, entretanto, seu assistente e futuro sucessor, John Palmer Usher, era quem cuidava deste assunto) e do Comitê de Territórios do Senado dos Estados Unidos, representado por Benjamin Franklin Wade. Apenas em 1862 o tema passou a ser uma preocupação de cunho diplomático sob responsabilidade do Secretário de Estado, William H. Seward.

compreende as notas diplomáticas enviadas e recebidas, de acordo com sua disponibilidade de acesso nos arquivos norte-americanos, bem como o relatório final de James Mitchell, do *Emigration Office*, como visto.

Nos meses de junho e julho de 1862, foram aprovadas duas leis envolvendo processos de emancipação e foi publicado mais um apelo pela emancipação compensada da escravidão nos *border states*. Em 19 de junho, aprovou-se uma lei que proibia a escravidão naqueles territórios que ainda não eram estados e em qualquer outro território que viesse a ser adquirido pelo país.²⁰⁹ Poucas semanas depois, Lincoln se manifestou novamente sobre a escravidão nos estados fiéis a Washington e pediu para que eles iniciassem processos graduais de emancipação com compensação provida pelo governo federal. Nesse documento, percebe-se que os rumos da guerra já viam a emancipação geral como destino final. No mesmo documento mencionam-se as iniciativas de colonização, citando a América do Sul especificamente. Mais adiante, quando as notas diplomáticas começarem a ser analisadas, poderá se perceber como em junho e julho de 1862 os ministros norte-americanos no Brasil e no Equador estavam atentos a esses projetos.

“Vocês [Alto Sul ou *border states*] preferem que a relação constitucional dos estados com a nação seja em prática restaurada, sem qualquer perturbação à instituição; e se isso fosse feito, todo o meu dever, a esse respeito, sob a constituição, e meu juramento ao cargo, estariam satisfeitos. Mas isso não está feito, e nós estamos tentamos fazê-lo pela guerra (...). Quão melhor então economizar o dinheiro que de outro modo será desperdiçado para sempre na guerra. Quão melhor fazer isso enquanto podemos, enquanto a guerra ainda nos permite custear esse processo. Quão melhor para vocês, como vendedores, e para a nação como compradora, vender, e comprar, aquilo que sem a guerra jamais se poderia ter tido tal oportunidade, do que ver se perder a coisa a ser vendida, e despencar o preço dela, ao cortar as gargantas uns dos outros (...) Eu não falo de emancipação de uma só vez, mas de uma decisão única de emancipar gradualmente. Espaço na América do Sul para colonização pode ser obtido com baixo custo, e em abundância, e quando os números forem amplos o suficiente para servirem de companhia e encorajamento para outras iniciativas, os libertos não se mostrarão tão relutantes em ir”.²¹⁰

²⁰⁹ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* "Law Enacting Emancipation in the Federal Territories", de 19/06/1862, p. 239. Tal lei depois foi incorporada como parte da Emenda Constitucional de número 13. "*Be it enacted by the Senate and House of Representatives of the United States of America in Congress assembled, That from and after the passage of this act there shall be neither slavery nor involuntary servitude in any of the Territories of the United States now existing, or which may at any time hereafter be formed or acquired by the United States, otherwise than in punishment of crimes whereof the party shall have been duly convicted*".

²¹⁰ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* "Appeal to Border-State Representatives for Compensated Emancipation, Washington D.C.", de 12/07/1862, p. 362. Tradução nossa. No original: "*You prefer that the constitutional relation of the states to the nation shall be practically restored, without disturbance of the institution; and if this were done, my whole duty, in this respect, under the constitution, and my oath of office, would be performed. But it is not done, and we are trying to accomplish it by war (...) How much*

Em 17 de julho de 1862, o *Second Confiscation Act* foi aprovado. A lei previa, em linhas gerais, a emancipação de escravos de civis ou militares dos Estados Confederados da América que não se rendessem no prazo de 60 dias da promulgação do referido diploma.²¹¹ A lei retoma a discussão da devolução dos escravos fugidos. Se na lei de março, *Law Enacting an Additional Article of War*, a pena para os militares que infringissem a legislação era seu desligamento das forças armadas, no *Second Confiscation Act* é autorizado que o exército e a marinha empreguem o trabalho dessas pessoas na guerra. Fica também claro que essas pessoas passam a ser livres. O tema da colonização continua presente, é preciso notar, em grande parte dos documentos que se inserem no processo de emancipação, provenientes tanto do Legislativo, como do Executivo.

“Que se promulgue que o presidente dos Estados Unidos está a partir daqui autorizado a prover transporte, colonização e assentamento, em algum país tropical além dos limites dos Estados Unidos, de tais pessoas da raça Africana, libertos pelas provisões desse ato, que desejem imigrar, tendo antes obtido o consentimento do governo do dito país para sua proteção e assentamento no mesmo, com todos os direitos e privilégios dos homens livres”.²¹²

Na mesma sessão e dia em que se aprovou o *Second Confiscation Act*, aprovou-se também o *Militia Act*, que regularizava a situação dos afrodescendentes (sendo escravos fugidos ou livres) nas forças armadas.²¹³ Além de prever que os afrodescendentes recebessem pagamento

better to thus save the money which else we sink forever in the war. How much better to do it while we can, lest the war ere long render us pecuniarily unable to do it. How much better for you, as seller, and the nation as buyer, to sell out, and buy out, that without which the war could never have been, than to sink both the thing to be sold, and the price of it, in cutting one another's throats (...) I do not speak of emancipation at once, but of a decision at once to emancipate gradually. Room in South America for colonization, can be obtained cheaply, and in abundance; and when numbers shall be large enough to be company and encouragement for one another, the freed people will not be so reluctant to go".

²¹¹ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* "Second Confiscation Act", de 17/07/1862. p. 275: "And be it further enacted, That all slaves of persons who shall hereafter be engaged in rebellion against the government of the United States, or who shall in any way give aid or comfort thereto, escaping from such persons and taking refuge within the lines of the army; and all slaves captured from such persons or deserted by them and coming under the control of the government of the United States; and all slaves of such person found on [or] being within any place occupied by rebel forces and afterwards occupied by the forces of the United States, shall be deemed captives of war, and shall be forever free of their servitude, and not again held as slaves".

²¹² McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* "Second Confiscation Act", de 17/07/1862. p. 275: "And be it further enacted, That the President of the United States is hereby authorized to make provision for the transportation, colonization, and settlement, in some tropical country beyond the limits of the United States, of such persons of the African race, made free by the provisions of this act, as may be willing to emigrate, having first obtained the consent of the government of said country to their protection and settlement within the same, with all the rights and privileges of freemen".

²¹³ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* "Militia Act", p. 281 17/07/1862: "And be it further enacted, That the President be, and he is hereby, authorized to receive into the

por seus serviços militares, a lei prevê a alforria para a família dos escravos cujos proprietários tenham contribuído direta ou indiretamente ao lado dos Confederados.²¹⁴

As conclusões que farão parte desse capítulo pretendem inserir as discussões acima iniciadas na análise mais ampla dos projetos de colonização, que serão melhor tratadas no próximo item. Pretende-se refletir sobre o tema da colonização a partir dos processos que levaram à emancipação geral da escravidão no país. Ainda que as fontes utilizadas não permitam que se perceba com mais clareza o papel das resistências das comunidades de afro-americanos escravizados e livres, as discussões internas ao governo de Washington permitem uma compreensão mais profunda sobre as circunstâncias políticas da Guerra da Secessão e de que forma os projetos de colonização apropriavam-se dessas novas configurações.

III. Guerra e Liberdade: A Emancipação Fragmentada

A abolição do trabalho escravo nos Estados Unidos percorreu um caminho longo e cheio de particularidades de acordo com o estado ou região a que se refere. Trata-se de um processo único nas Américas não só no tocante à construção social e legal da liberdade, mas principalmente na forma como os avanços e recuos desse processo contribuíram para a experiência dos afrodescendentes no país.²¹⁵ É preciso notar que a experiência dos afrodescendentes nos Estados Unidos é bastante singular no sentido que, desde a independência norte-americana, tomou forma um movimento, talvez até um corpo de ideias, em certo sentido, entre os afrodescendentes, sem precedentes na história de sua condição no Novo Mundo: a possibilidade de alistamento militar, em ambos os lados do conflito, com a promessa de

service of the United States, for the purpose of constructing intrenchments, or performing camp service or any other labor, or any military or naval service for which they may be found competent, persons of African descent, and such persons shall be enrolled and organized under such regulations, not inconsistent with the Constitution and laws, as the President may prescribe".

²¹⁴ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* "Militia Act", p. 281 17/07/1862: "And be it further enacted, That when any man or boy of African descent, who by the laws of any State shall owe service or labor to any person who, during the present rebellion, has levied war or has borne arms against the United States, or adhered to their enemies by giving them aid and comfort, shall render any such service as is provided for in this act, he, his mother and his wife and children, shall forever thereafter be free, any law, usage, or custom whatsoever to the contrary notwithstanding: Provided, That the mother, wife and children of such man or boy of African descent shall not be made free by the operation of this act except where such mother, wife or children owe service or labor to some person who, during the present rebellion, has borne arms against the United States or adhered to their enemies by giving them aid and comfort".

²¹⁵ Ver capítulo 1 de FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind. The Debate on Afro-American Character and Destiny, 1817-1914*. Hanover: Wesleyan University Press, 1987.

liberdade e, eventualmente, terras²¹⁶. Tal realidade gerou uma comunidade de libertos expressiva no país.²¹⁷

Em grande parte dos estados do Norte, aboliu-se a escravidão depois da Guerra de Independência – ou Revolução Americana - que se iniciou em 1776. As treze colônias que declararam independência da Inglaterra foram: Carolina do Norte (depois Carolina do Norte e Tennessee), Carolina do Sul, Connecticut, Delaware, Geórgia (mais tarde compôs os estados da Geórgia, Alabama e Mississippi), Maryland, Massachusetts (depois Massachusetts e Maine), Nova Hampshire, Nova Jersey, Nova York (depois Nova York e Vermont), Pensilvânia, Rhode Island e Providence Plantations (atualmente Rhode Island) e Virginia (depois também Kentucky e Virgínia do Oeste). Todas as treze colônias tinham população escrava, mas depois da Guerra de Independência, a maior parte dos estados do nordeste passou leis e estatutos que, em processos mais ou menos rápidos, aboliam a escravidão de forma gradual. Eram esses estados: Connecticut, Massachusetts, Nova Hampshire, Nova Jersey, Nova York, Pensilvânia e Rhode Island. Em Connecticut, a primeira lei de abolição gradual é de 1784; em Massachusetts, ela veio através de sua Constituição Estadual de 1780; em Nova Hampshire, estado de tradição liberal que contava com poucos escravos, a lei final de abolição veio apenas de 1857; em Nova Jersey, em 1804; em Nova York, promulgou-se uma espécie de Lei do Ventre Livre, em 1785; na Pensilvânia, o primeiro ato legislativo de abolição gradual data de 1780; e em Rhode Island, a lei é de 1784.²¹⁸

É preciso também refletir sobre a experiência de escravidão dentro da perspectiva múltipla da força de trabalho norte-americana. O regime de trabalho escravo era predominante apenas em algumas regiões, notadamente no Sul. O trabalho livre de nacionais e imigrantes europeus era, assim, mais fundamental para a economia global dos Estados Unidos. A combinação desses fatores gerou, desde as últimas décadas do século XVIII, mas principalmente na primeira metade do século XIX, uma realidade social de convívio de libertos com outros trabalhadores livres. O afrodescendente, livre ou escravizado, desta forma, não era, a princípio, a única alternativa de mão de obra disponível no país. Assim, a estruturação da economia e da

²¹⁶ FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind* ... p. 14.

²¹⁷ SANNEH, Lamin. *Abolitions Abroad: American Blacks and the Making of Modern West Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 2001. p.12.

²¹⁸ Ver capítulo I de Ver BERLIN, Ira. *Gerações de Cativo...*

sociedade norte-americanas, desde seus primórdios, sobre variados regimes de trabalho é um dos eixos de problematização para pensar a consolidação do ideário que abarcava a colonização.²¹⁹

É importante reafirmar que as causas que levaram à Guerra da Secessão são inúmeras e muito complexas. A questão da mão de obra cativa, que se coloca no centro da cisão entre Norte e Sul, tem uma construção plural com influências de fatores políticos, econômicos e sociais.²²⁰ A emancipação geral e imediata, entretanto, no início dos anos 1860, não estava nos planos do governo federal. A eleição de Abraham Lincoln para presidente, em 1860, representou o início da secessão dos estados que se tornaram os Estados Confederados da América, embora ele (e o Partido Republicano) se opusesse especificamente à expansão da escravidão para novos territórios, mas não à escravidão como instituição,²²¹ como é possível perceber no trecho abaixo do discurso que inaugurou a presidência de Lincoln: "Eu não tenho a intenção de, direta ou indiretamente, interferir na instituição da escravidão nos estados em que ela existe. Eu acredito que não tenho a prerrogativa legal de fazer isso, e nem estou propenso em fazê-lo".²²²

Como já mencionado, todos os estados do Norte tiveram escravos em algum momento. Os primeiros territórios a entrarem para os Estados Unidos sem a permissão legal para a escravidão pertenciam ao território do Meio Oeste, que depois se tornaram os estados de Illinois, Indiana, Michigan, Minnesota, Ohio e Wisconsin. Ao longo da primeira metade do século XIX, não só outras regiões e territórios aprovaram suas constituições e se tornaram estados, como diversas guerras - entre elas a guerra contra o México nos anos 1840 - fizeram com que os Estados Unidos expandissem seu território nacional e chegassem a contornos bastante maiores que o das treze colônias da independência.²²³ Ainda que esse momento histórico não seja o objeto do presente trabalho, alguns episódios são importantes para se pensar como se deu o processo de emancipação da escravidão dentro da lógica da Guerra da Secessão.

²¹⁹ Ver Ver capítulo 1 de FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind*. ...; MARTIN, Ben L. "From Negro to Black to African American: The Power of Names and Naming". *Political Science Quarterly*, v. 106, n. 1, p.83-107, 1991. e RECORD, Wilson. *The Negro Intellectual and Negro Nationalism*. *Social Forces*, v. 33, n. 1, p. 1018, 1954.

²²⁰ Sobre esses temas, em especial a questão racial e da construção da cidadania nos Estados Unidos ver: capítulo 9 BLIGHT, David W. *Race and Reunion: The Civil War in American Memory*...; capítulo 3 de FONER, Eric. *Reconstruction: America's Unfinished Revolution, 1863-1877*. Nova York: Harper Collins Publishers, 1989;

²²¹ FONER, Eric. *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and the American Slavery*... p. 137.

²²² LINCOLN, Abraham, "First Inaugural Address" ... Tradução nossa. No original: "*I have no purpose, directly or indirectly, to interfere with the institution of slavery in the States where it exists. I believe I have no lawful right to do so, and I have no inclination to do so*".

²²³ BERLIN, Ira. *Gerações de Cativo*... p. 13-32.

O acirramento da oposição entre Norte e Sul se deu, como anteriormente introduzido, em diversas dimensões e esferas. Para o tema dos projetos de colonização dos anos 1860, contudo, é imprescindível perceber que tal oposição política foi sendo construída na medida em que a representação política entre estados escravistas e os estados livres foi se tornando perigosamente desigual²²⁴. Com a adição de novos territórios, o equilíbrio entre as economias abertamente escravistas e as outras passou a ditar as ordens na forma como os novos estados entrariam para a federação. O sistema de aprovação de estados em par, um escravista e um livre, foi um dos métodos encontrados para enfrentar essa questão.

Em 1820, forças políticas opostas no Congresso dos Estados Unidos, aprovaram o Compromisso do Missouri que contribuía para a regulação da forma como seriam incorporados os territórios do oeste do país. Se tradicionalmente a região do Meio Oeste se convertia em estados sem autorização legal para a escravidão, o episódio do Missouri mostrou que a expansão da economia escravista era uma realidade a ser enfrentada.²²⁵ O Compromisso, grosso modo, proibia a escravidão acima do paralelo 36°30', com exceção do território do Missouri. Em 1854, entretanto, quando os territórios do Kansas e do Nebraska foram regularizados, permitiu-se que a população dessas regiões definisse nas suas constituições estaduais se permitiriam ou não a escravidão. Ao anular as previsões do Compromisso do Missouri, o *Kansas-Nebraska Act* é um dos momentos pré-Guerra da Secessão em que a cisão entre Norte e Sul se faz perceber de maneira mais nítida. O Kansas se tornou um estado livre, em janeiro de 1861, antes de Lincoln assumir a presidência. Seguindo a Carolina do Sul, que se declarou independente no final de 1860, os estados do Mississippi, Flórida, Alabama, Geórgia, Luisiana e Texas se fundiram nos Estados Confederados da América em janeiro de 1861. Poucos meses depois os estados da Virginia, Arkansas, Carolina do Norte e Tennessee seguiram o mesmo caminho.²²⁶

Essa breve retrospectiva foi necessária para reforçar a diferença entre a oposição à escravidão e a oposição à expansão da escravidão para novos territórios. A situação no Kansas se tornou cada vez mais hostil entre os colonos antiescravistas e os escravistas. Diversos episódios de violência em meados dos anos 1850 evidenciaram o acirramento entre os dois sistemas.²²⁷ O Partido Republicano nasceu justamente nesse momento, e a eleição de Lincoln, representava a

²²⁴ McPHERSON, James. *Battle Cry of Freedom*.... p. 51-65.

²²⁵ Outros Compromissos foram assinados em 1850. McPHERSON, James. *Battle Cry of Freedom* ... 78.

²²⁶ McPHERSON, James. *Battle Cry of Freedom*... p. 86-87

²²⁷ McPHERSON, James. *Battle Cry of Freedom*... p. 121-123.

resistência às forças sociais, econômicas e políticas que visavam à expansão da escravidão. Neste sentido, a vitória republicana de Lincoln nas eleições presidenciais norte-americanas de 1860 representou de início uma resistência à expansão e reprodução do sistema escravista do Sul, e não revelou, de imediato, uma plataforma política consistentemente abolicionista.²²⁸ Entretanto, a despeito de ter vencido com apoio dos estados do norte e do oeste, a maioria parlamentar - tanto no senado como na câmara - era da oposição, do Partido Democrata, que interpretou a vitória de Lincoln como uma sentença de morte imediata à instituição da escravidão. Por esse motivo, dentre outros, o conflito civil se iniciou a partir de abril de 1861, de forma que toda a presidência de Lincoln se desenvolveu dentro da realidade da Guerra da Secessão.²²⁹

As pressões do conflito civil e os rumos políticos tomados por Washington recebem frequentemente uma interpretação histórica que agrupa os rumos finais da guerra e da emancipação da escravidão sob um prisma monolítico dos valores do abolicionismo e das políticas de equalização social dos libertos do período da Reconstrução.²³⁰ Certa aceitação e problemática inclusão social dos emancipados, contudo, parecia ser apenas uma das alternativas em discussão na plataforma política do governo nos anos 1861 e 1862. As iniciativas de colonização de afrodescendentes fora do território dos Estados Unidos, em contraposição, recebiam apoio público de Lincoln.

A abolição geral nos Estados Unidos no início da Guerra da Secessão, para muitos, parecia respeitar uma lógica de desconstruir a instituição da escravidão a partir de uma possível combinação com a retirada dos ex-escravos do convívio social e político do país.²³¹ A comunhão das duas ideias advinha da crença geral de que a convivência com os escravos, libertos e seus descendentes, em igualdade de direitos com os brancos, era uma impossibilidade social para a realidade norte-americana.²³²

²²⁸ Ver McPHERSON, James M. *The Negro's Civil War: How American Blacks Felt and Acted during the War for the Union*. Nova York: Vintage Civil War Library, 2003., p. 3 a 18.

²²⁹ McPHERSON, James M. *Battle Cry of Freedom...* p. 6-46.

²³⁰ A Reconstrução norte-americana compreende o período entre os anos 1863 e 1877, quando o Norte desagregou politicamente os confederados e promoveu grandes mudanças nos estados do Sul. Uma das transformações impostas foi o reconhecimento jurídico da igualdade civil dos libertos. Na década de 1880, grande parte dos estados do Sul aboliu as práticas de equidade racial, substituindo-as por políticas de segregação. FONER, Eric. *Reconstruction: America's Unfinished Revolution, 1863-187...* p. 239 a 251.

²³¹ Ver capítulo 9 de HORNE, Gerald. *O Sul Mais Distante: Os Estados Unidos, o Brasil e o Tráfico de Escravos Africanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

²³² SANNEH, Lamin. *Abolitions Abroad: American Blacks and the Making of Modern West Africa...* p. 22 a 64.

Nesse mister, é interessante observar que desde as primeiras décadas do século XIX, as ideias de colonização transitavam intensamente em diversos setores ideológicos do país e impulsionavam importantes movimentos sociais, com o exemplo da *American Colonization Society*, em 1816, cujo objetivo era abrir áreas de colonização para ex-escravos na costa oeste da África. A consequente criação da Libéria, nos anos 1820,²³³ é a primeira experiência prática de remoção de ex-cativos dos Estados Unidos.²³⁴

Para além da África, muitas outras regiões, como mencionado na referência acima, foram cogitadas, mais tarde, para receber ex-escravos provenientes dos Estados Unidos, notadamente na América Latina e Caribe, o que nos leva a pensar que essas ideias de colonização de afrodescendentes podem ser consideradas uma espécie de constante do desenvolvimento histórico dos Estados Unidos no século XIX e é um termômetro interessante para pensar a forma como o afrodescendente livre é visto nessa sociedade.²³⁵ Neste sentido, novamente, é possível supor que o Governo Lincoln tenha apenas tentando materializar, como política de Estado, ideias que vinham circulando no país há muito tempo devido às circunstâncias específicas da Guerra da Secessão.²³⁶

É importante pontuar que, como se tratam de negociações sem sucesso, poucos documentos se aprofundam nas minúcias referentes aos locais e à natureza dos afro-americanos que seriam eventualmente embarcados para os projetos de colonização no exterior. Há, aqui, que se tratar da questão dos *border states*. Com o início da guerra, Washington passa a estimular a emancipação gradual e compensada nessas regiões. Em paralelo a esse processo, o avanço do

²³³ BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution* ... p. 141. Na verdade, 1821 foi o ano em que a *American Colonization Society* adquiriu a primeira porção de terra na localidade que viria a ser a Libéria.

²³⁴ Parece razoável pensar que o pouco êxito do projeto original da Libéria poderia ter justificado um resfriamento dessas ideias de colonização, e não tanto seu fortalecimento e transformação em política de Estado tantas décadas depois. Consta que nas primeiras décadas de existência, a colônia norte-americana na África recebeu, entre os anos 1820 e 1830, o irrisório número de 3.160 imigrantes. Até o início da década de 1860, mais 7.779 chegaram ao território. Os números são de SANNEH, Lamin. *Abolitions Abroad: American Blacks and the Making of Modern West Africa...* pg 198 a 202, mas outros números aparecem em outras obras, um exemplo é o caso do artigo de BELL, Howard H. *Negro Nationalism: A Factor in Emigration Projects, 1858-1861*, que apresenta o número 11.000. A estimativa de Sanneh se parece muito com a de BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution...* p. 170, Tabela 2 “ACS emigration by period, 1820-1860”.

²³⁵ Ver DYER, Brainerd. *The Persistence of the Idea of Negro Colonization. The Pacific Historical Review*, Vol 12, No 1, 1943, pp. 53-65. A forma como o afrodescendente é visto nos Estados Unidos do século XIX é um dos assuntos a ser enfrentado para se conseguir desenvolver o tema específico do presente trabalho. Essa reflexão se insere na ampla discussão da predominância da cultura anglo-saxônica na formação nacional do país que, em muitas medidas, tem parte dos eixos de problemas desenvolvidos em processos históricos posteriores ao período que se pretende analisar. Assim, optou-se por não desenvolver essa questão no momento e inseri-la posteriormente na problematização dos momentos pós-abolição no restante da América.

²³⁶ GOLD, Robert L. “Negro Colonization Schemes in Ecuador, 1861-1864”. *Phylon*, v. 30, n. 3, p. 307, 1969.

exército do Norte sobre Sul é acompanhado pelo aumento do número de escravos fugidos que procuravam proteção e liberdade, esses escravos são *contrabands*. Há evidências na documentação que indicam que os projetos de colonização aproveitariam justamente os ex-escravos dos *border states* e esses *contrabands*. Alguns voluptuosos números que constam de projetos, como o entregue ao governo do Brasil, mostram que, em um segundo momento, se pretendiam também transportar os escravos a serem libertados no Sul. É preciso lembrar que, durante a guerra, ainda não se tinha acesso à propriedade escrava que o exército confederado protegia. Mas é lógico pensar que é as regiões de *plantation* são as mais suscetíveis à tensão racial e é justamente no Sul que a emancipação promoveria uma situação súbita de convivência em liberdade de massivos contingentes de ex-escravos. Essa possibilidade aterrorizava as elites brancas de todo o país. Em adição ao medo da “barbárie” proveniente “guerra de raças”, existia o medo do colapso das economias locais baseadas majoritariamente no trabalho escravo. Como já mencionado, o medo do colapso econômico se devia em larga medida às experiências que se tinha observado em algumas ilhas do Caribe.²³⁷ Não podemos deixar de citar aqui que a emancipação dos escravos nos Estados Confederados da América, entrou em vigor em 1º de janeiro de 1863. Como o Norte não tinha controle sobre grande parte desses territórios, muito pouco valor prático se aferiu a essa primeira Proclamação de Emancipação (*Emancipation Proclamation*).²³⁸

A pluralidade de valores de diversas naturezas na construção do discurso da colonização pode ser percebida com clareza no breve trecho da mesma mensagem anual da presidência de dezembro de 1861: “para se executar um plano de colonização talvez seja necessário comprar terras e fazer provisões orçamentárias para além dessa compra”.²³⁹ A compra de territórios representa um outro lado desse tema que é o expansionismo territorial e reforço das políticas de influência política e social no restante das Américas. A princípio, quando a possibilidade da colonização é apresentada publicamente pelo governo como iniciativa a ser combinada com a

²³⁷ Ver capítulo 2 de RUGEMER, Edward Bartlett. *The Problem of Emancipation...*

²³⁸ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* "Emancipation Proclamation", p. 212: "the people whereof shall then be in rebellion against the United States, shall be then, thenceforward, and forever free; and the Executive Government of the United States, including the military and naval authority thereof, will recognize and maintain the freedom of such persons, and will do no act or acts to repress such persons, or any of them, in any efforts they may make for their actual freedom".

²³⁹ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* "First State of the Union Address", de 3/12/1861, p. 212. Tradução nossa. No original: "To carry out the plan of colonization may involve the acquiring of territory, and also the appropriation of money beyond that to be expended in the territorial acquisition".

emancipação de escravos atingidos pelo *Confiscation Act*, a expansão territorial é também parte desse conjunto de opções. No mesmo mês de dezembro, um artigo publicado no *The York Times* analisa criticamente a sugestão de Lincoln:

“O Presidente Lincoln levanta a questão: qual será o futuro lugar dos negros cujo progresso a guerra joga em nossas mãos? (...) A deportação dos negros do nosso solo e a colonização deles em outro lugar tem se tornado a solução favorita de algumas das mais benevolentes mentes deste país. Trata-se de uma resposta a um sentimento - público dominante - de preocupação sobre como resolver de modo peremptório um problema que parece estar envolto em dificuldades aparentemente insolúveis. Livrar-se de uma raça que não foi trazida para cá por nós e cuja presença sempre foi um incômodo para a nação, é precisamente tal processo não planejado que o publico naturalmente vê como um problema desconcertante”.²⁴⁰

O trecho acima nos permite de alguma maneira perceber melhor o que Fredrickson quer dizer em sua análise. A preocupação com a absorção social dos ex-escravos era tema fértil de reflexão nesse momento. É possível depreender desse documento algumas das vertentes principais na natureza dos projetos de colonização da Guerra da Secessão: a compreensão sobre a magnitude dessa proposta de “resolução” do “problema” do negro e a preferência pelas Américas Central e do Sul como alvos dessa empreitada. A escolha geográfica tem explicações múltiplas e será tratada no próximo capítulo. Justificativas de proximidade em comparação com a Libéria também aparecem em diversos documentos oficiais sobre esses projetos, como se verá adiante. Entretanto, é a necessidade de consolidação de uma zona de influência econômica e política dos Estados Unidos no restante das Américas, afastando ao máximo a influência europeia, que parece ser a justificativa mais sólida para a escolha dos países que receberiam as propostas.

²⁴⁰ Artigo sem autoria expressa, publicado em 07/12/1861, com o título "Negroes Out of Slavery: The President's Suggestion". Tradução nossa. No original: "*President Lincoln raises the question, What is be our future disposal of negroes whom the progress the war throws on our hands? (...) The deportation of the blacks from our soil and their colonization elsewhere, has been a favorite scheme with some of the most benevolent of American minds. It also perfectly responds to a dominant public sentiment, which aims to solve in this peremptory mode a problem it feels to be enveloped in seemingly inextricable difficulties. To get rid of a race whose bringing here was none of our work, and whose presence has always been a thorn in the side of the nation, is precisely the impromptu process which the public naturally applies to a perplexing problem*".

Capítulo III: O Brasil: O Norte, O Sul e a Amazônia

No início da década de 1860, quando foram negociados os projetos de colonização propostos durante a Guerra de Secessão (1861-1865), dentre os lugares cogitados para eventualmente receberem trabalhadoras e trabalhadores afro-americanos, apenas o Brasil ainda era abertamente escravista. Como já mencionado, há a exceção do Suriname, cuja documentação faz referência aos projetos que a administração colonial local fazia para aprovar uma lei abolindo a instituição²⁴¹. De qualquer maneira, o caso da negociação brasileira é único por uma série de razões, mas nos interessa aqui, primeiramente, compreender melhor como os discursos que descrevem as relações raciais no país como harmônicas aparecem nas trocas diplomáticas oficiais. O trecho a seguir é proveniente de um despacho do ministro norte-americano no Rio de Janeiro, James Webb, para seu superior, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, William Seward, em maio de 1862:

“um tratado entre os Estados Unidos e o Brasil, pelo qual todos os negros libertos dos Estados Unidos lá sejam agraciados com terras pelo governo do Brasil e ao término dos anos estabelecidos, tornem-se cidadãos brasileiros com todos os direitos e privilégios da população negra livre do Império. A constituição [do Brasil] os reconhece como iguais [os afrodescendentes] aos homens brancos e igualmente elegíveis aos mais altos cargos do Império; e onde havia distinção social entre as raças branca e negra, que já existiu, esta foi quase erradicada”.²⁴²

²⁴¹ “Despacho s/n”, de 19/07/1862, enviado por Roest Van Limburg, representante da Holanda nos Estados Unidos, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward. Brochuras impressas em 12 volumes disponíveis na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos sob o nome: *Executive Papers, Printed by Order of The House of Representatives, During the Third Session of the Thirty-Seventh Congress, 1862-1863: Papers Relating to Foreign Affairs*, p. 345, doravante referido como PRFA – LOF. Tradução nossa. No original: “Whilst the States General of the Netherlands are engaged with the draft of a law for the abolition of slavery in the colony of Surinam, the government of the King has under consideration the introduction of free laborers (...) it is asked whether, among the people of color who in the United States have acquired or are acquiring their freedom, there could not be found many who would be willing to engage for a certain term of years (say, for example, 5 years), (...) under protection of the Netherlands law”.

²⁴² “Dispatch 17 to the Hon. W. H. Seward”, de 10/05/1862, enviado por James Watson Webb, ministro representante dos Estados Unidos no Brasil, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward. Arquivo Pessoal de James Watson Webb, Seção de Arquivos e Manuscritos Raros, Biblioteca Sterling Memorial, Universidade de Yale. Caixa 8, pasta 98, doravante referida como UY – RMAS – JWWP Tradução nossa. No original: “a Treaty between the United States and Brazil, by which all the freed Negroes of the United States, and there be endowed with land gratuitously by Brazil; and as the expiration of term of years, become citizens of Brazil, with all the rights and privileges of the free Negro population of the Empire, all of whom by the Constitution are recognized equals of the white man, and equally eligible with him to the highest offices of the Empire; and where already the social distinction between the white and Black races, which once existed, has been nearly eradicated”.

Nesse sentido, faz-se imprescindível reiterar que o Brasil apresentava todos os problemas e inconsistências próprios de uma sociedade baseada na violenta repressão de uma imensa camada de trabalhadores e trabalhadoras em situação de escravidão.²⁴³ Entretanto, as múltiplas vivências e dinâmicas sociais brasileiras também apresentavam questões muito próprias e que se transmitiam e se transmutavam em discursos amortecedores das violentas contradições raciais que eclodiam na realidade cotidiana.

I. A Experiência de Webb no Rio de Janeiro

No projeto proposto ao governo imperial brasileiro, ao que parece, Webb pretendia convencer as comunidades afro-americanas e os entusiastas da colonização – através do governo em Washington, dentre outros mediadores - de uma ideia de um Brasil com grandes possibilidades de inserção social e política para o negro. Um país, que ele descreve, como sendo desprovido de práticas de preconceito racial: “porque aqui não há tais preconceitos e aqui a Constituição, a lei e a opinião pública, bem como a experiência prática, abriram caminhos para a elevação do Negro a qualquer posição, social ou política, para as quais seus talentos e educação o qualifiquem”.²⁴⁴

O despacho de onde se retirou a citação acima, é preciso mencionar, teve seu conteúdo publicado no jornal *The New York Times*, em 28 de dezembro de 1862.²⁴⁵ Embora tivesse sido enviado por Webb a Seward e, portanto, se tratasse de uma troca interna à Secretaria de Estado, não se conseguiu saber exatamente os motivos que levaram Webb - ou mesmo outra pessoa - a querer ter a referida proposta de colonização de afro-americanos para a Amazônia brasileira

²⁴³ Esse tema faz parte das reflexões de grande parte dos historiadores brasileiros que pensam temas relacionados à abolição e escravidão. Permeia, por exemplo, as reflexões de MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição**. 2ª. Ed. São Paulo: Edusp, 2010. Outro trabalho que se tem consultado muito é ALBUQUERQUE, Wlamyra, R. de. **O Jogo da Dissimulação: Abolição e Cidadania Negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 81-92.

²⁴⁴ "Dispatch 17 to the Hon. W. H. Seward", de 10/05/1862, enviado por James Watson Webb, ministro representante dos Estados Unidos no Brasil, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward. UY – RMAS – JWJP, Caixa 8, pasta 98. Tradução nossa. No original: "*Brazil is of all others the Country to which he should be conveyed, because here, no such prejudices exists; and here, the Constitution, the Law, and the public opinion as well as practical experience, have paved the way for the elevation of the Negro to any position, social or political, for which his talents & education may have qualified him*".

²⁴⁵ WEBB, James Watson. "Negro Colonization. Brazil Proposed by Our Minister as a Field for Colonization. Interesting Dispatches from J. Watson Webb". 28/12/1862. *The New York Times*. Disponível para consulta e download em: <http://www.nytimes.com/1862/12/28/news/negro-colonization-brazil-proposed-our-minister-field-for-colonization.html>, consultado em 12/03/2008.

tornada pública. A análise da documentação privada de Webb, bem como a leitura de sua biografia, contudo, nos leva a levantar algumas hipóteses que expliquem a publicação do conteúdo de despachos diplomáticos na imprensa. É possível que Webb tenha se utilizado dos seus muitos contatos editoriais nos Estados Unidos, posto que ele fora jornalista a vida inteira, para publicar seu projeto para o Brasil. Seu objetivo fosse, talvez, o de pressionar a Secretaria de Estado a retomar as negociações dos projetos de colonização, que vinham perdendo força política em fins de 1862. É também possível que ele pretendesse atrair aliados para sua empreitada. Nesse momento, de dezembro de 1862, a maioria das frentes de negociação com outros países já estava encerrada e o mesmo jornal já havia publicado a seguinte nota:

“No que concerne qualquer país da América Central, o projeto de colonização negra pode ser considerado como encerrado no momento. Não apenas o ministro da Costa Rica protestou contra este projeto em nome dos vários países que ele representa aqui, como outros ministros de Estados vizinhos fizeram o mesmo. A base do protesto não é tanto pelo título de nenhuma porção específica de terra, mas sim por uma forte oposição à colonização em seu território pelos Estados Unidos (sic), por uma classe de pessoas, que nosso governo, por tal comportamento, admite ser de habitantes indesejáveis. Se o governo dos Estados Unidos está correto em querer se livrar dos negros, nós não podemos negar que os governos da América Central estão corretos em não querer recebê-los. Não parece haver outra opção para o homem negro que possuir e ocupar a terra da qual ele se tornou habitante forçado”.²⁴⁶

Como se verá no capítulo seguinte, a menção “nenhuma porção de terra específica” provavelmente se refere às alusões públicas por parte de Abraham Lincoln, o então presidente dos Estados Unidos, sobre a região de Chiriquí, no atual Panamá. Se tal aferição for correta, ainda que o texto se disponha a retirar dessa frente de negociação sua importância no tocante à resistência das nações centro-americanas aos projetos de colonização, a menção, em si, sugere o contrário. De qualquer maneira, referiu-se à publicação da proposta de Webb ao Brasil para

²⁴⁶ "So far as any Central American country is concerned, the negro colonization enterprise may be considered at an end for the present. Not only has the Costa Rican Minister protested against it for the several countries he represents here, but other Ministers of neighboring States have done the same thing. The ground of protest is not so much on account of the title to any particular tract of land, as from a strong objection to the colonization in their neighborhood by the united states of a class of persons which our Government, by that act, confesses to be undesirable inhabitants. If the Government of the United States is correct in wish to get rid of the negroes, we cannot deny that Central American Governments are right in not wishing to receive them. There seems to be no option for the black man but to possess and occupy land of which he has forcibly been made inhabitant". NYT. "The Negro Colonization Scheme at an End for the Present". The New York Times, 10.10.1862. Disponível em: <http://query.nytimes.com/mem/archive-free/pdf?res=9903E5D61138EF34BC4852DFB6678389679FDE>.

Consultado em: 17/05/2008.

introduzir, brevemente, como se deu sua experiência como ministro plenipotenciário no Rio de Janeiro, no período de outubro de 1861 a maio de 1869.²⁴⁷

Desde sua chegada, Webb não conseguiu conquistar grandes apoios na burocracia imperial. Era notoriamente um homem de trato difícil. De qualquer maneira, ele chegou ao Brasil para substituir o ministro Richard K. Meade que, além de ter se tornado aliado da causa dos Confederados, era extremamente popular na Corte Imperial brasileira.²⁴⁸ A eclosão da Guerra da Secessão, ainda, colocava as relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos em uma situação bastante delicada, posto que o tema da escravidão estava no centro do conflito entre Norte e Sul. Webb, assim, veio para representar os interesses do Norte que envolviam conquistar o apoio político brasileiro para que cessasse qualquer ajuda e que fechasse seus portos às embarcações dos Confederados.²⁴⁹ Tal tarefa se tornou progressivamente mais difícil para Webb tendo em vista os constrangimentos que causou à Corte Imperial.

Era de praxe que os novos diplomatas se apresentassem em uma audiência pública ao Imperador Pedro II, com um breve discurso, antes de iniciarem oficialmente suas atividades. Também era de praxe que os textos de tais discursos fossem submetidos ao Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros previamente. Na ocasião, o Ministro de Estado, Benevenuto Tacques, vetou o arrazoado proposto por Webb por considerar seu conteúdo constrangedor para o Imperador. Webb pretendia se estender em sua exposição, tomando mais tempo que o habitual, corrigindo a posição dos Estados Unidos no Brasil nas questões tangentes à escravidão. No contexto da Guerra da Secessão, Tacques achou que o tema era inapropriado para uma audiência pública. As considerações de Webb, contudo, poderiam ser ouvidas em uma audiência privada posteriormente. A censura de Taques foi considerada como uma afronta por Webb que demorou mais de três semanas tentando ter seu discurso original aceito.²⁵⁰

“Não fiquei pouco surpreso com a visita do ministro dos negócios estrangeiros (...) disse que tinha vindo me ver por causa do meu discurso, ao qual pediu que não contivesse nenhuma alusão ao

²⁴⁷ Esse tema foi desenvolvido na pesquisa de mestrado que antecedeu o presente trabalho. Ver Capítulo 2 de SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. *Fronteiras Negras ao Sul: A Proposta dos Estados Unidos de Colonizar a Amazônia Brasileira com Afrodescendentes Norte-Americanos na Década de 1860*. Dissertação de Mestrado. FFLCH, USP, 2009.

²⁴⁸ HORNE, Gerald. **O Sul Mais Distante: Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 229.

²⁴⁹ CROUTHAMEL, James L. *James Watson Webb: A Biography*. Middletown: Wesleyan University Press, 1969, p. 155-177.

²⁵⁰ CROUTHAMEL, James L. *James Watson Webb...* pp. 164.

que o sr. Meade havia dito; então explicou que a audiência de partida dele [Meade] não havia sido pública e que o Imperador me concederia uma audiência privada para refutar o que o sr. Meade havia dito (...) Às oito da noite, conformemente, enviei ao ministério o discurso pretendido (...) Por volta das dez horas o sr. Pecunha me recebeu com meu discurso e começou insistindo que não havia sido feita nenhuma alusão à escravidão pelo sr. Meade na sua audiência de recepção ou no seu discurso disponível nos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e que, portanto, aquela parte do meu discurso cujo propósito era servir de réplica para o que ele [Meade] havia dito não poderia ser proferida, mas poderia ser encaminhada em um despacho especial, tendo em vista que a audiência de partida do sr. Meade tinha sido privada, a mim seria dada oportunidade similar para que pudesse replicar. Em resposta, abri o livro de registro contendo o despacho do sr. Meade para o Departamento de Estado, com data Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1857, cuja cópia eu havia me referido e na qual ele [Meade] se parabenizava por ter causado boa impressão para o governo [do Brasil] exatamente pela alusão à escravidão e que eu me julgava na obrigação de refutar. E enquanto os arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros aparentemente estavam em falta no tocante ao discurso do sr. Meade, eu gentilmente me ofereci para providenciar uma cópia autenticada para ser colocado no arquivo”.²⁵¹

Em 21 de outubro de 1861, foi publicada oficialmente no Brasil a versão do arrazoado de Webb desprovida da polêmica relativa à escravidão ou ao conflito interno aos Estados Unidos. Webb considerou esse desfecho extremamente prejudicial para suas convicções e por isso tentou coagir, sem sucesso, a Secretaria de Estado em Washington, bem como alguns jornais de Nova York, a publicarem a versão integral do documento que continha sua fervorosa defesa do Norte. Desta forma deselegante começou sua missão no Brasil, antevendo um padrão de animosidade com os Ministros de Estado que perdurou por todo o seu período de estadia do Rio de Janeiro. A

²⁵¹ “Despacho s/n”, de 24/10/1861, enviado por James Watson Webb, ministro representante dos Estados Unidos no Brasil, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward. PRFA – LOF, p. 698. Tradução nossa. No original: “*I was not a little astonished by a visit from the minister of foreign affairs (...) he said he had to come see me in regard to my speech, which he begged might not contain any allusion to what Mr. Meade had said; and he explained that his audience of leave was not a public audience and that the Emperor would grant me a private audience to refute what Mr. Meade had said (...) At eight o'clock p.m. I accordingly sent to the ministry intended speech (...) About ten o'clock Senhor Pecunha waited upon me with my speech, and commenced by insisting that there was no allusion to slavery by Mr. Meade in his public audience of reception, or in his speech as on file in the archives of the department of foreign affairs, and that therefore that part of my speech which purported to be a reply to what he had said could not be spoken, but might be sent in a special despatch, while what Mr. Mead had said at this audience of leave was at a private audience, and an opportunity would be afforded me to reply in a similar manner. In reply to this, I opened the book of record containing Mr. Meade despatch to the State Department, dated Rio de Janeiro, December 14, 1857, in which he embodies a copy of his speech, from which I had quoted, and in which he plumed himself upon having made a favorable impression upon the government by his very allusion to slavery which I deemed it my duty to refute. And inasmuch as the archives of the foreign office appeared to be at fault in regard to this speech of Mr. Meade's, I politely offered to furnish a certified copy of it to be placed on file*”.

referência ao discurso de Meade, de 1857, faz-se importante elucidar, diz respeito à comparação feita entre Brasil e Estados Unidos como duas potências escravistas “irmãs”.²⁵²

Frente à Guerra de Secessão, a posição oficial do Brasil era a de neutralidade completa, à moda da Inglaterra. Reconheciam-se os Estados Confederados da América com o *status* de beligerantes, como pode se inferir a partir de uma cópia da nota que Taques encaminhou a Webb, contendo a orientação oficial que havia sido enviada aos ministros da Marinha, da Guerra e da Justiça, em 4 de agosto de 1861:

“Sua Majestade o Imperador, attendendo aos interesses do commércio de seus subditos, e desejando observar uma restricta neutralidade durante a guerra que infelizmente existe entre os Estados Unidos e os Estados Confederados da América, houve por bem, de conformidade com os princípios do direito internacional, adotados no Império em circunstâncias análogas, ordenar que fosse dirigida aos presidentes das províncias do norte do Império a circular inclusa por cópia. (...) Se bem não reconheça o governo imperial a existência política dos Estados Confederados, não lhes pode, no entanto, recusar o direito de belligerantes, e é este o pensamento daquela circular. De acordo com este pensamento, rogo a V. Ex. haja de expedir as convenientes ordens e instruções às autoridades d Império, que lhes são subordinadas”²⁵³.

Webb, contudo, pareceu não respeitar tal posição posto que enviou notas quase que diariamente contendo reclamações agressivas acerca de navios dos Confederados que eram abastecidos em diversos portos por toda costa brasileira. Ele era, aparentemente, da opinião de que os Confederados, por não serem uma nação, não podiam ser reconhecidos diplomaticamente. Portanto suas embarcações não pertenciam a país algum e deveriam ser consideradas como piratas.²⁵⁴ Em diversas ocasiões ele tomou atitudes polêmicas, sem esperar por instruções oficiais de Seward, agindo frequentemente por concepções próprias do que deveria ser a política externa de Washington.²⁵⁵

²⁵² MANNING, William R (Ed.). *Diplomatic Correspondence of the United States. Inter American Affairs 1831-1860. Volume II. Bolivia and Brazil. Documents 388-722*. Washington: Carnegie endowment for International Peace, 1932, p. 522-523.

²⁵³ “Orientação”, em 04/08/1861. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, doravante referido AHMRERJ, “Notas Expedidas”, volume 12, Estante 230, prateleira 2.

²⁵⁴ CROUTHAMEL, James L. *James Watson Webb...* pp. 174-176.

²⁵⁵ A historiadora Maria Helena P. Toledo Machado, ao descrever a Expedição Thayer, encabeçada por Louis e Elizabeth Agassiz, mostra como a posição brasileira frente à Guerra de Secessão era um ponto delicado que acabava por encarregar todo tipo de tentativas - talvez mais hábeis que as de Webb - de concluir a missão de conquistar o apoio do Brasil. Cumpre mencionar que a referida expedição chegou ao Brasil já no fim do conflito civil: “Pelo lado político a expedição recebeu apoio oficial do governo norte-americano, que esperava utilizar-se da amizade epistolar de Agassiz com Pedro II para procurar contrabalançar a influência europeia sobre a diplomacia brasileira (...) A posição diplomática do Brasil que imputava legitimidade diplomática à Confederação, justificava a tolerância das autoridades em relação aos navios sulistas, que procuravam os portos brasileiros para abastecimento”. MACHADO,

"Webb nunca se esqueceu que ele era sub-remunerado por seus serviços no Brasil e não reconhecido devidamente por seus serviços ao Partido Republicano. Ele concebeu dois planos para obter um grande benefício financeiro. O primeiro foi um projeto de implementar uma linha de vapor entre Estados Unidos e Brasil. O segundo, um plano de colonização para os escravos libertos ao longo do Rio Amazonas"²⁵⁶.

Dando continuidade à discordância de Webb sobre a posição política do governo brasileiro em relação aos dois lados conflitantes na Guerra da Secessão, sua vinda foi, à primeira vista, sem muito comprometimento. Não se preocupou em aprender português, nem em estudar as leis ou os tratados assinados pelo Império brasileiro. Também não consultou qualquer dos ex-ministros que tinham servido no Brasil e estavam disponíveis nos Estados Unidos. Esse descomprometimento pode ser um dos fatores que explique, talvez, sua ambição no tocante às duas propostas que apresentou ao Governo Imperial no Rio de Janeiro. Nos dois casos - o da linha direta de vapores entre Brasil e Estados Unidos e o da colonização do Vale do Rio Amazonas com trabalhadores afro-americanos - as companhias comerciais a serem constituídas contavam sempre com ele mesmo como principal dirigente.²⁵⁷

Webb era, pessoalmente, como mencionado, alguém de trato muito difícil no que se pôde perceber não só por sua biografia, como pelos documentos pessoais e oficiais a que se teve acesso. Entretanto, sua falta de tato diplomático também pode ser interpretada como representativa de estruturas de pensamento e discursos maiores que sua limitada atuação profissional no Brasil. Sua insistência em querer corrigir seu antecessor no cargo diz respeito a necessidades imposta pelas circunstâncias da Guerra da Secessão, dentre outros motivos. O instituto da escravidão era um fator de comunhão e conexão entre o Brasil e os estados do Sul dos Estados Unidos. Mesmo que a plataforma de governo do Norte, nos anos iniciais do conflito

Maria Helena Pereira Toledo (Ed.). *Brazil through the Eyes of William James: Letters, Diaries, and Drawings, 1865-1866*. Edição Bilíngue. Cambridge: David Rockefeller Center for Latin American Studies / Harvard University Press, 2006, p. 12.

²⁵⁶ CROUTHAMEL, James L. *James Watson Webb...* pg. 170. Tradução nossa. No original: "Webb never forgot that He was underpaid for his work in Brazil and underrewarded for his services to the Republican Party. He conceived two plans to make himself a handsome profit in Brazil. The first was a project to establish a steamship line between the United States and Brazil. The second was a scheme to colonize the manumitted slaves from the United States along the Amazon River".

²⁵⁷ CROUTHAMEL, James L. *James Watson Webb...* pg. 170-173.

civil, não fosse emancipacionista e sim resistente à expansão da escravidão para novos territórios, grosso modo, o esvaziamento moral do escravismo era problema a ser enfrentado.²⁵⁸

Em meados do século XIX os movimentos abolicionistas de diversos países, bem como a resistência e agência dos escravos e escravas, já haviam conseguido criar repertórios discursivos de grande peso político no mundo atlântico. O historiador Christopher Leslie Brown, ao identificar o fortalecimento de sentimentos e ações relacionados ao antiescravismo, em fins dos 1700, nos auxilia a compreender como a amplitude de razões que levam indivíduos ou grupos a adotarem uma causa pode cumular um valor político com grande potencial de mudança. Em sua análise, encontrada em outros autores também, os diversos movimentos abolicionistas britânicos e norte-americanos que emergem do antiescravismo reunirão um considerável poder de barganha - que ele chama de capital moral - que confrontou os sistemas escravistas a partir múltiplos discursos de cunho religioso, econômico, humano e moral. Tais discursos, nesse momento do século XIX já não podiam mais ser ignorados.²⁵⁹ O encontro, a apropriação e a produção desses discursos somavam-se, ainda, à resistência e à agência de cativos e cativas. Desta forma, pode-se também ver a cautela de Tacques em querer excluir da audiência pública de Webb o tema da escravidão como um processo histórico maior, que impunha aqueles que apoiavam o instituto um peso cada vez mais complicado de ser administrado.

Por outro lado, o desrespeito de Webb pela posição oficial tomada pelo Brasil frente aos Confederados também é significativo. Como se verá no capítulo seguinte de forma mais aberta, o amadurecimento e o fortalecimento de atitudes e políticas imperialistas por parte dos Estados Unidos em relação à América Latina são particularmente interessantes de serem observados nessa era de independências e abolições. A sedimentação de uma tradição intervencionista tem suas raízes tanto no envolvimento direto do governo norte-americano nos processos de compra e “conquista” de regiões do México e do atual Panamá, entre outros lugares, como veremos, quanto nas empreitadas privadas dos filibusteiros da primeira metade do século.²⁶⁰

²⁵⁸ Tratou-se deste tema no Capítulo 1 da dissertação de mestrado que antecedeu a presente pesquisa. SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. *Fronteiras Negras ao Sul...*

²⁵⁹ BROWN, Christopher Leslie. *Moral Capital: Foundations of British Abolitionism*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006. A hipótese do livro, em larga medida, é pensar como a Revolução Americana acelerou/permitiu que movimentos antiescravistas e abolicionistas nas colônias britânicas se tornassem uma causa maior com grande valor político. Para tanto, Brown se utiliza do conceito John Kane de capital moral. KANE, John. *The Politics of Moral Capital: Contemporary Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. O que mais nos interessou no trabalho foi percurso analítico de uma história das ideias antiescravistas.

²⁶⁰ Ver capítulo 2 de LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os Negros Americanos: Origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro, Saga, 1968.

Por fim, Webb também pode ser considerado como bastante representativo de uma parcela considerável da sociedade do Norte dos Estados Unidos. Sua trajetória como jornalista e editor do seu próprio jornal deixou vasta documentação que permite acompanhar o desenvolvimento de suas opiniões sobre os temas da escravidão, emancipação e convivência inter-racial no Norte, como mostra seu principal biógrafo James Crouthamel: “Em comum com muitos outros nortistas, Webb acreditava que a abolição era mais perigosa que a própria escravidão. A emancipação não era a resposta para a condição do escravo”²⁶¹. A “solução” oferecida pela via da colonização, assim, fez parte da produção jornalística de Webb desde, pelo menos, o início da década 1830: “A colonização dos escravos na África era a única solução prática para a escravidão”.²⁶² Seu apoio à causa da colonização é descrito abaixo por seu biógrafo:

“O verdadeiro amigo do escravo era a *American Colonization Society*, que vinha fazendo um trabalho magnífico, sem alarde, ao colonizar os negros na Libéria. Os abolicionistas, pelo contrário, apenas lançavam propagandas incendiárias, sem realizar nada. Não é de se espantar que Webb tenha sustentado que o Sul suprimiu o abolicionismo como extinguiria um incêndio na soleira da casa. O editor alertou que o desastroso curso dos elementos antiescravistas no norte estava tornando impossível um rumo moderado para a escravidão. Webb pode não ter sido inteiramente franco nisto. Os planos de colonização, nos anos quarenta, tinham pouco apoio no Sul e tiveram pouco sucesso ao transportar apenas uma quantidade insignificante de negros para a Libéria, que sequer chegava a ultrapassar a entrada de africanos escravizados que se dava pelo tráfico negreiro clandestino. Assim, colocando a colonização como a única solução para escravidão, Webb estava de fato colocando a questão da escravidão e abolição de lado, onde ela nunca receberia a devida atenção prática. Esse era o ponto de vista (...) característico da opinião da maioria em Nova York que era definitivamente antiabolicionista e antinegros”.²⁶³

²⁶¹CROUTHAMEL, James L. *James Watson Webb...* p. 56. Tradução nossa. No original “In common with many others northerners, Webb believed that abolition was more dangerous than slavery itself. Emancipation was not the answer to the slave’s plight”

²⁶²CROUTHAMEL, James L. *James Watson Webb...* p. 56. Tradução nossa. No original “The colonization of the slaves in Africa was the only practical remedy to slavery, Webb posited. The Courier regularly applauded the work of the American Colonization Society to accomplish this end as the ‘most effective barrier’ to antislavery fanaticism”. O autor faz referência aos editoriais publicados no *Courier & Enquirer* nas datas de 13/06/1833, 12/10/1883 e 6/6/1835.

²⁶³CROUTHAMEL, James L. *James Watson Webb...* p. 100. Tradução nossa. No original “The real friend of the slave was the American Colonization Society, which had been doing a magnificent job, without fanfare, of colonizing Negroes in Liberia. The Abolitionists, in contrast, merely issued incendiary propaganda, without doing anything practical. Small wonder, Webb maintained, that the South suppressed abolitionism as it would extinguish a fire at its own doorstep. The editor cautioned that the reckless course of antislavery elements in the North was making a moderate course on slavery impossible. Webb may not have been entirely candid here. The colonization plan by the forties had little support in the South, and it had succeeded in transporting to Liberia only a tiny proportion of American slaves, not even enough to offset the importations into America from the illegal African slave trade. By appealing to colonization as the answer to slavery, Webb was shunting the issue aside where it would never receive practical attention. These were the views (...) characteristic of majority opinion in New York, which was decidedly antiabolitionist and anti-Negro”. Ver também FREDRICKSON, George. *The Black Image in the White Mind. The Debate on Afro-American Character and Destiny, 1817-1914...* p. 27 a 58.

A *American Colonization Society* contava com a simpatia de diferentes setores sociais. Entretanto, seu experimento que resultou na fundação da Libéria nos anos 1820, bem como o volume de homens e mulheres que de fato migraram dos Estados Unidos parece contar uma história de pouco sucesso prático.²⁶⁴ Ainda que esse pouco sucesso pareça não ter enfraquecido a ideia da colonização como uma iniciativa a ser levada a cabo em conjunto com a emancipação, os diferentes discursos que se utilizam das premissas da colonização revelam, dentre outras ideias, o severo preconceito racial enraizado na sociedade norte-americana. Revela que esse preconceito se mostrou comumente aliado à crença de que não era possível a convivência inter-racial pacífica entre brancos e negros em condição de liberdade.²⁶⁵

“Libertar os negros do Sul e deixá-los onde se encontram, será o início de um conflito que só poderá terminar com o extermínio de uma ou outra raça (...) a raça negra é caracterizada por uma ignorância degradante e inferioridade mental, enquanto os escravocratas são honrados, patriotas e de mente elevada”.²⁶⁶

Os debates acerca da inclusão social dos afro-americanos, é preciso pontuar, varia imensamente nos diferentes estados dos Estados Unidos e de acordo com as comunidades livres e libertas que passam a se organizar no Norte.²⁶⁷ Entretanto, a historiadora Bárbara Fields nos traz uma hipótese interessante para pensarmos o lugar do negro na construção nacional dos Estados Unidos. “A fixação de manter os Estados Unidos um país de homens brancos, como se diz, tem sido um tema central não só da História do Sul, mas da História dos Estados Unidos como um todo”.²⁶⁸ O estudo de negociações - que não deram certo - que pretendiam estabelecer colônias para mulheres e homens afro-americanos se insere dentro de um debate acerca dos discursos de construção nacional proponente de um perfil de cidadão racialmente definido. E se

²⁶⁴ Ver o Capítulo 1 de Eric Burin em *Slavery and the Peculiar Solution: A History of the American Colonization Society*. Gainesville: The University Press of Florida, 2005.

²⁶⁵ FONER, Eric. *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery*. Nova York: W. W. Norton & Company, 2010, p. 17-21.

²⁶⁶ WEBB, James Watson. "Editorial". *Courier & Enquirer*, 28/08/1843 em CROUTHAMEL, James L. *James Watson Webb...* pg. 56. Tradução nossa. No original "To free the negroes of the South and leave them where they are will be to lay the foundation of a struggle that can only end in the extermination of one or another colour (...) the Negroe race is characterized by debasing ignorance and mental inferiority, while the slaveholders are honorable, patriotic and high-minded".

²⁶⁷ FONER, Eric. *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery...* p. 184-186.

²⁶⁸ FIELDS, Barbara J. "Ideology and Race in American History". In: KOUSSER, J. Morgan e McPHERSON, James M. (Orgs). *Region, Race and Reconstruction: Essays in Honor of C. Vann Woodward*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 1982, p. 143.

esse não é, de forma alguma, um monopólio da construção nacional dos Estados Unidos, a experiência histórica do país o é, em muitos aspectos. O negro, livre, não tem lugar nesses discursos da formação nacional de meados do século XIX. E ainda que a análise da realidade cotidiana, como vimos no capítulo anterior, nos mostre substantivas comunidades negras no Norte, participando, ainda que, em geral, em condições subalternas, da vida social e econômica do país, os discursos que “estrangeirizam” essa população continuam a se perpetuar.²⁶⁹ As iniciativas e ideias de colonização são representativas desse paradoxo que é uma sociedade de homens brancos proveniente de experiências escravistas no Norte e de uma escravocracia estabelecida no Sul, que será desmontada apenas com o fim da Guerra de Secessão e com as políticas do período da Reconstrução.²⁷⁰

A falta de sucesso dos projetos de colonização propostos durante a Guerra de Secessão tem origens múltiplas. No caso brasileiro, em adição ao que vamos tratar mais adiante, a atuação pessoal de Webb não pode ser descartada como um fator negativo. Contudo, como argumentado, condições históricas e políticas maiores tiveram grande impacto na forma como as negociações se desenvolveram. No caso das nações independentes da América Central, a resistência das elites políticas se mostra de forma bastante pungente nas trocas diplomáticas. Os discursos no canal diplomático acabam revelando não só certo temor e repulsa por parte dos centro-americanos de terem parte de seus territórios colonizados por afro-americanos, e pelo medo de que as companhias norte-americanas que administrariam tais assentamentos criassem enclaves de terras que, em longo prazo, não mais obedecessem à soberania daqueles Estados. Pelo fato dos projetos de colonização serem mediados pelo governo dos Estados Unidos, as repúblicas centro-americanas acreditavam que a proteção oficial norte-americana que se estenderia àquela população que migraria se conformaria em uma afronta aos princípios de soberania que aquelas elites tentavam fazer valer.

Cumprido introduzir, no tocante às frentes de negociação com a América Central, que há ainda outra frente que é a da região de Chiriqui que, como todo o Panamá, pertencia à atual Colômbia nos anos 1860. Chiriqui é uma região de istmo, ao sul da Costa Rica, que atraiu interesses dos Estados Unidos devido à sua potencialidade de conexão entre os oceanos Atlântico

²⁶⁹ Ver Capítulo 1 de FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind. The Debate on Afro-American Character and Destiny, 1817-1914*. Hanover: Wesleyan University Press, 1987.

²⁷⁰ Ver Capítulo 2 de FONER, Eric. *Reconstruction: America's Unfinished Revolution 1863-1877*. New York: Perennial Classics, 2002.

e Pacífico, desde a década de 1850, pelo menos. A empresa norte-americana Companhia de Melhoramento de Chiriqui (*Chiriqui Improvement Company*), cujo presidente era Ambrose W. Thompson, possuía um contrato de concessão do monopólio para construção e manutenção de uma estrada que ligaria a cidade de David, na Baía de Gófito no Pacífico, com a Lagoa de Chiriqui na costa caribenha. O território referente à concessão era vasto e incluía áreas com minas de carvão. Thompson, já havia tentado contratar com o governo dos Estados Unidos desde fins dos anos 1850, privilégios sobre a estrada interoceânica, a exploração do carvão e o estabelecimento de bases navais.²⁷¹ Por uma série de irregularidades, o contrato nunca foi aprovado pelo Congresso e o interesse na região voltou à cena pública por ocasião do interesse de Lincoln em utilizá-la para os projetos de colonização.²⁷² A região de Chiriqui, contudo, tinha

²⁷¹ Ver SCHEIPS, Paul J. "Gabriel Lafond and Ambrose W. Thompson: Neglected Isthmian Promoters". *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 36. N. 2 (maio, 1956). O artigo acompanha toda a trajetória do interesse de Thompson e da *Chiriqui Improvement Company* e das tentativas dos mesmos de vender a concessão para o governo dos Estados Unidos.

²⁷² Ambrose W. Thompson, nascido no estado de Delaware, dedicou grande parte de sua vida profissional para a aquisição e participação de empresas de transporte por vapores e de linhas férreas, dentro e fora dos Estados Unidos. Procurou-se ter acesso aos seus papéis na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (*Library of Congress*), mas a catalogação do material, segundo me foi informado em 2010, não havia sido terminada e não se pode ter acesso ao conteúdo da coleção. Consta no site da *Library of Congress* que a catalogação terminou em fins de 2012 e na nota biográfica do documento descritivo há menção sobre sua proposta de usar a região como destino para libertos: "1861-1864 Proposed to Congress and President Abraham Lincoln the resettlement of freed slaves in Chiriquí". Tal menção se encontra na página do documento em pdf disponível para consulta e download em: <http://lcweb2.loc.gov/service/mss/eadxmlmss/eadpdfmss/2012/ms012113.pdf>. De qualquer maneira, foi possível consultar outros documentos relacionados à frente de negociação de Chiriqui através de dois artigos principais do jornal *The New York Times*. Um com o título "Another Mule Job; the Chiriqui Improvement Company." *Panama*, Tuesday, Jan. 17, 1860.", publicada em 28/01/1860, disponível para consulta e download em: <http://www.nytimes.com/1860/01/28/news/another-mule-job-the-chiriqui-improvement-company-panama-tuesday-jan-17-1860.html?pagewanted=1>, consultado em 23/05/2012. Este artigo trata da tentativa de Thompson em contratar com o governo dos Estados Unidos os direitos de transporte entre Atlântico e Pacífico, estabelecimento de bases navais e exploração de minas de carvão pelo prazo de concessão, que era de 60 anos a contar de 1854. O outro artigo tem o título "The Chiriqui Transit: Decree of the Supreme Court of Bogota in the Case of Ambrose Thompson", publicado em 29/05/1860 e parece ser a tradução da decisão da Suprema Corte em Bogotá. Disponível para acesso e download em <http://www.nytimes.com/1860/08/03/news/chiriqui-transit-decree-supreme-court-bogota-case-ambrose-wthompson.html?pagewanted=1>, consultado em 23/05/2012. Teve-se também acesso a um livreto do próprio Thompson: THOMPSON, AMBROSE W. *Memoir Relating to The Isthmus Crossing at the Chiriqui Lagoon Adresses to the President of the United States, June 1, 1858*. Washington: Sem editora especificada, 1858. Disponível para acesso e download em: <http://ia600804.us.archive.org/17/items/aft6840.0001.001.umich.edu/aft6840.0001.001.umich.edu.pdf>, consultado em 23/05/2012. Um documento com título "Chiriqui Improvement Company. Abstract of the advantages of the Chiriqui Improvement Company's possession", sem autoria expressa ou data, disponível para consulta e download em: <http://pds.lib.harvard.edu/pds/view/36670604?n=1&printThumbnails=no>. Outro livreto ENGLE, F. *The Material Facts about the Chiriqui Improvement Company's Grants. Reasons why the Validity of the Company's Title to the Chiriqui Strip is denied and held to be Void by the Government of Colombia*. Washington D.C.: McGill e Co Printers, 1880, embora a publicação seja de 1880, trata-se de uma comunicação de F. Engle, Capitão em Comando da Comissão de Chiriqui (*Captain Commanding Chiriqui Commission*), para Isaac Toucey, a quem ele se refere como Secretário da Marinha dos Estados Unidos, que serviu como tal entre os anos de 1857-1861. Por fim, consultou-se um arrazoado sobre os direitos de Thompson e da *Chiriqui Improvement Company* "The Chiriqui

suas fronteiras em disputa pela Colômbia e pela Costa Rica. A resistência do governo costarriquenho, bem como por todos os outros governos centro-americanos, se basearam, entre outras coisas, na fragilidade jurídica da concessão de Thompson, face aos dois países que discordavam do estabelecimento das áreas limítrofes.²⁷³ Esta frente de negociação é bastante representativa da presença de norte-americanos na América Central, como se verá no capítulo seguinte.

Sob outra perspectiva, as negociações envolvendo possessões britânicas, holandesas e dinamarquesas no Caribe apresentam uma dinâmica completamente diferente. Em regra, são oficiais das administrações coloniais que procuram a Secretaria de Estado em Washington, oferecendo grandes facilidades para transportar quantas famílias afro-americanas quisessem emigrar para engrossar as camadas trabalhadoras de seus países. Essas outras frentes de negociação, como veremos, ao que parece, também não resultaram em transferência de população. As razões que impediram que essas negociações se concretizassem também têm origens variadas e que aparecem nas trocas diplomáticas travestidas da certa desconfiança por parte dos Estados Unidos acerca das condições reais de exercício de liberdade e das condições de trabalhos nessas colônias. De qualquer maneira, embora a documentação oficial seja rarefeita nas menções acerca da resistência das comunidades afro-americanas em relação aos projetos de colonização, não se pode deixar de se pensar que essa resistência teve um papel bastante expressivo para o insucesso dessas negociações.

II. O Projeto de Colonização Proposto ao Brasil

A negociação entre Estados Unidos e Brasil, em 1862, embora tenha sido breve, revelou-se um observatório privilegiado para pensar as diferentes experiências de emancipação da escravidão nas Américas. O caso brasileiro tem características únicas e que parecem se contrapor às outras frentes de negociação por provocar a problematização que o papel que a “harmonia” racial ocupa nos discursos em outros lugares. Essa perspectiva nos permite observar as diferentes

Improvemente and Ambrose Thompson: Abstracts of Titles", sem autor ou data especificados, disponível para consulta e download em: <http://ia600301.us.archive.org/8/items/chiriquiimprovem00chir/chiriquiimprovem00chir.pdf>, consultado em 23/05/2012.

²⁷³ Ver o artigo de PAGE, Sebastian. "Lincoln and Chiriquí Colonization Revisited". *American Nineteen Century History*, Vol. 12, N. 3, 2001, a mais recente pesquisa sobre o assunto. Ver também SCHEIPS, Paul J. "Buchanan and the Chiriqui Naval Station Sites". *Military Affairs*, Vol. 18, N. 2, 1954, do mesmo autor, "Lincoln and the Chiriqui Colonization Project". *The Journal of Negro History*, Vol. 37, No. 4, 1952.

formas que a relação entre a formação dos discursos de construção nacional se relacionam com as mudanças que o pós-emancipação trouxeram para as camadas trabalhadoras. Trata-se, como visto no primeiro capítulo, de um processo de alcance não só atlântico, mas mundial. De qualquer maneira, a documentação dos projetos de colonização propostos durante a Guerra de Secessão é particularmente fértil no que tange o tema dos discursos que almejam conciliar o conteúdo racial dessas camadas trabalhadoras com os discursos da formação nacional.

O retrato racial excessivamente positivo pintado por Webb talvez escondesse seus interesses pessoais, como mencionado, em participar dos lucros que esses projetos amazônicos gerariam. O formato que ele propõe para a colonização do Vale do Rio Amazonas, como se verá adiante, deixa claro que os projetos de colonização respondiam a problemas raciais internos à sociedade norte-americana, mas também obedeciam aos ímpetos imperialistas de se ocupar áreas estratégicas por toda a América Latina, bem como alargar o poder econômico norte-americano. Dividiu-se a análise dos muitos discursos que emergem nas negociações dos projetos de colonização como forma de facilitar a compreensão do tema. Os interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos na América Latina, bem como os discursos raciais que são utilizados para justificar a escolha dos lugares que eventualmente receberiam os trabalhadores afro-americanos, fazem parte das variadas práticas que compõem o que temos chamado de imperialismo. Os temas da escravidão, da emancipação, da problemática da raça e das iniciativas de aumentar o poderio econômico dos Estados Unidos fazem todos parte desse imperialismo, que amalgama diferentes discursos e práticas.²⁷⁴

A proposta apresentada por Webb ao Brasil tomou a forma de um despacho e de um memorial dispondo sobre os termos gerais sobre os quais as negociações deveriam ser conduzidas. Em 20 de maio de 1862, Webb submeteu a Seward um despacho, com a numeração 17, embora sua cópia pessoal do mesmo despacho apareça com a data de 10 de maio de 1862.²⁷⁵ Como já mencionado, o texto do referido despacho foi publicado no jornal *The New York Times*

²⁷⁴ Retirou-se a análise do intercruzamento entre raça e imperialismo do Capítulo 5 de MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Brasil a Vapor: Raça, Ciência e Viagem no Século XIX*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre-Docência, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.

²⁷⁵ “Nota diplomática de James Webb, ministro representante dos Estados Unidos no Brasil, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward”, de 20/05/1862, PRFA – LOF, pp. 704-712, cópia pessoal com data de 10/05/1862, UY – SAMR – JWWP, Caixa 8, pasta 98.

em dezembro do mesmo ano.²⁷⁶ Junto ao Despacho 17 foi anexado um memorial de título “Sobre a necessidade de abastecer o Brasil com mão de obra; e a política de obter trabalhadores livres negros dos Estados Unidos” (“*On the necessity of supplying Brazil with Labour; and the policy of procuring free Black Labour from the United States*”²⁷⁷). Dentre os papéis pessoais de Webb há uma cópia do texto do referido anexo, mas com o título “Memorial do General J. Watson Webb, cidadão dos Estados Unidos e ora enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Governo dos Estados Unidos junto à Corte do Brasil, Sua Majestade Imperial Dom Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, em 1862” (“*Memorial of General J. Watson Webb, a citizen of the United States, and Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary of the Government of the United States near the Court of Brazil, to his Imperial Majesty Dom Pedro II Perpetual Defender of Brazil*”), que foi aparentemente o documento entregue ao governo brasileiro.²⁷⁸ Não se encontrou a cópia recebida pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiro, Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Marquês de Abrantes.²⁷⁹ O conteúdo do Despacho 17 pode ser considerado como um misto de relatório analítico sobre algumas questões econômicas e raciais da realidade brasileira, bem como um primeiro esboço jurídico, econômico e ideológico, para a criação de uma companhia comercial que levaria a cabo os projetos de colonização na Amazônia. O Despacho 17 também continha um pedido expresso de autorização à Secretaria de Estado dos Estados Unidos para dar início às negociações com o Brasil. Já o memorial, que, ao que tudo indica, foi o documento entregue ao governo brasileiro é um documento mais detalhado e que se detém nas minúcias das questões sobre a falta de mão de obra nas “províncias do norte” do Brasil. O memorial não deixa de conter propostas para o formato jurídico-comercial do tratado entre Brasil e Estados Unidos que eventualmente abriria os caminhos para os projetos de colonização no Vales do Rio Amazonas.

A resposta ao pedido de autorização de Webb, por parte de Seward, para iniciar as negociações com o Brasil é de 21 de julho de 1862 e, como veremos, não é exatamente uma

²⁷⁶ WEBB, James Watson. “Negro Colonization. Brazil Proposed by Our Minister as a Field for Colonization. Interesting Dispatches from J. Watson Webb”...

²⁷⁷ “Nota diplomática de James Webb, ministro representante dos Estados Unidos no Brasil, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward”, de 20/05/1862, PRFA – LOF, pp. 704-712.

²⁷⁸ A cópia pessoal de Webb do documento “Memorial of General J. Watson Webb, a citizen of the United States, and Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary of the Government of the United States near the Court of Brazil, to his Imperial Majesty Dom Pedro II Perpetual Defender of Brazil” não está datada, UY – SAMR – JWWP, Caixa 8, pasta 98.

²⁷⁹ As buscas infrutíferas da cópia brasileira estão descritas na Introdução de SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. *Fronteiras Negras ao Sul...*

negativa à solicitação contida no Despacho 17. De qualquer maneira, o Marquês de Abrantes, um mês antes, já havia respondido negativamente à proposta de Webb, em 23 de junho de 1862, conforme a cópia pessoal de Webb já traduzida para o inglês²⁸⁰. Embora não se saiba ao certo a data de entrega do memorial a Abrantes, em 11 de junho de 1862, o Imperador Pedro II escreveu em seu diário o seguinte: “O Abrantes apresentou três propostas do ministro americano cujo fim é transvasar para o vale do Amazonas principalmente os negros que se libertarem nos Estados Unidos!! O Abrantes ficou de tirar cópia de tão singulares propostas e de responder como convém ao Webb”²⁸¹. Os pontos de exclamação de Pedro II indicam, provavelmente, seu espanto, afronta ou mesmo um descrédito cômico frente às propostas de Webb. Não se sabe ao certo quais foram as três propostas submetidas ao Abrantes, mas acredita-se, pelo conteúdo dos papéis pessoais de Webb, que sejam a proposta de colonização a qual já nos referimos, uma versão com formato de contrato do Despacho 17 e uma proposta de fundação de uma companhia para a exploração de uma linha de vapores entre Brasil e Estados Unidos.²⁸²

Antes de se adentrar nas minúcias da argumentação de Webb, cumpre mencionar que as razões para a negativa são muitas e serão melhor analisadas mais adiante. Contudo, há de se pensar que o Marquês de Abrantes, em específico, parecia ser um entusiasta da colonização de

²⁸⁰ “Nota sem numeração do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil, Marquês de Abrantes, para James Webb, ministro plenipotenciário dos Estados no Rio de Janeiro”, de 23/06/1862. UY – SAMR – JWWP Caixa 8, Pasta 100

²⁸¹ “Diário do Imperador d. Pedro II”, volume 9 (31/12/1861 a 05/01/1862), entrada de 11/06/1862, p. 53 do documento em formato word contido no CD-Rom disponibilizado pelo Museu Imperial. Cópia gentilmente emprestada pela professora Monica Duarte Dantes, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

²⁸² UY – SAMR – JWWP Caixa 8, Pastas 98, 99 e 100. Ver também o capítulo 12 de CROUTHAMEL, James L. *James Watson Webb...* Esgotadas as buscas no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores no Palácio do Itamaraty no Rio Janeiro, e tendo sido as muitas idas ao Arquivo Nacional infrutíferas, recorreu-se aos papéis pessoais de Webb em New Haven nos Estados Unidos, ainda durante a pesquisa de mestrado. A existência de uma cópia da proposta tinha sido referida por Sérgio Buarque de Holanda na Introdução do livro de Nícia Vilela Luz: Dom Pedro (...) no diário, porém, que não destinava à publicação (...), com data de 11 de junho de 1862, (...) ‘O Abrantes apresentou três propostas do ministro americano, cujo fim é transvasar para o vale do Amazonas principalmente, os negros que se libertassem nos Estados Unidos! O Abrantes ficou de tirar cópias de tão singulares propostas e de responder como convém ao Webb’ (...) Não me ocorreu procurar em fontes documentais brasileiras outras notícias sobre o projeto. Percorrendo, no entanto, com intuítos diferentes, alguns papéis do volumoso arquivo pessoal do enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário do governo de Washington junto à corte do Rio de Janeiro, General James Watson Webb, hoje na biblioteca da Universidade de Yale, pude achar dois textos que se relacionam com o projeto: o primeiro intitula-se ‘Concessão ao General J. Watson Webb, dos Estados Unidos da América’ e o segundo, ‘Memorial do General J. Watson Webb, cidadão dos Estados Unidos e ora enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Governo dos Estados Unidos junto à Corte do Brasil, a Sua Majestade Imperial Dom Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil’ (...) Há diferenças, contudo, entre o projeto que se guarda na livreria de New Haven e o plano que teria sido submetido por Abrantes a D. Pedro”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os Negros Americanos...* p. 11.

trabalhadores livres, de preferência, de origem europeia. Tal se mostra em seus escritos de 1835, onde propunha a fundação de uma companhia de colonização para a Bahia com o objetivo de "prevenir, com efficacia e evidente utilidade, a funesta necessidade de Africanos, ou os efeitos de tantos barbaros neste abençoado Paiz".²⁸³ Abrantes publicou, também, outro trabalho, em 1846, especificamente sobre os benefícios da imigração de alemães.²⁸⁴ Se o Marquês, aparentemente, era a favor de imigrantes apenas europeus, Pedro II preocupava-se com o tema, como mostram as muitas menções nas entradas de seu diário no ano de 1862. Sobre a questão da imigração, o imperador talvez fosse mais aberto a outras possibilidades acerca da origem dos colonos: "Restituí diversos documentos que mandou Mr. Imnhaus [*sic*] diretor da imprensa do ministério do Interior em França, e ex-delegado da ilha da Reunião sobre a colonização africana e de coolies da Índia nessa ilha, os quais são muito interessantes, e recomendei por isso à atenção do ministro da Agricultura".²⁸⁵

Abrantes, assim, considerava que a imigração europeia acrescentaria para crescimento e desenvolvimento do país mais que o trabalho dos "bárbaros".²⁸⁶ A análise das convicções do Imperador Pedro II - e também de Abrantes - acerca dos benefícios e malefícios de colonos ou escravos é bastante mais complexa do que se pode aqui expor. Acreditou-se ser interessante, contudo, acrescentar na análise da negociação com o Brasil o fator de que Webb submetia seu projeto sem saber, provavelmente, que dentre tantas outras razões talvez mais óbvias para o desinteresse brasileiro, ainda por cima ele dialogava com um Ministro dos Negócios Estrangeiros favorável à imigração de europeus.

²⁸³ ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. **Memoria sobre o Estabelecimento d'uma Companhia de Colonização nesta Província Oferecida aos Baianos por Miguel Calmon du Pin e Almeida do Conselho de S. M. o Imperador &c. &c. &c.** Salvador: Tipografia do Diário de G. J. Bizerra e Companhia, 1835, p. 3. Disponível para consulta e download em:

http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00029700/000297_COMPLETO.pdf.

²⁸⁴ ABRANTES, Visconde de. **Memoria sobre Meios de Promover a Colonização pelo Visconde de Abrantes.** Berlin: Tipografia de Unger Irmãos, 1846. Disponível para consulta e download em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00029800/000298_COMPLETO.pdf. Cumpre mencionar que Miguel Almeida recebeu o título de visconde em 1841 e de marquês em 1854. Ver capítulos 16 a 19 de CALMON, Pedro. **O Marquez de Abrantes.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.

²⁸⁵ "Diário do Imperador d. Pedro II", volume 9 (31/12/1861 a 05/01/1862), entrada de 29/03/1862, p. 26 do documento em formato word contido no CD-Rom organizado pelo Museu Imperial.

²⁸⁶ Sobre as alternativas de imigração de trabalhadores para o Brasil, a reflexão de Karoline Carula é muito profícua no tocante aos debates que começam a se desenvolver justamente nesse momento, como visto na referência ao diário de Pedro II. Ver capítulo 3 CARULA, Karoline. *Darwinismo, Raça e Gênero: Conferências e Cursos Públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

A estreita janela de tempo entre o Despacho 17 e o conhecimento de Pedro II acerca da proposta comercial de Webb é indicativa de que não tenha havido tempo hábil, por parte da Secretaria de Estado dos Estados Unidos, para responder ao pedido de autorização de Webb para iniciar as negociações com o Brasil. Mesmo assim, o memorial foi entregue e rejeitado antes que chegasse a resposta de Seward. Não se pode deixar de mencionar o fato de que os despachos de número 14, 15 e 16, que obviamente antecedem o Despacho 17, não constam no registro das trocas diplomáticas oficiais entre Webb e Seward. Há ainda, uma nota pessoal de Seward a Webb, de 18 de julho de 1862, com marcação “Privada & Não Oficial” (*Private & Unoficcional*) que não menciona especificamente o assunto da colonização, mas que dá margens ao entendimento de que há papeis que precisam ser omitidos dos registros que são encaminhados ao Congresso dos Estados Unidos:

“Estou com seu despacho e suas notas pessoais. A última é um excelente trabalho (*paper*). Eu responderei a ele depois de receber instruções. A correspondência brasileira estava incompleta na última sessão, quando enviei outras correspondências. Teria sido bastante prejudicial ter querido resolver nossas diferenças com o Brasil naquele momento. Se notas (*papers*) são publicadas acidentalmente, devem ser omitidas da emissão normal de correspondência ao Congresso”.²⁸⁷

É possível supor que Seward esteja se referindo às alterações de Webb com membros do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil no tocante ao discurso de Webb na audiência pública com Pedro II. Também é possível que se esteja fazendo referência aos tantos casos de navios dos Confederados que vinham se abastecer na costa brasileira e que, por consequência, levavam os cônsules norte-americanos de outras províncias brasileiras a se reportarem a Webb que, sem falta, comunicava de forma frequentemente “azedada”, nas palavras de Pedro II, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.²⁸⁸ De qualquer maneira, o que queremos

²⁸⁷ “Nota diplomática do Secretário de Estado em Washington, William Seward, para James Watson Webb, ministro representante dos Estados Unidos no Brasil”, de 18/06/1862, UY – SAMR – JWWP, Caixa 8, pasta 98. Tradução nossa. No original: “*I have your dispatch and your private letters. The former is a great paper. I shall answer it after taking instructions. The Brazilian correspondence was incomplete at the last session when I sent in the other correspondences. It would have had an injurious influence to trumpet our differences with Brazil then. If papers are published incidentally, they must be omitted in the regular transmission of correspondence to Congress*”.

²⁸⁸ “Diário do Imperador d. Pedro II”, volume 9 (31/12/1861 a 05/01/1862), entrada de 28/01/1862, p. 11 do documento em formato word contido no CD-Rom organizado pelo Museu Imperial: “Li hoje uma nota do Webb a respeito da entrada do Sunter no Maranhão com expressões bem azedas. Esta questão torna-se grave; mas creio que o procedimento do presidente foi regular e a posição que assumiu o governo brasileiro acha-se bem justificada pelo que li numas brochuras de Pecquete [*sic*] e de Hauteffeuille [*sic*], vendo num artigo do Jornal dos Debates que Monroe considerou em 1817 a América Central, que tratava de sua independência, como beligerante, assim como

aqui chamar a atenção é que não aparece na documentação qualquer pedido ou menção de Seward para que Webb desenvolva ou negocie um projeto de colonização para a Amazônia Brasileira anterior ao envio do Despacho de 17 por parte do último. Webb inicia o Despacho 17 dizendo que entrou em contato com o tema da colonização devido às menções na imprensa.²⁸⁹ Provavelmente Webb está se referindo a Mensagem Anual da Presidência, de 3 de dezembro de 1861.²⁹⁰ Os ministros norte-americanos servindo na América Central iniciaram seus despachos a Seward da mesma forma, como se verá no Capítulo IV. Ainda assim, é possível pensar que, como a questão dos projetos de colonização vinha sendo discutida no interior do governo dos Estados Unidos, Webb já tenha chegado ao Brasil com algum conhecimento do tema e das intenções do governo que representava em torná-los realidade. Nas palavras do Secretário da Marinha dos Estados Unidos, Gideon Welles: “Desde o início desta administração... o assunto da deportação da raça de cor tem sido discutido”.²⁹¹ Outra hipótese, que já se levantou, é a de que Webb, tendo em vista seu longo histórico de simpatia em relação à *American Colonization Society*, tirou proveito da capitalização política que o tema ganhou, com o apoio público de Lincoln, para potencialmente participar de uma empreitada que poderia se tornar lucrativa.

Taylor declarava ao Congresso que receberia os enviados que lhe mandassem os húngaros então rebelados; pois que tinham um governo constituído, e eram portanto beligerantes”.

²⁸⁹ “Nota diplomática de James Webb”, ministro representante dos Estados Unidos no Brasil, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward, de 20/05/1862, PRFA – LOF, pp. 704-712, cópia pessoal com data de 10/05/1862, UY – SAMR – JWWP, Caixa 8, pasta 98. *“I perceive by allusions in the public press, although the message itself, in extensor, has not come under my observation, that the President in suggesting the means of carrying out the gradual manumission of the negro, alludes the necessity of obtaining a place of colonization for the persons manumitted. The wisdom of such a suggestion is too manifest to require discussion but the purchase of territory for this wise and philanthropic purpose, may be attended with difficulties so embarrassing, as in a measure to defeat object in view”.*

²⁹⁰ LINCOLN, Abraham, “First State of the Union Address”, de 3/12/1861, In: McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America During the Great Rebellion: From November 6, 1860, to July 4, 1864 (including classified summary of the legislation of the second session of the Thirty-Sixth Congress, the Three Sessions of the Thirty-Seventh Congress, with the Votes Thereon, and the important Executive, Judicial, and Politico-Military Facts of that Eventful Period; Together with the Organization, Legislation, and General Proceedings of the Rebel Administration. By Edward McPherson of Gettysburg, Pennsylvania, Clerk of the House of Representatives of the U. S.* Washington, New York: Philip & Solomons, D. Appleton & Co, 1864. p. 212. Baixado como ebook em 30/02/2012, no endereço: <https://archive.org/details/politicalhistory00inmcp>. Tradução Nossa. No original: *“To carry out the plan of colonization may involve the acquiring of territory, and also the appropriation of money beyond that to be expended in the territorial acquisition”.*

²⁹¹ WELLES, Gideon, s/d apud BENNETT, Lerone. *Forced Into Glory: Abraham Lincoln’s White Dream.* Chicago: Johnson Publishing Company, 2000, p. 380. Tradução nossa. No Original: *“Almost from the commencement of this administration... the subject of deporting colored race has been discussed”.*

III. O Norte, O Sul e a Amazônia

É perceptível que a redação tanto do Despacho 17, como do memorial, tem como objetivo a demonstração satisfatória e eficiente de que um plano de colonização para a população afro-americana fora dos Estados Unidos era não só economicamente viável como factível. “Isso é factível? Eu não tenho dúvida; sendo factível, é então acima de qualquer devaneio; é um projeto que vale a pena ser considerado pelos filantropos, pelos capitalistas e pelos governos dos Estados Unidos e do Brasil”²⁹². Como visto, Webb parecia muito certo de que o transporte de um número substancial de pessoas dos Estados Unidos para o Brasil era algo que poderia ser alcançado com alguma facilidade.

“As vantagens para o Brasil de alguns dos arranjos tais como o que sugiro são tão palpáveis que não entrarei aqui no mérito da questão; mas quando necessário, torná-las visíveis para este governo, (como para vocês deve aparecer à primeira vista), caso eu seja autorizado a abrir negociações sobre o assunto em questão. Este comunicado visa demonstrar o que acredito ser um plano de colonização econômico e factível para os Estados Unidos”²⁹³.

A argumentação de Webb - que aparentava estar tão certo dos benefícios dos projetos de colonização para o Brasil - partia da premissa de que o fechamento dos portos brasileiros para o tráfico transatlântico de escravos, provocado pela lei de 1850, vinha causando verdadeiras catástrofes econômicas.

“O rápido aumento do valor do negro na província do Rio de Janeiro e em todas as províncias do sul do Império, além do avanço do preço do café somado ao indiscutível fato que a população escrava está em decréscimo, ao contrário da nossa que aumenta e que é de um tipo bastante inferior aos africanos trazidos para o Brasil - está rapidamente despovoando as províncias do norte do Império. Toda embarcação costeira traz de dez a trinta escravos para venda no Rio, para

²⁹² Nota diplomática de James Webb, ministro representante dos Estados Unidos no Brasil, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward, de 20/05/1862, PRFA – LOF, pp. 704-712, cópia pessoal com data de 10/05/1862, UY – SAMR – JWWP, Caixa 8, pasta 98. Tradução nossa. No original: “*Is this feasible? I have not a doubt of it; and if feasible, then, beyond all peradventure; it is a project well worthy the consideration of the Philanthropists, the Capitalist, and the Governments of the United States & Brazil*”.

²⁹³ “Dispatch 17 to the Hon. W. H. Seward”: UY – SAMR – JWWP, Caixa 8, Pasta 99. Tradução nossa. No original: “*The advantages to Brazil, of some such arrangement as I suggest, are so palpable, that I will not here enter into a consideration of the subject; but when necessary, make them apparent to this Government, (as they must be at glance to you,) should I be authorized to open negotiations upon the subject in question. The object of this Communication is to demonstrate what I think would be a feasible and economical plan of Colonization to the United States*”. É preciso reafirmar que a este documento é uma cópia daquele que foi enviado ao Secretário de Estado dos Estados Unidos, William H. Seward, e não a que foi apresentada ao Brasil. O Despacho 17 é a base do documento entregue ao Brasil e por isso é possível retirar dele os eixos argumentativos de Webb.

suprir a mão de obra nesta localidade e nas plantações de café: e o clamor é ouvido, vindo das províncias de Pará, Maranhão (sic), Piauí (sic), Paraíba (sic), Pernambuco e até da Bahia que estas estão sendo despovoadas em favor das províncias do sul e da inevitável lei da oferta e da procura²⁹⁴.

Na visão dele, a falta de trabalhadores no que ele chama de “províncias do norte” (“*Northern Provinces*”) era resultado de um processo de intensificação do tráfico interno que transferia para as “províncias do sul” (“*Southern Provinces*”) toda a mão de obra escrava. Destarte, as “províncias do norte” corriam sérios riscos de se verem “novamente” em situação de barbárie que havia antecedido a civilização daquela porção do território que se fizera produtiva justamente através do trabalho escravo.

“A demanda por mão de obra nas plantações de café das províncias do sul do Brasil, de forma geral, está gradualmente despovoando as províncias do norte; pois lá, mão de obra sendo escrava, o proprietário pode dispor-se e vendê-la conforme sua vontade e de acordo com os arraigados princípios da economia política, força de trabalho como qualquer outra *commodity* comerciável, se desloca para onde o preço está mais alto. Logo, em concordância com as leis de oferta e procura, a mão de obra das províncias do norte, sendo escrava e, portanto transportável de acordo com a vontade do dono, segue a inevitável conclusão de que justo quando a demanda pela mão de obra cresce no sul e o preço do escravo aumenta, ela [a demanda] seja suprida pela transferência de escravos da província do norte, para as regiões onde há maior demanda e consequentemente preços mais altos. As consequências são indescritíveis e, para o Brasil, desastrosas; sendo não menos do que o despovoamento das províncias do norte e sua volta ao estado de barbárie do qual o trabalho escravo as resgatara. Aqui nas províncias do sul do Império, de clima mais temperado, as quais estão ameaçadas pelo despovoamento, o tempo seria o remédio para o mal; pois com seu decorrer, o governo e o povo do Brasil perceberão a absoluta necessidade de fazer passar tais leis sábias e liberais de colonização, bem como assegurarão a imigração e um suprimento de mão de obra branca livre advinda das regiões mais densamente povoadas da Europa. Infelizmente, porém, isso não se aplica àquelas províncias do norte deste vasto Império, que se encontram na região dos trópicos e cujos recursos não explorados poderiam gerar trabalho para toda mão de obra desempregada e, com o tempo, colocar o Brasil como o mais rico e grandioso dos reinos do mundo. Elas [as províncias] não podem ser resgatadas e cultivadas por mão de obra branca. Uma vez despovoadas, como reverter este mal e evitar suas consequências? O comércio de escravos

²⁹⁴ “Nota diplomática de James Webb, ministro representante dos Estados Unidos no Brasil, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward”, de 20/05/1862, PRFA – LOF, pp. 704-712, cópia pessoal com data de 10/05/1862, UY – SAMR – JWWP, Caixa 8, pasta 98. Tradução nossa. No original: “*The rapidly increasing value of the negro in the Province of Rio Janeiro (sic) and all the southern Provinces of the Empire, and the steadily advancing price of coffee, added to the well ascertained fact that the slave population is on the decrease instead of the increase, as with us, where the African is of a far lower type than those brought to Brazil, - is rapidly depopulating the Northern Provinces of the Empire. Every coasting vessel brings its ten to thirty slaves for sale at Rio, for the supply of labour in this vicinity and on the Coffee Plantations; and the cry is heard from the provinces of Para, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, and even Bahia, that they are being depopulated for the benefit of the Southern Provinces, by the inevitable law of demand and supply*”. (Grifos nossos)

africanos jamais poderá suprir a mão de obra negra, a única adequada à região; e a mão de obra branca está totalmente fora de questão. O trabalho negro livre é, pois, a única maneira de livrar o Brasil do grande mal que lhe ameaça inevitável e gradualmente, mas que não parece ter despertado a ansiedade e o alarme condizentes. O Grande provedor de todos os benefícios [Deus], aparentemente colocou nas mãos do Brasil a solução, que dentre todas as possíveis, é a única que dá conta de livrar o Brasil do mal que lhe ameaça”.²⁹⁵

O espaço que Webb denomina como “*Northern Provinces*”, de início, parece englobar as províncias apenas do nordeste, pela descrição dos problemas relacionados à escravidão e ao tráfico interno.²⁹⁶ No decorrer do texto, entretanto, embora ele continue se utilizando do mesmo termo, passa a se referir à realidade social e econômica apenas da região amazônica. Webb constrói seu argumento sobre o que ele vê como realidade do tráfico interno, fator que concentrava nas zonas cafeeicultoras do sudeste a grande maioria dos escravos. Também se aventura a expressar sua opinião sobre as leis migratórias brasileiras “bastante primárias e ruins”, que são incapazes de contribuir a tempo para a resolução do problema de esvaziamento de trabalhadores nas “províncias do norte”.²⁹⁷ Por fim, desenvolve sua noção de que os africanos

²⁹⁵ On the necessity of supplying Brazil with Labour; and the policy of procuring free Black Labour from the United States”: UY – SAMR – JWWP, Caixa 8, Pasta 102. Tradução nossa. No original: “*The demand for labour upon the Coffee Plantations and in the Southern Provinces of Brazil, generally, is gradually depopulating the Northern Provinces; because the labour there, being slave labour, the owner of it may transfer and sell it whenever he pleases; and according to the well established principles of political economy, labour like every other merchantable commodity, will necessarily flow where it commands the highest price. Hence, according to the laws of demand and supply, the labour of the Northern Provinces being Slave-labour, and transportable as the will of the owner, it follows as an irresistible conclusion, that just as the demand for labour increases in the Southern Provinces, and the prices of the Slave advances, that demand will be supplied by transferring the Slave of the Northern Provinces to the regions where the greater demand, and consequent higher prices exists. The consequences are inwritable, and to Brazil most disastrous; being no less them the depopulation of the Northern Provinces and their relapsing into the state of barbarism from which they were rescued by African Slave Labour. Here it the more temperate and genial Southern Provinces of the Empire, which are threatened with this depopulation, time would remedy the evil; because in process of time, the Government and People of Brazil, will come to perceive the absolute necessity of passing such wise and liberal Colonization Laws, as will ensure emigration and a supply of white free labour from the too densely populated regions of Europe. But unfortunately, not so in regard to those Northern Provinces of this vast Empire, lying under and in the regions of the tropics whose undeveloped resources, could afford employment to all the unemployed labour, and in time, render Brazil the richest and greatest among the kingdoms of the Earth. They cannot be redeemed and cultivated by white labour. Suffer them once to become depopulated, and how is the evil to be remedies and its consequences to be averted? The African Slave trade, can never again, supply the Negro labour alone suited to the region; and white labour is quite out of the question. Free Negro Labour then, is the only possible mode of averting from Brazil the great evil with she is threatened and the gradual but certain approach of which, does not appear to have awakened generally, the anxiety and alarm, which it is so well calculated to excite. And the great Author of all good appears to have placed within the grasp of Brazil, the remedy which of all others is alone calculated to avert from her the threatened evil*”.

²⁹⁶ Faz-se necessário apontar que a utilização das nomenclaturas “norte” e “nordeste” para as regiões no Brasil, nesse momento histórico, não dizem respeito às futuras nomenclaturas de divisão regional, mas simplesmente se referem à região geográfica das províncias do Império.

²⁹⁷ Dispatch 17 to the Hon. W. H. Seward”: UY – SAMR – JWWP, Caixa 8, Pasta 99. Tradução nossa. No original: “*and the slave trade being at an end, and colonization from Europe checked by unwise and selfish laws, well may*

trazidos para o Brasil eram racialmente superiores aos que tinham sido levados aos Estados Unidos e que, por isso, os escravos norte-americanos eram mais dóceis, aceitando com mais facilidade a escravização, impossibilitando grandes insurreições, como a que houvera em Salvador em 1835.²⁹⁸ O fio condutor que amarra as observações e críticas de Webb é a característica climática tropical do Brasil como fator ideal de adaptação e desenvolvimento para os trabalhadores afrodescendentes, motivação que também esteve presente nas negociações com os Estados da América Central, como se verá. “A grande necessidade do Brasil no momento é mão de obra. Pelas características de seu clima e solo, o trabalho negro é preferível ao branco, e como o trabalho livre é mais sedentário e não pode ser removido das regiões onde se acomodou, o trabalho negro livre é preferível ao trabalho escravo”²⁹⁹.

A nota diplomática emitida pelo governo brasileiro, em resposta à proposta de Webb, justificou a negação ao projeto de abertura de áreas de colonização para afro-americanos na Amazônia a partir da lei de 1831 que, grosso modo, tornava ilegal a entrada de africanos no país. Ainda que contingentes bastante expressivos de escravos tenham sido trazidos e vendidos no

the Statesmen of Brazil humble at the prospect which the future presents. To me it is clearly manifest, that unless the Southern Provinces of Brazil are supplied with labourers from abroad, which can only be in consequence of a change in the Colonization Laws of the Empire and some special legislation, those Provinces lying under the Equator, will be robbed of their labourers by reason of the higher prices which the slave commands in this region; and in consequence, the North will revert to the possession of the native Indian and the wild Beasts from whom it was conquered by the introduction of African Labour".

²⁹⁸ "Dispatch 17 to the Hon. W. H. Seward": UY – SAMR – JWWP, Caixa 8, Pasta 102. Tradução nossa. No original: "It is now conceded too, that the Negroes on the opposite coast of Africa, whence Brazil was originally supplied, are a very superior race to the tribes further north which furnished the slaves for the West Indies and the United States. The latter, are an ignorant and docile people; and with few exceptions, they yield themselves naturally to servitude even their native Africa, Not do the Minas and tribes further south, and from which Brazil was furnished with labourers. They are a fierce, warlike and intellectual people to whom slavery is as much burthen as to many of the Caucasian races; and they are not only ready for insurrection and capable of extensive combinations and conspiracies to effect their liberation, as the insurrection in Bahia some years since abundantly they proved, but is now susceptible of demonstration that the through out the slave population of Brazil, there exists to a greater or less extent, an organized conspiracy to prevent the increase of slavery by the mothers committing infanticide. Of course, nature is too powerful to the breasts of women to render such a combination universal, or slavery would cease in a single generation. It is proved, however, that there are sufficient of the fiercer tribe among the slaves to render infanticide so frequent as to prevent their increase; and the slave trade being at an end and colonization from Europe checked by unwise and selfish laws, well may the statesmen of Brazil humble at the prospect which the future present to me it is clearly manifest that unless the Southern Provinces of Brazil are supplied with labourers from abroad, which can only be in consequence of a change in the colonization laws of the Empire and some official legislation, those Provinces lying under the Equator, will be robbed of their labourers by reason of the higher prices which the Slave commands in this region; and in consequence, the North will revert the possession of the native Indian and the wild beasts from whom it was conquered by the introduction of African Labour".

²⁹⁹ "On the necessity of supplying Brazil with Labour; and the policy of procuring free Black Labour from the United States". UY – SAMR – JWWP, Caixa 8, Pasta 102. Tradução nossa. No original: "The great want of Brazil of this day is labour. From the character of her climate and soil, Black labour is preferable to white, and because free labour is more stationary, and cannot be removed from the regions to which it has accommodated itself, Free Black labour, in a National point of view, is preferable to slave labour".

Brasil por pelo menos mais duas décadas, é interessante observar a escolha do ministro brasileiro sobre a forma como encerrar aquele assunto:

“General, tive o prazer de ler com a máxima atenção os documentos que me confiou e agora lhe dou retorno, em relação ao seu plano de introdução de negros libertos no Brasil. Devo admitir que o objetivo em si é altamente interessante. É minha opinião pessoal que suas ideias merecem consideração e que muitas delas, em circunstâncias favoráveis, em todos os aspectos, seriam de grande utilidade. No entanto, nada desta ordem poderá ser tentado em nosso país, pois temos uma lei positiva que impede expressamente a entrada de qualquer negro liberto em nossas fronteiras. Acho cabível fazer chegar ao seu conhecimento esta lei. Aqui segue: ‘trto Yo (sic) da Lei de 7 de Novembro de 1831, Nao sera permittida a qualquer homem liberto, que mão (sic) for brasileiro, desembarcar nos portos do Brazil, debaixo de que qualquer motivo que seja. O que desembarcar será immediatamente reexportado’. Aproveito a oportunidade, caro general, para renovar meus votos de estima e apreço. Abrantes”³⁰⁰.

Dentre as tantas questões que possivelmente motivaram a escolha da lei de 1831 como central na negativa brasileira, pode-se escolher um caminho para pensar processos e discussões mais amplos sobre o desinteresse em receber africanos e afrodescendentes uma vez fechado o tráfico no Brasil e feita a emancipação da escravidão na América Central. No projeto de Webb, a escolha da Amazônia não aparece claramente em nenhum momento dos documentos analisados. A resposta do governo imperial, como mencionado, é muito breve para que se possa depreender muitas hipóteses de interpretação. Mas não se pode deixar de levar em conta a semelhança que aquele projeto de 1862 tinha com outra iniciativa anterior. As duas iniciativas, por sua vez, pretendiam explorar economicamente, como trabalhadores de descendência africana, a região amazônica. O projeto anterior, do final dos anos 1840, de autoria de Matthew Fontaine Maury, tinha objetivos claramente anexacionistas da região amazônica a uma dinâmica econômica escravista do Sul dos Estados Unidos³⁰¹. Já o projeto apresentado pelo ministro norte-americano no Rio de Janeiro em 1862, Webb, respondia a interesses do Norte dos Estados Unidos. Não se tratava, portanto, daquele específico imperialismo escravista do Sul³⁰². Essa grande diferença entre os projetos, entretanto, parece não ultrapassar o interesse mais permanente na região amazônica, que não provinha apenas dos Estados Unidos, mas também de outras potências

³⁰⁰ "From Marquis d'Abrantes". UY – SAMR – JWWP Caixa 8, Pasta 100.

³⁰¹ Sobre o projeto de Matthew Fontaine Maury há clássica obra brasileira com pesquisa aprofundada de fontes brasileiras e norte-americanas: LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...**

³⁰² Sobre esse tipo específico de imperialismo escravista ver capítulo 1 de MAY, Robert E. *The Southern Dream of Caribbean Empire, 1854-1861*. Edição Revista e Aumentada. Gainesville: University Press of Florida, 2002.

européias³⁰³. Assim, é possível compreender a negativa sumária do governo brasileiro ao projeto de Webb a partir de uma chave de políticas de proteção de sua região norte contra interesses estrangeiros, dentre outras razões. Tais políticas sobre a Amazônia, é preciso reforçar, fazem parte da tradição protecionista da região desde os tempos coloniais.³⁰⁴

Sobre a semelhança do projeto elaborado por Webb e aquele de autoria de Matthew Fontaine Maury,³⁰⁵ faz-se necessária a comparação entre as duas iniciativas não só pelas profundas semelhanças entre as duas proposições, mas também pela oposição entre Maury e Webb, no contexto das forças políticas que levaram à eclosão da Guerra da Secessão. Também é importante reiterar que nenhuma das duas propostas saiu do papel.

Maury, nascido no estado da Virgínia, foi um importante membro do corpo científico da Marinha norte-americana. Teve grande influência sobre políticos dos altos círculos das administrações democratas entre os anos 1830 e 1850.³⁰⁶ Foi também um dos representantes mais ilustres entre os Confederados no contexto da Guerra da Secessão.³⁰⁷ Desde meados da década de 1840, Maury vinha arquitetando uma campanha objetivando despertar o interesse de seus nacionais para a colonização do Vale Amazônico, como um meio de resolver algumas dificuldades econômicas, sociais e raciais dos estados do Sul dos Estados Unidos. Seu interesse específico na Amazônia estava ligado a uma agenda expansionista também específica desse Sul. O historiador Gerald Horne se refere a esse processo imperialista e anexacionista como "*Slave Imperialism*", que significa, resumidamente, uma expansão de capital ligada à manutenção das

³⁰³ No primeiro capítulo do livro, a historiadora trata da transformação das ideias que pensadores, escritores e artistas europeus, em sua maioria, tinha sobre a região amazônica no período romântico. A partir da expedição de Humboldt, Nícia Vilela Luz trata do fascínio internacional pela Amazônia: "Envolta em lendas e zelosamente guardada pelos reinos de Portugal e Espanha a região nunca deixara de exercer sua atração (...) Mas coube a Humboldt despertar a atenção do mundo ocidental, de seus cientistas, viajantes e aventureiros para aquela imensidão misteriosa (...) foi o suficiente para desencadear, por anos a fora, toda uma corrente de interesseiros e interessados nas potencialidades da região. Essas potencialidades serão confirmadas em dois sentidos (...) a possibilidade de ouro na região e as infinitas facilidades de comunicação oferecidas pela sua inigualável rede hidrográfica". LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...** p. 34.

³⁰⁴ Ver capítulo IV de LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...**

³⁰⁵ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Brasil a Vapor: Raça, Ciência e Viagem no Século XIX...* p. 37 e _____ (Ed.). *Brazil Through the Eyes of William James...* p. 127-136.

³⁰⁶ "a kind of 'slave imperialism', whereby southern entrepreneurs were exporting capital and seeking to continue the existence of human bondage". HORNE, Gerald. **The Deepest South: The United States, Brazil and the African Slave Trade**. Nova York: New York University Press, 2007, p. 107; e LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...** pp. 49 a 69. Tradução nossa.

³⁰⁷ A título de ilustração, dentre os mais importantes atos antiunionistas de Maury, estava, por exemplo, suas tentativas, durante a Guerra da Secessão, de negociar os apoios da França e Áustria em troca da devolução da Califórnia ao México em troca da intervenção militar no lado dos Estados Confederados da América. HORNE, Gerald. **The Deepest South...** p. 108.

relações de escravidão: “um tipo de ‘imperialismo escravista’, através do qual empresários sulistas exportavam capital e procuravam a continuidade da existência da servidão humana”.³⁰⁸

O projeto de colonização da Amazônia pensado por Maury responde a uma série de fatores próprios de um expansionismo escravista do Sul dos Estados Unidos. Responde também, faz-se importante notar, à realidade que a região amazônica, desde o início do século XIX, notadamente desde a expedição Humboldt, vinha conquistando avidamente a curiosidade – científica e comercial - europeia e norte-americana.³⁰⁹

“Tal foi o suficiente (a expedição Humboldt) para desencadear, por anos afora, toda uma corrente de interesseiros e interessados nas potencialidades da região. Essas potencialidades serão confirmadas em dois sentidos: 1. possibilidade de existência de ouro; 2. facilidade de comunicação oferecida pela rede hidrográfica”.³¹⁰

A potencial facilidade de comunicação hidrográfica, em especial, agregou inestimável valor ao Rio Amazonas. Essa imensa potencialidade econômica, num contexto de valorização do livre comércio, chamava atenção das potências europeias e dos Estados Unidos para essa área dos trópicos.³¹¹ A posição inicial de governo brasileiro, o padrão diplomático que havia se estabelecido, era a de manter o extremo norte relativamente fechado para o comércio internacional de grande porte. Entretanto, a combinação de dois fatores já começava a causar modificações nas direções da política oficial do Império na década de 1840: Quais sejam, os movimentos de independência, na América Espanhola, décadas antes, envolviam ideias, principalmente por parte das repúblicas andinas, de se investir na melhoria das vias de comunicação comercial através de um caminho para o Atlântico, via a navegação do Rio Amazonas. Por outro lado, havia o já citado agressivo interesse dos Estados Unidos e da Europa pelas supostas riquezas da região.³¹²

A manutenção da região amazônica fechada para o exterior, portanto, já vinha encontrando obstáculos substanciais frente aos interesses externos dos Estados Unidos, Peru,

³⁰⁸ HORNE, Gerald. *The Deepest South...* p. 109.

³⁰⁹ REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. 4a ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, p. 11-48,

³¹⁰ LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...** p.34.

³¹¹ “ainda mais depois que Humboldt percebeu a possibilidade de comunicação entre a bacia amazônica e as bacias do Orenoco e do Prata. Tornou-se comum relacionar a Amazônia (das zonas tropicais em geral) com: 1. suposta fertilidade da terra; 2. eterno verdor; 3. constante desafio a energia e ao poder humanos.” LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...** pg.35.

³¹² Ver capítulo IV de LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...**

Bolívia e Venezuela, entre outros. Para que a política imperial brasileira continuasse com a mesma tônica, entre as décadas de 1840 e 1850, era necessário enfrentar a questão da livre navegação do Amazonas.³¹³

A necessidade de abertura do Amazonas para a navegação internacional, neste período, respeitava uma lógica de fortalecimento de outros processos políticos de livre navegação de outros rios do continente americano (entre eles o São Lourenço e o Prata), do imperialismo norte-americano e europeu, do liberalismo e da importância econômica de uma maior integração comercial interamericana.³¹⁴ Segundo a historiadora Nícia Vilela Luz, a agressiva campanha de Maury foi um dos fatores que contribuiu para a mudança dos rumos diplomáticos no tocante à navegação do Brasil com as Repúblicas Andinas.³¹⁵ A onda de pressões sob a bandeira política internacional de abertura do Rio Amazonas, entretanto, servia também para encobrir outros objetivos: conseguir penetrar os norte-americanos no seio da floresta e iniciar um projeto de ocupação da região.³¹⁶

“O pai do projeto era o notável superintendente do *National Observatory* em Washington, o tenente Matthew Fontaine Maury. Conquanto que não tenha sido o primeiro a notar as potencialidades do comércio sul americano, Maury elaborou o plano para colocar a região completamente sob sua influência. Foi ele que instigou o *Navy Department* a enviar uma comissão exploratória; foi por meio de seus escritos entre os anos de 1850 e 1854 que a livre navegação do Amazonas se tornou, por um breve período de tempo, uma máxima da doutrina econômica do Sul”.³¹⁷

Maury, assim, era uma figura de influência política tanto nos estados do Sul dos Estados Unidos, futuramente os Confederados, como nas altas rodas da Casa Branca. Sua notoriedade era, em parte, fruto do sucesso de seus estudos navais. Era também, em parte, fruto de um

³¹³ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. Rio de Janeiro: Limitada, 1965, pp. 92 a 103.

³¹⁴ SANTOS, Cláudio Villafañe G. Santos. **O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o Interamericanismo**. São Paulo, Unesp, 2004. p 43-55.

³¹⁵ Ver capítulo IV de LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...**

³¹⁶ Ver MARTY, Percy Alvin. "The Influence of the United States on the Opening of the Amazon to the World's Commerce". *Hispanic American Historical Review*, Vol. 1, N. 2 (Maio, 1918) e Ver capítulo IV de LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...**

³¹⁷ "The father of the Project was the remarkable superintendent of the National Observatory at Washington, Lieutenant Matthew Fontaine Maury. Although not the first to suggest the potentialities of South American trade, Maury made the plan to tap the region completely his own. It was he who urged the Navy Department to send out an exploring party; it was by his writings between 1850 and 1854 that the free navigation of the Amazon became for a short period an article of Southern economic doctrine". BELL Jr., Whitfield J. "The Relation of Herndon and Gibbon's Exploration of the Amazon to North American Slavery". *Hispanic American Historical Review*, Vol. 19, N. 4 (Novembro, 1939), p. 494 e 495.

processo maior de fortalecimento do Sul na política federal. Embora não seja assunto deste capítulo, é importante fazer algumas considerações sobre o contexto econômico dos Estados Unidos e a representação política sulista.³¹⁸ A estrutura econômica do Sul dos Estados Unidos, nos momentos imediatamente anteriores à Guerra da Secessão, refletia muito mais mudanças do próprio século XIX, do que uma estrutura colonial. Nícia Vilela Luz percebe que, desde a década de 1820, devido à queda dos preços do algodão no mercado internacional, verificou-se a eliminação dos pequenos proprietários e a definitiva consolidação e expansão territorial da grande propriedade escravista. Esse tipo dominante de propriedade monocultora marcou a concentração de poder político, em termos nacionais, nas mãos de uma oligarquia escravista sulista.³¹⁹

Na década de 1850, a formação dessa peculiar configuração política ainda contou com os recentes processos de anexação do Texas e à conquista de regiões do México (1846 – 1848), que se uniram aos Estados Unidos como estados escravistas. Ficava cada vez mais evidente o problema norte-americano de desequilíbrio interno na representação política entre os estados escravistas e livres.³²⁰ Os impulsos anexacionistas desses territórios caminhavam no lastro de aumentar o poder do Sul frente ao Norte. A conquista de novos territórios asseguraria não só o instituto da escravidão, mas daria base para uma expansão em direção às repúblicas da América Central e América do Sul. Como explicitado anteriormente, o conceito de "*Slave Imperialism*" de Gerald Horne, é uma análise seccionada no corolário maior do Destino Manifesto.³²¹

³¹⁸ Ver capítulo IV de LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...**

³¹⁹ Ver capítulo II de LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...**

³²⁰ Por "Estados Livres", entende-se todos os escravos que se juntaram ao país com a garantia constitucional de não utilizarem mão de obra escrava em seus territórios.

³²¹ A doutrina do destino manifesto, faz-se importante apontar de maneira epidêmica, envolve teorias que relacionam a predestinação dos norte-americanos à grandeza moral e territorial. A construção dessas ideias é múltipla e parte, em grande medida, de visões de mundo comuns em religiões protestantes como o calvinismo, batismo e metodismo, tão presentes nos Estados Unidos. A expressão "destino manifesto", embora viesse se sedimentando desde a Revolução Americana, foi popularizada por John O'Sullivan, em 1845, por ocasião das campanhas de anexação de novos estados como o Texas e o Oregon: "Nosso destino manifesto de expandir o continente, concedido pela providência para o livre desenvolvimento de nossos milhões multiplicando por ano". O historiador Reginald Horsman acredita que as noções que mais tarde compuseram o conjunto mais sólido do destino manifesto envolvem ideias de cunho religioso e superioridade racial que já circulavam na Inglaterra no século XVII. Assim, afirma que no período colonial e na formação nacional dos Estados Unidos, e principalmente depois de sua independência, esse tipo de pensamento esteve sempre presente como uma permanência: "*After the Restoration the idea of the English nation as the crusading agent of God's will faded, and republican ideas became less important thread in English thought, but the Americans never lost the belief that they were a special, chosen people, a people destined to change the world for the better (...)* The successful American Revolution provided for the American People a powerful, overt sign that Providence had indeed marked them for great deeds". HORSMAN, Reginald. **Race and Manifest Destiny: The Origins of American Racial Anglo-Saxonism**. Harvard University Press, Cambridge, 1981, p. 82.

“A doutrina expansionista do Destino Manifesto não era exclusiva dos estados sulistas, mas sim uma expressão de caráter nacional e, em meados do século XIX (...) O povo americano se refugiava num extremado nacionalismo como que para evitar contemplar a face da grave questão da escravidão (...) Compreende-se que, num semelhante clima, qualquer movimento expansionista encontrasse ressonância na imprensa americana e acolhida por parte da opinião pública”.³²²

Frente a essa realidade de desequilíbrio econômico e político, a secessão já despontava como uma ideia no entendimento alguns políticos do Sul, já que poderia ser a única alternativa possível para uma base territorial sólida de um estado escravocrata e imperialista.³²³ É preciso pontuar, contudo, que a economia sulista, apesar da sua robustez na década de 1850, sofria de problemas estruturais: os lucros provenientes da comercialização do algodão ficavam majoritariamente nos portos do nordeste dos Estados Unidos, onde o produto era negociado.³²⁴ Maury, em especial, tinha plena consciência dessa fraqueza da organização econômica do Sul. Iniciou sua campanha para despertar o interesse dos estados escravistas norte-americanos para a colonização da região amazônica como um meio de aumentar a plataforma comercial do Sul e aliviar o desequilíbrio econômico da região. Nesse contexto, ele, proveniente de um dos estados escravistas mais influentes, a Virgínia, encontrou campo fértil na política de nível nacional para o apoio de seu projeto de converter a região amazônica em um território dependente dos Estados Unidos. No entanto, por uma série de fatores, a começar pelo apreço norte-americano pela preservação das boas relações exteriores com o Brasil, Maury nunca conseguiu que suas desconfortáveis pressões se convertessem em um programa público encampado pelo governo federal.³²⁵

O ideário que embasou seu complexo estratagema de transferência dos escravos norte-americanos para a Amazônia brasileira nasceu, entre o final da década de 1840 e os primeiros anos da década de 1850, de uma de suas obras, intitulada "*Memorial for the Free Navigation of the Amazon*", apresentada no 14º Congresso Econômico Estadual de Memphis, em 3 de março de 1854.³²⁶

³²² LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...** p. 69.

³²³ McPHERSON, James M. *Battle Cry of Freedom: The Civil War Era*. Nova York: Oxford University Press, 2003, pp. 78 a 117.

³²⁴ LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...** p. 52 a 57.

³²⁵ Ver capítulo II de LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...**

³²⁶ MAURY, Matthew Fontaine. "Free Navigation of the Amazon River: Memorial of Lieutenant Maury, in Bahalf of the Memphis Convention". Convention in Favor of Free Navigation of the Amazon River (June, 1853). 1854.

“Iniciava Maury sua persistente campanha contra a política brasileira no Amazonas (...) Ressaltava as riquezas da bacia Amazônica que descrevia da maneira mais sedutora e, ao mesmo tempo, denunciava a política restritiva do Brasil que, em desacordo com os conceitos da época, mantinha fechada e inutilizada uma região capaz de alimentar toda a população do globo. Empregava o determinismo geográfico para justificar as pretensões dos Estados Unidos à navegação do Amazonas, utilizando os acidentes geográficos como fenômenos indicativos da legitimidade dessa política de comércio que contrastava com a de conquista. Era enfim, eminentemente uma obra de propaganda, cuja repercussão nos Estados Unidos, segundo Carvalho Moreira, Ministro do Brasil em Washington, foi bastante grande, excitando o meio mercantil e causando incômodo às nossas autoridades”.³²⁷

Todo o prestígio de Maury nos Estados Unidos e a densidade teórica de sua estratégia para inserção da Amazônia no sistema escravista do Sul norte-americano nasceram de seus trabalhos, estudos e teorias desenvolvidas na Escola Naval da Marinha. Suas contribuições científicas para os estudos oceanográficos e de cartas de vento estavam entre os trabalhos mais célebres da ciência norte-americana do século XIX.³²⁸ Dentre os temas recorrentes de seus estudos, e que denotam sua relação de longa data com o Brasil, está o estudo sobre o Cabo de São Roque – no litoral do norte do estado Rio Grande do Norte – que teve como resultado a descoberta da existência de correntes marítimas e ventos favoráveis para as embarcações a vela. Tal fenômeno tinha potencial para diminuir em cerca de dezessete dias de viagem o trecho entre Baltimore e o Rio de Janeiro. A partir dessa informação, muitos navios norte-americanos que transportavam produtos internamente da costa leste para a costa oeste passaram a contornar o continente americano cotidianamente, notadamente na corrida do ouro na Califórnia no final dos anos 1840.³²⁹

Outro estudo famoso, que se faz especialmente importante para a reflexão acerca dos projetos de colonização da Amazônia brasileira por afro-americanos, segundo o historiador Gerald Horne, é sobre o caráter transitório das fronteiras norte-americanas ("*borders*" em contraposição a "*frontier*"³³⁰). Essa formulação contribuiu de forma substancial para a

³²⁷ LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...** p. 66 e 67.

³²⁸ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. "Os Abolicionistas Brasileiros e a Guerra de Secessão". In: Martha Abreu e Matheus Seva Pereira. (Org.). **Caminhos da Liberdade: Histórias da Abolição e do Pós-Abolição no Brasil**. 1 ed. Niterói (RJ): Editora da UFF, 2011, p. 12.

³²⁹ Ver capítulo 1 de Maury, Matthew Fontaine (Lieutenant U. S. Navy). *The Amazon and the Atlantic Slopes of South America: A Series of Letters Published in the National Intelligencer and Union Newspapers, under the Signature of "Inca"*. Revised and Corrected by the Author. Washington: Frank Taylor, 1853.

³³⁰ HORNE, Gerald. *The Deepest South...* pg. 113. Na língua inglesa há duas palavras que podem ser traduzidas como "fronteira": enquanto "*border*", poderia, talvez, ser melhor traduzida como a fronteira político-administrativa

consistência retórica de seu projeto amazônico. Como se verá com mais profundidade adiante, a ocupação da Amazônia por senhores e escravos norte-americanos significaria a expansão da fronteira dos Estados Unidos cada vez mais para o sul. Se a Virgínia era considerada o "*South*", o Alabama o "*Deep South*", o Brasil representaria o "*Deepest South*" ou o sul muito profundo.³³¹

"... para além do Alabama ou do Mississippi, o Brasil era o verdadeiro '*deepest South*'- o sul mais profundo - dos EUA. Ora reservatório dos negócios e interesses norte-americanos ligados ao tráfico e vinculados aos portos de da Nova Inglaterra, ora espaço preferencial para a expansão territorial sulista, baseada na escravidão ou em formas de subordinação provisória - como a aprendizagem e o colonato - em direção a um Sul hemisférico, e visto como militarmente mal defendido e pessimamente administrado, porém senhor das vastas áreas tropicais férteis, adequadas como nenhuma outra à ocupação e à submissão dos africanos e afrodescendentes, o Brasil Imperial aparece como centro de articulação e, como bem afirmou Matthew Fontaine Maury - um dos principais personagens abordados no livro -, válvula de escape dos EUA".³³²

Assim, o projeto de Maury para a Amazônia brasileira nasceu, cabe reforçar, costurado ao contexto do expansionismo dos estados do Sul dos Estados Unidos, dentro de uma agenda imperialista ligada ao escravismo. Mas antes de inserir brevemente a contribuição de Maury no contexto do conflito Norte-Sul, faz-se importante pontuar sua trajetória criativa e prática em torno da ideia de colonização dos afro-americanos na Amazônia brasileira.³³³

A célebre produção científica no campo das técnicas de navegação de Maury, como visto, fornecia-lhe respaldo para a formulação de peculiares teorias sobre a bacia amazônica. No esteio da importância comercial e científica que a região vinha angariando com cada vez mais constância desde as primeiras décadas do século XIX, pensava que o imenso potencial produtivo do Vale do Amazonas viria "a desempenhar uma parte tão importante nos interesses da humanidade e do mundo".³³⁴ Tal capacidade natural de se tornar um território de grande dinamismo comercial e abundante em exportação de matérias primas, contudo, na teoria de contornos geográficos de Maury, não era uma potencialidade por si só. A região amazônica só poderia se desenvolver como apêndice de outra região central, no caso, o Golfo do México e

entre dois estados ou jurisdições diferentes, a palavra "*frontier*" tem um caráter menos estanque. Muitos dos estados do oeste americano, nos primórdios de sua ocupação, eram considerados estados de fronteira, na última acepção da palavra, por seu caráter de recente colonização.

³³¹ HORNE, Gerald. *The Deepest South...* p. 114.

³³² MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. "Os Abolicionistas Brasileiros e a Guerra de Secessão". In: Martha Abreu e Matheus Seva Pereira. (Org.). **Caminhos da Liberdade: Histórias da Abolição e do Pós-Abolição no Brasil**. 1 ed. Niterói (RJ): Editora da UFF, 2011, p. 12

³³³ HORNE, Gerald. *The Deepest South...* pg. 109.

³³⁴ LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os Negros Americanos...* p. 56.

Caribe. Esse “Mediterrâneo Americano”, o centro “natural” de um império setentrional, era o ponto de convergência do sistema interamericano das bacias hidrográficas do Mississipi, Orenoco e Amazonas. Maury chegou até a formular uma hipótese de que essa rede hidrográfica se comunicaria com a Bacia do Prata. Uma formulação quase anedótica de conjectura amazônica era que o fato de que o Rio Amazonas era tributário do “Mediterrâneo Americano”, era simples de ser provado: bastava soltar uma tora de madeira na foz do referido rio que ela flutuaria para o Caribe, entraria na Bacia do Rio Mississipi, atravessaria o estado da Flórida e chegaria ao Golfo do México.³³⁵

Dentre os desdobramentos teóricos das capacidades hidrográficas da região amazônica outra característica, contudo, merece atenção: para Maury a região não era o habitat “natural” do homem branco, e sim do afro-descendente escravizado. Esses elementos próximos do determinismo geográfico, combinados com as doutrinas da predestinação divina resultaram em uma proposta de um “destino” para Amazônia. Esse destino era o povoamento massivo de escravos africanos dirigidos por brancos. E não quaisquer brancos, mas homens brancos empreendedores, capazes de explorar racionalmente a área. Tendo em vista os séculos de cerramento e o “desperdício” das potencialidades da Amazônia sob o domínio português, essa capacidade de realização parecia não ser da essência lusitana, mas era da natureza anglo-saxônica dos norte-americanos.

“Temos, pois, desde 1849, e graças ao conhecimento de uns poucos fatos, mas principalmente às suas deduções teóricas, todo um esquema traçado na mente de Maury: a Amazônia pela sua fertilidade e pela potencialidade comercial de sua bacia hidrográfica era todo um mundo inexplorado que se oferecia à capacidade empreendedora *yankee*. Poderia suportar uma enorme população – ele dirá mais tarde que será capaz de conter 2.400.000 habitantes - que deveria ser constituída de elementos da raça negra, pois de acordo com seus conceitos geográficos e raciais, a região pelo seu clima quente e úmido, era o habitat natural do africano. Só este estava adaptado para aí viver e lutar contra as forças da natureza tropical, naturalmente sob a direção e o mando do homem branco, do nórdico. (...) Só este possuía a necessária disciplina, inteligência e habilidade técnica para romper as peias que mantinham os habitantes da região tropical no isolamento e no atraso”.³³⁶

Para além das “deduções teóricas” e construções científicas de Maury sobre as capacidades naturais da Amazônia, outra base argumentativa foi bastante presente em seu discurso na apresentação de seu projeto para a região, a doutrina da predestinação divina. A realidade de isolamento da floresta era a prova que “Deus” preservara a Amazônia deserta para

³³⁵ LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...** p. 53-57.

³³⁶ LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...** p. 59-60.

um destino bastante específico: resolver os problemas do Sul dos Estados Unidos de equilíbrio racial. O vale amazônico era a válvula de escape para que os sulistas pudessem se livrar de seu excesso de população negra, salvando ao mesmo tempo sua economia e a própria instituição da escravidão.

“Preocupava-o o problema do negro nos Estados Unidos, tendo em vista que a abolição se aproximava inexoravelmente. Convencido da superioridade do branco, só podia admitir o negro na condição de escravo e nunca numa posição de igualdade. Que fazer então com essa população negra uma vez posta em liberdade e cuja multiplicação ainda poderia submergir a raça branca?”

³³⁷

Como fez Webb, mais de uma década depois, Maury, também acusava a providência divina de ter guardado a Amazônia para esse fim de manutenção da paz social e racial dos Estados Unidos. Se para Webb, entretanto, a Amazônia deveria absorver toda a população afrodescendente, extirpando-os completamente do território norte-americano, Maury buscava apenas um alívio para o eventual excesso de escravos no Sul dos Estados Unidos. Como pontua Nícia Vilela Luz sobre o pensamento de Maury: “E Deus preservara a Amazônia deserta e desocupada para que os problemas do Sul fossem resolvidos”.³³⁸ Portanto, para Maury, assim como para Webb, a providência divina apontava para a região amazônica o destino manifesto do povo dos Estados Unidos em explorá-la:

"Quem deverá povoar o grande vale do poderoso Amazonas? Ele deve ser ocupado por um povo imbecil e indolente ou por uma raça mais avançada que tenha a energia e o empreendedorismo capazes de dominar a floresta e desenvolvê-la, levando adiante os recursos que permanecem nela escondidos?".³³⁹

O projeto amazônico era, em suma, uma proposta para área de influência do Sul dos Estados Unidos, uma espécie de colônia que chamaria “República Amazônica”. A montagem dessa república, entretanto, devido à tensão política entre as regiões Norte e Sul dos Estados Unidos, como anteriormente descrito, relegava ao projeto de Maury uma impossibilidade de apoio nacional. A anexação da Amazônia cabia apenas nas concepções sociais e econômicas do

³³⁷ LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...** p. 58.

³³⁸ LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos...** p. 58.

³³⁹ "Who Shall people the Great Valley of this Mighty Amazon? Shall it be peopled with an imbecile and indolent people or by a go ahead race that has energy and enterprise equal to subdue the forest and to develop and bring forth the vast resources that lie hidden there?". Matthew Fontaine Maury em carta para William Lewis Herndon, 02/04/1850 apud HORNE, Gerald. **The Deepest South...** p. 113.

Sul escravista. De qualquer maneira, o convincente disfarce de seus planos sob a ideia de abrir o Rio Amazonas para o livre comércio internacional, chegou a interessar o Departamento de Estado do governo norte-americano para operacionalizar seu estratagema.³⁴⁰

“E, já em 1850, Maury, como um novo cruzado, movimentava-se apara impedir a máquina estatal em favor de seus planos, em benefício de seus compatriotas, da humanidade e para a glória de Deus e da cristandade. Era-lhe necessário, para levar adiante seus desígnios, um conhecimento direto e mais sólido da região, pois até então suas ideias não passavam de meras conjecturas resultantes principalmente de deduções que o exame das cartas de vento e correntes lhe proporcionara. Consegue, através do Secretário da Marinha dos Estados Unidos e apelando para as vantagens comerciais decorrentes, interessar o Departamento de Estado em seus projetos amazônicos. O objetivo dessas primeiras iniciativas era obter do Governo brasileiro a necessária licença para que uma expedição, que se dizia científica, pudesse penetrar o Amazonas”.³⁴¹

Maury, aparentemente, tinha intenções de explorar e construir a República Amazônica por conta própria, com investimento privado, através de uma companhia comercial de colonização com essa finalidade³⁴² - nos moldes da empresa que Webb propôs uma década depois. Embora de fato Maury nunca tenha ido à Amazônia ou conseguido exteriorizar seus planos, suas pretensões de explorar os recursos da região seriam realizadas através de forças privadas, organizadas em uma companhia comercial com essa finalidade. Desde o primeiro momento a orientação da política exterior brasileira era manter os Estados Unidos, e a Europa, o mais longe possível da região, o que obrigou Maury a tentar adentrar a região por meio de outros países vizinhos também tributários da bacia amazônica.

“As autoridades americanas, em sua impaciência, não estavam muito dispostas a serem submetidas às dilações da política brasileira e resolveram, mudando de tática, enviar uma expedição que, partindo do Peru, desceria o Amazonas, em vez de penetrá-lo pela foz. Julgavam assim poder dispensar o consentimento do Governo Imperial, necessitando apenas de passaportes que ministro do Brasil em Washington não poderia negar, pois (...) não havia para tanto, nenhuma objeção legal”³⁴³

A contragosto do governo brasileiro, a tal expedição, intitulada de Herndon-Gibbon - com objetivos obviamente de reconhecimento geográfico – saiu do Peru e chefiada pelo cunhado de

³⁴⁰ HORNE, Gerald. *The Deepest South...* pg. 107.

³⁴¹ LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os Negros Americanos...* p. 61.

³⁴² LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os Negros Americanos...* p. 63.

³⁴³ LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os Negros Americanos...* p. 61.

Maury, William Lewis Herndon.³⁴⁴ No mesmo ano da Expedição Herndon-Gibbon, em 1851, depois de intensas negociações com as nações fronteiriças, o Brasil terminou por celebrar uma convenção permitindo a navegação do Rio Amazonas por embarcações portando bandeiras de países ribeirinhos. Parecia impossível que essas políticas oficiais para Amazônia, tão ocupadas em manter distantes os Estados Unidos da navegação do maior rio brasileiro, mudassem tanto em uma década. Nos 1860, abertura do Amazonas para a navegação internacional foi finalmente oficializada:

"Embora a expedição [Thayer] tenha chegado ao Rio de Janeiro após o fim da Guerra Civil, tornando a faceta diplomática francamente obsoleta, Agassiz não deixou de realizar uma missão política delicada, de pressionar amigavelmente o governo brasileiro para abrir a navegação da Amazônia aos navios estrangeiros, sobretudo norte-americanos. E ele assim fez, conseguindo do Imperador a promessa de abertura da navegação, que foi realizada pelo decreto de 7 de dezembro de 1866".³⁴⁵

Webb, embora representando os interesses do Norte em plena Guerra da Secessão, propunha para o governo brasileiro a mesma coisa que Maury, ardoroso representante do Sul, tinha proposto anos antes. Assim como o Brasil resistiu à militância de Maury, parecia coerente, portanto, negar a proposta de Webb.

A persistência e agressividade de Maury para colocar em prática seus planos não foram características das negociações de Webb, mas faz-se importante notar a semelhança dos projetos em mais outro sentido não abordado até então: a questão da iniciativa privada de constituição de companhias de colonização para resolver um problema de equilíbrio sócio-racial interno aos Estados Unidos. Essa característica dos projetos de Webb e Maury, de tentar tirar da responsabilidade do governo dos Estados Unidos os custos sociais e econômicos da emancipação de escravos, talvez tenha sido primeiro percebida por ocasião da montagem do plano de migração de libertos para a Libéria, na década de 1820.

³⁴⁴ HERNDON, Lewis. *Exploration of the Valley of the Amazon, Made under direction of the Navy Department by VW Lewis Herndon and Lardner Gibbon, Lieutenants Unites States Navy*. Part 1 by Lieut. Herndon. Washington: Robert Armstrong, 1853. Ver BELL Jr., Whitfield J. *The Relation of Herndon and Gibbon's Exploration of the Amazon to North American Slavery...* pp. 496 a 499.

³⁴⁵ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Ed.). *Brazil through the Eyes of William James: Letters, Diaries, and Drawings, 1865-1866...* p. 127.

IV. Raça, Escravidão e Cidadania Negra no Brasil

Ainda que no Brasil, nos anos 1860, a instituição da escravidão fosse muito forte e muito representativa nas zonas de maior dinâmica econômica, os efeitos da resistência e agência escravas, bem como das pressões externas encabeçadas pela Grã Bretanha, resultaram na aprovação de diferentes leis de repressão ao comércio atlântico de escravos. O que se quer reforçar aqui é que apesar do discurso harmônico sobre uma suposta maior benevolência dispensada aos escravos no Brasil, os interesses das elites nacionais estavam em muitos aspectos alinhados àqueles dos centro-americanos, por exemplo, como se verá a seguir. Não eram só empresas americanas que não se desejavam no solo brasileiro. Uma década depois da aprovação da lei Eusébio de Queirós, de 1850, que tornou mais definitiva a ilegalidade da entrada de escravos africanos nos portos brasileiros,³⁴⁶ as elites nacionais se viam na necessidade de pensar em quais termos se daria, nas décadas seguintes, a complexa transição da escravidão para uma economia baseada em outras formas de trabalho não-escravo.

Os despachos de Webb a Seward mostram as supostas impressões do primeiro de que a Constituição e as leis brasileiras não colocam empecilhos jurídicos para o desenvolvimento social e político do homem negro livre. E, de fato, expressamente, o sistema jurídico que se construía no Brasil independente era bastante vago acerca das limitações legais de libertos e livre pobres. Sobre a questão da cidadania no Brasil oitocentista, emprestamos da historiadora Beatriz Gallotti Mamigonian um trecho que nos auxilia a refletir sobre as visões de Webb acerca da sociedade brasileira:

"... reconhecer o ato e alforria como o de naturalização, e assim estender a cidadania a todos os alforriados no Brasil, independente de local de nascimento. Era certamente uma interpretação bem distinta do direito exposto na Constituição de 1824, cujo artigo 6º definia como cidadãos brasileiros os nascidos no Brasil, fossem ingênuos (nascidos livres) ou libertos; os filhos de pai ou mãe brasileiros nascidos no exterior; os portugueses residentes no Brasil que tivessem aderido à causa da independência; e os estrangeiros naturalizados. Sendo todos os escravos por definição

³⁴⁶ As historiadoras Beatriz Mamigonian e Keila Gringberg, dentre outros, tem feitos importantes revisões sobre a historiografia tradicional no que toca a importância da lei de 1831 em relação à legalidade dos escravos que entram no Brasil depois de sua promulgação. Ver MAMIGONIAN, Beatriz. "In the Name of Freedom: Slave Trade Abolition, the Law and the Brazilian Branch of the African Emigration Scheme (Brazil-British West Indies, 1830-1850)". *Slavery and Abolition*, Vol. 30, No. 1, Março, 2009. E GRINBERG, Keila. "Slavery, Manumission and the Law in nineteenth-century Brazil: reflections on the Law of 1831 and the 'principle of liberty' on the southern frontier of the Brazilian empire". *European Review of History / Revue Europeenne d'Histoire*, vol. 16, p. 401-411, 2009.

não cidadãos, a Constituição admitia a concessão de cidadania aos libertos nascidos no Brasil, e deixava expressamente de fora os africanos".³⁴⁷

O trecho acima faz referência a um caso específico e traz a opinião do jurista Pimenta Bueno. Ele lança luz acerca das práticas e dos significados dessa cidadania no Brasil. Ao analisar os debates da Constituinte de 1823, Mamigonian conclui: "Venceu a interpretação moderna pela qual 'cidadão' designava os membros do corpo social que gozavam da proteção das leis do país, mesmo que nem todos estivessem habilitados a exercer direitos políticos".³⁴⁸ É possível imaginar que Webb pudesse não compreender de maneira aprofundada o funcionamento de um sistema jurídico ainda em formação. Suas impressões, em adição, estavam mediadas pela expectativa da aparência branca que muitos dos ministros brasileiros com quem tratou não pareciam ter. Destarte, em um primeiro momento, aos olhos estrangeiros de Webb, é possível que a complexa configuração racial brasileira tenha lhe causado a impressão de que aqueles supostos membros "não brancos" da elite fossem representantes das oportunidades que as vagas prescrições constitucionais potencialmente ofereciam.

Entretanto, também é possível que tais impressões sejam estratégias discursivas de convencimento para se desenvolver projetos de colonização no Brasil. Aqueles homens que ele via como "não brancos", em todas as esferas da vida pública, poderiam, em seu primeiro contato com a sociedade brasileira, parecer se tratarem de pessoas que haviam ascendido socialmente de um passado, longínquo ou não, de escravidão. Mas com alguns meses vivendo no Rio de Janeiro, em contato com uma grande variedade de escravos africanos, brasileiros, libertos e livres de variadas ocupações e inúmeras projeções sociais, Webb poderia, talvez, ter percebido que os silêncios da lei não acarretavam no desenvolvimento de uma cidadania negra. Muito menos capitaneada pelo próprio estado brasileiro. Como mencionado nos trechos citados do Despacho 17, a descrição que Webb faz da ausência de preconceito racial no Brasil pode ser interpretada como uma espécie de cidadania negra que ele parecia ver florescer, ou fingia ver.

O Brasil, profundamente escravista, pode-se dizer, operava em diferentes códigos e frequências de diferenciação racial, mas não por isso deixava de incorporar o preconceito racial desde as formas mais ostensivas até nas linguagens quase invisíveis de suas relações sociais.

³⁴⁷ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. "Razões de Direito e Considerações Políticas: Os Direitos dos Africanos no Brasil Oitocentista em Contexto Atlântico". In: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011, Porto Alegre, RS. Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011, p. 6

³⁴⁸ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. "Razões de Direito e Considerações Políticas: Os Direitos dos Africanos no Brasil Oitocentista em Contexto Atlântico"... p. 8

Talvez até por isso, as visões do Brasil apresentadas por Webb tenham sido recebidas pelo Secretário de Estado em Washington, William Seward, com bastante desconfiança, como se vê nesta nota de 21 de julho de 1862:

“você pensa que avista o dedo de Deus apontando para as províncias do norte do Brasil como a terra de promessas, descanso e reparação dos escravos hoje nos Estados do Sul desta Republica (...) Podemos facilmente acreditar que suas especulações sobre os males sociais e políticos do Brasil são justas; ainda assim, a cortesia para com esse Estado proíbe este Governo de assumir que são [as especulações] completas verdades, nem nos basear em uma proposição [elaborada por Webb] voltada ao alívio daqueles males, sem ter primeiro alguma abertura daquele império. Ademais, nós não temos o direito de assumir que o Imperador do Brasil preferiria uma casta expulsa deste país a outros possíveis fornecimentos de população para melhorar as classes trabalhadoras do império”.³⁴⁹

Voltando à resposta de Seward a Webb, os “males” a que ele se refere são:

“Você me diz que a abolição do tráfico de escravos no Brasil resultou em escassez de trabalhadores (...) Você me diz, ainda, o que a informação contemporânea confirma que, por alguma razão, a emigração da Europa para o Brasil é praticamente desconhecida; e você acrescenta que salvo se alguma medida for tomada com relação a esses males, as províncias do norte voltarão a ter a condição dos tempos coloniais e serão feitas tentativas de reviver a escravização dos índios nativos”.³⁵⁰

Ainda que tais ilusões sobre o Brasil tenham sido desconstruídas e criticadas já nas notas trocadas entre Seward e Webb, é intrigante perceber como a formação e circulação de ideias pacificadoras das tensões raciais no Brasil aparecem nas trocas de correspondência oficial entre membros da Secretaria de Estado dos Estados Unidos. A produção e circulação de ideias que descrevem as relações raciais no Brasil como harmônicas - que futuramente farão parte do

³⁴⁹ Cópia pessoal não numerada de despacho, de 21/07/1862, de Seward a Webb. UY – SAMR – JWWP, Caixa 8, pasta 98. Tradução nossa. No original: “...you think that you discern the finger of God pointing to the to the northern provinces of Brazil as the land of the promise, rest, and restoration of the slaves now in the Southern States of this Republic (...) We can readily believe that your speculations upon the social and political evils of Brazil are just; yet courtesy to the State forbids this Government from assuming their complete truth, and basing it on a proposition with a view to a relief of those evils, without having first some overture from head of that empire. Moreover, we have no right to assume that the Emperor of Brazil would prefer an expelled caste from this country to other possible supplies of population for the improvement of the laboring classes of the empire”.

³⁵⁰ Cópia pessoal não numerada de despacho, de 21/07/1862, de Seward a Webb. UY – SAMR – JWWP, Caixa 8, pasta 98. Tradução nossa. No original: “You tell me that the abolition of the African Slave-trade on the part of Brazil has resulted in producing a scarceness of labor (...) You tell me, also, what contemporaneous information confirms, that owing to some cause emigration from Europe into Brazil is practically unknown, and you add that unless some remedy is applied to these evils the northern provinces will be ex-colonial condition, and attempts will then be made to revive the enslavement of the native Indians”.

variado leque de concepções que comporão a Democracia Racial no século XX³⁵¹ - contribuem de diversas maneiras para que as múltiplas experiências de escravidão no Brasil pareçam oferecer uma alternativa menos conflituosa e menos violenta para sociedades provenientes dos contraditórios e violentos sistemas escravistas nas Américas. Mais ainda, mesmo que a resistência escrava no Brasil já tivesse atingido diversas vezes níveis extremos até o início da década de 1860, a ilusão da natureza branda das relações entre senhores e escravos parece ser constantemente alimentada e utilizada por brasileiros e estrangeiros na construção de seus discursos que se prestam aos mais variados fins.³⁵² A ilusão de certa harmonia racial aparentemente se configurou em uma ideia de propriedades tão férteis que, mesmo décadas antes da abolição, já se reproduz com rapidez e facilidade e parece começar a resignificar no discurso o valor das experiências de resistência.³⁵³

Por tudo isso, espera-se aqui ter demonstrado a particularidade do Brasil quando se fala de projetos de colonização que tenham tido sua origem nos Estados Unidos ou entre representantes norte-americanos em outros países da América. Em suma, trata-se de um espaço de relações diplomáticas específicas, cujos contornos se complicam com a Guerra de Secessão e que vê surgir, em seu seio e para além de si próprio, um discurso construído de harmonia racial que, embora se torne predominante décadas depois, é sutilmente questionado em sua própria gestação. Não obstante, nem tudo são particularidades e, como dito anteriormente, há semelhanças. Dentre elas, a que mais se destaca aos olhos é a preocupação para com a soberania nacional. De fato, esse é o fio condutor da narrativa de fracasso das propostas de colonização, não apenas na América do Sul, mas também na América Central; como se verá no capítulo a seguir.

³⁵¹ As noções sobre raça e mestiçagem que vieram a contribuir para o ideário da Democracia Racial são provenientes de múltiplos interlocutores, grupos de interesse e setores do pensamento brasileiro e estrangeiro. A obra inaugural de Gilberto Freyre “Casa Grande & Senzala”, publicada pela primeira vez em 1933, sem dúvida conferiu unidade naquele que veio a se tornar um discurso cada vez mais influente no pensamento brasileiro e sobre o Brasil. Nos Estados Unidos, a obra de Frank Tannenbaum “Slave and Citizen”, de 1947, trás para a academia de língua inglesa o tema comparativo da escravidão africana em territórios de colonização anglo-saxã e em territórios de domínio português. A tese de que os escravos dos portugueses viviam em um ambiente onde o tratamento dispensado a eles era mais brando e harmonioso deu maior dimensão aos temas e conclusões que já estavam na obra de Freyre.

³⁵² Sobre a repercussão que o Levante dos Malês teve no exterior ver REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil...** p. 518-525.

³⁵³ Ver Introdução de SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**. 9ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. AZEVEDO, Celia Maria Marinho de Azevedo. **Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites Século XIX**. 2ª Edição. São Paulo, Anna Blume, 2004, p. 134-139.

Antes, contudo, convém mencionar que a troca diplomática com o Equador conta com poucos documentos e, em termos de dinâmicas, é parecida com as notas enviadas e recebidas das nações independentes da América Central. O cônsul dos Estados Unidos em Quito, F. Hassaurek, comunicou ao seu superior, William Seward, acerca do interesse de um Sr. Benigno Malo, residente de Cuenca, de vender sua propriedade para governo dos Estados Unidos, com o objetivo que se possa nela desenvolver um projeto de colonização:

"Ele propõe de vender ao governo dos Estados Unidos, para a colonização de negros livres, alguns 50.000 acres de terra no banco esquerdo do Rio Suya, que desemboca no golfo de Guayaquil. Ele sugere que se mande um comissário para avaliar a terra que, ele afirma, é particularmente propícia para o cultivo de algodão, arroz, açúcar, gutta-percha".³⁵⁴

Como se verá, no mês de outubro de 1862, as negociações com a América Central já estavam encerradas devido a um pânico que havia se espalhado entre aquelas repúblicas de que o governo dos Estados Unidos levaria a cabo projetos de colonização, através de compra de terras, sem o consentimento dos governos locais. Talvez por essa razão a resposta de Seward seja tão curta:

"O Presidente não tem autoridade, nem por lei, nem por tratado, de custear a colonização daquela classe de pessoas, sem antes obter de forma suficiente a aceitação do país no qual tal colonização se propõe que seja levada a termo".³⁵⁵

³⁵⁴ Despacho 42, de 02/10/1862, enviado por F. Hassaurek, ministro dos Estados no Equador, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward. PRFA - LOF, p. 978. Tradução nossa. No original: "*He proposes to sell to the government of the United States, for the colonization of free negroes, some 50,000 acres of lands on the left bank of the river Suya, which disembogues into the gulf of Guayaquil. He suggests that a commissioner be sent to examine the land, which he claims to be peculiarly adapted to the cultivation of cotton, rice, sugar, coffee, gutta-percha*".

³⁵⁵ Despacho 23, de 6/11/1862, do Secretário de Estado em Washington, William Seward, ao ministro dos Estados Unidos no Equador, F. Hassaurek. PRFA - LOF, p. 979. Tradução nossa. No original: "*The President has no authority, by law or treaty, to provide for the colonization of that class of persons, except he shall first have obtained in some sufficient form an agreement from the government of the country where such colonization is proposed*".

Capítulo IV: A América Central: Raça, Imperialismo e Construção Nacional

No presente capítulo se continuará a refletir sobre alguns processos históricos relacionados ao trânsito de ideias por trás dos projetos de colonização negociados durante a Guerra da Secessão (1861-1865). Como já mencionado, tais projetos tinham o propósito de transferir mulheres e homens afro-americanos para diversos locais do Atlântico. Através de notas diplomáticas, documentos políticos do governo dos Estados Unidos, notícias de diferentes jornais, dentre outras fontes documentais, pode-se inferir que os projetos seriam levados a cabo por companhias norte-americanas e que os colonos eventualmente realocados contariam com algum tipo de proteção do governo dos Estados Unidos. O objetivo do presente capítulo é tratar especificamente das negociações com a América Central.

Como já tratado na Introdução deste trabalho, emprestamos a definição de América Central de uma nota diplomática enviada em 26 de agosto de 1862 por Antonio José de Yrisarri ao secretário de estado em Washington, William Seward: “A América Central nada mais é que a união das cinco repúblicas da Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica, sendo as duas primeiras as mais importantes devido aos tamanhos de suas populações e territórios”.³⁵⁶ Yrisarri representava diplomaticamente a Guatemala e El Salvador nos Estados Unidos.

Outra frente de negociação que fará parte do presente capítulo é a de Chiriqui que fica no atual Panamá e que, nos 1860, pertencia à atual Colômbia. Chiriqui foi a frente de negociação com maior cobertura de jornais e adentra os canais diplomáticos de forma igualmente expressiva. Assim, desenvolver-se-á a narrativa deste capítulo a partir das particularidades do interesse norte-americano na região. Faz-se importante mencionar que, desde os anos 1850, parte de Chiriqui era objeto de um contrato de concessão entre uma companhia norte-americana chamada “Companhia de Melhoramento de Chiriqui” (*Chiriqui Improvement Company*) e o governo da Costa Rica.³⁵⁷

³⁵⁶ “Despacho s/n” datado de 26.08.1862, enviado por José de Yrisarri, ministro representante da Guatemala e El Salvador nos Estados Unidos, para o secretário de estado em Washington, William Seward, p. 965. Brochuras impressas em 12 volumes disponíveis na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos sob o nome: *Executive Papers, Printed by Order of The House of Representatives, During the Third Session of the Thirty-Seventh Congress, 1862-1863: Papers Relating to Foreign Affairs*, p. 962, doravante referido como PRFA – LOF. Tradução nossa. No original: “*As Central America is nothing more than the union of Five republics of Guatemala, Salvador, Honduras, Nicaragua e Costa Rica, the two first being the most important on account of their population and extent of territory*”.

³⁵⁷ Ver PAGE, Sebastian. “Lincoln and Chiriquí Colonization Revisited”. *American Nineteen Century History*, Vol. 12, N. 3, 2001.

Como visto no capítulo anterior, os interesses norte-americanos na Amazônia brasileira aparecem na documentação cuidadosamente revestidos de argumentos de cunho filantrópico. Há, até mesmo, um esforço discursivo de mostrar que um projeto de colonização de afro-americanos para o Vale do Rio Amazonas estaria em suposta consonância com os interesses nacionais do Brasil. As negociações com a América Central, conquanto apresentem semelhanças com o caso do Brasil, também apresentam substanciais diferenças. Semelhante ao que se passava na região de Chiriqui, muitos cidadãos norte-americanos possuíam vastas propriedades em virtualmente todos os países da América Central. Como se verá, investidas armadas de “conquista” de territórios soberanos já haviam sido tentadas na região por parte de norte-americanos, à moda do filibusteiro William Walker na Nicarágua e em Honduras, poucos anos antes do início da Guerra da Secessão.

As nações centro-americanas, em meados do século XIX, enfrentavam dissidências dentre suas elites políticas e lidavam com dificuldade com os interesses estrangeiros contrários às suas ainda frágeis independências e soberanias.³⁵⁸ No tocante aos projetos de colonização, as construções discursivas acerca da suposta tolerância e harmonia raciais que compuseram a tônica principal na negociação com o Brasil, aparecem de forma diferente nas notas trocadas com Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Honduras e Costa Rica. O que salta aos olhos, na análise das fontes documentais, contudo, é a resistência e o medo das elites centro-americanas de verem seus territórios invadidos, divididos, colonizados e administrados por norte-americanos. Em adição aos discursos que comportam impressões raciais, também se analisará a forma como as questões raciais fazem parte de um violento imperialismo econômico e político dos Estados Unidos nessa região das Américas.

Os documentos permitem que se observem como aqueles que compunham o governo de Washington viam não só as relações raciais internas aos seus vizinhos ao sul, mas também sobre como as elites norte-americanas acreditavam na inferioridade racial dessas nações como um todo. Semelhante à negociação com o Brasil, no interior desses discursos sendo produzidos por agentes representando Washington, vê-se que a questão da raça também se emaranha em supostos e sutis interesses de cunho filantrópico. A forma que esse discursos humanitários toma é frequentemente relacionada ao clima tropical desses países, como "ideal" para os afro-

³⁵⁸ ANNA, Timothy. "A Independência do México e da América Central" In: BETHELL, Leslie (org) **História da América Latina**, vol 3. São Paulo e Brasília: Editora da Universidade de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 101-105.

americanos e afrodescendentes em geral. Tal pode ser visto na nota a seguir, de Andrew Dickinson, ministro dos Estados Unidos na Nicarágua, para Charles Riotte, ministro dos Estados Unidos na Costa Rica, em 10 de outubro de 1862: “Não é surpreendente que o Presidente [Lincoln] tenha voltado sua atenção para a América Central, cujo solo, clima e produtos estão tão bem adaptados ao trabalho dessas pessoas [colonos afro-americanos]”³⁵⁹.

Como mencionado, José de Yrisarri representava a Guatemala e El Salvador nos Estados Unidos. Honduras, Nicarágua e Costa Rica também cumulavam sua representação diplomática nos Estados Unidos em Luís Molinas. Tanto Molinas como Yrisarri, ainda, fazem menção a um mesmo secretário de relações exteriores, Pedro Zeledon. Em diversas trocas diplomáticas é possível encontrar anexos com orientações de Zeledon, geralmente escrevendo da Nicarágua. Quando se fala em Honduras, aqui, quer-se referir sempre à nação independente de colonização espanhola. Faz-se necessário fazer tal observação tendo em vista que o atual Belize, como será sempre chamado, é referido na documentação como Honduras Britânicas. Em contraposição à enxuta representação centro-americana nos Estados Unidos neste momento dos anos 1860, Washington tinha um ministro para cada um dos países da América Central, com exceção, aparentemente, de El Salvador. Eram eles: Elisha Oscar Crosby, baseado na Guatemala; Charles Riotte, na Costa Rica; James R. Partridge, em Honduras e Andrew B. Dickinson na Nicarágua.

I. A Região de Chiriqui: Colômbia, Panamá e Costa Rica

A região de Chiriqui, que hoje fica no Panamá, pertencia, em meados do século XIX, à Colômbia. As trocas diplomáticas com Bogotá que tratam dos projetos de colonização propostos para Chiriqui não foram arquivadas junto à correspondência diplomática, como de praxe, dentre os arquivos da Secretaria de Estado. Como visto no Capítulo II, parte da documentação relativa aos projetos de colonização se encontra arquivada junto aos papéis da Secretaria do Interior, posto que era nela que funcionava o recém aberto *Emigration Office*, sob o comando de James

³⁵⁹ Cópia de despacho s/n com datada de 10/09/1862, enviado por Andrew Dickinson, ministro dos Estados Unidos na Nicarágua, para Charles Riotte, ministro dos Estados Unidos na Costa Rica. Tal despacho se encontra como um anexo do Despacho 27 com datado de 12/09/1862, enviado por Andrew Dickinson, ministro dos Estados Unidos na Nicarágua, para o secretário de estado em Washington, William Seward. PRFA-LOF, p. 974. Tradução nossa. No original: “*It is not surprising that the President [Lincoln] turned his attention to Central America, whose soil, climate, and products are so well adapted to the labors of such persons [colonos afro-americanos]*”.

Mitchell.³⁶⁰ As negociações relativas a Chiriqui, ao que tudo indica, tampouco se encontram nos arquivos da Secretaria do Interior. Deste modo, se utilizará das menções a essa frente de negociação a partir de outras notas diplomáticas trocadas com a América Central. Parte do território de Chiriqui, como se verá adiante, era objeto de disputa de fronteira entre a Costa Rica e a atual Colômbia. Assim, faz-se menção ao interesse dos Estados Unidos na região em diversas trocas com a Costa Rica, dentre outros.

Em seu artigo "*Lincoln and Chiriquí Colonization Revisited*", baseado em sua pesquisa de doutorado, Sebastian Page não só problematiza as razões que explicam a documentação desta frente de negociação não estar disponível dentre os papéis da Secretaria de Estado em Washington, como faz referência à hipótese do historiador Thomas Schoonover, em seu artigo "*Misconstrued Mission: Expansionism and Black Colonization in México and Central America During Civil War*".³⁶¹ Schoonover propõe a tese de que a forma que projetos de colonização tomariam assustava mais os governos centro-americanos do que, talvez, o fato de os colonos serem de descendência africana. Tal premissa de Schoonover mostrou-se fértil no sentido de esclarecer a importância que os governos centro-americanos dispensavam ao modo como os colonos afro-americanos supostamente chegariam aos seus territórios nacionais.

“Ainda que representantes na América Central e seus homólogos em Washington destacassem que aqueles países considerariam a imigração em massa de afro-americanos indesejável, Schoonover reconhece que isso se explicaria menos pelo simples racismo e mais por conta do medo de que a introdução de um elemento cultural amplamente estrangeiro poderia causar instabilidade, convidar à intervenção em prol desses grupos e, consequentemente, ameaçar a independência política da América Central”³⁶².

O suporte que embasou a hipótese compartilhada por Schoonover e Page tem base na documentação da Secretaria de Estado a que se teve acesso. Um exemplo é o trecho a seguir, que

³⁶⁰ MAGNESS, Phillip W. "James Mitchell and the Mystery of the Emigration Office Papers". *Journal of the Abraham Lincoln Association*, Vol 32, N. 2, 2011, pp. 50-51. Ver também MITCHELL, James (Emigration Office). **Report on Colonization and Emigration: Made to the Secretary of the Interior**. Edição fac-similar. Charleston: BiblioBazaar, 2010, doravante referido como Relatório Mitchell.

³⁶¹ SCHOONOVER, Thomas. "Misconstrued Mission: Expansionism and Black Colonization in México and Central America During Civil War". *The Pacific Historical Review*, Vol. 49, No 4, 1980

³⁶² PAGE, Sebastian. "Lincoln and Chiriquí Colonization Revisited"... p. 292. "*Though U.S. ministers to Central America and their opposite numbers in Washington stressed that those countries would consider mass African American immigration undesirable, Schoonover reckons that this was less to do with simple racism, and more about a fear that the introduction of a large culturally foreign element would cause instability, invite intervention on such groups' behalf, and consequently threaten Central American political independence*".

trata de uma nota enviada por Elisha Crosby, ministro dos Estados Unidos na Guatemala, ao secretário de estado em Washington, Wiliam Seward, em 6 de maio de 1862:

“Eu asseguro confiantemente que o Presidente Carrera, pessoalmente, seria a favor desse projeto. E é uma grande vantagem ter sua cooperação, se um arranjo como esse fosse desejado, pelo governo dos Estados Unidos com o da Guatemala (...) E isso poderia ser feito em conexão com os libertos dos Estados Unidos, assim duas boas coisas poderiam ser feitas de uma só vez. E se você assim o desejar, eu dedicaria a esse trabalho meus mais sinceros esforços, firmemente crendo que ele pode ser realizado com sucesso”³⁶³

Como é possível perceber, nesse momento, Crosby aparenta ter bastante confiança no apoio do presidente José Rafael Carrera Túrcios no que tange os projetos de colonização. É bastante possível que o ministro norte-americano mantivesse algum tipo de proximidade com os altos círculos do poder político na Guatemala. Não se pode esquecer que, contudo, nenhum projeto de colonização proposto para a América Central ou Chiriqui se concretizou. A tese de Schoonover, assim, atribui a negativa final dos centro-americanos ao medo da forma como esses projetos seriam potencialmente levados a cabo. Na mesma nota citada acima, Crosby oferece ainda análises políticas e geográficas sobre a Guatemala e, ao sugerir um local específico para um eventual projeto de colonização, atenta:

“Além disso, qualquer supervisão que nosso governo considere necessária pode ser convenientemente realizada nesses lugares (...) Com toda deferência eu submeto se o estabelecimento de uma colônia como essa nos pontos indicados não teria o efeito de direcionar o comércio desse país consideravelmente em direção aos Estados Unidos e aumentar materialmente a influência de nosso governo na configuração futura da política tanto da Guatemala quanto de seus Estados fronteiriços, além de permitir verificar, sem causar ofensas, as futuras invasões da colônia inglesa do Belize ao território da República da Guatemala”³⁶⁴.

³⁶³ Despacho de número 12 datado de 06/05/1862, enviado por Elisha Crosby, ministro dos Estados Unidos na Guatemala, ao secretário de estado em Washington, Wiliam Seward. PRFA-LOF, p. 951. Tradução nossa. No original: *"I confidently assure you that President Carrera would personally favor this project. And it is a great point gained to have co-operation, if such an arrangement were desired, by the government of the United States with this of Guatemala (...) And may not this be done in connection with the colonization of free blacks from United States, whereby two good things may be done at one and the same time. And should you so direct, I would give this work my most hearty efforts, firmly believing it can be accomplished with every success"*.

³⁶⁴ Despacho de número 12, de 06/05/1862, enviado por Elisha Crosby, ministro dos Estados Unidos na Guatemala, ao secretário de estado em Washington, Wiliam Seward. PRFA-LOF, p. 953. Tradução nossa. No original: *"Besides, whatever supervision our government might deem necessary could be conveniently given at these places (...) With every deference I submit whether the establishment of such a colony at the points indicated would not have the effect to divert the trade of this country very much towards the United States, and materially increase the influence of our government in shaping the future policy of Guatemala as well as the adjoining States, besides checking, without*

Os interesses imperialistas dos norte-americanos, nesse sentido, aparecem de forma bastante clara. Crosby, como agente imperial, não só aparentava ter bom conhecimento sobre o território da Guatemala, como reportava ao seu superior dados que, provavelmente, forneceriam informações acerca das melhores maneiras de garantir a influência política e econômica dos Estados Unidos no país. As formas que tais projetos de colonização tomariam, assim, causavam justas preocupações às elites políticas centro-americanas. Outro ponto que merece atenção no trecho acima é a disputa por influência política com as potências europeias. Adiante, quando se tratar das zonas de istmo, a concorrência entre interesses norte-americanos e europeus ficará ainda mais clara.

Voltando à forma que tomariam os projetos de colonização, é possível depreender do excerto acima que os afro-americanos que seriam eventualmente transportados para a Guatemala, por exemplo, trabalhariam sob algum tipo de supervisão do governo dos Estados Unidos. Washington, em contrapartida, garantiria aos colonos certa proteção não só ao *status* de liberdade, como também alguns direitos civis e políticos. Essa questão aparece no *Second Confiscation Act*, de 17 de julho de 1862:

“Que se promulgue que o presidente dos Estados Unidos está a partir daqui autorizado a prover transporte, colonização e assentamento, em algum país tropical além dos limites dos Estados Unidos, de tais pessoas da raça Africana, libertos pelas provisões desse ato, que desejem imigrar, tendo antes obtido o consentimento do governo do dito país para sua proteção e assentamento no mesmo, com todos os direitos e privilégios dos homens livres”.³⁶⁵

Sobre tais proteções e garantias é interessante notar que o tema aparece em diferentes documentos, mas o documento mais contundente sobre o assunto é, talvez, o discurso de

cause of offense, the future encroachments of the English colony of Belize upon the territory of the republic of Guatemala”.

³⁶⁵ McPHERSON, Edward. **The Political History of the United States of America During the Great Rebellion: From November 6, 1860, to July 4, 1864 (including classified summary of the legislation of the second session of the Thirty-Sixth Congress, the Three Sessions of the Thirty-Seventh Congress, with the Votes Thereon, and the important Executive, Judicial, and Politico-Military Facts of that Eventful Period; Together with the Organization, Legislation, and General Proceedings of the Rebel Administration. By Edward McPherson of Gettysburg, Pennsylvania, Clerk of the House of Representatives of the U. S.** Washington, New York: Philip & Solomons, D. Appletten & Co, 1864. p. 275. Baixado como ebook em 30/02/2012, no endereço: <https://archive.org/details/politicalhistory00inmcp>. Tradução nossa. No original: “*That the President of the United States is hereby authorized to make provision for the transportation, colonization, and settlement, in some tropical country beyond the limits of the United States, of such persons of the African race, made free by the provisions of this act, as may be willing to emigrate, having first obtained the consent of the government of said country to their protection and settlement within the same, with all the rights and privileges of freemen*”.

Abraham Lincoln para um grupo de "homens de cor", recebidos na Casa Branca em 14 de agosto de 1862:

“As questões políticas na América Central não estão exatamente nas condições satisfatórias que eu gostaria. Há facções discordantes nesse caso, mas é verdade que tais facções concordam quando o assunto é colonização, e a querem, e são todas mais generosas do que nós. Eles não têm objeções à sua raça. Além disso, eu me empenharia para fazer de vocês iguais e para ter garantias de que vocês seriam iguais aos melhores”.³⁶⁶

Faz-se importante apontar que as observações do presidente são pouco elogiosas e, em larga medida, invasivas no que tange à situação política das nações independentes da América Central. Há também certo tom de "certeza" de que as elites centro-americanas seriam unânimes no tocante ao tema da colonização de afro-americanos. Mais adiante se verá que tal tema se mostrou bastante mais complexo. De qualquer maneira, o trecho escolhido do discurso de Lincoln trata abertamente da ausência de qualquer objeção ao fato de os colonos serem afrodescendentes. A igualdade da qual gozariam os afro-americanos, desse modo, aparece no discurso quase que como uma consequência “natural” dessa ausência de preconceito. A ausência de preconceito não se encontra de forma alguma nas trocas diplomáticas onde se pode ver mais diretamente a opinião dos centro-americanos sobre o assunto. Tampouco a promessa de igualdade encontra qualquer eco nas observações dos ministros norte-americanos vivendo nesses países. Nesse sentido, faz-se importante notar que este discurso de Lincoln pode ser interpretado como uma tentativa de angariar voluntários para os projetos de colonização, como vemos neste outro trecho:

“O aspecto prático de que quero ter certeza é se eu conseguiria o número suficiente de homens fisicamente capazes, com suas esposas e filhos e que estejam dispostos a ir, quando eu apresentar evidências de encorajamento e proteção. Conseguiria eu cem homens toleravelmente inteligentes, com suas esposas e filhos para “cortar sua própria forragem”, por assim dizer? Conseguiria eu cinquenta? Se eu puder encontrar vinte e cinco homens fisicamente capazes com uma mistura de

³⁶⁶ LINCOLN, Abraham. "Address on Colonization to a Committee of Colored Man, Washington, D.C. August, 14th, 1862" Relatório Mitchell, p. 6. Tradução nossa. No original: "*The political affairs in Central America are not in quite as satisfactory condition as I wish. There are contending factions in that quarter; but it is true all the factions are agreed alike on the subject of colonization, and want it, and are more generous than we are here. To your colored race they have no objection. Besides, I would endeavor to have you made equals, and have the best assurance that you should be the equals of the best*".

mulheres e crianças, algo bom relacionado à família, eu acho que eu poderia ter um início auspicioso”.³⁶⁷

Embora as construções discursivas de Lincoln se mostrem contrárias a uma expressiva parte do conteúdo encontrado em diversos outros documentos, é possível compreender esta tônica de certeza acerca da inclusão social dos afro-americanos na América Central a partir de pelo menos duas hipóteses. A primeira decorre da inserção social dos ministros norte-americanos nas elites políticas da América Central que, ao fim, eram representativas do poder de influência dos Estados Unidos em cada um dos países. Como visto, Crosby, na Guatemala, faz referência ao presidente daquela nação em sua nota a William Seward de 6 de maio de 1862, “garantindo” o apoio político necessário para que projetos de colonização se desenvolvessem na costa atlântica do país. Em adição, o representante dos Estados Unidos na Costa Rica, Charles Riotte, enviou a Seward em 15 de maio de 1862 um despacho contendo uma tradução de uma nota que Riotte havia recebido de um senhor Francisco Iglesias. A nota de Iglesias é clara:

“Senhor: meu governo, informado do ato legislativo que autoriza o Presidente dos Estados Unidos a gastar certa soma para assistir na colonização e no assentamento de escravos emancipados que possam desejar emigrar para outros países e desejoso de se aproveitar do fato de que o Congresso dessa república está em sessão, pede que a autoridade reserve uma parte do território de nossas costas para a fundação de uma colônia e para entrar em todos os arranjos ligados ao projeto, com o desejo subscrito, portanto, de saber qual pode ser a disposição do governo dos Estados Unidos em relação a esse assunto, para poder adotar ou omitir o passo supracitado e, para esse fim, eu me dirijo ao senhor, desejando que a declaração acima seja posta perante seu governo”.³⁶⁸

³⁶⁷ LINCOLN, Abraham. "Address on Colonization to a Committee of Colored Man, Washington, D.C. August, 14th, 1862". Relatório Mitchell, p. 7. Tradução nossa. No original: *"The practical thing I want to ascertain is whether I can get a number of able-bodied men, with their wives and children, who are willing to go, when I present evidence of encouragement and protection. Could I get a hundred tolerably intelligent men, with their wives and children, to 'cut their own fodder,' so to speak? Can I have fifty? If I could find twenty-five able-bodied men, with a mixture of women and children, good things in the family relation, I think I could make a successful commencement"*.

³⁶⁸ Tradução anexada de nota com a data 15/05/1862, enviada por Francisco Iglesias para Charles Riotte, ministro dos Estados Unidos na Costa Rica. O anexo foi junto ao despacho 33 datado de 15/05/1862, enviado por Charles Riotte, ministro dos Estados Unidos na Costa Rica, ao secretário de estado em Washington, William Seward. PRFA-LOF, 955. Tradução nossa. No original: *"Sir: my government, informed of the legislative act authorizing the President of the United States to expend a certain sum to assist the colonization and settling of emancipated slaves who might wish to emigrate to other countries, and desirous of taking advantages of the congress of this republic being in session to ask for authority to set aside a part of the territory of our coasts for the foundation of a colony, and to enter into all arrangements pertaining to the project, the undersigned wishes, therefore, to know what may be the disposition of the government of the United States in this matter, in order to adopt or omit the above stated step, and I to this end address you, with the request to be pleased to lay the above statement before your government"*.

Assim, nesse começo das negociações, havia aparentemente interesse de pelo menos alguns setores das elites da Guatemala e da Costa Rica em receber trabalhadoras e trabalhadores afro-americanos. Ao proferir seu discurso de 14 de agosto de 1862, para uma comunidade de afro-americanos na Casa Branca, Lincoln muito provavelmente tinha conhecimento do trabalho que seus ministros estavam desenvolvendo no sentido de conseguir apoio dos governos centro-americanos para os projetos de colonização. A questão da igualdade e da inserção social, contudo, conquanto não apareçam nos relatórios dos ministros norte-americanos na América Central, é algo que aparece mais evidentemente como uma espécie de promessa pouco sutil de que o governo dos Estados Unidos interviria nas repúblicas centro-americanas em favor de seus colonos. É possível pensar, assim, de que se tratava de uma igualdade imposta pelos Estados Unidos.

A segunda hipótese para embasar o tom de certeza que Lincoln parece demonstrar em seu discurso se relaciona com as especificidades da história da região de Chiriqui. Faz-se necessário adiantar que parte da região de Chiriqui havia sido objeto de um contrato de concessão do francês Gabriel Lafond de Lurcy e seus associados com o governo da Costa Rica, em 1849. Na década de 1850 tal concessão passou para as mãos do norte-americano Ambrose Thompson e seus associados que formaram a *Chiriqui Improvement Company*. Segundo o historiador Paul Scheips, tal contrato tratava expressamente da necessidade de colonização da área:

“... foi apenas em meados do século XIX que se notou devidamente a região a que a Lagoa [Lagoa do Chiriqui] dava acesso e que se realizaram esforços no sentido de explorá-la. O primeiro desses esforços foi em 1849, quando Gabriel Lafond (de Lurcy) (...) obteve da Costa Rica uma grande extensão de terra com propósitos colonizadores”.³⁶⁹

A região de Chiriqui, no tocante ao desenvolvimento de ligações entre os oceanos Atlântico e Pacífico, foi bastante disputada nos anos 1850 não apenas por companhias norte-americanas, mas por agentes comerciais provenientes da França e Inglaterra, dentre outros. Em comunhão com a concessão de considerável parcela de terras, a empresa de Lafond ainda conseguiu financiamento para desenvolver uma rota de ligação interoceânica por terra e para a

³⁶⁹ SCHEIPS, Paul J. "Gabriel Lafond and Ambrose W. Thompson: Neglected Isthmian Promoters". *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 36. N. 2 (maio, 1956), p. 212. Tradução nossa. No original: "...it was not until the mid-nineteenth century that much notice was taken of the region to which the Lagoon [Chiriqui Lagoon] was one gateway and efforts were made to explore it. The first of these was made in 1849, when Gabriel Lafond (de Lurcy) (...) obtained from Costa Rica the grant of a great tract of land for colonization purposes".

exploração de áreas cultiváveis e das minas de carvão por colonos a serem desembarcados na costa atlântica.³⁷⁰ Os documentos, ou mesmo a bibliografia específica, não fazem menção específica sobre quem seriam os colonos, mas o mesmo artigo de Paul Scheips contém o seguinte: “Abolicionistas foram incentivados a emigrar para tal colônia posto que se tinha declarado que a instituição da escravidão não existiria lá”. É possível interpretar que por “abolicionistas”, o autor esteja se referindo a afrodescendentes engajados na resistência à escravidão e na luta pelas abolições. Se esse for o caso, é possível supor que antes das negociações dos projetos de colonização negociados durante a Guerra de Secessão, já se pensasse na região de Chiriqui como um lugar a ser explorado por mão de obra africana ou afrodescendente.

Como já foi tratado, e também se aparecerá no capítulo seguinte, a exploração de redes de relações e transporte de africanas e africanos interceptados no tráfico ilegal, majoritariamente pela esquadra inglesa, havia crescido e desembarcado em diversos locais das Américas, como mão de obra “livre”.³⁷¹ Para além de projetos à moda dos projetos de colonização negociados durante a Guerra de Secessão, que visavam realocar e redistribuir trabalhadores afrodescendentes vivendo nas Américas, existem também esses “novos negros da África”. Tal termo é de Rosanne Marion Adderley e se refere a esses grupos de interceptados do tráfico que passam a ser redirecionados como trabalhadores livres para engrossar a camada trabalhadora de diversas economias americanas.³⁷²

Para além das duas hipóteses até agora levantadas, no tocante ao temor das elites políticas centro-americanas acerca da forma que potencialmente tomariam os projetos de colonização, faz-se importante, ainda, incluir em nossa reflexão sobre Chiriqui o fato de que se tratava de uma região em disputa de fronteiras entre Costa Rica e a atual Colômbia. Pode-se perceber tal disputa no trecho a seguir, retirado de uma nota de Luis Molinas, representante da Costa Rica, Nicarágua

³⁷⁰ SCHEIPS, Paul J. “Gabriel Lafond and Ambrose W. Thompson”... p 212.

³⁷¹ Ver MAMIGONIAN, Beatriz G. “In the Name of Freedom: Slave Trade Abolition, the law and the Brazilian Branch of the African Emigration Scheme (Brazil-British West Indies 1830s-1850s)”. *Slavery and Abolition*, Vol. 30, N. 1, Março de 2009, pp. 41 e 42. O referido artigo trata justamente do transporte de africanos e africanas interceptados no tráfico ilegal de escravos. O foco do artigo é a participação do Brasil em tais redes, mas se pode compreender de maneira bastante mais completa como funcionavam tais estratégias.

³⁷² Ver capítulo 1 de ADDERLEY, Rosanne Marion. **New Negroes From Africa: Slave Trade Abolition and Free African Settlement in the Nineteenth-Century Caribbean**. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, 2006.

e Honduras nos Estados Unidos, para o secretário de estado em Washington, William Seward, de 19 de setembro de 1862:

“Na mesma conferência, tendo eu me confinado à colonização do Chiriqui, baseado em certas concessões de terras e minas feitas no ano de 1854, pela província de mesmo nome na Nova Granada ao Sr. Ambrose W. Thompson e a outros, agora representados por ele ou pela associação chamada de *Chiriqui Improvement Company*, eu tive a honra de levar ao conhecimento de V. Senhoria que as ditas concessões se relacionam a territórios que, em sua maior parte, pertencem inquestionavelmente à Costa Rica, na posse pacífica e imperturbável de quem agora se encontram, e que o balanço está envolvido em seus títulos, pertence a eles por direito, e é a causa da questão das fronteiras, ainda pendente entre a Costa Rica e a Nova Granada; e que, portanto, as mesmas concessões feitas por uma autoridade estrangeira de propriedade da Costa Rica ou de terras em disputa que ela reclama sob títulos válidos são, evidentemente, nulas e sem valor”.³⁷³

Antes de darmos continuidade à análise do interesse norte-americano em Chiriqui, é necessário reiterar que a atual Colômbia, no início dos anos 1860, também estava em guerra civil. Desde sua independência, a região que hoje se chama de Colômbia passou por diversas mudanças políticas e também de fronteiras. Desde o início da década de 1830, a recém-formada República de Nova Granada enfrentou resistências regionais e locais que, grosso modo, desafiavam o poder federal com a capital em Bogotá. Em 1858, formou-se a Confederação Granadina, que abarcava diferentes Estados soberanos unidos sob a forma federativa. Entretanto, conflitos entre o governo central, sob o presidente Mariano Ospina Rodríguez, e as lutas locais e regionais por mais autonomia levou o país a entrar em guerra civil. O cenário político desta região, por todo o século XIX, é bastante complexo e não pôde ser estudado com o cuidado merecido. Mas nos interessa pensar que a oposição entre conservadores, representados pela Confederação Granadina, e liberais, liderados pelo ex-presidente Tomás Cipriano de Mosquera, terminou com a dissolução da Confederação Granadina e instituiu os Estados Unidos da Colômbia, em 1863. Dentre as tantas províncias, estados e distritos que buscavam maior

³⁷³ Despacho s/n datado de 19/09/1862, de Luis Molinas, ministro representante da Costa Rica, Nicarágua e Honduras nos Estados Unidos, ao secretário de estado em Washington, William Seward. PRFA – LOF , p. 962. Tradução nossa. No original: “*At the same conference, confining myself to the colonization of Chiriqui, based upon certain concessions of lands and mines made in the year 1854 by the province of the same name in New Granada to Mr. Ambrose W. Thompson and to others, now represented by him or by the association called “Chiriqui Improvement Company”, I had the honor to make known to your excellency that said concessions relate to territories which, for the most part, unquestionably belong to Costa Rica, in whose peaceable and undisturbed possession they now are, and the balance is involved in its titles, belongs to it by right, and is the cause of question of boundaries, still pending between Costa Rica and New Granada; and that, therefore, the same concessions made by a foreign authority of the property of Costa Rica, or disputed lands which she claims under valid titles, are evidently null and without value*”.

autonomia, a Província de Chiriqui era uma delas. Assim, podemos inferir que a instabilidade política daquele momento é um fator que teve de ser levado em conta nas negociações com Washington.³⁷⁴

“As relações dos Estados Unidos com a Colômbia e a região mais ampla provavelmente já estava consideravelmente presente na mente da administração. Isto porque a colonização no Chiriqui enfrentava ainda outro fator complicador, além da disputa entre a Colômbia e a Costa Rica: a primeira acabara de passar por uma revolução e tinha dois conjuntos de representantes nos Estados Unidos (...) Como a questão se colocava em 1862, contudo, a administração de Lincoln se recusava a reconhecer o novo regime (...) Para animar um pouco mais as coisas, o ministro *de jure* nos Estados Unidos, Pedro Herrán, era, na verdade, genro do presidente *de facto*, Mosquera, e tinha sido originalmente nomeado por ele. Por outro lado, um dos agentes da missão do novo regime nos Estados Unidos, Francisco Párraga, estava na lista de beneficiários da *Chiriqui Improvement Company*, além de ser amigo pessoal de Thompson”.³⁷⁵

Neste trecho, Page cita Pedro Herrán, genro de Mosquera, que foi ministro plenipotenciário da atual Colômbia nos Estados Unidos até 1863 e depois na Costa Rica. Embora tivesse sido escolhido pela Confederação Granadina, continuou representando os Estados Unidos da Colômbia. Francisco Párraga foi *Chargé D’Affaires* interino nos Estados Unidos em 1864, representando o novo regime colombiano. Por fim, Page ainda cita Thompson. Trata-se de Ambrose Thompson, que fazia parte da *Chiriqui Improvement Company* que desde 1858, pelo menos, tentava negociar com o governo dos Estados Unidos algum tipo de contrato para a utilização de suas terras no atual Panamá.³⁷⁶

³⁷⁴ DEAS, Malcolm. "A Venezuela, a Colômbia e o Equador: O Primeiro Meio Século de Independência". In: BETHELL, Leslie (org) **História da América Latina**, vol 3. São Paulo e Brasília: Editora da Universidade de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 529-530.

³⁷⁵ PAGE, Sebastian. "Lincoln and Chiriquí Colonization Revisited"... p. 292. Tradução nossa. No original: "*U.S. relations with Colombia and the wider region likely weighed heavily on the administration's mind already. For colonization in Chiriquí faced another complicating factor, additional to the dispute between Colombia and Costa Rica: the former had just undergone a revolution and had two sets of representatives in the United States (...) As matters stood in 1862, however, the Lincoln administration refused to recognize the new regime (...) Just to liven things up, the de jure minister to the United States, Pedro Herrán, was actually the son-in-law of the de facto president Mosquera, and had initially been his appointee. On the other side, one of the agents of the new regime's mission to the United States, Francisco Párraga, was in the pay of the Chiriqui Improvement Company, as well as quite close to Thompson personally*".

³⁷⁶ SCHEIPS, Paul J. "Buchanan and the Chiriqui Naval Station Sites". *Military Affairs*, Vol. 18, N. 2, 1954, p. 66.

II. Istmo e Imperialismo

A região de Chiriqui, no atual Panamá, já vinha sendo discutida no interior do governo dos Estados Unidos antes da Guerra de Secessão e dos projetos de colonização negociados na década de 1860. Tratava-se de uma região onde norte-americanos tinham propriedades e já vinham negociando diretamente com Washington desde a administração do presidente James Buchanan (1856-1861)³⁷⁷. As primeiras negociações iniciadas pelos proprietários da *Chiriqui Improvement Company*, antes da Guerra da Secessão, envolviam estudos sobre as possibilidades de se desenvolverem passagens entre os oceanos Atlântico e Pacífico através da bacia e do lago Chiriqui. Concomitantemente, a extensa propriedade da *Chiriqui Improvement Company* passou a ser negociada para que se tornasse um entreposto da Marinha norte-americana. No Governo Lincoln, mais tarde, quis-se negociar a colonização de afro-americanos na região.³⁷⁸ O interesse em Chiriqui, assim, inter cruzou diversos interesses norte-americanos na região que irão se fazer perceber não só na independência do Panamá da Colômbia, anos mais tarde, mas principalmente em parte da construção, compra e administração do Canal do Panamá por parte dos Estados Unidos décadas depois.³⁷⁹

“Localizada, grosso modo, entre a Baía do Almirante e a Lagoa de Chiriqui no Mar do Caribe e entre o Golfo do Chiriqui e o Golfo Dulce no Oceano Pacífico, está a região de Chiriqui do Istmo Americano. A fronteira internacional que a divide só foi estabelecida definitivamente em 1941, fato que ajudou a complicar a vida de cidadãos de outros países que tentavam explorar a região. Hoje, o Golfo Dulce e a terra que o cerca está na província da Costa Rica de Puntarenas, enquanto que a Baía do Almirante e a Lagoa do Chiriqui estão na província do Panamá de Bocas del Toro. Esse arranjo *de jure* é praticamente o mesmo que aquele *de facto* que existia, ainda que sem protestos, durante o século XIX”.³⁸⁰

³⁷⁷ SCHEIPS, Paul J. "Buchanan and the Chiriqui Naval Station Sites"... pp. 64-80.

³⁷⁸ SCHEIPS, Paul J. "Gabriel Lafond and Ambrose W. Thompson". *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 36, N. 2, Maio de 1956, pp. 211 a 228.

³⁷⁹ SCHEIPS, Paul J. "Gabriel Lafond and Ambrose W. Thompson"... p. 224-228.

³⁸⁰ SCHEIPS, Paul J. "Gabriel Lafond and Ambrose W. Thompson"... 211. Tradução nossa. No original: "*Lying roughly between Almirante Bay and the Chiriqui Lagoon on the Caribbean Sea and the Gulf of Chiriqui and Gulf Dulce on the Pacific Ocean is the Chiriqui region of the American Isthmus. The international boundary which divides it was not established definitively until 1941, a fact that helped to complicate affairs of citizens of third states who attempted to exploit the region. Today Gulf Dulce and the land surrounding it are in Costa Rica's Province of Puntarenas, while Almirante Bay and Chiriqui Lagoon are in Panama's province of Bocas del Toro. This de jure arrangement is nearly the same as the de facto arrangement that existed, although not without protest, during the nineteenth century*".

O trecho acima foi retirado do mesmo artigo já citado, publicado por Paul Scheips, em 1956. O que se gostaria de destacar novamente é que a disputa de fronteiras em Chiriqui entre a Colômbia e a Costa Rica e, mais tarde, de um Panamá independente e a Costa Rica não foi algo resolvido rapidamente. O interesse norte-americano na região, durante a Guerra de Secessão, teve que enfrentar os sérios riscos de definição de fronteiras que aquela região abarcava. Apesar dessa característica aparentemente desencorajadora da região, o projeto de Chiriqui foi dos que apareceu de maneira mais proeminentemente em manifestações oficiais de Lincoln e por isso, dentre muitas outras razões, foi amplamente divulgado na cobertura jornalística das negociações dos projetos de colonização. Ainda que muitas outras regiões estivessem sendo sondadas pelos ministros norte-americanos, o interesse em Chiriqui parece ter sido essencial para o desconforto político-diplomático entre os Estados Unidos e os países da América Central.³⁸¹ A seguir destacamos um trecho do mesmo discurso de Lincoln de 14 de agosto de 1862:

“O lugar sobre o qual estou pensando para uma colônia é a América Central. É mais próximo de nós do que a Libéria – não muito mais do que quarto vezes mais perto do que a Libéria e acessível em sete dias – usando barcos a vapor. Ao contrário da Libéria, [esse lugar] está em uma excelente linha de viagem – trata-se de uma via expressa. O país é excelente para qualquer povo, e com grandes recursos e vantagens naturais, especialmente por conta da similaridade do clima com sua terra nativa; destarte sendo adequado à sua condição física. O lugar que eu tenho em vistas será uma grande via expressa entre o Atlântico ou o Mar do Caribe e o Oceano Pacífico, e esse lugar em particular, tem todas as vantagens para uma colônia. Em ambos os lados há portos entre os melhores do mundo”.³⁸²

Embora a região de Chiriqui não apareça de forma explícita, a descrição feita por Lincoln deixa pouco espaço para dúvidas. Em nota de 14 de setembro de 1862, enviada pelo ministro norte-americano na Costa Rica, Charles Riotte, ao Secretário de Estado em Washington, William Seward, percebemos como se sabia que Lincoln se referia a Chiriqui:

³⁸¹ BECK, Warren "A. Lincoln and Negro Colonization in Central America". *Abraham Lincoln Quarterly*, Vol. 6, N. 3, 1950, pp. 162 – 194.

³⁸² Relatório Mitchell, p. 7-8. Tradução nossa. No original: "*The place I am thinking about having for a colony is in Central America. It is nearer to us than Liberia - not much more than one-fourth as far as Liberia, and within seven days' - run by steamers. Unlike Liberia it is on a great line of travel - it is a highway. The country is a very excellent one for any people, and with great natural resources and advantages, and especially because of the similarity of climate with your native land; thus being suited to your physical condition. The particular place I have in view is to be a great highway from the Atlantic or Caribbean Sea to the Pacific Ocean, and this particular place has all the advantages for a colony. On both sides there are harbors among the finest in the world*". (Grifos nossos)

“O discurso feito, no dia 14 do ultimo mês, pelo Presidente dos Estados Unidos a um comitê de pessoas de cor, como reportado nos jornais recentemente, e particularmente a passagem em que ele aponta para a América Central como sua escolha para o estabelecimento de libertos e descreve o lugar particular como sendo ‘uma via expressa entre o Atlântico ou o Mar do Caribe e o Oceano Pacífico, que possui em ambos os lados portos entre os melhores do mundo, ricos em minas de carvão’ &c., &c., gerou grande sensação e é o tema geral das conversas aqui. Pessoalmente, eu não acho que a opinião predominante esteja longe da verdade quando considera que esse lugar seja o Istmo do Chiriqui entre a lagoa de mesmo nome, comumente chamada de ‘Boca del Toro’ no Atlântico e de ‘Golfo Dulce’ do lado do Pacífico. E, de fato, eu acho que essa seleção é admirável, baseado no que pude apurar de fontes confiáveis sobre a disposição geral e a topografia daquele país”.³⁸³

Os estudos mais aprofundados e, também, os mais atuais sobre as negociações de Chiriqui são de Sebastian Page, em seu artigo, bem como no livro publicado em coautoria com Phillip Magness "*Colonization After Emancipation*".³⁸⁴ O foco dos dois autores é refletir sobre os trâmites políticos envolvendo especificamente a participação de Lincoln, bem como as percepções do presidente acerca do tema da colonização de afro-americanos. As mesmas - e rarefeitas - fontes sobre essa frente de negociação já haviam sido utilizadas preliminarmente por trabalhos pioneiros sobre o tema, como o do historiador Frederic Bancroft, em 1917, os artigos de Warren Beck e Paul Sheips, da década de 1950 e, ainda, os trabalhos de Thomas Schoonover de 1980.³⁸⁵ Magness e Page, contudo, debruçaram-se sobre o esforço de repensar essas mesmas fontes e as confrontar com algumas outras fontes documentais, tais como os arquivos pessoais de diversos secretários da administração de Lincoln, já que as negociações com a *Chiriqui*

³⁸³ Despacho de número 47, datado de 14/09/1862, enviado por Charles Riotte, ministro dos Estados Unidos na Costa Rica, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward., PRFA-LOF, p. 957. Tradução nossa. No original: "*The speech which, on the 14th of last month, the President of the United States made to a committee of colored people, as reported in the latest papers, and particularly that part of it which points to Central America as his choice for the settlement of colored freedmen, and describes the particular spot to be 'a highway from the Atlantic or the Caribbean sea to the Pacific ocean, to possess on both sides harbors among the finest in the world, rich coal mines,' &c., &c., has created a deep sensation, and is the theme of general comment here. I don't myself think the prevailing opinion far from the mark when it considers this spot to be the Isthmus of Chirique, between the laguna of that name, commonly called 'Boca del Toro' on the Atlantic, and 'Golfo Dulce', on the Pacific side. And, indeed, I look upon this selection as an admirable one from all I can gather from trustworthy persons on the general character and topography of that country*".

³⁸⁴ MAGNESS, Phillip W. e PAGE, Sebastian N. **Colonization After Emancipation: Lincoln and the Movement for Black Resettlement**. Columbia: University of Missouri Press, 2011.

³⁸⁵ BANCROFT, Frederic. "Schemes to Colonize Negroes in Central America". In: COOKE, Jacob E. (Org.) **Frederick Bancroft, Historian**. Norman: University of Oklahoma Press, 1957; BECK, Warren "A. Lincoln and Negro Colonization in Central America"...; SCHEIPS, Paul J. "Buchanan and the Chiriqui Naval Station Sites"... e "Gabriel Lafond and Ambrose W. Thompson "...; SCHOONOVER, Thomas. "Misconstrued Mission"...

Improvement Company se encontram, aparentemente, em arquivos privados cujas famílias detentoras aparentemente não se mostraram abertas às pesquisas dos dois autores.³⁸⁶

Ainda que poucos documentos inéditos sobre o projeto de Chiriqui tenham sido revelados desde os primeiros trabalhos sobre o assunto, muitos historiadores e pesquisadores tradicionais da Guerra da Secessão chegaram a dedicar parágrafos e capítulos ao tema da colonização em geral. Tal é o caso de James McPherson e mais recentemente Eric Foner.³⁸⁷ Nesse sentido, é preciso incluir as reflexões de Page e Magness dentro de uma espécie de nova onda de interesse nos projetos de colonização. Utilizaram-se muito das recentes informações providas pelas recentes pesquisas de Magness e Page. É importante reforçar, contudo, que o objetivo da presente pesquisa não se restringiu às práticas e atritos políticos que adentram as análises da participação direta ou indireta de Lincoln nessas negociações. O que nos interessou primariamente foi a produção e a circulação de discursos envolvendo temas como as emancipações, percepções das mudanças nos mundos do trabalho nas Américas, discursos raciais diversos e, principalmente, aqueles discursos de inferiorização do negro. Os novos esforços de repensar as negociações e políticas de colonização dos anos 1860 muitas vezes mantêm o tema dentro de uma lógica de reconstituição de amizades e inimizades políticas que revelam uma teia de políticos e empresários norte-americanos que nos mostra como a tentativa de negociação de um projeto de colonização no atual Panamá se construiu dentro do governo dos Estados Unidos. A escassa bibliografia dos projetos de colonização tem um caráter proeminente de história política e as obras revisionistas não deixam de oferecer novas possibilidades de análise, em larga medida, dentro dessa mesma perspectiva.

Como citado, em 14 de agosto de 1862, uma delegação de "homens de cor" visitou a Casa Branca em Washington. Lá, seus membros ouviram um discurso de Lincoln que incluía o tema da colonização na região de Chiriqui. Tal discurso foi publicado em jornais e teve expressiva repercussão.³⁸⁸ O impacto público desse discurso se percebeu rapidamente não apenas nos

³⁸⁶ Todo o artigo de Magness trata sobre os problemas com as fontes relacionadas à Chiriqui. MAGNESS, Phillip W. "James Mitchell and the Mystery of the Emigration Office Papers". *Journal of the Abraham Lincoln Association*, Vol 32, N. 2, 2011, pp. 50-51

³⁸⁷ MCPHERSON, James M. "Abolitionist and Negro Opposition to Colonization during the Civil War". *Phylon*, Vol. 26, No. 4 (1965) e capítulo 6 de *The Negro's Civil War: How American Blacks Felt and Acted during the War for the Union*. Nova York: Vintage Civil War Library, 2003; FONER, Eric. *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery*. Nova York: W. W. Norton & Company, 2010

³⁸⁸ SCHEIPS, Paul J. "Gabriel Lafond and Ambrose W. Thompson "... p 222: "Lincoln actually urged this plan upon Negro leaders in an historic address at the White House on August 14, 1862, the report of which was published by the Associated Press of that day".

Estados Unidos, como nos diversos países da América Central. O ministro representante dos Estados Unidos em São José da Costa Rica, Charles Riotte, enviou uma nota a seu superior, o Secretário de Estado em Washington William Seward, com data de 14 de setembro de 1862, advertindo seu governo dos problemas de se usar a região de Chiriqui para projetos de colonização:

“Eu vejo essa escolha [do Chiriqui] como admirável (...) ainda que eu deva, aqui, avisá-los enfaticamente, para não acreditarem nem nos mapas nem nos relatórios de certa exposição que, há alguns anos, foram entregues ao Congresso, com uma oferta de venda das minas de carvão do Chiriqui (cujos exemplares vieram da Pensilvânia) aos Estados Unidos pela moderada soma de U\$500.000,00. A partir de informações recebidas enquanto em Washington e aqui, eu estou firmemente convencido de que os mapas e os relatórios mencionados são completamente inúteis. Mas o fato para o qual eu respeitosamente chamaria a atenção de todo o seu departamento é que a maior parte do que (...) é chamado de território do Chiriqui, Estado do Panamá, República da Nova Granada, está em disputa entre aquela República e a Costa Rica (...) Sem um arranjo prévio entre as duas Repúblicas, seria extremamente perigoso assentar-se no Chiriqui, e eu me sinto obrigado a dissuadi-lo desse plano, ainda que eu acredite que as duas repúblicas possam, sob a mediação dos Estados Unidos, prevalecer na questão em termos igualitários”.³⁸⁹

Mais uma vez é possível notar como os agentes americanos produzem discursos com um tom de segurança acerca do papel dos Estados Unidos sobre a situação política da América Latina. Ainda que Riotte esteja desaconselhando a escolha de Chiriqui, posto que ele mesmo estava negociando projetos de colonização na Costa Rica, ele parece acreditar que a mediação dos Estados Unidos num conflito de fronteiras entre Costa Rica e Colômbia seja factível. O início dos anos 1860, não se pode esquecer, é um momento político bastante delicado para todas as nações envolvidas, principalmente para os Estados Unidos e Colômbia que enfrentavam guerras civis. Ainda assim, a representação internacional dos Estados Unidos, neste caso, Riotte,

³⁸⁹ Despacho 47 datado de 14/09/1862, enviado por Chales Riotte, ministro dos Estados Unidos na Costa Rica, para o secretário de estado em Washington, William Seward, PRFA - LOF, p. 957. Tradução nossa. No original: “*I look upon this selection [of Chiriqui] as an admirable one (...) though I must here emphatically warn you not to believe either the maps or the reports of a certain expedition which, some years ago, were laid before Congress, with an offer of selling the Chiriqui coal mines (the samples of which had come from Pennsylvania) to the United States for the moderate sum of \$500,000. From information received while at Washington and here, I am firmly convinced that the maps and reports mentioned are entirely worthless. But the fact, to which I would respectfully all the attention of your department, is that the major part of what (...) is called the territory of Chiriqui, state of Panama, republic of New Granada, is in dispute between that republic and Costa Rica (...) Without a previous arrangement with the two republics, it would be extremely dangerous to settle in Chiriqui; and I feel obliged to dissuade you from such plan, though I do believe that the two republics could, under the mediation of United States, be prevailed upon the vexed question on equitable terms*”.

parece acreditar que seja possível depreender energia política e financeira de Washington para mediar a disputa de fronteiras entre a Colômbia e a Costa Rica.

Antes de se problematizar a questão da disputa de fronteiras, ou mesmo o problema sobre a qualidade do carvão de Chiriqui, é preciso refletir sobre a importância das regiões de istmo nesse momento. A questão da qualidade do carvão de Chiriqui aparece no trecho acima e, ver-se-á, terá sua importância para a análise do duvidoso caráter daqueles que compunham a *Chiriqui Improvement Company*, em especial, Ambrose Thompson. A exploração das possibilidades de transporte rápido entre o Atlântico e o Pacífico, contudo, é um eixo temático bastante importante para se entender o contínuo interesse norte-americano em Chiriqui.

Por se tratar de uma região de istmo, os interesses norte-americanos em Chiriqui respeitavam, em alguma medida, necessidades criadas pela descoberta de ouro na Califórnia no final dos anos 1840. Além do acesso do Cabo Horn no extremo sul do Chile, estudavam-se e se desenvolviam alternativas para ligar as costas dos Estados Unidos por outras vias mais rápidas que não o contorno do continente Americano, ou mesmo pelas ainda muito primárias rotas por terra. Nesse sentido, agentes norte-americanos e europeus buscavam alternativas em diversas regiões de istmo por toda a América Central. Tal é o caso da rota pela Nicarágua, via o Istmo de Rivas, que já vinha sendo explorada por norte-americanos, britânicos e companhias da Nicarágua. Tais companhias, no início dos anos 1850, foram absorvidas pelos investimentos do norte-americano Cornelius Vanderbilt.³⁹⁰ Outra região de istmo que foi sondada pelos Estados Unidos foi a região mexicana de Tehuantepec. O governo mexicano aparentemente celebrou um

³⁹⁰ SCHEIPS, Paul J. "Gabriel Lafond and Ambrose W. Thompson "... pp. 213-214: No original: "*Like all promoters the Lafond group was not lacking in optimism. It had hopes of quickly opening a transit to attract the California traffic and besting its competitors. A brief look at the rivals routes and promoters provides a useful backdrop for the Chiriqui projects. One of these routes, that by the Chagres River in Panama, was certainly to be avoided if possible. A water route part of the way, the distance depending upon the season, and a mule path the rest of the way, its passage took from four to eight days. The Panama railroad, however, was competitor of a different order whose original promoters, John Lloyd Stephens, William Henry Aspinwall, and Henry Chauncey, were men of vision. The skill of George M. Totten and other engineers led to the completion of the road in five years (in 1855), but before the end of 1851 the road was an immediate success (...) In 1849 Commodore Cornelius Vanderbilt became interested in the Nicaragua route, which Lafond had sought to dismiss, and took a leading part in organizing the American Atlantic and Pacific Ship-Canal Company. This company obtained from Nicaragua a concession for building a canal, a railway, and carriage roads; it also absorbed the Compañía de Tránsito de Nicaragua, another North American enterprise. Orville W. Childs and Aniceto G. Menocal were sent in 1850 to survey the route and, for their trouble, discovered the lowest point on continental divide. Unable to secure British backing, however, the Company gave up the canal idea and in 1851 organized the Accessory Transit Company, as subsidiary, to open a water and land route across Nicaragua (...) The Vanderbilt route became popular with California-bound passengers because it was shorter by 461 miles than the next shortest route, that by way of Panama, and got its passengers to California in about four days less time than the Panama route*".

contrato de concessão com uma empresa de Nova York, em 1849. O contrato previa a exploração de uma conexão por água e por terra, através de uma linha de trem, na ligação entre o Atlântico e o Pacífico. A linha de trem nunca foi construída e, também por outras razões, a concessão foi revogada pelo México em 1866.³⁹¹

“Tais eram os mais conhecidos projetos de transporte no Panamá, na Nicarágua, em Tehuantepec com os quais os promotores do Chiriqui tinham de competir. O grupo Lafond, como seus competidores, estava claramente motivado na metade do século, pela esperança de lucros com a corrida para a Califórnia, para a qual sua publicidade em 1850 declarava, voltava-se à imigração europeia nos Estados Unidos, depois da descoberta do ouro. Com grande otimismo, declarava-se que a viagem pela rota da Costa Rica (...) seria preferível à viagem de cinco ou seis meses da França à Califórnia, dobrando o Cabo Horn (...) Também seria preferível a outras rotas do istmo, já que a viagem pelo Rio Chagres no Panamá seria tanto difícil quanto cara e a Ferrovia do Panamá, cujos trabalhos haviam sido iniciados, não seria construída em menos de 5 anos, nem o projeto do canal da Nicarágua terminaria em menos de dez (...) O interesse da Costa Rica na colonização estava na esperança de aumentar sua escassa população”.³⁹²

As expectativas comerciais de Lafond e seus associados acabaram por não se concretizarem antes do término da construção da Linha Férrea do Panamá (*Panama Railroad*) e as circunstâncias, segundo Scheips, não só afastaram os potenciais investidores, como é preciso ter em mente que a Guerra da Criméia consumiu muito as reservas de capital francês e inglês desde finais de 1853. Desta forma, em 1854, Ambrose Thompson alegou que os direitos

³⁹¹ SCHEIPS, Paul J. "Gabriel Lafond and Ambrose W. Thompson "... pp. 216: No original: "*Tehuantepec, the narrowest part of Mexico, where the Continental Divide is lower than any other point north of Nicaragua, was in the nineteenth century the subject of considerable attention from promoters of interoceanic transit schemes, as well as the scene of actual transit construction. Early in 1849 the Hargous Brothers of New York obtained a Tehuantepec concession and sent out a surveying party under John Gross Barnard of the United States Army Engineering Corps. They looked toward a railroad and hoped that they might share in the gold-rush traffic. Barnard was soon expelled, however, and the concession was cancelled by the Mexican Government. Barnard thought the route unsuitable for a canal, though the Hargouses' predecessors had planned one. Not until the concession was granted Emile La Séré and Judah P. Benjamin in 1857 was even a poor route opened - by ship to the head of navigation on the Coatzacoalcos River, then by mule to the Pacific plains, and finally by carriage to the Pacific terminus. Between 1858 and 1866, when this latest concession was lost, partly because a railroad had not been built, a few passengers used this route*".

³⁹² SCHEIPS, Paul J. "Gabriel Lafond and Ambrose W. Thompson "... p. 217. Tradução nossa. No original: "*Such better known Isthmian transit projects in Panama, Nicaragua, and Tehuantepec with which the Chiriqui promoters had to compete. The Lafond group, like its competitors, was clearly motivated at mid-century by the hope of profits from the rush to California toward which, its publicity in 1850 declared, European emigration to the United States had turned after the discovery of gold. With fine optimism it was claimed that travel via the Costa Rican route (...) would be preferable to the five-or-six-months trip from France to California around Cape Horn (...) It would also be preferable to other Isthmian routes, since travel via the Chagres River in Panama was both difficult and expensive, and since the Panama Railroad, on which work had commenced, would not be constructed in less than 5 years, or the project of Nicaragua canal in less than ten (...) Costa Rica's interest in colonization lay the hope of increasing her scanty population*".

pertinentes à concessão do governo da Costa Rica na região de Chiriqui tinham sido passados para ele e seus associados que formavam a *Chiriqui Improvement Company*. Ainda que Lafond tenha protestado sobre tal fato, as autoridades costa-riquenhas parecem ter confirmado tal transferência. Lafond e seus associados haviam também garantido sua concessão perante as autoridades colombianas, de forma que se tratava de um contrato complexo sobre um território em disputa política.³⁹³ Quando Thompson ofereceu à Marinha dos Estados Unidos, em 1857, um contrato que garantisse postos tanto na costa atlântica, como no Pacífico, a complexidade da situação política local parece não ter sido levado em conta.

“No ano seguinte [1858], Thompson, presidente da *Chiriqui Improvement Company*, que reclamara títulos de um cinturão de terra no istmo de mais de 3.000.000 acres, submeteu um memorial ao Presidente James Buchanan, com o objetivo de interessar sua administração no caráter estratégico da região (...) As reclamações da *Chiriqui Company* derivaram das concessões de Lafond; concessões de terra originalmente feitas pela Província do Chiriqui da Nova Granada e pelo cabildo da Nova Granada do distrito de Bocas del Toro e subsequentemente transferidas à *Chiriqui Improvement Company*; bem como um ‘privilegio exclusivo de sessenta anos’ para melhorar de ‘maneira sólida, tornando própria para o trânsito de veículos com rodas ... a estrada provincial’ entre David e a Lagoa do Chiriqui, obtido diretamente por Thompson da Província do Chiriqui em 20 de fevereiro de 1854. Foi estipulado expressamente nesse acordo que ‘nenhuma tropa ou implemento de guerra estrangeiro pertencentes a eles’ poderia passar pela estrada sem o consentimento do governo de Bogotá”.³⁹⁴

O contrato de concessão, assim, especificava que a passagem de tropas estrangeiras - bem como qualquer maquinário e outras provisões - relacionadas à atividade de guerra na região era vedada, a não ser mediante expressa autorização de Bogotá. Tal prescrição não impediu Thompson de oferecer à Marinha dos Estados Unidos um contrato para que se construíssem bases navais dos dois lados do istmo. Assim, tal oferta pode ser interpretada como um demonstrativo da falta de retidão de Thompson, mas também pode ser significativa do quanto

³⁹³ SCHEIPS, Paul J. "Gabriel Lafond and Ambrose W. Thompson "... p. 219.

³⁹⁴ SCHEIPS, Paul J. "Gabriel Lafond and Ambrose W. Thompson"... p. 221. Tradução nossa. No original: “*The following year [1858] Thompson, president of the Chiriqui Improvement Company, which claimed title to a belt of land across the Isthmus of more than 3,000,000 acres, memorialized President James Buchanan with the object of interesting his administration in the strategic character of the region (...) The Chiriqui Company's claims were derived from Lafond grants; land grants originally made by New Granadian Province of Chiriqui and the New Granada cabildo of the district of Bocas del Toro, subsequently transferred to the Chiriqui Improvement Company; and an 'exclusive privilege of sixty years' to improve 'in a solid manner, fit for the transit of wheeled vehicles ... the provincial road' between David and the Chiriqui Lagoon, which was obtained by Thompson directly from the Province of Chiriqui on February 20, 1854. It was expressly stipulated in this agreement that 'no foreign troops or implements of war belonging to thereto' could pass over the road without the consent of the Bogotá Government*”.

esses agentes norte-americanos levavam pouco em consideração os aspectos ligados à soberania nacional de alguns países da América Latina. Mesmo o já mencionado discurso de Lincoln para o comitê de “homens de cor” pode ser pensado na chave de certo desrespeito político em relação a essas nações onde norte-americanos adquiriam propriedade e concessões.

A região de Chiriqui, assim, pode ser analisada a partir desses processos históricos maiores cujos investimentos em passagens rápidas entre os oceanos Atlântico e Pacífico são bastante demonstrativos. Se por via do México, Nicarágua ou de Chiriqui, tanto os Estados Unidos quanto as potências europeias adquiriam propriedades e concessões por toda a América Latina. Tal é a gravidade dos interesses externos na Nicarágua, por exemplo, que em 1850 foi celebrado o Tratado de Clayton-Bulwer entre Estados Unidos e Grã-Bretanha, estabelecendo, grosso modo, que nenhum dos dois países poderia manter com exclusividade a exploração do canal. Em adição, nenhum dos dois países poderia “ocupar, construir fortificações, colonizar ou assumir e exercitar nenhum domínio sobre a Nicarágua, Costa Rica, Costa do Mosquito ou qualquer parte da América Central”.³⁹⁵ Tal tratado, obviamente, foi bastante questionado pelas duas partes no que tange algumas ilhas próximas ao atual Belize. O tratado também não impediu, por exemplo, iniciativas como a do norte-americano William Walker de estabelecer colônias privadas na América Central e no Caribe, ou mesmo que ele assumisse militarmente o poder político da Nicarágua em 1855, quando o país estava em guerra civil.³⁹⁶

“Ainda que Walker apareça aqui como um exemplar dos desejos e das ambições imperiais de meados do século XIX, ele não era, de forma alguma, o único filibusteiro ativo na Era do Destino

³⁹⁵ The Clayton-Bulwer Treaty, artigo 1 na íntegra (as partes grifadas estão trazidas no corpo do texto): No original: *"The governments of the United States and Great Britain hereby declare, that neither the one nor the other will ever obtain or maintain for itself any exclusive control over the said ship canal; agreeing that neither will ever erect or maintain any fortifications commanding the same or in the vicinity thereof, or occupy, or fortify, or colonize, or assume or exercise any dominion over Nicaragua, Costa Rica, the Mosquito coast, or any part of Central America; nor will either make use of any protection which either affords or may afford, or any alliance which either teas or may have, to or with any State or people, for the purpose of erecting or maintaining any such fortifications, or of occupying, fortifying, or colonizing Nicaragua, Costa Rica, the Mosquito coast, or any part of Central America, or of assuming or exercising dominion over the same; nor will the United States or Great Britain take advantage of any intimacy, or use any alliance, connection, or influence that either may possess, with any State or government through whose territory the said canal may pass, for the purpose of acquiring or holding, directly or indirectly, for the citizens or subjects of the one, any rights or advantages in regard to commerce or navigation through the said canal which shall not be offered on the same terms to the citizens or subjects of the other"*. A Faculdade de Direito da Universidade de Yale, na verdade a biblioteca Lillian Goldman Law Library, disponibilizou na internet, através do The Avalon Project: Documents in Law, History and Diplomacy, uma série de documentos que utilizaremos aqui e que nos referiremos como Yale-LGLL-AvalonProject. O trecho que nos utilizamos do documento está disponível em http://avalon.law.yale.edu/19th_century/br1850.asp, consultado em 23/08/2013.

³⁹⁶ Ver capítulo 2 de BRADY, Harrison. *Agent of Empire: William Walker and the Imperial Self in American Literature*. Athens: University of Georgia Press, 2004.

Manifesto. Ele era um de muitos, e enquanto ele possa ter sido o mais bem sucedido, outros eram tão celebrados ou vilipendiados quanto em seus dias. Muitos organizaram forças expedicionárias (...) e lançaram invasões contra o México, Cuba e a Nicarágua. Como Walker, eles sonhavam com seus próprios impérios de bolso”.³⁹⁷

Ainda que, segundo o trecho acima, Walker esteja sendo colocado como apenas um de muitos filibusteiros que tentaram “conquistar” territórios pela América Latina e pelo Caribe, é preciso pensar que seu relativo sucesso foi uma experiência real de interferência e dominação política na América Central; mesmo que suas investidas tenham sido breves e tenham terminado com sua captura pelas forças armadas hondurenhas com ajuda dos britânicos, em 1860. A experiência latino-americana com esses filibusteiros dos anos 1850, pode-se argumentar, não envolviam diretamente o governo dos Estados Unidos, posto que esses grupos agiam de forma privada; não obstante, esses filibusteiros não deixam de ser cidadãos norte-americanos e agentes imperiais com objetivos políticos bastante particulares.³⁹⁸

Nascido em Nashville, no estado do Tennessee, no Sul dos Estados Unidos, Walker é representativo de uma geração de norte-americanos que viam o México, a América Central e o Caribe com olhos anexacionistas. Como foi tratado no capítulo anterior, nem os países sul-americanos com parte de seus territórios na região amazônica escaparam dessa onda de ações e discursos amalgamados sob o Destino Manifesto. Parte dessas “conquistas” e anexações de novas regiões, contudo, obedeciam, em alguma medida, às instituições da escravocracia do Sul dos Estados Unidos. Tratava-se também de um expansionismo do sistema escravista que permeava os contornos do Destino Manifesto. O historiador Robert May, em seu livro *The Southern Dream of a Caribbean Empire 1854-1861*, revisita a historiografia norte-americana tradicional que via Walker como “um campeão do sistema escravista do Sul” que teria, em sua tomada de poder na Nicarágua, “um instrumento de expansão da escravidão”.³⁹⁹ Walker, pessoalmente, havia flertado com o antiescravismo e mesmo com abolicionismo quando jovem,

³⁹⁷BRADY, Harrison. *Agent of Empire...* p. 10. Tradução nossa. No original: “Although Walker stands here as an exemplum of mid-nineteenth-century imperial desires and ambitions, he was by no means the only freebooter at work in the era of the Manifest Destiny. He was one of many, and while He may have been the most successful, others were likewise celebrated or reviled in their Day. Many raised expeditionary forces (...) and launched invasions against Mexico, Cuba, and Nicaragua. Lile Walker they dreamed of their own pocket empires”. Ver também capítulo 1 de BERMAN, Karl. *Under the Big Stick: Nicaragua and the United States since 1848*. Boston: South And Press, 1986

³⁹⁸ Ver capítulo 2 de LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os Negros Americanos: Origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro, Saga, 1968

³⁹⁹ MAY, Robert E. *The Southern Dream of a Caribbean Empire, 1854-1861*. Miami: University Press of Florida, 2002, p. 90. Tradução nossa.

mas é preciso ter em mente que ele fez parte de um “espírito da época” (*the spirit of the times*). As empreitadas anexacionistas, desta forma, não deixam de carregar o apoio de muitos cidadãos do Sul dos Estados Unidos que viam naquelas oportunidades a possibilidade da expansão escravista. Esses sulistas não eram a maioria dos “aventureiros” que deixaram os Estados Unidos para “conquistar” outros lugares, mas a expansão escravista estava presente nesse movimento e ameaçava todos aqueles países cuja independência tinha acarretado também na abolição da escravidão africana em seus territórios.⁴⁰⁰ Não se trata de um assunto que se possa tratar aqui com cuidado necessário, mas é interessante pensar na suposta contribuição de Vanderbilt para a queda de Walker na Nicarágua e nas ilhas hondurenhas. Cornelius Vanderbilt, que veio a ter uma das maiores fortunas dos Estados Unidos, explorava o comércio de transporte de pessoas e bens entre o Atlântico e o Pacífico desde o início da Corrida do Ouro da Califórnia. Seus investimentos em construções que conectassem o Rio San Juan e o Lago Nicarágua foram massivos até que Walker, como líder militar do país, anulou os contratos que garantiam a Vanderbilt uma série de monopólios e privilégios na região (a despeito do Tratado de Clayton-Bulwer, de 1850). Como retaliação, tanto Vanderbilt quanto os britânicos ajudaram as forças armadas hondurenhas a capturar e executar Walker, em 1860:

“No início a passagem de Nova York para a Califórnia custava U\$400 por essa rota [a rota Vanderbilt na Nicarágua], mas o preço caiu para U\$150 em um ano. Durante os muitos anos nos quais a rota se manteve operacional, cerca de 20.000 pessoas a usaram anualmente (...) A história do fim do trânsito na Nicarágua, a única empreitada do tipo a ter sucesso na história da Nicarágua, é complicada pelos problemas de Vanderbuilt com seus rivais, que persuadiram William Walker a anular o alvará da Companhia e transferi-lo para eles. Ele assim o fez em 1856, mas logo se arrependeu, posto que no ano seguinte Vanderbilt, com sangue em seus olhos, ajudou a afastar Walker da Nicarágua e, como resultado, a rota foi fechada”.⁴⁰¹

Os diversos interesses norte-americanos na América Latina e Caribe, destarte, se fazem perceber de forma cabal desde finais da década de 1840 e por todos os anos 1850. Os projetos de

⁴⁰⁰ ver capítulo 4 de MAY, Robert E. *The Southern Dream of a Caribbean Empire, 1854-1861...*

⁴⁰¹ O interesse de Vanderbilt na Nicarágua foi bastante profícuo. SCHEIPS, Paul J. "Gabriel Lafond and Ambrose W. Thompson"... p. 215. Tradução nossa. No original: "At the beginning the through fare from New York to California was \$ 400 by this route [Vanderbilt route in Nicaragua], but a price was cut this to \$150 within the year. During several years the transit was in operation some 20,000 persons used annually (...) The history of the demise of the Nicaragua transit, the only profitable such enterprise in Nicaragua's history, is complicated by Vanderbilt's troubles with his rivals, who persuaded William Walker to annul the Company's charter and transfer it to them. He did this in 1856, but soon regretted it, for next year Vanderbilt, with blood in his eye, helped drive Walker from Nicaragua; as a result the transit was closed".

colonização de afro-americanos negociados durante a Guerra da Secessão, assim, processam-se dentro de experiências imperialistas por parte de agentes norte-americanos buscando não só o controle de passagens que conectassem os oceanos Atlântico e Pacífico, mas também a partir de uma lógica de superioridade racial que supostamente lhes rogava o “direito” de explorar as potencialidades de países e regiões cujos povos eram inferiores. Essa construção discursiva também é parte do Destino Manifesto que suprirá filibusteiros, aventureiros e grandes empresas a galgarem propriedades e capital político no restante das Américas.⁴⁰²

“Muitos dos países caribenhos vinham há muito sofrendo com revoluções internas, economias atrasadas e contendas políticas. Os expansionistas lutavam por suas fraquezas. Muitos brancos americanos sentiam-se superiores aos povos normalmente mais escuros que habitavam as terras do sul e os expansionistas se serviam desse preconceito, afirmando que era dever dos Estados Unidos promover aquelas pessoas através da anexação. Os povos do sul eram vistos como incapazes de se auto governarem; sua única esperança estava em se exporem às instituições americanas, já que os Estados Unidos eram mais estáveis e prósperos”.⁴⁰³

Em outro artigo de Scheips, de 1954, faz-se menção a um memorial submetido por Thompson ao governo de Buchanan alegando que “quando chegar o momento em que Cuba, Haiti e Jamaica devam pertencer aos Estados Unidos, esta [Chiriqui] deve ser a rota verdadeira”.⁴⁰⁴ Em relação às potencialidades de outros istmos e do contínuo interesse na Nicarágua, Thompson ainda alertou o governo sobre “os agressivos britânicos que estavam muito interessados na rota de Chiriqui e essa era mais uma razão para os Estados Unidos agirem rapidamente. Em relação aos franceses, foi dito que estavam negociando a rota pela Nicarágua”.⁴⁰⁵

Dando continuidade à nossa análise sobre o interesse em Chiriqui como lugar para abrigar os projetos de colonização da Guerra da Secessão, é preciso reiterar que, em 1858,

⁴⁰² Ver capítulo 1 e 2 de MAY, Robert E. *The Southern Dream of a Caribbean Empire, 1854-1861...* e também capítulo 2 de LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os Negros...*

⁴⁰³ MAY, Robert E. *The Southern Dream of a Caribbean Empire, 1854-1861...* Tradução nossa. No original: “Many of the Caribbean countries had long suffered from internal revolutions, retarded economies, and political strife. Expansionists contended of their weakness. Many white American felt superior to the generally darker people inhabiting lands to the south, and expansionists catered to these prejudices, claiming that it was the United States’ duty to uplift those people through annexation. Peoples to the south thought to be incapable of self-rule; their only hope lay in exposure to American institutions, since the United States was more stable and prosperous”.

⁴⁰⁴ SCHEIPS, Paul J. “Buchanan and the Chiriqui Naval Station Sites”... p. 67. Tradução nossa. No original: “If the time comes when Cuba, Haiti and Jamaica shall belong to the United States, this must, of course be the true route”.

⁴⁰⁵ SCHEIPS, Paul J. “Buchanan and the Chiriqui Naval Station Sites”... p. 67. Tradução nossa. No original: “The aggressive British were greatly interested in the Chiriqui transit and this was an additional reason why the United States should act with dispatch. As for the French, it was said they were negotiating for the Nicaragua route”.

Thompson havia proposto para o governo dos Estados Unidos, a possibilidade de se criarem dois entrepostos da Marinha dos Estados Unidos, um em cada lado do istmo, desde que a companhia dele pudesse explorar o transporte de cargas e correspondência entre o Atlântico e o Pacífico via uma estrada de terra. O interesse da Marinha dos Estados Unidos estava não só no valor geoestratégico de Chiriqui, mas nas minas de carvão que Thompson garantia serem da melhor qualidade. A questão sobre a qualidade das minas de carvão de Chiriqui, como já mencionado, aparece no citado despacho de Charles Riotte, ministro norte-americano na Costa Rica, ao secretário de estado em Washington, William Seward. O despacho tratava da tentativa de Riotte em dissuadir o governo dos Estados Unidos de realizar os projetos de colonização em Chiriqui, ao invés, por exemplo, da costa atlântica da Costa Rica. Aparentemente se comprovou que o carvão de Chiriqui era, de fato, de baixíssima qualidade. Thompson havia possivelmente fraudado as amostras apresentadas à Marinha dos Estados Unidos.⁴⁰⁶ O representante da Costa Rica, da Nicarágua e de Honduras nos Estados Unidos, Luis Molinas, nos empresta sua opinião acerca de Thompson e da validade do contrato de concessão que o último tentava tão veementemente vender ao governo dos Estados Unidos:

“Eu tive, anteriormente, a oportunidade de tornar conhecido a mesma coisa ao General Cass e a Hon. Sr. Toucey, em consequência do contrato firmado por ele, enquanto Secretário da Marinha, com o dito Sr. Thompson – um contrato no qual o último chegou ao ponto de vender aos Estados Unidos direitos inalienáveis de soberania que jamais deveriam ter pertencido a um indivíduo privado, para retirar da reserva federa \$300.00; assim resolvendo o antigo problema, com o qual ele está envolvido há anos, de fazer ouro do que não tem valor algum, ao qual o Congresso negou sua sanção a partir do conhecimento completo do assunto. Eu disse ainda que a própria Nova Granada não reconhece os pretensos direitos do Sr. Thompson, tendo submetido a questão à Suprema Corte, cujo Tribunal Superior decidiu contrário a ele, declarando tais concessões ilegais. Essa ilegalidade é vista nos próprios títulos, por falta de poder suficiente nas autoridades provinciais que os emitiram, e a simples leitura cuidadosa dos mesmos mostra que, se eles não tivessem sido nulos desde o princípio, eles assim o teriam se tornado com o passar do tempo, e o não cumprimento das condições essenciais, implícitas e expressas; por exemplo, o concessionário têm obstinadamente violado a proibição que seu título contém de ceder direitos a qualquer governo estrangeiro”.⁴⁰⁷

⁴⁰⁶ PAGE, Sebastian. "Lincoln and Chiriquí Colonization Revisited"... p.294-298.

⁴⁰⁷ Despacho s/n datado de 09/19/1862, enviado por Luis Molinas, ministro representante da Costa Rica, Nicarágua e Honduras nos Estados Unidos, ao secretário de estado em Washington, William Seward. PRFA – LOF, p. 965. Tradução nossa. No original: *"I had previously had occasion to make known the same thing to General Cass and to Hon. Mr. Toucey, in consequence of the contract entered into by him, as Secretary of the Navy, with said Mr. Thompson – a contract in which the latter had gone so far as to sell to the United States inalienable rights of sovereignty which never could have belonged to a private individual, in order to draw from the federal vaults*

O acordo que Thompson começou a negociar com a Marinha dos Estados Unidos ainda no final da década de 1850 não foi reconhecido pelo poder judiciário da atual Colômbia, por múltiplas razões incluindo o fato de que Thompson estava pretendendo explorar uma estrada que ele não havia sequer construído.⁴⁰⁸ Já no governo Lincoln e com a Guerra da Secessão, Thompson chegou a tentar novamente negociar com o então Secretário do Interior em Washington, John Caleb Smith. De acordo com o artigo de Page, Thompson chegou a conversar diretamente com Lincoln sobre Chiriqui e, de fato, a região se tornou bastante presente na documentação oficial. Entretanto, dentre as muitas razões que impediram que os projetos de colonização se concretizassem, Page aponta: o desconforto internacional de tal empreitada, posto que poderia ser vista como outras anteriores feitas por filibusteiros; a questão da baixa qualidade do carvão que impediria que os primeiros colonos tivessem trabalho assegurado ao chegarem para desenvolver a colônia; e a suspeita de corrupção por parte de Thompson que já vinha tentando vender seus direitos em Chiriqui havia muitos anos. Page não deixa de citar os protestos de Molinas e Yrisarri no canal diplomático com Seward.⁴⁰⁹ O medo de empreitadas imperialistas se mostra de maneira bastante clara nas trocas diplomáticas, mas acreditamos que a resistência afro-americana contribuiu decisivamente para que tais projetos não se concretizassem.

\$300,000; thus solving the ancient problem, in which he has for years been employed, of making gold out of that which has no value, to which Congress denied its sanction with full understanding of the subject. I added that New Granada itself does not recognize the pretended rights of Mr. Thompson, having submitted the question to the supreme court, which high tribunal decided against him, declaring the said concessions illegal. This illegality is shown by titles themselves, for want of sufficient power in the provincial authorities which issued them, and the simple perusal of them also shows that, if they had not been null from their inception, they would have become void from the lapse of time, and the non-compliance of essential, implicit, and expressed conditions; for example, the grantee has obstinately violated the prohibition which his titles contain, to cede his rights to any foreign government".

⁴⁰⁸ No original: "The name of Chiriqui was already well-known in Washington before Lincoln had even taken office. Ambrose W. Thompson, a Philadelphian shipbuilder who sat atop the Chiriqui Improvement Company (CIC), had approached the Buchanan administration in 1858 to highlight the deposits of coal and natural harbors that his territorial concession might offer to the U.S. navy. Impressed by the prospect of gaining a foothold in an area of such geostrategic importance, Buchanan put a contract for coal and transit rights for the American military before Congress, which entered into some ill-tempered and tediously circular debates in June 1860. Opponents alleged that it was a swindle, one based on poor title that had lapsed for either non-fulfillment of its conditions, a hostile judicial ruling, or both. Moreover, Thompson's right to lay a railroad was questionable, both by the terms of his own grant and owing to the monopoly previously awarded to the Panama Railroad Company; the coal deposits were superficial and of poor quality; the ownership of the area was contested with Costa Rica; and as a private contractor he simply could not have the right to alienate part of another country's sovereignty to the United States". PAGE, Sebastian. "Lincoln and Chiriquí Colonization Revisited"... p. 295.

⁴⁰⁹ PAGE, Sebastian. "Lincoln and Chiriquí Colonization Revisited"...p. 291

“o projeto Chiriqui levantou questões latentes sobre ser simplesmente um acordo doméstico com um concessionário americano e, portanto, poder permanecer dentro do escopo de ação do Departamento do Interior, ou ser uma proposta cujas implicações nas relações exteriores trazia-o à órbita do Departamento de Estado. Sob a superfície da consideração, provavelmente estava outra, ainda mais significativa: se os Estados Unidos estavam pensando em plantar colonos sob sua bandeira ou simplesmente assistir emigrantes em uma concessão de terra contígua e privada sob jurisdição colombiana. A ‘palavra’ colonização tinha um significado idiossincrático de reassentamento negro para os americanos do século XIX, mas não implicava necessariamente – nem os repudiava expressamente – em motivos expansionistas ulteriores. Ainda que as objeções dos (...) diplomatas da América Central tenham tornado claro desde o início que o governo dos Estados Unidos não poderia obter soberania sob parte alguma do istmo, a questão, *de fato*, foi levantada. E o governo Lincoln, presumivelmente, não ignorava que a História mostrara que ganhar um enclave informal poderia levar à eventual anexação. Infelizmente, nem o presidente nem seus colegas de ministério deixaram amplas evidências claras sobre como eles entendiam o papel das colônias ou o *status* de soberania que planejavam para elas”.⁴¹⁰

O trecho acima abre possibilidades de interpretações que dialogam diretamente com o medo que as elites políticas centro-americanas tinham de continuarem a ter o funcionamento de seus territórios, economias e rumos políticos com a constante interferência não só dos Estados Unidos, mas como já mencionado, da França e Inglaterra, dentre outros. A questão da soberania nacional destas jovens nações aparece repetidamente nas notas diplomáticas trocadas com os Estados Unidos, sem que os norte-americanos de fato explicitem que tipo de projetos de colonização está sendo planejado e de que forma sua eventual execução afetará esses países. É preciso lembrar que embora a tônica do imperialismo esteja colocada de forma mais aberta nessas frentes de negociação, imagina-se que a via diplomática não comporte, por exemplo, a admissão do governo dos Estados Unidos acerca de suas reais intenções sobre os projetos de colonização em Chiriqui ou em outros países da América Central. Entretanto, em termos comparativos, ainda que a forma sugerida por James Webb em sua proposta para Brasil não

⁴¹⁰ PAGE, Sebastian. "Lincoln and Chiriquí Colonization Revisited"... p.294. Tradução nossa. No original: "*the Chiriqui project raised burgeoning questions about whether it was simply a domestic arrangement with an American concessionaire, and thus fine to remain within the purview of the Interior Department, or a proposal whose implications for foreign relations brought it more into the orbit of the State Department. Beneath that surface of consideration may have been an even more significant one: whether the United States was looking to plant settlers under its flag or simply assist emigrants going to a contiguous, private, land grant under Colombian jurisdiction. The 'word' colonization had an idiosyncratic meaning of black resettlement for nineteenth century Americans, but it did not necessarily imply - nor expressly repudiate - ulterior, expansionist motives. Though the objections of (...) Central American diplomats made it clear from early on that the U.S. government could not acquire sovereignty over any part of the isthmus, the question did arise. And the Lincoln administration was presumably not unaware that history had shown that gaining an informal foothold might lead to eventual annexation. Unfortunately, neither the president nor his cabinet colleagues left much clear evidence as to how they understood the colony working or its planned sovereign status*".

apresente grandes mudanças práticas do que se está discutindo para Chiriqui, percebe-se claramente um maior respeito ao Brasil como país soberano, do que se verá na América Central. O esforço discursivo de abarcar os supostos interesses brasileiros na colonização do Vale do Rio Amazonas é demonstrativo de uma visão da importância política do Brasil, ainda mais em um contexto da Guerra Civil dentro dos Estados Unidos.

Outra questão que precisa ser retomada é a experiência e a memória deixada pelos filibusteiros dos anos 1840 e 1850. As intervenções e conquistas de norte-americanos até chegaram a atingir marginalmente o Brasil, como tratamos o caso de Matthew Fontaine Maury e da viagem exploratória da região amazônica feitas por William Lewis Herndon e Lardner Gibbon. Mas podemos considerar que, comparativamente ao que se deu em diversas regiões do México, América Central e Caribe, o Brasil sofreu interferências menores. O que se quer reforçar é que no momento de negociação dos projetos de colonização da Guerra de Secessão, as nações centro-americanas vivenciavam ainda uma espécie de "ressaca" de uma série de invasões e outros tipos de interferência às suas soberanias por parte dos norte-americanos. Parece-nos esperado que tais projetos fossem recebidos com grande temor por se tratarem de mais uma roupagem - diferente - para as investidas imperialistas dos Estados Unidos. Ainda que se tenha utilizado o termo - pouco acadêmico - "ressaca", que envolve a sensação de viver as consequências de algo que já acabou, as interferências norte-americanas não deixaram se fazer perceber no restante do século XIX, bem como no século XX.

III. Raça e Identidade na América Central

As experiências provenientes da escravidão africana na América Central são bastante múltiplas de acordo com cada nação ou região. Os muitos tipos de exploração do trabalho indígena nas regiões em que essas populações eram mais numerosas, como é o caso da Guatemala, por exemplo, fazem parte das muitas variações nos mundos do trabalho centro-americanos.⁴¹¹

“Os primeiros escravos negros chegaram ao México e à América Central como serventes pessoais dos espanhóis mais abastados. No início do século XVII, escravos negros ‘domésticos’ podiam

⁴¹¹ LOHSE, K. Russel. "Mexico and Central America" In: PAQUETE, Robert L. e SMITH, Mark M. (Eds) *The Oxford Handbook of Slavery in the Americas*. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 51-56

ser vistos em todas as grandes cidades do México; Cidade do México, Puebla de Los Angeles e Santiago de Guatemala, mas também em cidades muito menores, como Mérida (Yucatan), Granada (Nicarágua) e até mesmo em Cártago (Costa Rica) (...) O México e a América Central nunca se tornaram completamente sociedades de *plantation*, como o Brasil ou as ilhas caribenhas, mas os espanhóis introduziram a cana-de-açúcar logo depois da conquista e desenvolveram uma indústria extensiva para o mercado interno. Ainda que mais predominante nos modernos estados mexicanos de Morelos, Vera Cruz e Oaxaca, o *ingenio* (engenhos) se espalharam por boa parte do México e da América Central (...) A maior parte do açúcar no México e na América Central, contudo, era produzida em pequenos moinhos de tração animal, humana, ou com água, chamados de trapiches, operados por cerca de 10 escravos. Ainda que os primeiros estudiosos tenham pressuposto que trabalhadores livres tenham substituído os escravos nas plantações de açúcar em meados do século XVII, estudos mais recentes realizados por Juan Manuel de La Serna Herrera e Frank T. Proctor mostram que, pelo menos em alguns lugares, os escravos continuaram essenciais à indústria pelo menos até o terceiro quarto do século XVIII".⁴¹²

Ainda que o trecho escolhido se refira à presença de escravos africanos ou afrodescendentes no período colonial, o que se quis trazer para a análise foi a presença da escravidão africana em todas as repúblicas centro-americanas. Ainda que o emprego do trabalho de diferentes populações indígenas tenha sido muito superior se comparado à utilização de escravos africanos como mão de obra, não se pode negar que a escravidão africana é, também nessa parte da América, um dos componentes formadores dessas sociedades. A América Central sempre esteve inserida nas teias de trocas atlânticas, em constante contato com ilhas caribenhas onde a escravidão negra tinha sido, até as emancipações, a forma mais expressiva de trabalho. Desta forma, mesmo que as independências e as construções de diferentes discursos e mitos nacionais, por vezes, afastem a contribuição africana, a América Central também é afetada pelas drásticas mudanças econômicas e sociais impostas pelas independências e abolições.

⁴¹² LOHSE, K. Russel. "Mexico and Central America"... p. 51-52. Tradução nossa. No original: "*The first black slaves arrived in Mexico and Central America as personal servants of wealthy Spaniards. By the early seventeenth century black "domestic" slaves could be seen all over large cities of Mexico City, Puebla de Los Angeles, and Santiago de Guatemala, but also much smaller towns such as Mérida (Yucatan), Granada (Nicaragua), or even Cártago (Costa Rica) (...) Mexico and Central America never became full-blown plantation societies like Brazil or the Caribbean islands, but Spaniards introduced sugar cane soon after the conquest and developed an extensive industry for domestic market. Although most prevalent in modern Mexican states of Morelos, Vera Cruz, and Oaxaca, ingenio (sugar mills) were scattered through much of Mexico and Central America (...) Most sugar in Mexico and Central America, however, was made in small animal-, human-, or water powered mills called trapiches, which were operated by about 10 slaves. Although early scholars assumed that free workers began to replace enslaved sugar workers by mid-seventeenth century, more recent research by Juan Manuel de la Serna Herrera and Frank T. Proctor shows that, at least in some places, slaves remained crucial to the industry at least until the last third of the eighteenth*".

“Os cinco países das Províncias Unidas da América Central emanciparam centenas de escravos restantes na Guatemala, em El Salvador, em Honduras, na Nicarágua e na Costa Rica no dia 17 de abril de 1824 (...) até que a República Federal da América Central se dissolveu em 1838 e 1839. (...) A independência trouxe o fim das distinções legais raciais, bem como da escravidão”.⁴¹³

Destarte, o “problema” do negro toma formas diferentes nas múltiplas experiências sociais de El Salvador, Guatemala, Costa Rica, Honduras e Nicarágua. É nosso objetivo pensar na escravidão africana como elemento central na formação de todas as sociedades americanas. Ainda que o emprego de escravos africanos e afrodescendentes na base produtora das economias da América Central seja, em alguns lugares, bastante menos expressivo que em outros pontos da América de colonização espanhola, os documentos consultados mostram que a escravidão africana e os discursos de inferiorização do negro no pós-abolição são elementos constitutivos das muitas construções identitárias nesses países. A seguir destacamos um trecho do ministro dos Estados Unidos na Guatemala, Elisha Crosby, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward. A nota, de 6 de maio de 1862, descreve a sugestão de Crosby de um local para os projetos de colonização. O local é na costa atlântica da Guatemala entre o Rio Dulce e o Lago Isabel:

“Eu visitei pessoalmente e viajei por toda essa parte do país, e falo sobre o assunto a partir das minhas observações e conhecimento pessoal. Em minha opinião, trata-se, em todos os aspectos, da locação e da parte mais desejável do país ou de qualquer parte desse continente para o desenvolvimento frutífero do projeto de colonização com negros livres, seja pelo Governo dos Estados Unidos ou por esforços humanos e cristãos de indivíduos ou sociedades privadas (...) Em Livingston há, agora, um pequeno assentamento de negros, e a maior parte da bastante esparsa população assentada em locais isolados é de origem negra. Portanto, não haveria conflito de raças se nossos negros livres dos Estados Unidos fossem introduzidos e assentados nessas terras”.⁴¹⁴

⁴¹³ LOHSE, K. Russel. "Mexico and Central America"... p. 47. Tradução nossa. No original: "*The five countries of the United Provinces of Central America emancipated the several hundred remaining slaves in Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicaragua and Costa Rica on 17 April 1824 (...) as funds became available until the Federal Republic of Central America dissolved in 1838 and 1839 (...) Independence brought the end of legal racial distinctions as well as slavery*".

⁴¹⁴ Despacho de número 12 datado de 06/05/1862, enviado por Elisha Crosby, ministro dos Estados Unidos na Guatemala, para o secretário de estado em Washington, William Seward, PRFA-LOF, p. 951. Tradução nossa. No original: "*I have personally visited and travelled over all this section of country, and speak of it from my observation and personal knowledge. In my opinion, it is in every aspect the most desirable location and section of country on any part of this continent for the successful development of the project of colonizing free blacks by the government of the United States, or by humane and Christian efforts of private individuals or societies (...) At Livingston there is now a small settlement of blacks, and most of the very sparse population settled at isolated spots are of negro origin. Therefore there would be no conflict of races if our free blacks from United States were to be introduced and settled on these lands*".

O trecho acima faz referência a um agrupamento de pessoas de descendência africana, aparentemente e na visão do ministro norte-americano, na costa da Guatemala. Assim, é possível incluir na paisagem social desta nação a presença de africanos e afrodescendentes. Desta forma, não é possível separar a problemática racial de qualquer reflexão que envolva questões relacionadas à formação nacional não só na América Central, mas em todas as sociedades do Novo Mundo. O componente racial, assim, é fibra formadora do tecido social dessas sociedades, que estavam em profunda transformação em meados do século XIX. Ainda que não seja nosso objeto de estudo a questão indígena, aqui não pode deixar de ser levada em conta.

“Em muitas áreas do México e da América Central, contudo, pequenos números de escravos forneceram uma fonte de trabalho suplementar essencial, ainda que não primária. A suspensão temporária do comércio de escravos africanos na região na década de 1640 resultou em uma população auto-reprodutora. No final do século XVII, os crioulos superavam numericamente os africanos na Mesoamérica, e em meados do século XVIII, a maioria dos escravos na região era mulata. Então, a recuperação da população indígena e o crescimento fenomenal das populações mestiças e de mulatos livres em todo o México e em toda a América Central gradualmente eliminaram a necessidade de trabalhadores escravos na maioria das regiões. Ainda que algumas poucas áreas tenham experimentado um aumento na importação de escravos no final do período colonial, os escravos e suas crianças passavam cada vez mais para a população livre, mestiça. Contudo, a abolição, na década de 1820, não resultou do crescimento da população livre, nem do compromisso de crioulos patriotas com os ideais iluministas, mas, em parte, dos esforços dos próprios escravos em se libertarem”.⁴¹⁵

Ralph Lee Woodward Jr questiona as estimativas sobre a composição racial das populações centro-americanas em seu capítulo escrito para o 3º volume de “A História da América Latina”, coleção organizada por Leslie Bethell. Num primeiro momento sua definição de “Ladino” inclui “*mestizo e mulatto*”, que compõem 31 por cento da população da Guatemala na década de 1820. Em suas referências à obra de Alejandro Marroquín, contudo, sobre El Salvador, em 1807, os ladinos são 53,07 por cento e os negros e mulatos correspondem a 0,1 por

⁴¹⁵ LOHSE, K. Russel. “Mexico and Central America”... p. 47. Tradução nossa. No original: “*In most areas of Mexico and Central America, however, small numbers of slaves provided an essential, supplementary source of labor rather than the primary one. The temporary closure of the African slave trade to the region in the 1640s resulted in a self-reproducing population. By the late seventeenth century, creoles outnumbered Africans in Mesoamerica, and by the mid eighteenth century, most slaves in the region were mulattos. By then, the recovery of the Indian population and the phenomenal growth of the mestizo and free mulatto populations throughout Mexico and Central America gradually eliminated the need for slave workers in most regions. Although a few areas experienced a resurgence in slave imports in the late colonial period, slaves and their children passed increasingly into free mixed-race population. Yet abolition in the 1820s resulted not from the growth of the free population, nor from the commitment of creole patriots to Enlightenment ideals, but in part from the slaves' own efforts at liberating themselves*”.

cento. Vemos, assim, que a composição destes conceitos pode variar um pouco na bibliografia. Entretanto, tal variação pode ser vista, neste caso, talvez, como um reflexo das novas leis provenientes da independência que aboliam a divisão de castas utilizadas na América Espanhola desde o período colonial. O *mestizo* é comumente utilizado para descrever aos indivíduos de pai espanhol e mãe indígena, enquanto o *ladino* é parte indígena, mas sua língua mãe é o espanhol e sua identificação cultural é europeia. O *mulato*, à semelhança da tradução da palavra para o português, tem pai de origem europeia e mãe negra. Já o *criollo* é, em geral, filho de espanhóis nascido na América.⁴¹⁶ Detivemo-nos brevemente nestes conceitos apenas para reforçar a particularidade das divisões raciais que os países da América Espanhola tiveram de enfrentar em seus processos de independência e construção de seus projetos nacionais, bem como para evidenciar que ainda que o trabalho escravo pareça não ter sido massivamente utilizado em comparação com o trabalho de diferentes populações indígenas, há sim a presença demográfica de afrodescendentes que, para nossos objetivos, permite a elaboração local bem como a assimilação exterior de discursos raciais de inferiorização do negro na América Central. Um exemplo da presença deste discurso pode ser encontrado na nota de James Partridge, ministro dos Estados Unidos em Honduras, para o secretário de estado em Washington, William Seward. A nota de 26 de agosto de 1862 aparentemente reproduz as palavras de Victoriano Castellanos, presidente interino de Honduras, sobre os projetos de colonização:

“Esse governo está ansioso pela imigração de brancos industriais”, ele disse, “especialmente emigrantes alemães, que, haja visto seu assentamento na Costa Rica, contribuíram muito para o desenvolvimento de recursos e para o aumento da riqueza daquele país; e nós faremos tudo que estiver em nosso poder para induzir tal imigração; mas uma imigração de escravos norte-americanos emancipados não é desejável. Nós tivemos muitos problemas em nossa costa norte, e especialmente nas ilhas da baía, com a população negra livre, que ali chegou vinda da Jamaica e do Belize, e que não obedece às ordens do governo e se envolve constantemente com o contrabando”. Eu respondi a ele que a única população que eu via na costa norte que tinha uma indústria, ou atividade, ou empreendimento, era aquela conhecida como “Caribs”, mas que, de fato, eram de descendência africana, sendo descendentes daqueles negros despejados pelos navios negreiros na costa, há uns sessenta anos, e daqueles aborígenes de S. Vicente, transferidos para aquela ilha pelos ingleses, mais ou menos naquela época. O presidente respondeu que poderia ser verdade, mas que essa não era a imigração que eles desejavam ou que poderiam permitir, enquanto que eles receberiam alegremente uma imigração europeia, ou uma do norte, como eles

⁴¹⁶ WOODWARD Jr, Ralph Lee. "A América Central da independência a 1870" In: BETHELL, Leslie (org) **História da América Latina**, vol 3. São Paulo e Brasília: Editora da Universidade de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 472-473.

chamam aqui os Estados Unidos; não obstante os preconceitos para com todos os imigrantes desde o saque de Walker à Nicarágua”.⁴¹⁷

Para além daquilo que aparece expressamente dito no trecho acima, a avaliação racial do ministro norte-americano parece querer convencer seu interlocutor de que a percepção negativa apresentada sobre os problemas da “população negra livre” é equivocada. Partridge afirma que no tocante à região a que se refere o presidente hondurenho, qual seja, a costa norte do país, há sim populações “problemáticas”, mas entre elas os únicos com características “industriosas” são de descendência africana. Se este diálogo de fato ocorreu da maneira descrita por Partridge, mais uma vez podemos observar como os ministros norte-americanos parecem ter aprofundados conhecimentos acerca da natureza e das dinâmicas sociais dos países nos quais servem como diplomatas. Por outro lado, sua observação positiva acerca daquela população específica de descendência africana pode ser interpretada como um artifício de convencimento no diálogo travado com o presidente. A forma como Partridge descreve o diálogo, ainda, pode ser pensada em outra chave de análise. Não seria possível supor que o diálogo descrito é demonstrativo de certa proximidade entre os dois interlocutores? A liberdade com que Partridge parece responder às intervenções do presidente daquela república pode demonstrar ou que o ministro norte-americano circulava com frequência nos altos círculos políticos daquela república e, portanto, talvez tivesse alguma intimidade com o presidente; ou que Partridge, por outros motivos, sentia-se à vontade para discordar abertamente do presidente do país sobre um assunto que dizia respeito apenas à experiência dos hondurenhos com supostos “negros livres” circulando na costa norte. As hipóteses aqui oferecidas podem parecer frágeis no sentido de que se partiu de uma descrição de um diálogo que sofre a mediação da narrativa de Partridge. As trocas diplomáticas

⁴¹⁷ Despacho s/n, datado de 26/08/1862, enviado por James Partridge, ministro dos Estados Unidos em Honduras, para o secretário de estado em Washington, William Seward. PRFA –LOF, p. 960. Tradução nossa. No original: *"This government is anxious for an immigration of industrious whites", he said, "specially of German emigrants, who have, by their establishment in Costa Rica, done so much to develop the resources and add to the wealth of that country; and we will do everything in our power to induce such an immigration; but an immigration of enfranchised slaves from United States is not at all desirable. We have had a great a great deal of trouble on our northern coast, and especially in the bay islands, from the free negro population, which has come there from Jamaica and from Belize, who do not obey orders of the government, and engage in contraband trade constantly." I replied to him that the only population in the northern coast which I had seen, that had any industry, or activity, or enterprise, were those known as "Caribs", but who, in fact, are of African descent, being the descendants of those negroes who were cast away in a slaver on that coast, some sixty years ago, and of those aborigines of St. Vincent's, transferred by the English from that island, about that period. To this the president said that it might be true, but such was not the emigration they desire or could permit, while they would gladly receive a European immigration, or one from the north, as they here call the United States, notwithstanding the prejudices against all immigrants since Walker's raid into Nicaragua".*

entre os ministros norte-americanos no exterior com a Secretaria de Estado em Washington obedecem a uma série de formas tradicionais que compõem uma etiqueta específica. Entretanto, não se pode deixar de observar que esse tom de intimidade que o ministro norte-americano em Honduras utiliza é bastante semelhante ao tom utilizado por outros ministros norte-americanos, servindo em outros países da América Central. Esse “tom” pode ser analisado a partir de múltiplas possibilidades e combinações de diferentes fatores. Acredita-se, contudo, que, considerando a documentação como um todo, os norte-americanos parecem deixar transparecer mesmo no tratamento diplomático, certo descuido pelos centro-americanos.

IV. Pânico e Imperialismo

Como já tratado, a documentação analisada sugere que os ministros norte-americanos baseados na América Central começaram a tentar negociar projetos de colonização para afro-americanos depois do discurso de Lincoln de 3 de dezembro de 1861. Tal discurso é considerado, por grande parte dos autores que escrevem sobre os projetos de colonização propostos durante a Guerra de Secessão, como o documento inicial que inseriu oficialmente a problemática da colonização não só no governo Lincoln, como tornou pública a intenção dos Estados Unidos em encontrar um lugar fora de seu território para abrigar sua população afrodescendente.⁴¹⁸

“Nesse caso, eu recomendo que o Congresso provenha pela a aceitação de tais pessoas de tais Estados, de acordo com algum modo de valoração, *in lieu, pro tanto*, de impostos diretos, ou sobre algum outro plano a ser definido com tal estado respectivamente; que tais pessoas, como aceito pelo Governo Geral, sejam imediatamente consideradas livres, e que, de qualquer forma, marche-se em direção à colonização de ambas as classes (ou da primeira mencionada, se a outra não se tornar real) em algum lugar ou lugares de clima a eles congenial. Pode ser bom considerar também, se os libertos, já nos Estados Unidos, não poderiam, tanto quanto esses indivíduos desejarem, ser incluídos nessa colonização”.⁴¹⁹

⁴¹⁸ Ver GRESHAM, Luveta W. "Colonization Proposals for Free Negroes and Contrabands During Civil War". *Journal of Negro Education*, v. 16, n. 1, 1947; WESLEY, Charles H. "Lincoln's Plan for Colonizing the Emancipated Negroes". *The Journal of Negro History*, v. 4, n. 1, 1919; e ANDREW, N. e CLEVEN, N. "Some Plans for Colonizing Liberated Negro Slaves in Hispanic America". *The Journal of Negro History*, v. 11, n. 1, 1926.

⁴¹⁹ LINCOLN, Abraham. "First Inaugural Address of Abraham Lincoln", de 04/03/1861, Yale-LGLL-AvalonProject. Disponível em http://avalon.law.yale.edu/19th_century/lincoln1.asp, acesso em: 12 mar. 2012. Tradução nossa. No original: "In such case I recommend that Congress provide for accepting such persons from such States, according to some mode of valuation, in lieu, pro tanto, of direct taxes, or upon some other plan to be

Como visto no Capítulo II, a primeira mensagem anual de Lincoln, de 3 de dezembro de 1861, ao discutir o que fazer com escravos libertados via a lei do *Confiscation Act*, aprovada em 6 de agosto de 1861, sugere a colonização como solução.⁴²⁰ Mais que uma “solução” para essas pessoas que estão sendo libertadas por leis e circunstâncias próprias da Guerra de Secessão, sugere-se que a colonização alcance também aqueles homens e mulheres afro-americanos que já eram livres: “Pode ser bom considerar, também, se os libertos que já estão nos Estados Unidos, não poderiam, tanto quanto esses indivíduos desejarem, ser incluídos nessa colonização”.⁴²¹

Não se pode também deixar de levar em conta que outras iniciativas semelhantes às aquelas dos anos 1860 já haviam sido tornadas públicas anteriormente. Para além da Libéria, que é o exemplo mais substancial no tocante a projetos de colonização, podemos também citar o caso da proposta de Maury para o Brasil. Como já tratado no Capítulo III, Maury desenvolveu um projeto com objetivo de anexar parte da Amazônia brasileira à economia escravocrata do Sul dos Estados Unidos.⁴²² A diferença dos projetos de colonização do governo Lincoln é, em grande parte, o apoio oficial de Washington, bem como de alguns governos estaduais. Os diplomatas norte-americanos, destarte, provavelmente não deviam ser completamente leigos acerca do assunto da colonização de afro-americanos fora dos Estados Unidos. Depois do discurso de Lincoln e com a oficialização da colonização como uma possível política de estado, os ministros residindo na América Central passaram a negociar potenciais empreitadas que envolveriam, ao final, um tratado oficial entre dois ou mais países.

Os ministros norte-americanos da Costa Rica, Charles Riotte, e da Guatemala, Elisha Crosby, como visto, conseguiram aparentemente angariar inicialmente apoio político local para os projetos de colonização. Já os ministros norte-americanos na Nicarágua, Andrew Dickinson, e

agreed on with such States respectively; that such persons, on such acceptance by the General Government, be at once deemed free, and that in any event steps be taken for colonizing both classes (or the one first mentioned if the other shall not be brought into existence) at some place or places in a climate congenial to them. It might be well to consider, too, whether the free colored people already in the United States could not, so far as individuals may desire, be included in such colonization". (Grifos Nossos)

⁴²⁰ RAYMOND, Henry J. *History of the Administration of President Lincoln: Including his Speeches, Letters, Addresses, Proclamations and Messages. With a Preliminary Sketch of His Life*. Nova York: J. C. Derby & N. C. Miller, 1864, p. 176. Disponível como ebook no endereço abaixo, consultado em 13/12/2012.

<https://play.google.com/store/books/details?id=ELgTAAAYAAJ&rdid=book-ELgTAAAYAAJ&rdot=1>

⁴²¹ RAYMOND, Henry J. *History of the Administration of President Lincoln...* p. 176. Tradução nossa. No original: "It might be well to consider, too, whether the free colored people already in the United States could not, so far as individuals may desire, be included in such colonization".

⁴²² Ver SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. "O Sonho Americano de Criar a República Amazônica". História Viva, São Paulo - SP, p. 66 - 69, 01 fev. 2009.

em Honduras, James Partridge se reportam ao Secretário de Estado, William Seward, com menções à resistência das elites políticas locais aos projetos de colonização de afro-americanos em seus territórios. Podemos observar essa questão na nota de Partridge a Seward, em 26 de agosto de 1862:

“... pelo que eu li nos jornais, pode se tornar desejável para o governo saber, pelo menos, o ponto de vista desse governo em relação à colonização de libertos dos Estados Unidos em Honduras. Eu conversei com o presidente sobre esse assunto ... uma emigração de escravos libertos dos Estados Unidos não é desejável de forma alguma”.⁴²³

A nota acima tem data posterior ao discurso já tratado que Lincoln proferiu para um comitê de afro-americanos na Casa Branca em 14 de agosto de 1862. É possível inferir que, dada a repercussão que a publicação do discurso causou, o que Partridge diz ler nos jornais hondurenhos sejam comentários locais contrários aos projetos de colonização. Como se verá, é depois da publicação do referido discurso que os ministros centro-americanos nos Estados Unidos começam a protestar sobre as intenções norte-americanas na América Central. Ao final, os despachos acalorados de Yrisarri e Molinas à Secretaria de Estado serão considerados por Seward como provas diplomáticas do desinteresse das repúblicas centro-americanas nos projetos de colonização. As razões que impediram que os projetos de colonização se realizassem são inúmeras e a resistência dos homens e mulheres afro-americanos é algo que aparece muito pouco nos canais diplomáticos. De qualquer maneira, as negociações com a América Central se mostraram complexas e mediadas por experiências e dinâmicas políticas próprias que prescindiram de uma reflexão sobre a forma como as relações internacionais dos Estados Unidos com essas repúblicas foram construídas após as independências.

As iniciativas de negociação de projetos de colonização dos ministros Riotte e Crosby se mostram na correspondência diplomática, como visto, fazendo referência ao discurso de Lincoln de 3 de dezembro de 1861, que é interpretado pela historiografia específica como o momento oficial em que o tema da colonização entra publicamente na agenda do governo dos Estados Unidos. Tanto Riotte como Crosby parecem ter tido algum sucesso inicial em angariar apoio

⁴²³ Despacho s/n datado de 26/08/1862, enviado por James Partridge, ministro dos Estados Unidos em Honduras, para o secretário de estado em Washington, William Seward. PRFA –LOF, p. 960. Tradução nossa. No original: “... from what I read in the papers, that it might become desirable for the government to know at least the views of this government in relation to the colonization of free blacks from the United States in Honduras, I had a conversation with the president upon that subject”.

político local para os projetos de colonização. Entretanto, ao longo de 1862, como visto no Capítulo II, os discursos presidenciais são cada vez mais específicos no que tange o local para onde se quer criar uma colônia de afro-americanos. Se em 3 de dezembro de 1861 se falava apenas em “algum lugar ou lugares de clima congenial a eles” (“*some place or places in a climate congenial to them*”),⁴²⁴ em 16 de abril de 1862, no texto da Lei de Emancipação Compensada do Distrito de Columbia (*District of Columbia Compensated Emancipation Act*) já se especificava:

“E coloque-se ainda em prática, que a soma de cem mil dólares, do orçamento do Tesouro que não esteja apropriado para outro propósito, seja apropriada para ser gasta sob a direção do Presidente dos Estados Unidos, no auxílio à colonização e estabelecimento de tais pessoas livres de descendência africana no dito Distrito, incluindo aqueles a serem libertos por esse ato e que possam desejar emigrar para as Repúblicas do Haiti ou da Libéria, ou para qualquer outro país para além dos limites dos Estados Unidos”.⁴²⁵

Já em 12 de julho de 1862, no Apelo aos Representantes dos Estados Escravistas Fiéis à União para a Emancipação Compensada (*Appeal to Border-State Representatives for Compensated Emancipation*), falava-se em adquirir territórios: “Espaço na América do Sul para colonização pode ser obtido com baixo custo, e em abundância, e quando os números forem amplos o suficiente para servirem de companhia e encorajamento para outras iniciativas, os libertos não se mostrarão tão relutantes em ir”.⁴²⁶ Finalmente, no discurso de 14 de agosto de 1862, Lincoln cita a América Central e se refere a Chiriqui, sem mencionar o nome da região especificamente: “O lugar sobre o qual estou pensando para uma colônia é a América Central.

⁴²⁴ LINCOLN, Abraham. "First Inaugural Address of Abraham Lincoln", de 4/3/1861, Yale-LGILL-AvalonProject. Disponível em http://avalon.law.yale.edu/19th_century/lincoln1.asp, acesso em: 12 mar. 2012

⁴²⁵ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* "District of Columbia Compensated Emancipation", também referido por sua primeira frase "*An Act for the Release of certain Persons held to Service or Labor in the District of Columbia*" de 16/04/1862, p. 212. Tradução nossa. No original: "*And be it further enacted, That the sum of one hundred thousand dollars, out of any money in the Treasury not otherwise appropriated, is hereby appropriated, to be expended under the direction of the President of the United States, to aid in the colonization and settlement of such free persons of African descent now residing in said District, including those to be liberated by this act, as may desire to emigrate to the Republics of Hayti or Liberia, or such other country beyond the limits of the United States*".

⁴²⁶ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* "Appeal to Border-State Representatives for Compensated Emancipation, Washington D.C. ", de 12/07/1862, p. 362. Tradução nossa. No original: "*Room in South America for colonization, can be obtained cheaply, and in abundance; and when numbers shall be large enough to be company and encouragement for one another, the freed people will not be so reluctant to go*".

(...) O lugar que eu tenho em vistas será uma grande via expressa entre o Atlântico (...) e o Oceano Pacífico (...) há evidências de minas de carvão bastante ricas”.⁴²⁷

O que se quis aqui demonstrar é que na medida em que o tema da colonização parece ganhar força dentro das políticas de emancipação da Guerra da Secessão, o interesse na América Latina vai ficando mais claro. Em adição a isso, os ministros norte-americanos na América Latina já vinham tentando persuadir diferentes governos a abrirem seus territórios para os projetos de colonização. Por fim, a “tradição” de interferência e dominação dos Estados Unidos na América Central acabou por culminar no temor das elites políticas em terem em seus países enclaves sob a proteção do governo dos Estados Unidos.

Em nota de 20 de julho de 1862 a Seward, Partridge anexou trechos de uma tradução de notícia publicada no periódico oficial do governo hondurenho (*La Gaceta*) do mesmo dia. Tal notícia era, aparentemente, também uma tradução de um artigo do jornal norte-americano, *Boston Daily Advertiser*, de 23 de abril de 1862. O nome do artigo era “Atenção Centro-Americanos” e pretendia servir como aviso dos perigos que aquela população, que imigraria com a proteção do governo dos Estados Unidos, poderia representar. O artigo ainda mencionava a suposta manifestação de vontade desses afro-americanos em, desde o início, estabelecerem a partir do fortalecimento paulatino de vínculos comerciais com seu país de origem: “Eles desejam emigrar para a América Central, com a esperança de serem tão protegidos pelos Estados Unidos que eles desejam trazer para os Estados Unidos o grande comércio do Pacífico, que deverá aumentar por direito as riquezas e o poder de seu país em comum”.⁴²⁸

Desta forma, os documentos mostram que mesmo antes do discurso de Lincoln, de 14 de agosto de 1862, espalhou-se certo pânico pela Guatemala, Salvador, Honduras, Costa Rica e Nicarágua acerca das intenções de Washington com as negociações dos projetos de colonização. Mas foi a menção de Lincoln ao que seria a região de Chiriqui, no referido discurso de 14 de agosto de 1862, que parece ter desencadeado o movimento de rejeições oficiais dos centro-

⁴²⁷ LINCOLN, Abraham. "Address on Colonization to a Committee of Colored Man, Washington, D.C. August, 14th, 1862" Relatório Mitchell, p. 7. Tradução nossa. No original: "The place I am thinking about having for a colony is in Central America (...) The particular place I have in view is to be a great highway from the Atlantic (...) to the Pacific ocean (...) there is evidence of very rich coal mines"

⁴²⁸ Anexo do despacho 11, datado de 20/07/1862, enviado por James Partridge, ministro dos Estados Unidos em Honduras, para o secretário de estado em Washington, William Seward, de, PRFA - LOF, pp. 891-892. Tradução nossa. No original: "They desire to emigrate to Central America, with the hope of being so protected by the United States that they desire to bring to the United States that great commerce of the Pacific, which ought to increase by right the riches and powers of their common country".

americanos nos canais diplomáticos. Em uma troca de notas entre os ministros representantes dos Estados Unidos, Charles N. Riotte na Costa Rica, e Andrew B. Dickinson na Nicarágua, em 28 de agosto de 1862, Riotte escreveu:

“O último navio da América Central nos transmitiu as notícias de um perfeito pânico reinando sobre a Nicarágua e Honduras por conta de um terrível dilúvio de migração de negros provenientes dos Estados Unidos que tomara os dois países (...) O medo já contagiou e se espalhou por aqui e comprometeu o projeto que eu trabalhava junto com este governo por muito meses visando facilitar e assegurar o estabelecimento de colônias de libertos por autorização/ato do congresso”.⁴²⁹

Do mesmo modo que acontecia em Chiriqui, norte-americanos possuíam empresas e concessões em todos os países da América Central. Em nota trocada entre os ministros representantes dos Estados Unidos, Andrew B. Dickinson na Nicarágua e Charles N. Riotte na Costa Rica, em 10 de setembro de 1862, Dickinson escreveu:

“Vários americanos secessionistas residem aqui e vieram para este país antes da invasão de Walker (...) Desta maneira, eles conseguiram conservar o respeito e a estima do governo. Eles são homens influentes e meios (...) Eles se apoderaram dos projetos de colonização desde sua concepção e exageraram e distorceram as ideias dos projetos de tal forma que conseguiram manipular os preconceitos das pessoas deste país e as mantiveram sempre com desconfiança sobre esse assunto”.⁴³⁰

Como visto, as elites políticas daqueles países tinham medo não apenas das formas que tais projetos tomariam, mas de que tais projetos se concretizassem sem autorização daqueles

⁴²⁹ Cópia de despacho s/n com datada de 10/09/1862, enviado por Andrew Dickinson, ministro dos Estados Unidos na Nicarágua, para Charles Riotte, ministro dos Estados Unidos na Costa Rica. Tal despacho se encontra como um anexo do Despacho 27 com datado de 12/09/1862, enviado por Andrew Dickinson, ministro dos Estados Unidos na Nicarágua, para o secretário de estado em Washington, William Seward. PRFA-LOF, p. 974. Tradução nossa. No original: *"The last steamer from Central America conveyed us the news of a perfect panic prevailing over Nicaragua and Honduras on account of a dreadful deluge of negro emigration into these two countries from the United States (...) The contagion of fear has spread already here, and spoiled a project which, for a number of months, I was considering, with the government, with the view of facilitating and securing the establishment of freed negro colonies by an act of congress"*.

⁴³⁰ Despacho s/n com datada de 10/09/1862, enviado por Andrew Dickinson, ministro dos Estados Unidos na Nicarágua, para Charles Riotte, ministro dos Estados Unidos na Costa Rica. Tal despacho se encontra como um anexo do Despacho 27 com datado de 12/09/1862, enviado por Andrew Dickinson, ministro dos Estados Unidos na Nicarágua, para o secretário de estado em Washington, William Seward. PRFA-LOF, p. 974. No original: *"Several American secessionists reside here who came to this country before the Walker invasion (...) They have consequently retained the respect and esteem of this government. They are men of means and influence (...) They have seized upon this colonization scheme from inception, and magnified and distorted it, and so worked upon the prejudices of the people of this country as to keep them constantly agitated on the subject"*.

governos. Como se vê abaixo, em uma nota do Ministro das Relações Exteriores da Nicarágua, Pedro Zeledon:

“Senhor: Vez que parece que as pessoas desse país entretêm seriamente o medo de que o Presidente dos Estados Unidos planeje estabelecer uma colônia de libertos em alguma parte da América Central, eu considero apropriado assegurar a esse governo de que nenhum projeto dessa natureza será realizado contra os desejos conhecidos das pessoas desses estados”⁴³¹.

Esse justo temor dos centro-americanos fez que seus ministros nos Estados Unidos começassem uma campanha junto à Secretaria de Estado em Washington para que se cessassem as negociações dos projetos colonização. O que desencadeou tal campanha foi, como visto, o discurso de Lincoln para o comitê de afro-americanos em 14 de agosto de 1862.

“O abaixo-assinado ministro plenipotenciário das Repúblicas da Guatemala e Salvador, tem a honra de fazer saber a vossa excelência, o Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, que se leu em diversos jornais deste país [Estados Unidos] um discurso atribuído ao presidente [Lincoln], no qual ele fez uma oferta para um grupo de pessoas de cor de estabelecer uma colônia daquela raça na América Central. Acrescentando vossa excelência que “ele [Lincoln] se esforçaria para que adquirissem igualdade, que a ele tinha sido assegurado que eles [os afrodescendentes] receberiam o melhor tratamento”⁴³².

⁴³¹ Nota com data de 09/09/1862, enviada por Pedro Zeledon, Ministro das Relações Exteriores da Nicarágua, a Andrew Dickinson, ministro dos Estados Unidos na Nicarágua. Tal nota foi anexada ao Despacho 27 datado de 12/09/1862, enviado por Andrew Dickinson, ministro dos Estados Unidos na Nicarágua, para o secretário de estado em Washington, William Seward. PRFA-LOF, p. 975. Tradução nossa. No original: “*Sir: As serious fears seem to be entertained by the people of this country that the President of the United States intends to establish a colony of free colored persons in some part of Central America, I deem it proper to assure this government that no such project will be attempted against the known wished of the people of these states*”.

⁴³² Despacho s/n datado de 28/08/1862, enviado por Antonio José de Yrisarri, ministro representante da Guatemala e El Salvador nos Estados Unidos, para o secretário de estado em Washington, William Seward. PRFA – LOF, p. 952. Tradução nossa. No original: “*The undersigned, minister plenipotentiary of the republic of Guatemala and Salvador, has the honor to make known to his excellency the Secretary of State of United States of America that he has seen in several newspapers of this country a speech which is said to have been made by the President (...), in which speech there is an offer made to that committee to provide for people of color by establishing a colony of their race in Central America. His excellency adding “he would endeavor to have them made equals, and that he had the best assurance that they would be as good as the best”*. A resposta Despacho s/n datado de 05/09/1862, enviado pelo secretário de estado em Washington, William Seward, para Antonio José de Yrisarri, ministro representante da Guatemala e El Salvador nos Estados Unidos. PRFA – LOF, p. 952. Tradução nossa. No original: “*The undersigned has the honor to state, in reply, that the note of Mr. Yrisarri has excited some surprise on the part of this government, because, first, it is thought unusual to base diplomatic communications upon informal conversations of the executive head of the government as reported in public journals, and, secondly, it is not perceived that the remarks attributed to the President imply any purpose or desire on his part to colonize any class of persons in the states represented by Mr. Yrisarri, or in any other Central American State, without first obtaining by peaceful and friendly negotiation the consent of the government of such state to that proceeding*”.

O trecho acima foi retirado de uma nota de Antonio José de Yrisarri, representante nos Estados Unidos da Guatemala e El Salvador para o Secretário de Estado dos Estados Unidos, William Seward, em 26 de agosto de 1862. Faz-se interessante notar a forma aberta com que o ministro centro-americano expressa não apenas surpresa ao ler nos jornais um discurso proferido pelo presidente Lincoln, mas mais surpresa ainda de saber que tais negociações parecem estar sendo feitas sem o conhecimento dele. Aparentemente os ministros centro-americanos nos Estados Unidos, nesse momento, veem-se em situação bastante delicada. Por um lado, os ministros norte-americanos na América Central já vinham tentando vender tais projetos com ajuda, muitas vezes, de outros americanos influentes vivendo *in locu*. Por outro lado, os jornais nos Estados Unidos publicam com alguma frequência notícias de que o presidente Lincoln estava engajado e parecia falar com algum grau de certeza de que providências estavam sendo tomadas para que tais projetos se desenvolvessem na América Central, deixando implícito que o lugar que ele tinha em mente seria com certeza comprado e utilizado para sediar colonos afro-americanos. Luis Molinas, representante nos Estados Unidos da Costa-Rica, Nicarágua e Honduras escreveu o seguinte a Seward, em 19 de setembro de 1862:

“Em meados de junho passado, tendo sido informado, através de fontes privadas e confiáveis de que foi formalmente contemplada a possibilidade de efetivar a anteriormente citada colonização em territórios da América Central, e especialmente, no istmo do Chiriqui, eu tive a honra de informar a Vs. Excelência, que nenhum dos governos que eu represento consentiria na formação em seu território de colônias independentes, quaisquer que possam ser suas cores ou lugares de origem, nem sob os auspícios e proteção de nenhum governo estrangeiro; que eles desejam e estão dispostos a promover a imigração de pessoas industriosas e capazes de contribuir para o melhoramento e o avanço do país, identificando-se com os habitantes, sob o controle exclusivo de suas leis; e que eles se reservam o direito de regular o assunto como melhor lhes aprouver, e o exercício de outros direitos que lhes cabe como Estados soberanos; e que o projeto em questão, mesmo supondo que ele não pretende dar um caráter inadmissível de independência à colônia não encontraria apoio na América Central, em cujo território se parecia dispor, sem aviso a, ou o consentimento de, seus proprietários, para o propósito de importar uma praga da qual os Estados Unidos não pretende, para estabelecer colônias independentes, nem para mandar colonos para a América Central, sem previamente obter o consentimento dos respectivos governos; e vocês discutiram longamente sobre as vantagens da imigração e da propriedade que os Estados Hispano-Americanos deveriam proteger e promover aquilo que parece ser mais apropriado e agradável para amalgamar tendo em vista suas tradições originais”.⁴³³

⁴³³ Despacho s/n, datado de 19/09/1862, enviado por Luis Molinas, ministro da Costa Rica, Nicarágua e Honduras nos Estados Unidos, ao secretário de estado em Washington, William Seward. PRFA-LOF, p. 968. Tradução nossa. No original: “About the middle of June last, having been informed through private reliable sources that it was formally contemplated to carry into effect the aforementioned colonization into the territories of Central America,

A contundente e corajosa nota de Molinas resume grande parte das problemáticas que se tentou tratar no presente capítulo. Quais sejam, as soberanias das nações centro-americanas que constantemente eram questionadas por ações imperialistas dos Estados Unidos, bem como de países europeus; o fato de que essas nações que lutavam para fazer tais soberanias tinham, por direito, a liberdade de estabelecer políticas nacionais em relação a seus territórios e suas camadas trabalhadoras; e, por fim a questão racial que aparece timidamente com a colocação de que aquelas repúblicas buscavam imigrantes “industriosos” - quase o mesmo termo utilizado pelo presidente interino de Honduras na descrição do ministro norte-americano no país, James Partridge, de uma conversa entre os dois acerca dos projetos de colonização.⁴³⁴ Castellanos, o presidente hondurenho, contudo, utilizou o termo “brancos industriais”, usando como exemplo os alemães. Essa característica, de ser “industrial”, parece se limitar às referências feitas aos potenciais imigrantes brancos, nunca ou raramente aqueles de descendência africana. O referido despacho de Molinas não foi o último em protesto acerca da forma como os jornais norte-americanos apresentavam de maneira sensacionalista a proximidade da fundação de colônias para afro-americanos na América Central.

Tratou-se, no início do presente capítulo, de uma hipótese de análise das negociações com a América Central elaborada por Thomas Schoonover.⁴³⁵ O autor apresenta, em seu artigo, a falta de sucesso dos projetos de colonização mais como uma consequência do pânico que se espalhou pelos governos centro-americanos, do que pelo fato de os colonos serem de

and specially upon the isthmus of Chiriqui, I had the honor to inform your excellency that none of the governments which I represent would consent to the formation upon its territory of independent colonies, whatever might be their color and place of departure, nor under the auspices and protection of any foreign government; that they desire and are disposed to promote the immigration of industrious persons, and capable of contributing to the improvement and advancement of the country, and of identifying themselves with the inhabitants, under the exclusive control of its laws; and they reserve to themselves the right of regulating the matter as may suit them, and the exercise of other rights which appertain to them as sovereign states; and that the project in question, even supposing that it did not tend to give an inadmissible character of independence to the colony, would not meet with the favor of Central America, of whose territories it seemed to dispose of, without notice to, nor the consent of, the proprietors, for the purpose of importing a plague of which the United States do not intend, to establish independent colonies, nor to send colonists to Central America, without previously obtaining the consent of the respective governments; and you dwell at length upon the advantages of the immigration and the property that the Hispano-American States should protect and promote that which seems most appropriate and likely to amalgamate in view of its original traditions".

⁴³⁴ Despacho s/n, datado de 26/08/1862, enviado por James Partridge, ministro dos Estados Unidos em Honduras, para o secretário de estado em Washington, William Seward. PRFA –LOF, p. 960. Tradução nossa. No original: "This government is anxious for an immigration of industrious whites".

⁴³⁵ SCHOONOVER, Thomas. "Misconstrued Mission"....

descendência africana. Sebastian Page compartilha de tal opinião.⁴³⁶ De fato, as relações entre norte-americanos e centro-americanos se mostraram bastante complexas no que tange as investidas imperialistas dos Estados Unidos. Entretanto, a questão da raça também aparece e também parece ter importância para aquelas nações recém-independentes que construíam seus Estados Nacionais. O trecho abaixo, escrito por Zeledon parece confirmar Shoonover e Page:

“desde que notícias chegaram a essa república que (...) os Estados Unidos (...) [pretendem] transportar, à custa deles, os negros emancipados para um lugar fora daquela república, e os assentar sob a proteção dos Estados Unidos, que Vossa Excelência, o presidente desta república [Nicarágua], entendendo que a introdução de tais elementos em nosso território seria lamentável e perigoso, tanto na questão da degradação da raça (...) quanto no que é mais importante, que é [tal assentamento] estar na proteção especial de outra nação, ordenou que seus ministros residentes nos Estados Unidos fossem orientados para fazer saber da aberta oposição deste governo a qualquer empreendimento desta natureza”.⁴³⁷

Ao longo da análise documental, contudo, levantou-se a hipótese de que, fossem diferentes as relações entre essas repúblicas e os Estados Unidos, talvez a questão da inclusão social dos afrodescendentes – “prometida” por Lincoln - tivesse ganhado mais espaço no canal diplomático. O que se sabe, contudo, é que os governos centro-americanos passaram a rejeitar fervorosamente os projetos de colonização a partir do momento que os discursos que circulavam nos Estados Unidos passaram a tratar sobre o tema com um tom de certeza de que a América Central seria o futuro lar para os afro-americanos. Em 11 de setembro de 1862, pouco menos de um mês após o discurso de Lincoln no qual ele se referia à fundação de uma colônia na América Central (se referindo a Chiriquí), aprovou-se um decreto na Nicarágua que estabelecia um novo sistema de passaportes para estrangeiros que quisessem adentrar o país. O preâmbulo do decreto nos leva a crer que a mesma havia sido criado e aprovado devido às negociações dos projetos de colonização:

⁴³⁶ PAGE, Sebastian. "Lincoln and Chiriquí Colonization Revisited"...

⁴³⁷ Despacho s/n datado de 29/07/1862, de Pedro Zeledon, ministro das relações exteriores da Nicarágua. Tal despacho foi anexado ao despacho s/n, datado de 09/09/1862, enviado por Antonio José de Yrisarri, ministro representante da Guatemala e El Salvador nos Estados Unidos, para o secretário de estado em Washington, William Seward. PRFA – LOF, p. 955. Tradução nossa. No original "*Since news was received in this republic that the (...) United States (...) to transport, at their expense, the liberated negroes to a point beyond that republic, and to establish then under the protection of the said United States, his excellency the president of this republic, discovering that the introduction of such elements into our territory would be lamentable and dangerous, both on account of the degradation of the race (...) what is more, on account of its being under the special protection of another nation, has ordered its ministers in the United States to be instructed to openly make known the opposition of this government to every undertaking of this nature*".

“O presidente da república para seus habitantes: Considerando a necessidade de colocar a república em guarda contra as inconveniências e os perigos que, em qualquer momento e, especialmente nas atuais circunstâncias, podem ela se submeter por conta da emigração sem as precauções observadas pelas nações civilizadas em casos similares, no uso de seus poderes extraordinários no departamento de polícia”⁴³⁸

As trocas feitas pelo canal diplomático apresentam de forma enganosamente clara o desfecho da questão. Aos acalorados protestos de Yrisarri e Molinas, a Secretaria de Estado respondeu que considerava as palavras dos diplomatas centro-americanos como prova oficial acerca do desinteresse dos governos que representavam em sediar os projetos de colonização:

“Eu tenho agora de informar Vs. Excelência de que o Congresso, sob o qual a colonização em questão deve ser proposta, não defere a tentativa de estabelecer tal colônia em nenhum país em o consentimento prévio do governo local, e que seu protesto é acatado pelo Presidente como uma negação de tal consentimento da parte dos três Estados que o senhor tão dignamente representa”⁴³⁹.

As negociações dos projetos de colonização cessam por volta do mês de outubro de 1862 e o papel da resistência das mulheres e homens afro-americanos sequer passa tangentemente nas trocas entre os Estados Unidos e América Central. Discutir-se-á, no capítulo seguinte, como as administrações coloniais caribenhas apresentam a questão de se recrutar interessados em deixar os Estados Unidos para serem majoritariamente trabalhadores rurais no Caribe. Essas outras frentes de negociação abrem algumas brechas para se pensar na questão da resistência aos projetos de colonização.

⁴³⁸ Tradução do decreto de 11/09/1862 enviada por Pedro Zeledon, ministro das relações exteriores da Nicarágua, para Luis Molinas, ministro da Costa Rica, Nicarágua e Honduras nos Estados Unidos. A tradução foi anexada ao despacho s/n datado de 10/09/1862, enviado por Luis Molinas ao secretário de estado em Washington, William Seward. PRFA-LOF, p. 977. Tradução nossa. No original: *"The president of the republic to its inhabitants: Considering the necessity of putting the republic on its guard against the inconveniencies and dangers which in all time, and specially under present circumstances, may happen to it from emigration from abroad without the precautions which are observed by civilized nations in similar cases, in the use of his extraordinary powers in the department of police decrees"*

⁴³⁹ Despacho s/n, datado de 24/09/1862, enviado pelo secretário de estado em Washington, William Seward, para Luis Molinas, ministro da Costa Rica, Nicarágua e Honduras nos Estados Unidos. PRFA-LOF, p. 980. Tradução nossa. No original: *"I have now to inform your excellency that the Congress, under which the colonization in question is proposed to be made, do not warrant the attempt to establish such a colony in any country without previous consent of the government thereof, and that your protest is accepted by the President as a denial of such consent on the part of the three states you so worthily represent"*.

Capítulo V: O Caribe: Liberdade, Controle da Mão de Obra, o Trabalho Dependente

Como vínhamos demonstrando nos capítulos anteriores, as negociações que envolveram o Brasil e o Equador, bem como as nações independentes da América Central, foram permeadas por interesses por parte dos Estados Unidos em estabelecer áreas de influência política e econômica nesses locais através dos projetos de colonização. Contudo, as frentes de negociação envolvendo as possessões coloniais no Caribe, bem como no caso do Haiti e da Libéria, funcionaram de forma bastante diferente. No presente capítulo, analisar-se-ão as trocas diplomáticas entre a Secretaria de Estado dos Estados Unidos, sob William Seward, com os responsáveis pela administração da ilha dinamarquesa de Saint Croix ou Santa Cruz (doravante assim referida nesse capítulo); a colônia holandesa do Suriname; e as colônias britânicas da Guiana Britânica, das Honduras Britânicas (atual Belize) e da Jamaica, dentre outras.

Ao contrário da lógica embebida no aberto imperialismo das negociações dos projetos de colonização propostos por agentes norte-americanos para a América Latina, foram, aparentemente, representantes dos administradores coloniais caribenhos que demonstraram interesse em receber colonos afro-americanos. A documentação sugere que, apesar desses projetos também não terem se concretizado, as administrações coloniais mostravam-se bastante ávidas pela migração de quaisquer trabalhadores que quisessem deixar os Estados Unidos. Esses interesses das colônias caribenhas em receber - e até custear - o transporte de trabalhadoras e trabalhadores afro-americanos respondem a múltiplas realidades e necessidades. Uma dessas necessidades, em particular, aparece de forma bastante proeminente nos discursos que emergem da documentação consultada. Trata-se da questão da falta de mão de obra em diversas regiões de lavoura dessas colônias. Tais realidades são algumas das muitas consequências das leis de fechamento do tráfico do início do século XIX e das leis de abolição da instituição da escravidão poucas décadas depois.

As conquistas dos muitos e diferentes movimentos abolicionistas; das variadas resistências e formas de agência escravas (individuais e de forma coletiva), interesses internacionais, dentre inúmeros outros fatores, tiveram grande impacto nas colônias europeias no Caribe. Grande parte desses territórios tinha suas economias baseada, em larga medida, no cultivo agrícola feito por escravos e escravas, no sistema que ficou conhecido como o de sistema de *plantation*. Como já tratado na Introdução, bem como no Capítulo I, as realidades geradas pelas

independências e abolições diferem bastante de acordo não só com o país ou colônia, mas também das regiões de uma mesma nação. A própria composição das camadas trabalhadoras é bastante variada dentro dos diversos espaços das Américas. Apesar da presença de escravos de origem africana ser bastante comum em virtualmente todos os países, o uso massivo de escravos africanos nas economias - majoritariamente de lavoura - varia bastante. Nas colônias envolvidas nas negociações com os projetos de colonização da Guerra de Secessão, o emprego de africanos escravizados havia sido bastante expressivo até a emancipação. O que se convencionou chamar de economia de *plantation* foi, portanto, regra geral.

A emancipação nos domínios ingleses, como já mencionado, seguiu-se ao fechamento do tráfico em 1808 e ao estabelecimento do aprendizado após a abolição; ou seja, a partir de 1833. Em adição, a crescente esquadra britânica na costa ocidental da África, desde o início do século XIX, não inibiu apenas o tráfico para as possessões britânicas, mas todo o tráfico de escravos, primeiramente acima da linha do Equador e depois por toda costa também abaixo da linha, que alimentava, também, em larga medida, o mercado brasileiro.

I. Entre Colônias e Metrôpoles

A frente de negociação envolvendo a possessão dinamarquesa no Caribe, ou seja, a ilha de Santa Cruz, já foi mencionada no Capítulo I, no momento em que se tratou do interesse da coroa dinamarquesa nos homens, mulheres e crianças africanos interceptados pela esquadra norte-americana no tráfico transatlântico de escravos que havia sido tornado ilegal. Em 26/05/1862, o representante da Dinamarca nos Estados Unidos, o Coronel W. Raasloff, enviou para o Secretário de Estado em Washington, William Seward, uma segunda proposta envolvendo potenciais trabalhadores negros sob a autoridade dos Estados Unidos:

“Tive a honra, em minha nota de 23 de abril último, de informá-lo de que eu estava preparado para negociar e assinar uma convenção especial para a emigração de negros livres deste país para a ilha de Santa Cruz nas Índias Ocidentais dinamarquesas. Eu gostaria de reiterar que estou também preparado para, da mesma maneira, negociar e concluir uma convenção especial para a transferência para a mesma ilha de africanos que sejam encontrados, deste momento em diante, a bordo de navios negreiros capturados pelos navios dos Estados Unidos. Os termos que, como relatados na nota acima mencionada, estou autorizado a oferecer para negros livres emigrando deste país para Santa Cruz servirão, da mesma forma, como base para esta proposta de negociação. Tais

termos são aplicáveis aos africanos capturados, com exceção, apenas, que os últimos teriam que servir como aprendizes por certo número de anos, algo como cinco anos, como trabalhadores de segunda e terceira classes nas propriedades produtoras de açúcar. Durante o referido período de tempo, contudo, eles receberiam o tratamento, em todos os aspectos, que recebe a população local livre vivendo nas áreas rurais”.⁴⁴⁰

Sendo uma segunda proposta, enviada no prazo de um pouco mais de um mês da primeira, é possível inferir que o ávido interesse dinamarquês nos projetos de colonização da Guerra de Secessão (1861-1865) era não só bastante representativo da falta de trabalhadores nas fazendas caribenhas do pós-abolição, mas também de um movimento de “aproveitamento” de africanas e africanos interceptados pelo tráfico, que as autoridades britânicas desembarcavam em suas colônias nas Américas, como trabalhadores a passarem pelo regime de aprendizado. A Dinamarca, assim, é possível imaginar, via nas atividades da esquadra norte-americana na costa ocidental da África uma oportunidade de também “aproveitar” aquela população interceptada.⁴⁴¹ A seguir um trecho de Beatriz Mamigonian que esclarece este movimento de “recrutamento” de trabalhadores não escravos para o Caribe:

“Da parte do governo britânico, a campanha pela abolição do tráfico transatlântico de escravos como um todo refletiu as mudanças na política formulada para as próprias colônias. Um dos principais componentes das políticas pós-emancipação foi o apoio dado pelo Ministério das Colônias (Colonial Office) na década de 1840 para o recrutamento e transporte de africanos livres de Serra Leoa e de africanos recapturados de navios negreiros para as colônias carentes de mão de obra no Caribe britânico e nas Ilhas Maurício, como trabalhadores por contrato (*indentured labourers*). O recrutamento de africanos ou *African emigration scheme*, como veio a ser conhecido, ligava estrategicamente os esforços navais e diplomáticos para reprimir o tráfico de

⁴⁴⁰ Essa nota já foi reproduzida no Capítulo I. Entretanto, para que a narrativa fique mais coesa, escolheu-se reproduzi-la novamente. “Despacho s/n”, de 26/05/1862, enviado pelo Coronel W. Raasloff, ministro da Dinamarca nos Estados Unidos, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward. MITCHELL, James (Emigration Office). **Report on Colonization and Emigration: Made to the Secretary of the Interior**. Edição Fac-Símile. Charleston: BiblioBazaar, 2009. p. 15. Doravante referido como Relatório Mitchell. Tradução nossa. No original. “Sir: I had the honor, in my note of April 23 last, to inform you that I was prepared to negotiate and to sign a special convention for the emigration of free negroes from this country to Danish West India Island of Santa Cruz, and beg leave now to add that I am likewise prepare to negotiate and conclude a special convention for the transfer to that island of Africans who may hereafter be found on board of slavers captured by cruisers of the United States. The terms which, as stated in my above-mentioned note, I am authorized to offer to free negroes emigrating from this country to Santa Cruz would likewise, at least essentially, and as a basis for the proposed negotiation, be applicable to captured Africans, with the exception only that the latter would have to serve as an apprenticeship of a certain number of, say, five, years, as third and second class laborers on a sugar plantation, during which time, however, they would in every other respect, be treated entirely the same as the native free rural population”.

⁴⁴¹ Ver Introdução de ADDERLEY, ROSANNE MARION. **New Negroes from Africa: Slave Trade Abolition and Free African Settlement in the Nineteenth-Century Caribbean**. Bloomington e Indianápolis: Indiana University Press, 2006.

escravos, uma política da Marinha Real (*Royal Navy*) e do Ministério das Relações Exteriores (*Foreign Office*), à busca por novas fontes de mão de obra empreendida pelos governos coloniais e pelo Ministério das Colônias. Dentro desse esquema, os africanos trazidos a bordo de navios negreiros com destino ao Brasil e a Cuba capturados pela Marinha Real seriam sistematicamente transportados para o Caribe britânico como trabalhadores por contrato. Tema importante na historiografia caribenha e na História Imperial britânica pelo seu papel no suprimento de mão de obra pós-emancipação e ainda, na reafricanização da população das ilhas”.⁴⁴²

Outro fator a ser notado no despacho de Raasloff a Seward é a aparente prontidão do ministro dinamarquês nos Estados Unidos em não apenas negociar, mas assinar um tratado envolvendo a transferência de trabalhadores e trabalhadoras para Santa Cruz. Diferente do que se deu nas negociações com os países da América Latina, o interesse na migração de afro-americanos parece ter partido de Raasloff com autorização, aparentemente, da coroa dinamarquesa que ele representava.

Neste sentido, faz-se imprescindível questionar se a forma dos projetos de colonização não é definidora dos mesmos. Já se refletiu na presente pesquisa, sobre as ideias e discursos que embasaram não só as negociações dos 1860, mas outras iniciativas de colonização de afro-americanos, qual seja: a presença do negro livre nos Estados Unidos como um problema social. Tanto na criação da Libéria, nos 1820, como nas frentes de negociação dos 1860, o ideário por trás da iniciativa de remover os afro-americanos dos Estados Unidos gerou discursos semelhantes. Mas no caso do interesse das possessões coloniais caribenhas, como é o caso do da Dinamarca, que aqui estamos tratando, a eventual transferência de população não se daria, necessariamente, por via de companhias norte-americanas, nem os colonos, aparentemente, continuariam sob a proteção do governo dos Estados Unidos. Nas frentes de negociação caribenhas, o interesses dos representantes que propõem contratos à Secretaria de Estado em Washington é apenas no recrutamento e na transferência de mão de obra. Resta a pergunta: essas frentes de negociação fazem parte da lógica dos projetos de colonização apropriados pelo governo Lincoln?

Argumentos nas duas direções podem ser sustentados de maneira satisfatória com base na análise dos documentos. Como foi tratado nos capítulos anteriores, dividiram-se, com o propósito de facilitar a análise, as negociações com o Brasil e com a América Central em duas

⁴⁴² MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. "Em Nome da Liberdade: Abolição do Tráfico de Escravos, o Direito e o Ramo Brasileiro do Recrutamento de Africanos (Brasil Caribe Britânico, 1830-1850)". **Revista Mundos do Trabalho**, v. 3, p. 69, 2011.

partes. A primeira lida com a questão dos discursos raciais e a segunda, dos impulsos imperialistas. Respeitando essa lógica, pensemos o caso não apenas de Santa Cruz (e de sua metrópole, na Dinamarca), mas de todo o Caribe, a partir da mesma divisão.

Quanto à primeira categoria – a dos discursos raciais -, podemos dizer que, no caso das negociações com o Caribe, estes se processam de forma diferente. Posto que são colônias, a questão do teor racial das camadas trabalhadores opera de outra maneira, pois a criação e circulação de discursos identitários estão ainda, em larga medida, ligadas aos interesses das metrópoles europeias. Os discursos referenciais sobre a “qualidade” racial dos trabalhadores aparecem na documentação, aparentemente, como estratégias argumentativas de convencimento de diversos interessados em receber colonos afro-americanos, como se verá ao longo do capítulo.

Já a questão do imperialismo – segunda frente de análise para os projetos de colonização, de acordo com a metodologia proposta até o presente momento - , qual seja, a constituição de empresas norte-americanas que transportariam, administrariam e lucrariam com os projetos de colonização no exterior, nas frentes de negociação caribenhas, este aspecto aparece silenciado nas trocas diplomáticas. As diferentes administrações coloniais estão, no que se pôde depreender da documentação, apenas interessadas em trabalhadoras e trabalhadores para suas lavouras. Os potenciais colonos, portanto, não estaria em zonas de influência protegidas pelo governo dos Estados Unidos.

O que daqui se depreende é que, nesse aspecto, a questão do problema racial interno da experiência social dos Estados, que motivou não só os projetos de colonização negociados durante a Guerra de Secessão, seria potencialmente “resolvido”, sem que Washington alargasse seu poderio político ou econômico. Essas questões, específicas não apenas a Santa Cruz, mas a toda a região do Caribe - permearão nossa análise destas frentes de negociação, afastando-a ligeiramente, portanto, da metodologia até aqui proposta. Contudo, espera-se que a justificativa para essa alteração se tenha feito clara.

Santa Cruz foi adquirida da França pela coroa dinamarquesa em meados do século XVIII, quando veio a fazer parte das Índias Ocidentais da Dinamarca, em conjunto com outras pequenas ilhas que a circundam. No início do século XX o arquipélago foi vendido aos Estados Unidos e hoje têm o nome de Ilhas Virgens dos Estados Unidos.⁴⁴³

⁴⁴³ DOOKHAN, Isaac. *A History of the Virgin Islands of the United States*. St. Thomas e Essex: College of the Virgin Island, Caribbean University Press e Bowker Publishing Company, 1994, p. 1.

“Por muito tempo, as Ilhas Virgens [dos Estados Unidos] formaram o ponto central de rotas marítimas que se estendiam a norte, ao sul, ao oeste e a leste para a Europa, a América do Norte e para as outras ilhas e territórios do Caribe (...) A posição estratégica das Ilhas Virgens foi ampliada por sua proximidade ao tradicional ponto de chegada e saída dos navios das Índias Ocidentais da América do Norte para a Europa. Combinado ao aspecto puramente comercial de sua posição, há também o militar. Situadas praticamente no centro do Caribe, as Ilhas virgens inspecionam não apenas os territórios insulares, mas também as terras da América Central e do Sul, margeando o Atlântico do México até as Guianas. Sua posição, relativa ao Panamá, por exemplo, deve ser notada”.⁴⁴⁴

O trecho acima foi escolhido para que compreendamos, brevemente, a importância geográfica local. Outra questão marcante que também se notará na negociação com os representantes da administração colonial do Suriname holandês, é o fato de que a presença britânica se faz sempre muito visível, mesmo em possessões coloniais de outras nações europeias. Como se verá mais adiante, dentre os arquivos consultados provenientes da Secretaria de Estado para as Colônias do Reino Unido (*Secretary of State for the Colonies*, ou de forma abreviada, *Colonial Office*), cópias de despachos trocados entre os representantes dinamarqueses e holandeses com a Secretaria de Estado em Washington puderam ser consultados. Além disso, podemos notar também que o interesse britânico não se limita a esses projetos; aliás, ele os antecede, já que esteve presente desde o momento em que o Reino Unido se engajou na questão abolicionista e tomou para si o papel de incentivador de outras nações no sentido de coibir não apenas o tráfico, mas a escravidão em si.

“O estímulo para a abolição do tráfico negreiro dinamarquês veio da Inglaterra e não da própria Dinamarca (...) A agitação britânica foi um dos fatores que levou os dinamarqueses à ação (...) A Dinamarca foi a primeira nação europeia com colônias das Índias Ocidentais a abolir o tráfico de escravos, e ela deu ainda, um passo a frente. Ela ofereceu empréstimos com juros de cinco por cento aos donos de plantações que precisassem comprar escravos para manter suas produções finais e, 1.042.116 rigsdalers foram apropriados para esse propósito. Os receptores dos empréstimos deviam manter seus escravos de maneira apropriada; caso um escravo morresse ou fosse vendido, a dívida não paga por aquele escravo seria suspensa antes que outro empréstimo

⁴⁴⁴ DOOKHAN, Isaac. **A History of the Virgin Islands of the United States...** p. 1. Tradução nossa. No original: "For a long time, the Virgin Islands formed the hub of sea-routes extending north, south, east and west to Europe, North America, and to the other islands and mainland territories in the Caribbean (...) The strategic position of the Virgin Islands was enhanced by their proximity to the traditional points of entry into the and departure from West Indies of ships from North America to Europe. Combined with the purely commercial aspect of their position is that of the military. Situated almost in the center of the Caribbean, the Virgin Islands survey not only the island-territories but also the lands of Central and South America bordering the Atlantic from Mexico to the Guianas. Their positions, relative to Panama, for example, should be noted".

fosse concedido. Em meados de outubro de 1793, os pedidos por empréstimos chegavam a 790 e, em 1799, foram concedidos empréstimos por 5.302 escravos. Cerca de metade desse número foi importado sem ajuda do governo. Os pedidos por assistência financeira aparentemente pararam depois de 1799 e, em 1º de julho de 1802, um grupo de proprietários de escravos de Santa Cruz entraram com uma petição frente ao rei pedindo uma extensão de três anos para o prazo, a partir de 1º de janeiro de 1803. Seu argumento de que uma epidemia em 1799 e um ano ruim em 1800 tinha tornado impossível para eles realizar as compras de escravos necessárias não foi convincente, e seu pedido foi negado. Ainda que oficialmente ele tivesse chegado ao fim, o tráfico de escravos não cessou em 1º de janeiro de 1803, já que um pequeno número de embarcações recebeu permissão para exceder o limite de tempo”.⁴⁴⁵

Uma das principais tônicas da construção narrativa das notas diplomáticas dinamarquesas é a demonstração satisfatória para a Secretaria de Estado em Washington das condições de liberdade que gozavam os trabalhadores rurais em Santa Cruz. Os processos de emancipação nas Índias Ocidentais dinamarquesas, de acordo com o historiador Isaac Dookhan, estavam intimamente ligados aos processos abolicionistas britânicos. Já as construções sociais locais recebem também influxos de proprietários de terra provenientes não só da Dinamarca ou Grã-Bretanha, mas de outras nações europeias. Como vínhamos procurando mostrar, tratam-se de sociedades baseadas em grandes propriedades monocultoras exploradas, até os processos de emancipação, por escravos de origem africana, em sua maioria. Ou seja, tratavam-se de sociedades de *plantation*, mas com formas sociais e legais locais.

“Como quaisquer outras comunidades das Índias Ocidentais que tenham tido experiências similares de agricultura de *plantation*, as Ilhas Virgens eram uma sociedade escravista. A escravidão tornara-se uma instituição permanente e indispensável praticamente desde o início da colonização de St. Thomas (São Tomás) quando imigrantes ingleses, franceses e holandeses, provenientes de outras colônias das Índias Ocidentais trouxeram consigo escravos (...) O tráfico de escravos alimentou um constante influxo de africanos para as Ilhas Virgens em resposta às

⁴⁴⁵ DOOKHAN, Isaac. **A History of the Virgin Islands of the United States...** p. 135-136. Tradução nossa. No original: “*The stimulus for the abolition of the Danish slave trade came from England rather than from within Denmark itself (...) British agitation was one of the factors which moved the Danes to action (...) Denmark was the first European nation with West Indian colonies to abolish the slave trade, and it carried one step further. It offered loans at five percent interest to planters who needed to purchase slaves to maintain staple production, and, 1,042,116 rigsdalers were appropriated for this purpose. Loan recipients were required to maintain their slaves properly; should a slave die or be sold, the unpaid debt on that slave had to be cleared before any further loan was given. By mid-October 1793 requests for loans numbered 790, and by 1799 loans for 5,302 slaves had been granted. About half as many slaves again were imported without government backing. Applications for financial assistance apparently stopped after 1799, and on July 1, 1802, a group of slave owners on Santa Cruz petitioned the king for three year extension of the dead-line from January, 1, 1803. Their argument that an epidemic in 1799 and a bad year in 1800 had made impossible for them to make the necessary purchases of slaves was not convincing, and their request was denied. Though officially it came to an end, the slave trade did not cease from January 1, 1803, since a small number of vessels was given permission to exceed the time limit.*”

demandas das *plantations* por mão de obra contínua e confiável. A escravidão dominou todos os aspectos da vida nas Ilhas Virgens: socialmente, levou o desenvolvimento de classes baseado nos graus de cor, riqueza e educação; politicamente, levou à adoção de medidas para a supressão das classes inferiores e para o apoio às classes dominantes; e economicamente, levou à exploração da mão de obra escrava na produção de lavouras coloniais. Os escravos eram empregados em uma variedade de ocupações, mas a grande maioria realizava trabalhos manuais sob a direção de colonialistas brancos que se apropriavam da riqueza produzida pelos escravos”.⁴⁴⁶

Logo, compreende-se o interesse do ministro dinamarquês nos Estados Unidos em mão de obra possivelmente abundante, ainda que não mais escrava, para continuar a sustentar a economia de sua colônia. De fato, seu interesse aparece na documentação consultada a partir do mês de abril de 1862. As comunicações são bastante claras no que diz respeito ao desejo da administração colonial da ilha de Santa Cruz em receber quantos colonos e colonas afro-americanos se dispusessem a migrar com, inclusive, ajuda de custo da coroa dinamarquesa. As notas, nesse sentido, fazem referências à autorização já obtida junto ao governo metropolitano, previamente às trocas diplomáticas com os Estados Unidos. Os discursos que emergem dessas negociações mostram interesses aparentemente mais claros e que se concentram em aspectos práticos tais como o transporte, o custeio, algumas diretrizes dos contratos de trabalhos aos quais as colonas e colonos seriam eventualmente submetidos, o tipo de trabalho nas lavouras, bem como as estruturas que seriam disponibilizadas aos afro-americanos, como igrejas e escolas.

Além do ávido já citado desejo de receber trabalhadores para engrossar as camadas trabalhadoras locais, que são descritas como cada vez mais rarefeitas desde a abolição da escravidão, salta aos olhos o discurso que pretende fazer com que a ilha de Santa Cruz não só pareça um lugar quase ideal para afro-americanos a procura de trabalho e o desenvolvimento de comunidades cuja liberdade estava altamente garantida e enraizada na cultura local. Em 4 de abril de 1862, pouco mais de uma semana depois da aprovação da lei de emancipação dos escravos do Distrito de Columbia, o representante da Dinamarca em Washington, o Coronel Von

⁴⁴⁶ DOOKHAN, Isaac. **A History of the Virgin Islands of the United States...** p 149. Tradução nossa. No original: *"Like any other West Indian communities which shared similar experiences of plantation agriculture, the Virgin Islands were a slave society. Slavery became a fixed and indispensable institution almost from the time of the colonization of St. Thomas when English, French and Dutch immigrants from other West Indies colonies brought slaves with them (...) the slave trade fed a constant stream of Africans into the Virgin Islands in response to the demands of the plantations for a continuous and dependable labor force. Slavery dominated every aspect of life in the Virgin Islands: socially, it led to the development of classes based on degrees of color, wealth and education; politically, it led to the adoption of measures for the suppression of the inferior classes and the support of the ruling class; and economically, it led to the exploitation of slave labor in the production of colonial staples. Slaves were employed in a wide variety of occupations, but the vast majority performed manual labor under the direction of white colonials who appropriated the slave-produced wealth"*.

Raasloff, escreveu ao Secretário de Estado William Seward uma longa, porém direta, nota sobre a ilha de Santa Cruz.

“A ilha dinamarquesa de Santa Cruz, nas Índias Ocidentais, que é um país açucareiro, desde há muitos anos, tem visto seu progresso em direção ao objetivo de desenvolvimento de seus recursos agrícolas ser impedido pela falta de mão de obra – a população rural atual é insuficiente para tal propósito; logo, tornou-se objeto de importância proeminente na ilha clamar pela e encorajar a imigração de população trabalhadora oriundas de outros países”.⁴⁴⁷

A breve descrição sobre a insuficiência da mão de obra local aparece nas notas diplomáticas de diversos outros países e são realidades múltiplas geradas pelo momento pós-abolição no Caribe. Embora se trate de uma possessão dinamarquesa, a ilha foi comprada da França no final do século XVIII, mas holandeses e ingleses há muitos anos compunham a elite local de proprietários de terras e escravos. Quase ao mesmo tempo do processo de emancipação no Caribe inglês, a abolição da escravidão na ilha se deu em 1848.⁴⁴⁸

“Entre os planos e propostas para tal imigração, que foram, por conseguinte, traçados pelas autoridades de Santa Cruz, encontra-se um, de acordo com o qual contempla ofertar aos negros que, por conta dos recentes eventos políticos nesses país, possam ter sido emancipados, ou que possam, em todo caso, ter adquirido o direito e a faculdade de dispor de si próprios, a oportunidade de emigrar desse país para o da Santa Cruz”.⁴⁴⁹

Frente à necessidade de trabalhadores para alimentar a economia de açúcar da ilha, a importação de mão de obra estrangeira era alternativa comum para grande parte das regiões que se baseavam no trabalho escravo afro-descendente até poucas décadas atrás. O que é particularmente interessante na nota de Raasloff é a oficialidade da negociação. Aparentemente,

⁴⁴⁷ Despacho s/n, de 23/04/1862, enviado por W. Raasloff, representante da Dinamarca nos Estados Unidos, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward. MITCHELL, James (Emigration Office). **Report on Colonization and Emigration: Made to the Secretary of the Interior**. Edição Fac-Símile. Charleston: BiblioBazaar, 2009. p. 9. Doravante referido como Relatório Mitchell. Tradução nossa. No original: “*The Danish island of Santa Cruz, in the West Indies, which is a sugar growing country, has, for several years past, been checked in its progress towards increased the bill development of its agricultural resources by the want o manual - the present rural population being insufficient for those purposes; and it has thus become an object of prominent importance for that island to call forth and encourage the immigration of a laboring population from other countries*”.

⁴⁴⁸ Ver capítulo 1 de HALL, Neville A. T. **Slave Society in the Danish West Indies: St. Thomas, St. John, and Santa Cruz**. Mona, Cave Hill e St. Augustine: The University of the West Indies Press, 1992.

⁴⁴⁹ Despacho s/n, de 23/04/1862, enviado por W. Raasloff, representante da Dinamarca nos Estados Unidos, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward. Relatório Mitchell, p. 9 Tradução nossa. No original: “*Among the plans and propositions for such immigration, which have consequently been devised by the authorities of Santa Cruz, is one, according to which it is contemplated to offer to negroes, who, in consequence of the recent political events in this country, may have become emancipated, or who may, at all events, have acquired the right and faculty to dispose of themselves, an opportunity of emigrating to from this country to the to Santa Cruz*”.

a Coroa e as autoridades centrais dinamarquesas já haviam sido informadas do desejo do estado norte-americano em repatriar sua população afro-descendente e se aproveitavam desse desejo para tentar suprir uma necessidade própria.

“Esse plano obteve aprovação do governo de Sua Majestade, e o subscrito foi instruído a favorecer sua realização, se o governo dos Estados Unidos estiver disposto a negociar e entrar em convenção especial, a partir da qual a emigração contemplada seria colocada sob os auspícios e sob as garantias dos dois governos. O governador da possessão dinamarquesa nas Índias Ocidentais também nomeou um agente especial, que chegou neste país, com o propósito de realizar todos os arranjos necessários para o transporte dessas pessoas, aquelas [que se encaixem na] da descrição acima aludida a, que estejam desejosos de emigrar desse país para a Ilha de Santa Cruz. Os termos que o agente está autorizado a oferecer a tais imigrantes são: transporte gratuito para Santa Cruz para todos aqueles que se envolvam com o trabalho nas *plantations* de açúcar por um período de três anos – os emigrantes, durante esse período, assim como depois dele ter expirado, serão tratados em todos os aspectos e, nomeadamente, receberão a mesma compensação por seu trabalho que a população rural nativa livre”.⁴⁵⁰

A nomeação de um agente especial pelo governador das Índias Ocidentais Dinamarquesas para negociar especificamente o transporte de afrodescendentes para Santa Cruz é demonstrativo do interesse do estado dinamarquês nos projetos de colonização. Não é muito comum, como se pode observar no caso das propostas para a América Central e América do Sul, nas notas diplomáticas analisadas, encontrar negociações onde o representante interessado já esteja devidamente autorizado pelos seus superiores e tenha recebido diretrizes específicas para tratar do tema.

“Em referência ao que tive a honra de declarar acima, eu, portanto, imploro respeitosamente [pela possibilidade de] informá-lo que estarei à disposição se e quando o governo dos Estados Unidos informar-me de sua disponibilidade para negociar ou firmar tratado especial para a emigração de negros livres pertencentes às categorias acima aludidas, assim como para sua colonização em

⁴⁵⁰ Despacho s/n, de 23/04/1862, enviado por W. Raasloff, representante da Dinamarca nos Estados Unidos, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward. Relatório Mitchell, p. 10. Tradução nossa. No original: “*This plan has met with the approbation of his Majesty's government, and the undersigned has been instructed to favor its realization, and, if the government of the Unites States should be willing to negotiate and enter into a special convention, whereby the contemplated emigration would be placed under the auspices and the guarantee of the two governments. The governor of the Danish West India possession has also appointed a special agent, who has arrived in this country, for the purpose of making all necessary arrangements for the transport of such persons, of the description above alluded to, as may be found desirous of emigrating from this country to the island of Santa Cruz. The terms which that agent is authorized to offer to such emigrants are: free transport to Santa Cruz for all those engage to labor on a sugar plantation for a term of three years – the emigrants to be, during that term as well as after its expiration, treated in every respect, and namely, to receive the same compensation for their labor, as the native free rural population*”.

Santa Cruz e também que o supracitado agente especial de Santa Cruz estará preparado, caso firmemos tal tratado ou sem o mesmo, a visitar as localidades em que se possam encontrar pessoas, tendo em vistas expor os termos que ele está autorizado a oferecer aos emigrantes para Santa Cruz e para arranjar e colocar em prática tal emigração, desde que o governo dos Estados Unidos assim o permita, e que ele possa, em suas operações, ter acesso garantido aos locais que o caso permita, e que o governo dos Estados Unidos possa conceder. Sentindo-me satisfeito, como de fato o estou, de que a existência moral e material que o emigrante certamente encontraria em Santa Cruz é tudo aquilo que melhores amigos podem desejar para ele, eu imploro [a possibilidade de] expressar a esperança de que, quaisquer que sejam os resultados presentes ou imediatos de comunicação que ora tenho a honra de submeter, o governo dos Estados Unidos, por fim, considere favoravelmente esse projeto de emigração e lhe dê tantas possibilidades e encorajamentos quanto a outros planos e proposições similares que possam ser apresentados a partir de agora por outras partes”⁴⁵¹

Referente à negociação com a Dinamarca foram encontrados ao todo três notas enviadas à Secretaria de Estado, sendo que a primeira delas contém dois outros documentos anexados. Essas fontes foram retiradas do Relatório Mitchell e as respostas dos Estados Unidos ao interesse dinamarquês não foi encontrada na correspondência diplomática. Pouco se sabe sobre tal negociação, e a historiografia específica não cobre essa iniciativa. Pode-se supor, contudo, que a Secretaria de Estado (ou outro setor do Estado da União) opôs alguma resistência, tendo em vista que algumas semanas depois, em 26 de maio 1862, Raasloff enviou outra nota a Seward insistindo para que a sua proposta fosse considerada e transformada em um tratado internacional entre os dois países. É preciso atentar para o fato, contudo, que na segunda nota a Seward, Raasloff se inclina sobre a possibilidade de enviar a Santa Cruz os africanos capturados pela esquadrilha norte-americana na costa oeste do continente africano. Trata-se de um eixo temático

⁴⁵¹ Despacho s/n, de 23/04/1862, enviado por W. Raasloff, representante da Dinamarca nos Estados Unidos, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward. Relatório Mitchell, p. 9-10. Tradução nossa. No original: *"Referring to what I have had the honor of stating above, I therefore beg respectfully to inform you that I shall be prepared, if and when the government of the United States shall inform me of its willingness, to negotiate and to enter into a special convention for the emigration of free negroes belonging to the categories above alluded to, as well as their colonization in Santa Cruz, and also that the above-mentioned special agent from Santa Cruz will be prepared, whether it be under such a convention or without it, to visit the localities in which persons may be found, with a view of setting fairly before them the terms which he is authorized to offer to emigrants to Santa Cruz, and to arrange and carry out such emigration, provided that the government of the United States will permit him to do so, and that he may expect in his operations to be allowed such facilities as the case may admit of, and as the government of the United States may be at liberty to grant. Feeling satisfied, as I do, that the moral and material existence, which the emigrant would be sure to find in Santa Cruz, is all the best friends can desire for him, I beg to express the hope that, whatever may be the present or immediate result of the communication I have hereby the honor of submitting, the government of the United State will eventually give to this project of emigration as favorable a consideration and as much of countenance and encouragement as to other similar plans and propositions which may be presented hereafter from other sides"*. O entusiasmo dinamarquês é claro pelas citações acima. Também está claro que o teor oficial dessas notas, em muito se afasta do tom das notas relativas às negociações relativas ao Brasil e à América do Sul.

que nos afasta um pouco dos objetivos da presente pesquisa; entretanto, a demonstração de interesse em receber também esse outro grupo de pessoas para serem empregados no cultivo da cana pode ser considerada indicador de certo desespero por mão de obra naquela ilha – o que nos leva, novamente a considerar a excepcionalidade dessas negociações quando comparadas às propostas relativas ao Brasil e à América Central.

“Tive a honra, em minha nota de 23 de abril, último, de informá-lo de que eu estava preparado para negociar e assinar uma convenção especial para a emigração de negros livres deste país para a ilha de Santa Cruz nas Índias Ocidentais dinamarquesas. (...) Estou autorizado a oferecer para negros livres emigrando deste país para Santa Cruz (...) o [mesmo] tratamento, em todos os aspectos, que recebe a população local livre vivendo nas áreas rurais”⁴⁵²

Um memorando descrevendo as condições dos trabalhadores rurais livres de Santa Cruz veio anexado à primeira nota enviada à Secretaria de Estado⁴⁵³. O objetivo do documento era informar o governo dos Estados Unidos das iniciativas administrativas locais para regular as relações sociais entre trabalhadores e proprietários de terra. Trata-se de um documento longo, porém bastante interessante e detalhado no tocante às condições de trabalho.

“O governo dinamarquês emancipou os escravos em Santa Cruz no ano de 1848, pagando a seus donos compensação razoável. Temendo, contudo, que a súbita transição da escravidão à completa e irrestrita liberdade pudesse se provar danosa à moralidade das pessoas, especialmente se lhes fosse permitido entregar-se aos hábitos do ócio e do vício, o que colocaria a prosperidade de toda a comunidade em sério risco, o governo promulgou, logo em seguida, em 26 de julho de 1849, um ‘Ato provisório para regular as relações entre os proprietários de terras e a população rural de trabalhadores livres’ (...) As características gerais desse ato, que ainda está em vigor, mas que tem uma modificação contemplada no sentido de gradualmente abolir o preço fixo pela mão de obra e de permitir a livre competição entre os trabalhadores, são as seguintes: o preço da mão de obra é fixado por lei; e quando um trabalhador se envolve no trabalho de uma propriedade, deve ser pelo período de um ano para que ele não possa abrir mão de trabalhar quanto a colheita está feita, causando a ruína da propriedade; porém, ele é livre para, ao fim desse período, trabalhar em outro lugar, ou para deixar os distritos agrícolas e se mudar para uma das cidades, desde que ele demonstre meios honestos de sobrevivência, caso em que não há restrições ao preço da mão de obra, e ele se torna, em todos os aspectos, tão livre quanto o homem branco. Muitos negros já se utilizaram dessa última alternativa, e se tornaram donos de reais propriedades. O trabalhador também tem liberdade, quando expira seu contrato, de deixar a ilha. Não se permite nenhuma punição na propriedade; e quaisquer queixas tanto do proprietário quanto do trabalhador são

⁴⁵² Relatório Mitchell... p.15 Tradução nossa. No original: *"I had the honor, in my note of April 23 last, to inform you that I was prepared to negotiate and to sign a special convention for the emigration of free negroes from this country to Danish West India Island of Santa Cruz (...) I am authorized to offer to free negroes emigrating from this country to Santa Cruz would (...) be treated entirely the same as the native free rural population"*.

⁴⁵³ *"Provisional act to regulate the relations between the proprietors of landed estates and the rural population of free laborers"*, Relatório Mitchell... p.11-15.

levadas e decididas pelo magistrado, que é escolhido pela coroa. O objetivo e a tendência das supramencionadas estipulações do “Ato Provisório” foi, do lado do governo dinamarquês, assegurar o bem estar das pessoas e evitar que trabalhadores fisicamente aptos se tornassem vagabundos (*vagrant*) e gradualmente preparar os escravos emancipados para um ambiente racional de liberdade completa e irrestrita. O valor, em dinheiro, da mão de obra é, para um adulto ou trabalhador de primeira classe, 15 centavos por cada um dos cinco primeiros dias da semana e 20 centavos pelo sábado. Essa remuneração, em dinheiro, pode parecer baixa nesse país, mas é o preço habitualmente pago nas Índias Ocidentais e é, além disso, exacerbada por vantagens valiosas. Geralmente, todos os membros de uma família, à exceção apenas das crianças pequenas, recebem remuneração, como trabalhadores de primeira, segunda ou terceira classe; e eles recebem, além disso, a alimentação necessária para uma semana (seis quartos de farinha de milho e duas libras de peixe de água salgada) pelo preço fixo de 25 centavos, mesmo que custe ao proprietário algo entre 35 e 40 centavos. Cada família recebe também uma boa casa, livre de aluguel, e uma parcela de terra para plantar seus vegetais; eles normalmente têm bom acesso às frutas e ao açúcar, assim como ao pão e a outros suprimentos que lhes são frequentemente fornecidos pela propriedade. As horas de serviço são de nove a nove horas e meia por dia, e se trata de um serviço bastante moderado. Deduz-se 10 centavos por mês do salário dos trabalhadores, pelos quais eles recebem auxílio médico, que é excelente, bem como remédios”⁴⁵⁴.

Os documentos referentes à negociação com a Dinamarca, embora breves e numericamente escassos, possibilitam, contudo, análises interessantes tanto a respeito da

⁴⁵⁴ “*Memorandum describing the condition of the free rural (negro) population in the Danish island of Santa Cruz, West Indies*”, Relatório Mitchell... p. 10. Tradução nossa. No original: “*The Danish government emancipated slaves in Santa Cruz in the year 1848, paying to their owners a reasonable compensation. Fearing, however, that the sudden transition from slavery to entire and unrestricted freedom might prove injurious to the morality of the people, especially if they were allowed to fall into habits of idleness and vice, whereby also the prosperity of the whole community would be seriously endangered, the government issued, shortly after, on the 26th of July, 1849 a ‘Provisional act to regulate relations between the proprietors of landed estates and the rural population of free laborers’ (...). The general features of this act, which still remains in force, but a modification of which is now contemplated in the sense of gradually abolish the fixed price for labor and of allowing a free competition among the laborers, are the following: the price of labor is fixed by law; and when a laborer engages to work on an estate, it must be for the term of one year, in order that he may not, by declining work when the crop is ready, cause the ruin of the estate; but he is at liberty, at the expiration of that term, to engage work elsewhere, or to leave the agricultural districts and to remove to one of the towns, provided he can show any honest means of livelihood, in which case there is no restriction to the price of labor, and he becomes in every respect as free as any white man. Many negroes have already availed themselves of this latter alternative, and have become owners of a real state. The laborer is also at liberty, at the expiration of his contract, to live the island entirely. No punishment is allowed on the state; and any complaint from either the proprietor or the laborer is referred to and decided by the magistrate, who is appointed by the crown. The whole aim and tendency of the above-mentioned stipulations in the “Provisional Act” has been, on the part of the Danish government, to secure the welfare of people to prevent able-bodied laborers from becoming vagrants, and gradually to prepare the emancipated slaves for a rational environment of entire and unrestricted freedom. The price of labor in money is, for an adult or first-class laborer, 15 cents for each of the first five days of the week, and 20 cents for Saturday. This remuneration, in money, may appear small in this country, but is the usual price paid in the West Indies, and is, besides, enhanced by several valuable advantages. Generally, all the members of a family, small children only excepted, will have occasion to earn wages as first, second or third class laborers; and they are, moreover, furnished with the necessary food for a week (six quarts of corn meal and two pounds of a salt fish) at fixed price of 25 cents, while it costs the proprietor from 35 to 40 cents. Each family is furnished with a good house, rent free, and piece of ground for raising their vegetables; they are generally well provided with fruit and sugar, as well as bread, and other supplies are frequently given to them by the state. The hours of labor are nine to nine and a half hours per day, and very moderate labor at that. Ten cents per month are deduced from the wages of the laborers, for which they are provided with medical attendance, which is excellent, and also with medicines”.*

dimensão atlântica que se faz presente, de forma direta, na recepção dessas propostas por parte da Secretaria de Estado e, de forma indireta, nos ecos que essas experiências caribenhas tiveram no processo de circulação de ideias que culminou nas políticas de emancipação da Guerra da Secessão.

II. A Mão de Obra na *Plantation*: O Problema do Pós-Abolição

De forma análoga à ilha de Santa de Cruz, os processos de fechamento do tráfico de escravos e de abolição da escravidão não apenas do Suriname, mas em todo o Caribe holandês, seguiram sob a influência da campanha abolicionista britânica. Já havia sido mencionado que, como no Brasil, a escravidão no Suriname ainda era legal no início das negociações dos projetos de colonização da Guerra de Secessão. A lei abolindo o tráfico de escravos entrou em vigor em 1814 e a emancipação só se deu em 01/06/1863, quando os 33.621 escravos do Suriname se tornaram aprendizes pela próxima década, nas mesmas fazendas onde, até então, estavam sob a condição de escravidão.⁴⁵⁵

"Os Estados Gerais dos Países Baixos, conquanto estão comprometidos com um projeto de lei para a abolição da escravidão na colônia do Suriname, o governo do Rei tem considerado introdução de trabalhadores livres (...) pergunta-se, dentre as pessoas de cor nos Estados Unidos que já adquiriram ou estão adquirindo sua liberdade, não se poderiam encontrar muitos que estivessem dispostos a se comprometer com prazo (digamos, por exemplo, de cinco anos), (...) sob a proteção da lei dos Países Baixos".⁴⁵⁶

O número de notas trocadas nesta frente de negociação também é pequena, como na negociação dinamarquesa, e, como visto na nota, o objetivo dos documentos parecem querer assegurar a Secretaria de Estado em Washington de que os eventuais colonos afro-americanos

⁴⁵⁵ HEIJER, Henk Den. "The Dutch Caribbean" In: PAQUETE, Robert L. e SMITH, Mark M. (Eds) *The Oxford Handbook of Slavery in the Americas*. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 168.

⁴⁵⁶ "Despacho s/n", de 19/07/1862, enviado por Roest Van Limburg, representante da Holanda nos Estados Unidos, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward. Brochuras impressas em 12 volumes disponíveis na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos sob o nome: *Executive Papers, Printed by Order of The House of Representatives, During the Third Session of the Thirty-Seventh Congress, 1862-1863: Papers Relating to Foreign Affairs*, p. 345, doravante referido como PRFA – LOF. Tradução nossa. No original: "Whilst the States General of the Netherlands are engaged with the draft of a law for the abolition of slavery in the colony of Surinam, the government of the King has under consideration the introduction of free laborers (...) it is asked whether, among the people of color who in the United States have acquired or are acquiring their freedom, there could not be found many who would be willing to engage for a certain term of years (say, for example, 5 years), (...) under protection of the Netherlands law".

que se dispusessem a serem realocados na colônia holandesa seriam livres, sob a proteção da lei holandesa, mas estariam trabalhando sob um contrato de cerca de cinco anos. De qualquer maneira, as negociações aparentemente iniciadas em julho de 1862 se prolongaram até, pelo menos, março de 1863. As autoridades coloniais do Suriname, de forma semelhante às administrações coloniais britânicas, como se verá, sentiram a necessidade de aprovar normas e decretos para regulamentar a possível imigração de afro-americanos para as colônias caribenhas. Foram aprovados espécies de regulamentos com o título de "sobre o Controle na Introdução de Trabalhadores Livres no Suriname" (*concerning the Control on the Introduction of Free Labourers into Surinam*) e "Oferta de Recompensa do Governo na Introdução de Trabalhadores Livres no Suriname" (*concerning the Offer of Premiums by the Government on the Introduction of Free Labourers into Surinam*).⁴⁵⁷ O primeiro, que se pôde consultar, pretendia garantir que os colonos afro-americanos estivessem submetidos a contratos com os senhores de terras locais, antes de poderem se envolver em qualquer outro tipo de atividade. O segundo, segundo Philip Magness e Sebastian Page, estabelecia uma política de recompensa para quem conseguisse recrutar trabalhadores afro-americanos. A recompensa era de 16 dólares e, curiosamente, bastante mais barata que o que se oferecia para o recrutamento de chineses ou indianos.⁴⁵⁸

A questão do pagamento de recompensa para o recrutamento de trabalhadores a serem transportados para o Caribe é, por si só, um interessante tema de pesquisa. No tocante aos projetos de colonização da Guerra de Secessão, as negociações envolvendo o Belize e a Guiana Britânica envolveram, em um determinado momento, discussões acerca do pagamento de recompensas para indivíduos que, de forma privada, recrutassem potenciais colonos afro-americanos. O cônsul britânico em Nova York se opôs veementemente a essa forma de recrutamento por recompensa (*bounty system*), com medo que ela fosse resultar em casos de sequestro de pessoas, como era comum nas múltiplas experiências no Império Britânico.⁴⁵⁹

⁴⁵⁷ Teve-se acesso a um livreto com o título *Concerning the Control on the Introduction of Free Labourers into Surinam*, sem autoria expressa, fazendo menção apenas à administração colonial do Suriname, tinha cerca de 24 páginas e foi impresso em 1863. Philip Magness e Sebastian Page, contudo, fazem alusão a um outro documento que não se conseguiu localizar com o título sobre a Oferta de Recompensa do Governo na Introdução de Trabalhadores Livres no Suriname" (*concerning the Offer of Premiums by the Government on the Introduction of Free Labourers into Surinam*). MAGNESS, Phillip W. e PAGE, Sebastian N. *Colonization after Emancipation: Lincoln and the Movement for Black Resettlement*. Columbia: University of Missouri Press, 2011. p. 74-75.

⁴⁵⁸ MAGNESS, Phillip W. e PAGE, Sebastian N. *Colonization after Emancipation: Lincoln and the Movement for Black Resettlement...* p. 75.

⁴⁵⁹ A menção ao cônsul britânico em Nova York, Edward Archibald, é de MAGNESS, Phillip W. e PAGE, Sebastian N. *Colonization after Emancipation: Lincoln and the Movement for Black Resettlement...* p. 60. Sobre

A necessidade, tanto do representante holandês como do dinamarquês, em reafirmar a condição de liberdade e reafirmar as proteções que as respectivas coroas ofereceriam aos afro-americanos pode ser considerada representativa das reais - e ruins - condições de trabalho não apenas nas mencionadas colônias, mas no Caribe como um todo. Tal escolha argumentativa, por outro lado, também revela, imagina-se, que a necessidade local de trabalhadores rurais era para manter saudável a economia de *plantation* que sofria no pós-emancipação. Sofria não apenas com a população ex-escrava que cronicamente só se mantinha com os constantes influxos do tráfico, mas também sofria com a resistência e as fugas dos trabalhadores e trabalhadoras que resistiam a permanecerem nas mesmas condições, durante o período de aprendizagem, que viviam quando eram escravos. É possível se ver tais questões no trecho seguinte:

"O cultivo da cana de açúcar e a indústria do açúcar são e têm sido, por muitos anos, dependentes de trabalho importado. Trabalho em parte realizado por africanos recapturados (africanos livres), por nativos da Madeira, mas majoritariamente por indianos e, recentemente, chineses. Os *creoles* ou camponeses nativos de descendência africana são tão independentes que só trabalham quando querem e apenas naquilo que lhes é cômodo. E pelo salário cujo valor eles escolhem (...) Assim, o único tipo de mão de obra que os proprietários podem depender é a mão de obra imigrante, que trabalha sob contratos de três anos, no caso dos africanos e portugueses e, no caso dos indianos e chineses, por cinco anos. E assim esses trabalhadores se tornam de tal maneira valiosos para o proprietário que o mesmo não apenas arca com parte das despesas do transporte dos trabalhadores até as colônias, mas também disponibiliza casas, terra para plantio (*lands for gardens*) - sem cobrar aluguel - um hospital e um médico, sob fiscalização do governo colonial (...) Para mostrar como é fácil adquirir propriedade por homens industriais, os africanos recapturados, em poucos anos, compram terras para si, enquanto os indianos poupam dinheiro para levarem de volta para casa (...) Mas a necessidade de trabalhadores é tão grande que se negros libertos que estão acostumados a trabalhar em engenhos de açúcar, ou com cultivo do algodão ou arroz puderem ser persuadidos a vir para cá, sob algum tipo de contrato para trabalharem em algumas propriedades por três anos, ao final ofereceremos como gratuidade uma parcela de terra para que firmem residência (*piece of land for residence*) (...) Se minha opinião é de algum valor, estou certo de que o sistema de contrato é o melhor para as duas partes para se começar, e pode ser benéficamente estendido para aqueles trabalhadores que alforriados".⁴⁶⁰

as práticas de recrutamento e sequestro na China ver MEAGHER, Arnold J. *The Coolie Trade: The Traffic in Chinese Laborers to Latin America 1847-1874*. Bloomington: Xlibris, p. 255-272.

⁴⁶⁰ Documento intitulado "*The proposition of Hon. W. Walker, government secretary of the British colony of Guiana*", de 13/10/1862, elaborado por William Walker, enviado especial da Guiana Britânica nos Estados Unidos, para James Mitchell, chefe do *Emigration Office*, da Secretaria do Interior dos Estados Unidos. Relatório Mitchell,

O trecho acima foi retirado de uma proposta de William Walker, enviado especial pela administração colonial da Guiana Britânica, para os Estados Unidos em 1862. Seu objetivo era analisar as possibilidades de recrutamento de afro-americanos. Walker apresenta, neste documento, grande parte dos temas que gostaríamos de tratar, quais sejam, a impossibilidade de controle sobre a força de trabalho local no pós-abolição, em especial em colônias ou nações maiores para onde os ex-escravos poderiam se deslocar; a necessidade da contínua introdução de novos trabalhadores, crônica das economias de *plantation*, que eram abastecidas pelo tráfico de escravos; o alto grau de controle que as elites locais veem como necessárias para a saúde econômica das lavouras, que apenas funcionam com trabalhadores sob algum tipo de coerção; e, por fim, a necessidade discursiva de evidenciar as proteções e "regalias" que esses trabalhadores dependentes recebem não só dos proprietários de terra, mas também do governo local.

A saúde econômica das *plantations* se baseava, em larga medida, no severo controle dos escravos e na excessiva exploração da mão de obra. O sistema de aprendizado, nesse mister, tinha o objetivo de assegurar aos proprietários de terras a viabilidade das próximas etapas de suas lavouras até que novas soluções de mão de obra fossem encontradas. Nesse sentido, a frente de negociação com as possessões coloniais britânicas no Caribe são tão demonstrativas desses processos com são complexas em suas dinâmicas internas. Nos casos holandês e dinamarquês, tratam-se, pelo que se pode depreender da pouca documentação, de comunicações entre os representantes das duas coroas demonstrando seu interesse através de notas à Secretaria de Estado e, também, ao Escritório de Emigração (*Emigration Office*), da Secretaria do Interior.

p. 17. Tradução Nossa. No Original: "*The cultivation of the sugar-cane and manufacture of sugars are and have for many years been chiefly dependent on imported labor. Partly captured Africans, partly natives of Madeira, but chiefly from India and (latterly) China. The Creoles, or native peasantry of Africa stock, are so independent that they will only work when they and at what they please, and for such wages as they choose to demand (...) Now, the only labor which the planters can depend upon is that of the immigrants, who work under engagements, some for three, as the African and Portuguese; others, as the Indian and Chinese, for five years; and this is what makes them so valuable to the planter, so that he not only pays a large part of the expense of bringing them to the colony, but he provides them with houses and land for gardens, rent free, a hospital and doctor, under the inspection of the colonial government (...) To show the ease with which property is acquire by industrious men, the captured Africans, in a few years, buy land for themselves, while the Indian, on his part, saves his money to take home (...) But the necessity for labor is so great that if freed negroes who have been accustomed to work on the sugar, and cotton, and rice plantations, can be induced to settle there, we ask, them to come under an engagement to work on some estate for three years, at the end of which we offer the free gift of a piece of land for residence (...) So far as my own opinion is of any value, I am quite certain that the engagement system is the best for both parties to begin with, and that it might beneficially extended, especially to laborers recently relieved from the restraints*".

Assim, aqueles envolvidos diretamente com as negociações são poucos e as trocas, em geral, bilaterais.

Como visto no capítulo relativo aos projetos de colonização propostos para a América Central, bem como no capítulo de Brasil, a análise documentação incluiu não só as trocas entre os representantes centro-americanos nos Estados Unidos com a Secretaria de Estado, mas também foi possível ter acesso às comunicações provenientes dos ministros que representavam os Estados Unidos na América Latina. Em adição, alguns documentos provenientes do Ministério das Relações Exteriores da Nicarágua (que também representava outros países), foram anexados em despachos enviados ao Secretário de Estado em Washington, William Seward. Trataram-se, assim, de negociações mais complexas. As negociações com os britânicos, contudo, ultrapassam muito a complexidade das trocas com a América Central. O volume de notas, despachos e circulares desta frente não só é substancialmente superior a todas as outras frentes de negociação somadas, como os agentes envolvidos são muitos e representantes de diferentes interesses e dinâmicas próprias da lógica colonial britânica nas Américas. Em adição, a posição de neutralidade completa de Londres em relação aos Confederados, confere a essa frente de negociação a necessidade de maiores cuidados em todas as trocas que alcançam os norte-americanos.

Como se processou nas propostas de projetos de colonização para a América Latina, foi possível consultar as trocas internas à Secretaria de Estado, entre Seward e o ministro dos Estados Unidos em Londres, Charles Francis Adams, não se teve acesso, infelizmente, aos despachos trocados com os ministros dos Estados Unidos na Guiana Britânica T. D. Edwards e Charles Leas, no Belize. Da mesma forma, foi possível consultar as trocas internas dos governadores da Jamaica, Belize e Guiana Britânica, com o Secretário de Estado para as Colônias (*Secretary of State for the Colonies*), Henry P. F. Pelham-Clinton, o quinto Duque de Newcastle, como é sempre referido. São os governadores das colônias acima referidas: Edward John Eyre, governador da Jamaica (o mesmo que suprimiu a rebelião de Morant Bay); Frederick Seymour, governador do Belize; e Sir Francis Hinks, governador da Guiana Britânica, a frente de negociação que conta com o maior número de documentos. Há algumas trocas entre os governadores e o ministro da coroa britânica em Washington, Richard Lyons, o 1º Visconde de Lyons, sempre referido como Lorde Lyons. Também se teve acesso a alguns comunicados trocados entre o *Colonial Office*, sob o Duque de Newcastle, e a Secretaria de Estado para os

Negócios Estrangeiros (*Secretary of State for Foreign Affairs* ou de forma abreviada *Foreign Office*), sob o comando de John Russel, referido como Earl Russel. Sobre John Russel, é preciso mencionar, a partir de uma biografia sua publicada em 1913, teve grande importância diplomática como representante da coroa britânica, e da posição britânica de completa neutralidade durante a Guerra de Secessão.⁴⁶¹ A mesma biografia também relata sua muito difícil relação com o William Seward. Devido, talvez, a esse delicado entrevero entre representantes tão importantes para o bom andamento das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Inglaterra durante a Guerra de Secessão, o assunto dos projetos de colonização tenham sido deixados para ser tratados por William Stuart e o enviado por Russel para servir como *chargé d'affaires* em Washington e administrar os interesses coloniais britânicos em receber afro-americanos. Há de se acrescentar, também, que é possível que os afazeres de Lyons em um momento diplomático tão complexo, tomassem de tal ordem seu tempo que talvez fosse necessária a presença de outro encarregado para auxiliá-lo em assuntos diversos, muito embora ele tenha atuado diretamente em alguns momentos da negociação aqui analisada.

Dando continuidade, outros agentes importantes participam das trocas internas britânicas, de forma de muitos diferentes nomes assinam diferentes comunicados em nome de Newcastle e de Russel, bem como diferentes agentes aparecem em trocas internas aos governos da Jamaica, Belize e Guiana Britânica. Tais agentes aparecerão nas referências e, em cada caso, explicar-se-á quem representam. Um agente, contudo, merece atenção especial. Trata-se de William Walker, enviado por Hincks, Governador da Guiana Britânica, aos Estados Unidos para dar providências no recrutamento e na contabilização de afro-americanos que desejassem ser transportados para a colônia, que chegou em fins de setembro de 1862 e negociou, aparentemente, de forma direta com James Mitchell, do Escritório de Emigração (*Emigration Office*) da Secretaria do Interior em Washington. Por fim, faz-se necessário mencionar John Hodge, proprietário da Companhia das Honduras Britânicas (*British Honduras Company*). A *British Honduras Company* vinha paulatinamente adquirindo terras no Belize com o objetivo de converter antigas áreas de extração de madeira, que estavam desmatadas, em propriedades produtoras de açúcar. Sobre a viagem de Walker, o *chargé d'affaires* britânico em Washington, observou:

⁴⁶¹ NEWTON, Thomas Wodehouse Legh. *Lord Lyons: A Record of British Diplomacy*. 2 vols. Londres: Edward Arnold, 1913. Disponível como Ebook em <http://www.gutenberg.org/files/43317/43317-h/43317-h.htm>. Consultado em 10/08/2013. Ver capítulos 5 e 6.

"Eu procurei lhe explicar, quando ele me deu a honra de me procurar, que sua chegada tinha sido prematura e que as notícias que tinham chegado à Guiana Britânica, acerca do número de negros disponíveis para emigração, tinham sido bastante exagerado. Aparentemente ele já havia descoberto o mesmo. Eu lhe disse que, ainda que a obtenção de algum sucesso em conseguir imigrantes negros para a colônia que representa seria algo que me deixaria muito contente, eu estava convencido de que não era a intenção do governo dos Estados Unidos firmar acordos com tal propósito com os governos coloniais; e que a garantia do governo de Vossa Majestade seria necessária e que tais garantias acabariam sendo negociadas no interesse geral de todas as colônias das Índias Ocidentais próximas e não apenas no interesse de uma colônia em particular".⁴⁶²

Há de mencionar que, dentre os diferentes canais de comunicação, aparecem circulares provenientes tanto do *Colonial Office*, quanto do *Foreign Office*, que incluem a administração de Trinidad em cópia. Não há, contudo, muito mais informações acerca do encaminhamento que a administração local deu à informação acerca dos potenciais colonos afro-americanos que potencialmente poderiam ser realocados fora dos Estados Unidos. Há ainda, um comunicado proveniente do Governador das Bahamas demonstrando interesse em receber tais colonos.⁴⁶³ Como, aparentemente, não se deu seguimento nem em Trinidad nem nas Bahamas, tais frentes serão referidas apenas de forma marginal nas referências.⁴⁶⁴ As palavras *chargé d'affaires* britânico em Washington são particularmente interessantes para nossa análise, pois abrem uma possibilidade material para se pensar que essas negociações não pareciam interessar o governo dos Estados Unidos, como outras frentes de negociação pareceram interessar. Contudo, a documentação britânica também oferecerá, como se verá adiante, a perspectiva da importância que a resistência afro-americana teve para completo insucesso dos projetos de colonização.

⁴⁶² Despacho 256, de 29/09/1862, enviado por William Stuart, *chargé d'affaires* britânico nos Estados Unidos, para Earl Russel, Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros em Londres. National Archives of the United Kingdom, Colonial Office, Série 884, caixa 1. Doravante referido como NAUK – 884 – 1. Tradução Nossa. No original: I expiated to him, when he did me the honour to call upon me, that I was afraid that his arrival was premature, and that the reports which had reached British Guiana in regard to the number of negroes available for emigration had been greatly exaggerated. He appeared to have already discovered this. I further explained to him that although I should be very glad if he could succeed in procuring negro emigrants for the Colony which he represents, I was convinced that it was not the intention of the United States Government to conclude arrangements for such a purpose with Colonial Governments; that the guarantee of Her Majesty's Government would be required; and that the subject would eventually lie treated in the general interest of Her Majesty's West Indian and neighbouring Colonies, rather than in the particular interest of any single Colony".

⁴⁶³ Anexo 2, n. 28, de 02/10/1862, do Governador das Bahamas, Charles John Bayley, para William Stuart, *chargé d'affaires* britânico nos Estados Unidos. NAUK – 884 – 1.

⁴⁶⁴ Circular n. 14, Colonial Office, "The Duke of Newcastle to the Governor of Jamaica, British Guiana, and Trinidad", NAUK – 884 – 1: "I have the honour to transmit to you for your information, copies of correspondence between this Department and the Foreign Office relative to the proposed emigration of free negroes and people of colour from United States to the British possessions in the tropics, in order that you may see how the question stands between Her Majesty's Government and that of the United States".

Tendo em vista a complexa composição da documentação referente à frente de negociação com as possessões coloniais britânicas no Caribe, muitos caminhos de análise poderiam ter sido percorridos. Escolhemos evidenciar os documentos que apresentaram as impressões dos diversos agentes envolvidos acerca das percepções raciais não só daqueles afro-americanos que seriam potencialmente transportados para as diferentes possessões coloniais, como a forma de argumentação que as administrações apresentam seu problema de insuficiência de mão de obra frente às numerosas iniciativas do *Colonial Office* de desembarcar no Caribe não apenas africanas e africanos interceptados pela esquadra britânica, como vimos, mas também acerca dos chineses e indianos que chegavam a esses lugares como trabalhadores contratados. Tais grupos de trabalhadores, "recrutados" pelas filiais do *Colonial Office* em Calcutá e Bancoc, recebem interessantes análises por parte das autoridades coloniais e nos abrem portas para refletirmos sobre essas novas teias de transporte de trabalhadores dependentes que crescem no pós-abolição, como podemos ver a seguir: "A Assembleia [da Jamaica] tem despendido, pelos últimos três anos, todos os esforços possíveis para obter mão de obra da China, da Índia e do Yucatán - de quase qualquer origem, na verdade - e dentre as últimas correspondências provenientes da Europa, recebi a aprovação do Secretário de Estado para iniciar a importação de chineses".⁴⁶⁵

Voltando à complexidade da análise da negociação dos muitos agentes britânicos com os norte-americanos, uma chave de análise que pode ser útil é a compreensão das minúcias das trocas políticas envolvendo diferentes setores do governo em Washington. Nossa escolha analítica, como mencionado, não é esta. Interessa-nos compreender como essas trocas de correspondências podem nos ajudar a compreender melhor os mundos do trabalho dependente no pós-abolição. Quer-se refletir sobre como os potenciais trabalhadores afro-americanos que teriam feito parte dos projetos de colonização da Guerra de Secessão se relacionam não só com os processos atlânticos de abolição da escravidão e, em consequência, com as soluções sociais e políticas que diferentes elites propuseram para acomodar seus ex-escravos, mas também como as novas dinâmicas de introdução de imigrantes "livres" nas Américas. É nosso objetivo refletir

⁴⁶⁵ Despacho 134, de 14/12/1862, enviado por Frederick Seymour, Governador das Honduras Britânicas, para Edward John Eyre, Governador da Jamaica, NAUK – 884 – 1. Tradução nossa. No original: "*The House of Assembly has now for three years been making every exertion to obtain labour from China, India, Yucatan - indeed from almost anywhere - and by the last mail from Europe I received the sanction of the Secretary of State for commencing the importation of Chinese*".

sobre as referidas questões como fatores constituintes de um mesmo processo histórico mais abrangente. A análise política, contudo, contribui para a compreensão das negociações.

Como visto, as negociações com a Holanda e Dinamarca são, desta forma, mais simples. Contudo, os esforços de diferentes agentes coloniais em contato com a Secretaria de Estado e com o *Emigration Office* da Secretaria do Interior parecem ter sido um fator que não se pode deixar de levar em conta no tocante ao insucesso das negociações. Como podemos notar nas impressões do *chargé d'affaires* britânico em Washington:

"O único membro do gabinete com que tenho me comunicado diretamente é o Sr. Smith, Secretário do Interior, a quem fui encaminhado pelo Secretário de Estado, Sr. Seward; segundo consegui compreender, na visão do senhor Smith, que tem tratado com o Secretário de Estado e com o Presidente, no tocante a quaisquer solicitações de minha parte [sobre a transferência de trabalhadores afro-americanos], por diversas razões, seriam inoportunas a não ser que fossem provenientes diretamente do ministro de Vossa Majestade aqui [Lyons]. O Sr. Smith, contudo, assegurou-me gentilmente que estaria aberto a negociar a questão quando a mesma fosse apresentada apropriadamente e me perguntou se Vossa Excelência estaria preparado para submeter de forma definitiva, em nome do governo de Vossa Majestade, tal pedido. Obviamente não estava em posição de responder a tal pergunta. Desde então, muito me aconselhei com o Reverendo Mitchell que é, como me foi explicado, oficialmente vinculado ao Departamento do Interior como Comissário para a Emigração (...) As visões e impressões do senhor Mitchell, se são de algum valor, contribuíram fortemente para confirmar a hipótese de que o governo dos Estados Unidos está extremamente sensível sobre a imensa dificuldade de se encontrar a melhor solução para lidar com a população da raça negra que logo os procurará em busca de proteção a apoio".⁴⁶⁶

Novamente as observações de Stuart para seu superior no *Foreign Office*, Earl Russel, são de grande valor. Nesse momento, aparentemente, interessa ao governo apenas desenvolver

⁴⁶⁶ Anexo 2, n. 23, , de 30/09/1862, enviado por William Stuart, *chargé d'affaires* britânico nos Estados Unidos, para Earl Russel, Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros em Londres, NAUK – 884 – 1. Tradução nossa. No original: "The only member of the Cabinet with whom I have been in direct communication is. Mr. Smith, Secretary of the Interior, to whom I was referred by the Secretary of State, Mr. Seward; and the expression of Mr. Smith's views was to the effect that the question, as I understood him to mean, of entertaining any application, had been discussed between the President, the Secretary of State, and himself, and that they considered it to be inexpedient, for various reasons, to treat it through any other medium than Her Majesty's Minister here. Mr. Smith was, however, good enough to add the assurance or their disposition favorably to entertain the matter when brought before them through the proper, channel, and be inquired whether I thought your Excellency would be prepared to submit such an application at once in the name of Her Majesty's Government, to which I was not, of course, in a position to give any reply. I have subsequently conferred very fully with the Rev. James Mitchell, who is, I am led to believe, officially attached to the Department of the Interior, as Commissioner of Emigration (...) Mr. Mitchell's views and, representations, so far as they may be considered of value, strengthen the assumption that Government of the United States is acutely sensible of the immense difficulty attending the solution of the question how best to deal with the population of the negro race likely soon to look to them for protection and support".

negociações que contem não apenas com a autoridade máxima da Grã-Bretanha em Washington, qual seja, o ministro Lorde Lyons, como se pergunta diretamente a posição do *Foreign Office* sobre as negociações. Como se verá, os projetos de colonização se tornaram também um cenário de disputa acerca da neutralidade britânica frente aos confederados. Tal esfera será brevemente mencionada ao longo do capítulo. Contudo, cumpre elucidar, que o aparente interesse norte-americano relatado na nota de Stuart pode ser compreendido não como um interesse de Washington em transportar trabalhadores afro-americanos para o Caribe, mas mais como uma forma de abertura de mais um canal de comunicação com *Foreign Office* para conquistar o apoio apenas da União.

A obra de Magness e Page se concentra na análise do envolvimento pessoal de diversos agentes para demonstrar como a questão da colonização era, dentro da administração do governo dos Estados Unidos, um assunto bastante polêmico. Repetidas vezes se faz referência à discordância de Seward acerca da colonização como política oficial e da sua proposital morosidade em dar andamento aos trâmites das negociações. Dentro da Secretaria do Interior, ainda, os autores analisaram o papel da rixa pessoal entre James Mitchell e John Palmer Usher, que assumiu a pasta quando a condição de saúde de John Caleb Smith se agravou. Segundo capítulos específicos sobre Mitchell e Usher, a obra de Magness e Page mostra que as alterações entre os dois chegaram até o presidente, mais de uma vez. Na mesma linha de análise, há, ainda, o caso do Secretário da Guerra, Edwin Stanton, que vinha desenvolvendo a política de recrutar não apenas afro-americanos, mas, em especial os *contrabands*, para engrossar as fileiras do exército do Norte. Stanton, bem como Usher, segundo os autores, agiram deliberadamente para inviabilizar as negociações com a Grã-Bretanha.⁴⁶⁷

Antes de darmos continuidade à descrição dos fatores da esfera político-diplomática desses frentes de negociação, faz-se necessário refletir sobre como a questão dos *contrabands* era delicada não só no tocante ao envolvimento afro-americano na Guerra de Secessão, mas poderia, também, representar sérios problemas diplomáticos para a situação de neutralidade completa da Grã-Bretanha em relação aos Confederados. Podemos perceber como tal questão se desenvolve no despacho 404 do ministro dos Estados Unidos em Londres, Charles Francis Adams, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward, em 18/11/1862:

⁴⁶⁷ Ver capítulos 8 e 9 MAGNESS, Phillip W. e PAGE, Sebastian N. *Colonization after Emancipation: Lincoln and the Movement for Black Resettlement...*

"Eu solicitei uma entrevista com Lorde Russel (...) para colocá-lo em posição de responder de maneira preliminar à questão da disposição de seu governo em negociar de alguma maneira [sobre os projetos de colonização]. Ele respondeu negativamente. Depreendi de suas palavras que toda a questão está sob análise dos ministros e que, já há algum tempo, o Duque de Newcastle, tem trocado muitos despachos com as autoridades das Índias Ocidentais sobre isso. A conclusão é que, de maneira geral, os arranjos podem acabar por implicá-los, nos Estados Unidos, com futuras reivindicações de escravos fugidos ou de outra natureza, perigos que eles querem ao máximo evitar. Assim, eles não estão dispostos a iniciar tais negociações e, menos ainda, a adotar algum tipo de convenção. Expliquei as razões que nos levaram a escolher esse caminho, nosso objetivo é apenas assegurar que as pessoas que voluntariamente se disponham a emigrar (e não queremos incluir mais ninguém) possam gozar de maneira justa dos direitos que a condição de colonos lhes confere. Vossa Senhoria pareceu entender, mas ponderou que, há algum tempo, um agente das Índias Ocidentais foi enviado aos Estados Unidos para ver como se poderia oferecer suficientes estímulos para que os negros livres emigrassem e, então, os encontrou tão confortáveis ganhando tão mais do que poderiam ganhar no lugar que ele representava, que qualquer transferência pareceu fora de cogitação".⁴⁶⁸

Em adição a uma citação anterior, o relato de que Stuart fez da conversa com Russel parece confirmar que as condições de trabalho no Caribe são piores não apenas pelas intempéries impostas pelo trabalho contratado e dependente, mas pelo valor usual que se paga aos trabalhadores, aparentemente, tão inferior ao que se paga nos Estados Unidos. Ainda que Russel tenha dado a entender que, como representante da coroa britânica, não teria interesse em formular em conjunto com os Estados Unidos nenhuma política de transferência de trabalhadores, ver-se-á que essas negociações perduraram ainda por muitos meses. As considerações de Adams revelam de que maneira as negociações de transferência de trabalhadoras e trabalhadores afro-americanos poderia complicar a posição da Grã-Bretanha

⁴⁶⁸ Despacho 404, 18/11/1862, enviado pelo ministro dos Estados Unidos em Londres, Charles Francis Adams, para o Secretário de Estado em Washington, William Seward. PRFA – LOF, p. 305. Tradução Nossa. No Original: *"I applied to Lord Russel for an interview (...) to put him in a position to reply to the preliminary inquiry whether his government was disposed to negotiate about it at all. He replied in the negative. I gathered from what he said that the whole matter had been under consideration with the ministers for some time back, and that the Duke of Newcastle had had much correspondence with the authorities in the West Indies about it. The conclusion had been that on the whole it might be the means of entangling them in some way or other with the difficulties in the United States by possible reclamation of fugitives or in some other way or danger which they were most desirous to avoid. Hence they should not be inclined to enter upon negotiations, and least of all to adopt the form of a convention. I explained the reasons why we had wished to take this course, our object simply being secure for those persons voluntarily disposed to emigrate (and we did not mean to include any others) the enjoyment of the rights to which they would be justly entitled as colonists. His lordship seemed so to understand it. But he remarked that some time ago an agent had been sent from the West Indies to the United States to see if sufficient inducements could be held out the free negroes to emigrate, but he had found them so comfortable earning so much higher a rate of wages than could be obtained at the place he came from that any transfer of them seemed out of the question".*

frente aos Confederados. Se, dentre os trabalhadores transportados, estivessem *contrabands* e os Confederados vencessem a guerra, poder-se-ia considerar que os britânicos teriam de retornar a propriedade escrava do Sul que o Norte "ilegalmente" havia emancipado.

"Fui instruído pelo Duque de Newcastle a solicitar que se informe ao Earl Russel que (...) [Newcastle] tem tido, de maneira urgente, de concentrar grande energia na possibilidade de transferir para as colônias das Índias Ocidentais Britânicas um grande número de negros que foram emancipados devido aos eventos ocorridos nos Estados Unidos. As vantagens de tal transferência é tão óbvia que não necessita de nenhum comentário. Ela contribuiria para a prosperidade das Índias Ocidentais e asseguraria a liberdade e o bem-estar das pessoas transferidas. Também impulsionaria o crescimento da produção de artigos tropicais cultivados por mão de obra livre e, talvez, contribuiria para o crescimento, em especial, da produção de algodão nas colônias britânicas, conhecidas por serem admiravelmente adequadas para tal cultivo. Não é fácil encontrar o fim das vantagens que tais resultados gerariam se tal imigração se provasse factível"⁴⁶⁹

Em adição ao raciocínio que se vinha desenvolvendo, a nota acima, trocada entre o *Colonial Office* e o *Foreign Office*, mostra como o interesse britânico era provavelmente, pelo menos no início, nos *contrabands* que, é possível inferir, por ainda terem um status discutível em muitos sentidos, poderiam ser tratados, provavelmente, da mesma maneira que os recapturados do tráfico, obrigados a passar pelo período de aprendizado que outros trabalhadores "livres" não "precisariam". Nesse mesmo de outubro, em resposta a um despacho do governador da Jamaica, Newcastle, do *Colonial Office*, respondeu de maneira oficial sobre a posição do governo britânico acerca da migração de afro-americanos para as colônias caribenhas.

“Se você, contudo, tiver de se dirigir à Assembleia da Jamaica acerca das visões do Governo de Vossa Majestade, você declarará que o Governo de Vossa Majestade irá voluntariamente cooperar com a legislatura jamaicana no tocante à apropriação de fundos públicos e terras públicas para a promoção da emigração de pessoas livres da América para a Jamaica, independente da classe ou

⁴⁶⁹ Despacho 39, de 12/08/1862, enviado Sir Frederic Rogers, em nome do Duque de Newcastle, Secretário de Estado para as Colônias em Londres, para E. Hammond, representante de Earl Russel, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em Londres, NAUK – 884 – 1. Tradução nossa. No original: "I am directed by the Duke of Newcastle to request that you will inform Earl Russell that his Grace's attention has been urgently directed to the possibility of transferring to the British West Indian Colonies a large number of the negroes who have been or may be emancipated by force of events in the United States. The advantages of such a transfer are almost too obvious to require comment. It would increase the prosperity of the West Indies, it would secure the freedom and well-being of the people transferred, and it would give an impulse to the growth by free labour of tropical produce, and, perhaps, especially to the growth of cotton in English Colonies known to be admirably suited for its production. Nor is it easy to place limits to the extent to which these valuable results might be accomplished if only the emigration is one in itself practicable".

cor dessas pessoas que desejem emigrar, depois que as perspectivas e os meios de subsistência que eles encontrarão na Jamaica tenham sido total e razoavelmente explicados a eles pelos oficiais da Coroa responsáveis, e sob o entendimento que (como no caso da emigração para algumas Colônias da Índias Ocidentais de Madeira, Calcutá e outros lugares) provisões deverão ter sido feitas para a saúde deles durante a viagem, e, na sua chegada, para a instalação segura e emprego conforme o nível atual de salário, Mas deve ser uma condição indispensável para uma emigração assistida por meios e fundos públicos que as pessoas a serem assistidas sejam legal e incondicionalmente livres, e que elas emigrem com seu livre e próprio consentimento e com o consentimento daquele que seja a autoridade imediata com que vivem".⁴⁷⁰

A necessidade de se destacar a condição de liberdade dos trabalhadores que eventualmente seriam transportados para as colônias britânicas pode ser compreendida tanto dentro do discurso abolicionista britânico, como pode ser compreendido como um testemunho das contraditórias práticas que evolviam esses trabalhadores e trabalhadoras considerados "livres". A necessidade expressa no consentimento e da autorização do governo dos potenciais imigrantes responde, assim, tanto a necessidade diplomática britânica de não se envolver com problemas relacionados à propriedade escrava dos Confederados, como a especificidade da descrição dos cuidados que devem ser tomados pode ser representativa da experiência escravista de abusos em relação à mão de obra que não desapareceu, obviamente, com o processo de emancipação apenas algumas décadas antes.

Dando continuidade, no capítulo 2, tratou-se não apenas dos *contrabands*, mas de outras situações entre a escravidão e a liberdade que o conflito civil precipitou nos Estados Unidos. Nesse sentido, o despacho 159 enviado pelo governador da Guiana Britânica, Francis Hincks, para o Secretário de Estado para as Colônias em Londres, o Duque de Newcastle, nos oferece a

⁴⁷⁰ Despacho n. 4, s/d de outubro de 1862, enviado pelo Duque de Newcastle, Secretário de Estado para as Colônias em Londres, John Eyre, Governador da Jamaica, NAUK – 884 – 1. Tradução nossa. No original: "*If, however, you shall be called upon to express to the Legislature of Jamaica the views of Her Majesty's Government, you will state that Her Majesty's Government will willingly co-operate with the Legislature in appropriating public monies or public lands to the promotion of the emigration to Jamaica from America of free persons, of whatever class or colour, who shall desire so to emigrate, after the prospects and means of subsistence they are to find in Jamaica shall have been fully and fairly explained to them by responsible officers of the Crown, and on the understanding that (as in the case of the emigration into some West Indian Colonies from Madeira, Calcutta, and elsewhere), provision shall have been made for their health during the voyage, and their safe location and employment at the current rate of wages on their arrival, But it must be made an indispensable condition of an emigration assisted by public means and funds, that the persons do to be assisted are lawfully and unconditionally free, and that they emigrate with their own free consent and that of those immediate authority they are living*".

forma como dos britânicos viam quem compunha esse grupo: "*contrabands* são escravos que escaparam para o Exército Federal".⁴⁷¹

“quem no momento estiver em tal posição tão anômala que possa, talvez, ter interesse em emigrar, conquanto o Governo esteja pronto para auxiliar tais pessoas. Pode haver alguma sutileza em lidar com a anuência do Governo Federal. A posição legal deles, até onde eu entendo a questão, é a de que essas pessoas são consideradas escravas. Caso a paz seja restaurada incondicionalmente, esses refugiados deverão ser retornados sob a *Fugitive Slave Law*. Como não se pode libertá-los legalmente, sob essas circunstâncias, acredito que as autoridades Federais ficariam contentes em mandá-los para fora do país. Se a remoção deles para as Colônias Britânicas prejudicaria ou não a neutralidade da Inglaterra com os Estados Confederados não é uma questão que eu possa discutir, mas o Sr. Walker será certamente conduzido em todo o seu processo pelos conselhos do ministro britânico”.⁴⁷²

Hincks, assim, acreditava que os *contrabands* poderiam considerar deixar os Estados Unidos uma boa opção, posto que se os Confederados vencessem, seu status de liberdade não poderia mais ser assegurado. Como visto no capítulo 2, o status deste grupo é complexo e muda com o decorrer da guerra. Se, a princípio, a análise de Hincks é correta, pois muitos comandantes do Exército dos Estados Unidos, de fato, devolveram escravos fugidos para seus proprietários do lado Confederado, com o decorrer da guerra, a política de mantê-los e os empregar em diferentes funções subalternas das forças armadas se solidificou. Hincks, contudo, estava refletindo sobre um cenário no qual os Confederados poderiam vencer a guerra e reclamar seus escravos.

Essa questão, envolvendo a posição diplomática da Grã-Bretanha e, portanto, o *Foreign Office*, sob Russel, bem como as negociações do *Colonial Office*, sob Newcastle, dispersaram-se em trocas paralelas tanto com a Secretaria de Estado, comandada por Seward, como com o *Emigration Office*, sob Mitchell. Nesse sentido, muita energia das negociações com as colônias britânicas foi gasta com Newcastle e Russel procurando estabelecer uma política que excluísse

⁴⁷¹ Despacho 11, de 22/08/1862, do Governador da Guiana Britânica, Francis Hincks, para o Duque de Newcastle, Secretário de Estados para as Colônias. NAUK – 884 – 1. Tradução nossa. No original: "*contrabands, being the slaves who have escaped to the Federal Army*".

⁴⁷² Despacho 11, de 22/08/1862, do Governador da Guiana Britânica, Francis Hincks, para o Duque de Newcastle, Secretário de Estados para as Colônias, NAUK – 884 – 1. Tradução nossa. No original: "*who at present are in such anomalous position that they might be glad to emigrate, while the Government might be very ready to aid them in doing so. There may be some delicacy in dealing with the consent of the Federal Government. Their legal position, so far as I understand the question, is that of slaves. Were peace restored unconditionally these refugees ought to be taken up under the Fugitive Slave Law. There seems no power to set them free legally, and under this circumstances I can have little doubt that the Federal authorities would be glad to have them out the country. Whether their removal to the British Colonies would at all compromise neutrality of England with the Confederate States of is not a question for me to discuss, but Mr. Walker will of course be guided in all his proceeding by the advice of the British Minister*".

riscos como os *contrabands*, essa política foi formulada a partir da discussão em relação aos portos norte-americanos nos quais se poderiam recrutar trabalhadores. A discussão e decisão pelos portos de Nova York, Boston e outros na Pensilvânia, contudo, contou com demoradas trocas internas com os agentes coloniais britânicos que demoravam meses para que alcançassem os agentes americanos, como observa o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em Londres: "Em relação à delicada questão da declaração de determinados portos, por parte do Governador de Honduras, concordo plenamente com a avaliação de que nenhum porto ao sul da Filadélfia deve ser incluído no momento".⁴⁷³

A morosidade que Magness e Page atribuíram ao desacordo de Seward frente à política de colonização, encontrou também eco em Lyons, que tentava acomodar ações e ordens muitas vezes contraditórias provenientes de seu superior, Russel, e de Newcastle, bem como a todos os agentes coloniais que não escreviam, pedindo consultas e auxílio.

"Eu comecei a conversa indagando ao Sr. Seward (...) se o Governo teria alguma objeção à execução do plano proposto, se ele acreditava que o Governador de Honduras poderia proceder em declarar os portos de Boston, Nova Iorque, e Filadélfia como portos de embarque, e enviar agentes para aqueles portos para servirem de superintendentes no tocante aos contratos a serem firmados com os trabalhadores de cor. O Sr. Seward respondeu que acreditava que não haveria nenhuma objeção em permitir que pessoas, de forma privada, procurem persuadir pessoas de cor a emigrar e a firmar contratos de trabalho. Homens livres de cor poderiam evidentemente ir e vir como quisessem e firmar quaisquer contratos que desejassem. No entanto, ele foi relutante em expressar qualquer opinião positiva em nome da Administração".⁴⁷⁴

Há, ainda, os casos de William Walker e John Hodges, que chegaram a visitar os Estados Unidos na esperança de conseguirem trabalhadores para a Guiana Britânica e Belize,

⁴⁷³ Despacho 546, de 26/12/1862, enviado por por Lord Lyons, Ministro Britânico em Washington, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em Londres, NAUK – 884 – 1. Tradução nossa. No original: "*With regard to the special question of the proclamation of certain ports by the Lieutenant-Governor Honduras, I entirely concur in the opinion that no port south of Philadelphia south at present be included*".

⁴⁷⁴ Despacho 546, de 26/12/1862, enviado por por Lord Lyons, Ministro Britânico em Washington, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em Londres. NAUK – 884 – 1. Tradução nossa. No original: "*I began the conversation by informing Mr. Seward (...) whether this Government would have any objection to the execution of the contemplated plan? Did he think the Governor of Honduras might proceed to proclaim the ports of Boston, New York, and Philadelphia as ports of embarkation, and send agents to those ports to superintend contracts to be made with coloured labourers? Mr. Seward answered that Inc supposed there would be no objection to allowing private persons to make the experiment of endeavouring to persuade people of colour to emigrate and to enter into labour contracts. Free men of colour could of course come and go as they chose and make whatever contacts they pleased. He was, however, hardly to express any positive opinion on behalf of the Administration*".

respectivamente. Muitas das dificuldades políticas entre as Secretaria da Guerra, Secretaria do Interior e Secretaria de Estados nos Estados Unidos, bem como as discordâncias entre o *Colonial Office* e o *Foreign Office* em Londres, foram temporariamente contornadas. Ao invés de negociações medidas pelas representações dos governos envolvidos, em 1863, alguns dos interessados se propuseram a tentar pensar em arranjos que envolviam indivíduos e/ou empresas privadas que recrutariam afro-americanos interessados em deixar os Estados Unidos, apenas com alguma supervisão dos governos em questão.⁴⁷⁵

III. Livres para Serem Colonos

Em 05/07/1862, o Governador da Jamaica, Edward John Eyre, enviou para o Duque de Newcastle, Secretário de Estado para as Colônias da Coroa Britânica, um despacho fazendo menção à informação que ele havia recebido acerca do "desejo" entre os afro-americanos em deixar os Estados Unidos. Pela data, a referência aos "eventos recentes" feitas por Eyre pode estar tanto relacionada com a Primeira Mensagem Anual da Presidência (*First State of the Union Address*), de 3/12/1861, ou Eyre pode estar se referindo à aprovação "*District of Columbia Compensated Emancipation*", também referido por sua primeira frase "*An Act for the Release of certain Persons held to Service or Labor in the District of Columbia*", de 16/04/1862, dentre outras possibilidades.

“Tendo os recentes eventos na América tornado provável que, não apenas que um grande número de pessoas negras e de cor desejem se remover daquele país, mas também que o próprio Governo dos Estados Unidos esteja disposto a ajudar em tal remoção, eu tomo a oportunidade de indagar a Vossa Senhoria (*your Grace*) se o Governo de Vossa Majestade seria contrário à Assembleia da Jamaica fazer provisões do Fundo de Imigração, ou de outro modo, para pagar a totalidade ou parte do custo da passagem de tais pessoas negras ou de cor que queiram voluntariamente, em se retirando dos Estados Unidos, escolher a Jamaica como seu futuro lar”.⁴⁷⁶

⁴⁷⁵ Ver capítulo 9 de MAGNESS, Phillip W. e PAGE, Sebastian N. *Colonization after Emancipation: Lincoln and the Movement for Black Resettlement*.

⁴⁷⁶ Despacho 39, de 31/10/1862, enviado pelo Governador da Jamaica, Edward Eyre, para o Duque de Newcastle, Secretário de Estado das Colônias em Londres, NAUK – 884 – 1. Tradução nossa. No original: "*RECENT events in America having made probable, not only that a large number of black and coloured people are desirous to remove from that country, but also that Government of the United States itself may be disposed to aid in such removal, I take the opportunity of inquiring from your Grace whether Her Majesty's Government would object to the Legislature of Jamaica making provision out of the Immigration Fund, or otherwise, for paying the entire or a part of the passage-money of such black or coloured people who might be willing, on removing from the United States, to select Jamaica as their future home*".

Sua descrição acerca do suposto desejo por parte de um grande número afro-americanos em deixar os Estados Unidos pode, também, estar relacionado à Mensagem Anual da Presidência (*First State of the Union Address*):

“Seria também bom nos questionarmos se as pessoas de cor livres que já estão nos Estados Unidos não poderiam, na medida em que individualmente demonstrem interesse, ser incluídas em tal colonização. Efetuar o plano de colonização pode envolver a aquisição de território, e também a apropriação de dinheiro além daquele a ser gasto na aquisição territorial. Tendo praticado a aquisição de território por quase sessenta anos, a questão do poder constitucional para tanto não é mais uma questão aberta para nós”.⁴⁷⁷

Ao despacho de Eyre, de julho de 1862, que contém um expresso de pedido de autorização ao *Colonial Office*, em Londres, para que a administração da Jamaica entrasse oficialmente em negociação com os Estados Unidos seguiu-se uma série de circulares que o *Foreign Office*, sob Russel, que chegavam às colônias desde maio do mesmo ano. Embora os representantes das colônias caribenhas tenham, desde o início de 1862, demonstrado interesse em negociar a transferência de mão de obra afro-americana, as comunicações diplomáticas, bem como para o *Emigration Office*, tornam-se mais frequentes uma vez que os centro-americanos passam a se opor abertamente a quaisquer projetos de colonização, entre os meses de agosto e setembro de 1862. Há se de mencionar que o discurso de Lincoln para um comitê de homens afro-americanos na Casa Branca, em 14/08/1862, pode ser considerado o estopim do pânico das autoridades centro-americanas. Em 30/09/1862, Seward envia oficialmente uma circular, que chega aos representantes das nações europeias com possessões caribenhas, contendo os princípios gerais que eventuais convenções relativas à realocação de trabalhadores afro-americanos teriam de respeitar.

⁴⁷⁷ McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America...* "First State of the Union Address", de 3/12/1861, p. 212. Tradução nossa. No original: "It might be well to consider, too, whether the free colored people already in the United States could not, so far as individuals may desire, be included in such colonization. To carry out the plan of colonization may involve the acquiring of territory, and also the appropriation of money beyond that to be expended in the territorial acquisition. Having practiced the acquisition of territory for nearly sixty years, the question of constitutional power to do so is no longer an open one with us. The power was questioned at first by Mr. Jefferson, who, however, in the purchase of Louisiana, yielded his scruples on the plea of great expediency. If it be said that the only legitimate object of acquiring territory is to furnish homes for white men, this measure effects that object, for the emigration of colored men leaves additional room for white men remaining or coming here. Mr. Jefferson, however, placed the importance of procuring Louisiana more on political and commercial grounds than on providing room for population".

“Não faz parte do escopo destas comunicações apresentar um projeto de convenção, mas apenas declarar alguns dos princípios gerais que esse governo acredita adequados para constarem em quaisquer tratados que possam vir a ser negociados no tocante aos temas que eu apresentei. 1o. Que toda a emigração de pessoas de descendência africana, ocorrida sob as disposições deste tratado, deverá ser completamente livre e deverá ter sido voluntária da parte de adultos, e com o consentimento total e expresso de pais e guardiões de crianças e dependentes. 2o. Que agentes do governo que desejem receber tais emigrantes devam ser reconhecidos por este governo e autorizados a solicitar tal emigração, tais agentes deverão ser nomeados por seu governo e deverá se dedicar a protegê-los [os colonos] enquanto exerçam de maneira pacífica e inofensivamente sua ocupação que, a todo tempo, pode ser objeto de petição para a remoção de qualquer agente cuja conduta ou comportamento seja considerado ofensivo para a paz, segurança, ou bem-estar dos Estados Unidos”.⁴⁷⁸

Assim, Seward tornava oficial o que Magness e Page chamaram de "segunda onda" ou "fase emigratória" (*emigration phase*) dos projetos de colonização da Guerra de Secessão.⁴⁷⁹ A nova fase envolvia não mais negociações como a de Chiriqui e da ilha haitiana A'Vache, que se verá no capítulo seguinte, mas se tratava de uma iniciativa do presidente Lincoln, através da Secretaria de Estado, de tentar negociar tratados binacionais para garantir a proteção de famílias afro-americanas que tivessem o interesse em deixar os Estados Unidos.⁴⁸⁰ Como já apontado, as considerações do *chargé d'affaires* britânico em Washington apontavam para a aparente falta de vontade do governo dos Estados Unidos em querer de fato negociar e transferir mulheres e homens afro-americanos para o Caribe. Ainda que as menções aos documentos de Lincoln, bem como a fundação do *Emigration Office*, demonstrem que a colonização era a política oficial, a completa falta de sucesso dos projetos de colonização pode ser compreendida, como

⁴⁷⁸ Despacho 360, de 30/09/1862, enviado pelo Secretário de Estado Em Washington, William Seward, para o ministro dos Estados Unidos na Inglaterra, Charles Francis Adams. PRFA - LOF, p. 271. Tradução Nossa. No Original. *"It is not within the purposes of this communications to present the project of a convention, but simply to state some of the general principles which this government supposes proper to be recognized in any treaties which may be contracted with reference to the objects which I have presented. 1o That all emigration of persons of African derivation to take place under the stipulations of this treaty shall be perfectly free and voluntary on the part of adults, and with full and expressed consent of parents and guardians for minor children and wards. 2o. That agents of the government desiring to receive such emigrants shall be recognized by this government and authorized to solicit such emigration, but such agents shall be appointed by such government, which shall engage to protect them while peacefully and inoffensively pursuing their occupation, but shall have always a right to require the dismissal of any such agent whose conduct or deportment shall be found injurious to the peace, safety, or welfare of the United States"*.

⁴⁷⁹ MAGNESS, Philip W. ; PAGE, Sebastian N. ***Colonization after Emancipation: Lincoln and the Movement for Black Resettlement***. Columbia: University of Missouri Press, 2011, p. 55.

⁴⁸⁰ Despacho 360, de 30/09/1862, enviado pelo Secretário de Estado Em Washington, William Seward, para o ministro dos Estados Unidos na Inglaterra, Charles Francis Adams. PRFA - LOF, p. 272: *"It should be understood that it is not desire by the United States to give to any State a monopoly of the proposed emigration, but to open its benefits on equal terms to all States within the tropics, or having colonies there, which, maintaining free constitutional governments, shall desire these benefits"*. Grifos Nossos.

mentionado, como a conjunção de diversos fatores. O maior interesse dos Estados Unidos nas negociações com a América Latina, é possível interpretar, podia ser demonstrativo da forma como tais projetos seriam potencialmente se desenvolveriam. Empresas americanas adquiririam propriedades em lugares estratégicos e transportariam os "colonos" para aquilo que seria um enclave lucrativo de influência norte-americana. As mesmas possibilidades não aparecem nas trocas com as possessões coloniais caribenhas, que estavam apenas interessadas em transferir mão de obra e, inclusive, custear em parte ou todo o transporte dos interessados. Essa diferença, em si, pode ser considerada um dos fatores por trás do desinteresse que o agente britânico parece ter detectado em parte das autoridades em Washington.

“Pode interessar a Vossa Excelência saber que o Sr. Walker, Secretário de Governo da Guiana Britânica, que foi comissionado pelo Governador daquela Colônia para tratar do assunto, retornou para casa após passar várias semanas neste país. Depois uma atenta análise da questão, ele se convenceu que o momento de tomar qualquer medida ainda não chegou”.⁴⁸¹

Nas negociações caribenhas, ainda que as construções discursivas façam constantes menções às proteções legais disponíveis aos eventuais interessados, não se tratariam de colônias norte-americanas em território estrangeiro. Paralelamente, uma complicada guerra civil dividia os Estados Unidos e consumia nos esforços militares a maioria desses potenciais grupos afro-americanos que poderiam vir a se envolver com os projetos de colonização. O envolvimento dos afro-americanos na Guerra de Secessão também foi um dos fatores que contribuiu para o insucesso das negociações. A participação militar nos exércitos da União acabou por constituir mais um espaço de debate e demanda por parte dos diferentes grupos afro-americanos acerca de sua participação social e política no país. Como se verá no capítulo seguinte, mesmo os movimentos emigracionistas dentre as comunidades afro-americanas nunca haviam conquistado grandes números de adeptos. A colonização envolvendo a manifestação de vontade dos afro-americanos, assim, teria de envolver imensas vantagens para que pudesse ter algum efeito. Como visto, formas de trabalho dependente no Caribe, com salários bastante abaixo daqueles pagos nos

⁴⁸¹ Despacho s/n, de 19/11/1862, enviado por Lord Lyons, Ministro Britânico em Washington, para Edward John Eyre, Governador da Jamaica. NAUK – 884 – 1. Tradução nossa. No original: *"It may interest your Excellency to know that Mr. Walker, Government Secretary of British Guiana, who was commissioned by the Governor of that Colony to treat the subject here, has returned home after spending several weeks in this country. After an attentive examination of the question he convinced that the moment for taking active measure had not yet arrived"*.

Estados Unidos, não iriam atrair grandes massas de voluntários a deixarem o único país que conheceram e todas as teias de relações que construíram.

“A partir do momento em que qualquer governo que tenha aderido ao tratado e, assim, obtido o consentimento de uma colônia ou grupo de emigrantes, um registro de seus nomes, idades, sexos e condições deve ser feito com o seus lugares propostos de embarque e destino, devidamente atestados e verificados. Tal governo deverá então fazer com que todos os pertences pessoais sejam recebidos com a prontidão adequada a bordo de embarcações aptas a navegar e que lhes proporcione acomodações saudáveis, suficientes em espaço, ar, comida, água e outras necessidades básicas para a viagem pretendida, e não deverão, em todos os casos, sofrer crueldade, desumanidade ou severidade desnecessária. E que as famílias que estejam emigrando não possam ser separadas sem o seu consentimento. Qualquer grupo de emigrantes que deseje, poderá ser assistido por um agente que, sendo um cidadão dos Estados Unidos, poderá substituir como representante mediante declaração de que os procedimentos e consultas da outra parte contratante sejam desleais ou ofensivos para com o governo que está recebendo tais emigrantes”.⁴⁸²

Muito semelhante às orientações que Newcastle havia dado para o governador da Jamaica, a atenção de Seward aos detalhes acerca das garantias mínimas que qualquer transferência de afro-americanos para o exterior deveria oferecer é, da mesma forma, demonstrativa, talvez, das violentas dinâmicas que o trabalho dependente do pós-abolição apresentavam. A divisão estabelecida por Magness e Page é bastante interessante no tocante à mudança de tom que as trocas diplomáticas certamente mostraram. Contudo, o canal diplomático é bastante limitado para que se possam de fato compreender as reais dinâmicas sociais que se desvelavam com a guerra, bem como os interesses de diversas partes envolvidas direta ou indiretamente nas negociações. Uma vez aceito, na esfera diplomático-oficial, que os centro-

⁴⁸² Despacho 360, de 30/09/1862, enviado pelo Secretário de Estado Em Washington, William Seward, para o ministro dos Estados Unidos na Inglaterra, Charles Francis Adams. PRFA - LOF, p. 272. Tradução nossa. No original: *"When any government which shall have entered into the treaty shall have obtained the consent of a colony or party of emigrants, a record of their names, ages, sexes, and conditions shall be made up with their proposed place of embarkation and destination, duly attested and verified. Such government shall then cause them, with their personal effects, to be received with all convenient dispatch on board of sea-worthy vessels, which shall afford them healthful and convenient accommodations of space, air, food, water, and other necessities for their intended voyage, and shall, in all cases, suffer no cruelty, inhumanity, or unnecessary severity to be practiced upon them. And families so emigrating shall not be separated without their consent. Any party of such emigrants who may desire it may be attended by an agent, being a citizen of the United States, and he shall be liable to be replaced upon representation from the other contracting party that his proceedings or conduct are disloyal or offensive to the government receiving such emigrants"*.

americanos não tinham qualquer interesse em receber colonos afro-americanos da forma como aparentemente receberiam, a consulta a outras nações pareceu oficialmente respeitar o fato de que a colonização ainda era a política oficial do governo. Sendo os eventuais colonos norte-americanos, sua emigração deveria ser mediada pelos Estados Unidos e algumas garantias asseguradas.⁴⁸³ De qualquer maneira, é interessante observar que Seward começa tal circular com a afirmação de que são os próprios afro-americanos que desejam deixar o país:

“Muitas pessoas livres de descendência africana residindo nos Estados Unidos expressaram para o Presidente seus desejos de emigrar para países estrangeiros se elas puderem fazê-lo com o consentimento do governo que garantirá sua proteção enquanto escolhem seus destinos, realizem suas viagens, escolham seus novos lares e adquiram terras, ou de outra forma contratem a sua instalação e assentamento no exterior, e especialmente que os proteja, em qualquer caso, contra a reescravização ou servidão. Acredita-se que o número desta classe de pessoas disposta a emigrar está aumentando e continuará a aumentar. Por outro lado, alguns governos estrangeiros situados nos trópicos, e outros que possuem colônias ou dependências lá, informaram ao Presidente seu desejo de receber tais acréscimos às suas populações em condições favoráveis ao bem-estar, prosperidade e felicidade dos emigrantes. Em razão destes fatos, o Presidente me autorizou a entrar em negociações acerca deste assunto com o governo da Grã-Bretanha, se o mesmo estiver interessado”.⁴⁸⁴

⁴⁸³ Despacho 360, de 30/09/1862, enviado pelo Secretário de Estado Em Washington, William Seward, para o ministro dos Estados Unidos na Inglaterra, Charles Francis Adams. PRFA - LOF, p. 272. *"On arriving at the place of debarkation such emigrants shall be furnished with plain but comfortable dwellings, one for each family, or with comfortable homes in the families of resident inhabitants of the country, and either with lands to be occupied and owned by themselves adequate to their support and maintenance, they practicing ordinary industry in cultivation the same, or else with employment on hire, with provision for their wants, and compensation adequate to their support and maintenance, clothing and medicines and an education of the children in the simple elements of knowledge, which provision shall continue for the term of five years, minors and infants being permitted to reside with their parents and guardians during their minority, unless apprentice with the consent of their parents and guardians. All such emigrants and their posterity shall forever remain free, and in no case be reduced to bondage, slavery, or involuntary servitude, except for crime; and they reside. It should be further stipulated that in cases of indigence resulting from injury, sickness, or age, any of such emigrants who shall become paupers shall not thereupon be suffered to perish or to come to want, but shall be supported and cared for as is customary with similar inhabitants of the country in which they shall be residents"*.

⁴⁸⁴ Despacho 360, de 30/09/1862, enviado pelo Secretário de Estado Em Washington, William Seward, para o ministro dos Estados Unidos na Inglaterra, Charles Francis Adams. PRFA - LOF, p. 272. Tradução nossa. No original: *"Many free persons of African derivation residing within the United States have made known to the President their desires to emigrate to foreign countries if they could do so with the consent of the government and wish guaranteed of its guardian care over them while arranging their departure and pursuing their voyages, choosing their new homes and purchasing lands, or otherwise contracting for their permanent location and settlement abroad, and specially securing them, in every event, against being hereafter reduced to slavery or bondage. It is believed that the number of this class of persons do disposed to emigrate is augmenting and will continue to increase. On the other hand, some foreign governments situated within the tropics, and others having colonies or dependencies there, have intimated to the President a desire to receive such accessions to their population upon conditions favorable to the welfare, prosperity, and happiness of the emigrants. In view of these facts, the President has authorized me to enter into negotiations upon the subject with the government of Great Britain, if it shall be inclined to such course"*.

A titulação de "fase emigratória", neste sentido, confere possibilidades de interpretação dos documentos de diversas maneiras. Como visto nos capítulos anteriores, a questão da manifestação de vontade dos afro-americanos em fazer parte de projetos de colonização na América Latina é um aspecto secundário, frente à problemática da forma que tomariam os projetos. Ainda que os discursos acerca das garantias de liberdade e de igualdade política tenham feito parte das negociações, a documentação abre pouco espaço para se tentar compreender melhor de que forma os potenciais colonos afro-americanos aceitavam ou resistiam a tais ideias. Acredita-se que a completa falta de sucesso dos projetos de colonização na América Latina se deu devido à combinação de diversos fatores já tratados, tais como os medos das elites latino-americanas verem enclaves norte-americanos em seus territórios, bem como a própria questão da inclusão social e política de afrodescendentes estar longe de ser uma questão resolvida no bojo das construções nacionais do pós-independência e do pós-abolição. Uma vez fechadas essas frentes de negociação, pelo menos de forma pública, posto que o tema da colonização ainda permaneceu sendo discutido dentro do governo dos Estados Unidos, as negociações com as possessões coloniais caribenhas da Dinamarca, Holanda e Grã-Bretanha se processam de forma diferente. As diferenças não são apenas pelo interesse dessas colônias em receber trabalhadoras e trabalhadores afro-americanos, mas é possível inferir, em alguma medida, que essas frentes de negociação respondam também a questões que estão sendo refletidas pelas comunidades afro-americanas.

“Em 22 de Setembro o presidente perguntou a visão de seu gabinete sobre a colonização e, em especial, sobre as propostas dos governos Holandês e Britânico para suas colônias no Caribe. Lincoln recusou a sugestão de Edward Bates, o Advogado Geral da União (*attorney general*), de tornar a colonização um programa compulsório de deportação. Ao contrário, ele apoiou a política de “emigração” que “deve ser voluntária e sem custo” para os interessados. Lincoln inicialmente favoreceu o estabelecimento de um tratado formal com poderes europeus individuais, embora isso tenha introduzido a incerteza política da ratificação do Senado. Gideon Welles, Secretário da Marinha, sugeriu que a natureza voluntária do programa exigiria apenas a anuência do “emigrante que escolha deixar nossas costas” e poderia ser conduzida mediante um simples contrato ou acordo sem necessidade de outorga pelo Congresso”.⁴⁸⁵

⁴⁸⁵ MAGNESS, Phillip W. e PAGE, Sebastian N. *Colonization after Emancipation: Lincoln and the Movement for Black Resettlement*. Columbia: University of Missouri Press, 2011. p. 16: "On September 22 the president asked his cabinet's views on colonization, and the Caribbean proposals of the Dutch and British governments in particular. Lincoln rebuffed the suggestion of Edward Bates, the attorney general, to make colonization a program of compulsory deportation. Instead, he endorsed a policy of "emigration" which "must be voluntary and without

Mencionou-se, ao longo do trabalho que a historiografia específica dos projetos de colonização da Guerra de Secessão frequentemente se utiliza da posição pessoal de Lincoln como ponto de partida para definição do escopo de análise. Mencionou-se, também, que esse não era nosso objetivo. É preciso considerar, contudo, que o apoio público de Lincoln à causa da colonização não pode deixar de ser contabilizado. Ainda que se tenha buscado compreender as negociações a partir de processos históricos mais abrangentes, o interesse de Lincoln e de alguns setores das elites norte-americanas na colonização alcançaram, minimamente, o desenvolvimento de um debate internacional sobre o tema e, no caso do Haiti, a transferência de cerca de 500 pessoas. A citação retirada da obra de Magness e Page, assim, nos auxilia a inserir o embate de forças políticas internas ao governo Lincoln em nossa reflexão. Se, a "segunda onda" dos projetos de colonização começou com iniciativas da Secretaria de Estado de tentar estabelecer tratados internacionais com governos interessados em receber afro-americanos, a inserção definitiva da manifestação de vontade por parte dos afro-americanos, bem como o insucesso das negociações, são fatores definidores para o desfecho da questão.

“Estou convencido de que os negros livres dos Estados Unidos não estão propensos a emigrar, e não tenho dúvida que a presente opinião em favor da emigração irá perder força em breve. É bastante óbvio que a população negra dos Estados Unidos não pode ser removida, e que o seu aumento conquanto não possa materialmente conferido, por emigração, a mão de obra é infinitamente valiosa para um país cuja quantidade de terra não cultivada é tão grande que nenhum tipo de emigração pode permanecer tão popular por muito tempo. Ademais, os negros e seus amigos terão fortes objeções ao sistema de contrato e, sem essa segurança para garantir o trabalho, promover a emigração não será a solução para o nosso propósito de forma alguma.”.⁴⁸⁶

expense" to the applicants. Lincoln initially favored establishing a formal treaty with individual European powers, though this introduced the political uncertainty of Senate ratification. Gideon Welles, secretary of the Navy, suggested that the program's voluntary nature required only the consent of the "emigrant who chose to leave our shores" and could be conducted under a simple contract or agreement without congressional reaction".

⁴⁸⁵ MAGNESS, Phillip W. e PAGE, Sebastian N. *Colonization after Emancipation: Lincoln and the Movement for Black Resettlement*... p. 16.

⁴⁸⁶ Despacho 11, de 22/08/1862, do Governador da Guiana Britânica, Francis Hincks, para o Duque de Newcastle, Secretário de Estados para as Colônias. . NAUK – 884 – 1Tradução nossa. No original: "*I am myself persuaded that the free negroes of the United States are not inclined to emigrate, and I have little doubt that the present opinion in favour of emigration will subside before long. It must perfectly obvious that the negro population of the United States cannot be removed, and that its increase cannot even be materially checked, by emigration, and labour is too valuable in a country where there is so great an extent of uncultivated land for emigration to be popular for any length of time. The negroes and their friends, moreover, will entertain strong objections to the indenture system, and without this security for labour it will not answer our purpose to promote it to any considerable extent*".

As ponderações de Hincks, Governador da Guiana Britânica, colocam em perspectiva as dificuldades que as condições nos Estados Unidos impunham aos projetos de colonização. De fato, com um país cheio de fronteiras a serem abertas, tentar a sorte em colônias de *plantation* no Caribe poderia não parecer uma opção vantajosa. Outra ponderação acerca das circunstâncias nos Estados Unidos é do *chargé d'affaires* britânico em Washington, William Stuart:

“Ele me informou confidencialmente que, embora soubesse que o presidente e outros membros do Gabinete não fossem da mesma opinião, que era sua opinião pessoal que nenhuma emigração extensiva de negros ocorreria: que eles tinham, de modo geral, grandes objeções em deixar o país de seu nascimento e que muitos prefeririam permanecer na escravidão do que começar em uma terra estrangeira. Um grande número deles, recentemente, concentrou-se no Distrito de Columbia, mas a abundância de empregos, bem como a grande demanda por mão de obra, eliminaria quaisquer objeções locais a contratá-los. Nessas circunstâncias, ele ponderou que se o que acabaria acontecendo é que eles encontrassem um lugar para se estabelecer neste país.”⁴⁸⁷

A importância da inclusão da documentação referente às trocas internas entre colônias e a metrópole britânica, nesse sentido, permitiu que se enxergassem fatores fundamentais para a melhor compreensão dos projetos de colonização negociados durante a Guerra de Secessão. Talvez a possibilidade real de remoção de trabalhadoras e trabalhadores afro-americanos dos Estados Unidos que os governos caribenhos pareciam oferecer, nesse sentido, provocou reflexões e reações no interior do governo norte-americano que as negociações com a América Latina não tinham revelado.

"O Sr. Seward seguiu ponderando longamente sobre a questão geral da emigração da população de cor. Homens, ele disse, de grande importância, e realmente o próprio Presidente tendiam à opinião que a coisa mais desejável para as duas raças era a separação para reservar a América do Norte apenas para os brancos. Por outro lado, os membros mais ardentes do Partido Abolicionista opunham-se à remoção dos negros. E esse sentimento não era confinado ao Partido Abolicionista. Havia, em muitos setores uma forte oposição a mandar embora pessoas de cor de qualquer modo, e, em alguns setores, um desgosto especial por transferi-los às Colônias Britânicas ou Francesas.

⁴⁸⁷ Despacho 203 (confidencial), de 04/09/1862, enviado por William Stuart, *chargé d'affaires* britânico nos Estados Unidos, para Earl Russel, Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros em Londres. NAUK – 884 – 1. Tradução nossa. No original: "He informed me confidentially that it was his private opinion although he knew that president and other members of the Cabinet would not agree with him, that no extensive emigration of negroes would take place: that they had generally speaking, great objections to leaving the country of their birth, and they many would rather remain in slavery than start for a foreign land. A great number of them had recently congregated in the district of Columbia, but there was abundance of employment for all of them, and labour was in such demand that the objections to utilizing them would, in a great measure, disappear. Under these circumstances he considered that it might end in their all finding a settlement in this country".

Questinou-se se era sábio privar o país de tanto músculo e energia e se era prudente contribuir para o crescimento da força de nações que poderiam nem sempre ser amigas dos Estados Unidos".⁴⁸⁸

Tal descrição do ministro britânico em Washington, Lorde Lyons, sobre uma conversa com o Secretário de Estado dos Estados Unidos, William Seward, resume grande parte das razões que contrariavam os interesses dos Estados Unidos em negociar com as colônias Caribenhas. É preciso lembrar, contudo, que a "colonização" também era uma solução para o "problema do negro" na sociedade norte-americana, como continuou a refletir Seward:

"Tampouco, foi reafirmado, a experiência garantia a opinião de que negros e brancos livres não poderiam viver juntos. O preconceito contra trabalhadores de cor estava certamente diminuindo no Norte. Agora havia uma deficiência de trabalhadores lá, e pessoas de cor eram buscadas para supri-la. Excelentes regimentos de cor tinham sido formados, e especialmente pelo General Butler em Nova Orleans. Crescia a opinião de que recrutas muito valiosos seriam fornecidos pela raça de cor. Também era um equívoco assumir que os proprietários de terras nos Estados Escravistas prefeririam livrar-se totalmente dos negros do que retê-los como trabalhadores livres. Havia pouca chance que o resultado da emigração branca chegaria um dia a estabelecer-se nos (...) *border states*, ou nos climas áridos dos Estados do Sul (...) a mão de obra negra continuaria a ser uma necessidade para os proprietários de terra nos atuais estados escravistas".⁴⁸⁹

⁴⁸⁸ Despacho 546, de 26/12/1862, enviado por por Lord Lyons, Ministro Britânico em Washington, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em Londres. NAUK – 884 – 1. Tradução nossa. No original: "*Mr. Seward proceeded to speak at some length on the general question of the emigration of the coloured population. Men, he said, of very great weight, and indeed the President himself inclined to the opinion that most desirable thing for both races was separated than and to reserve North America exclusively for the whites. On the other hand, the more ardent members of the Emancipation party strongly objected to the removal of the negroes. Nor was this feeling confined to the Emancipation party. There existed in many quarters a strong opposition to sending away the coloured people at all, and, in some quarters, a special dislike to transferring them to British or French Colonies. It was asked whether it was wise to deprive the country of so much muscle and sinew; whether it was prudent to add to the strength of nations which might not be always friends of the United States*".

⁴⁸⁹ Despacho 546, de 26/12/1862, enviado por por Lord Lyons, Ministro Britânico em Washington, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em Londres. NAUK – 884 – 1. Tradução nossa. No original: "*There was little probability that the tide of white emigration would ever set towards the exhausted lands of what were called the Border States, or to the trying climates of the Southern States. White men would always find more attraction in the inexhaustibly fertility of the temperate regions of the west. Black labour would continue to be a necessity to the landowners in the present Slave States*".

Capítulo VI: Futuras Perspectivas

No início da Guerra da Secessão (1861-1865), os Estados Unidos promoveram negociações internacionais que pretendiam transferir seus afrodescendentes, em diversas condições de escravidão e liberdade para diversos países independentes e possessões coloniais na América Central, América do Sul, Caribe e África Ocidental. Vimos, em maiores detalhes, anteriormente, que a Guerra da Secessão gerou uma série de realidades que abarcavam diferentes grupos de afro-americanos tanto livres, majoritariamente no Norte do país, como escravos que fugiam do Sul. Além disso, apontamos para o fato de que, os projetos dos quais tratamos aqui, tanto por contingências ligadas ao próprio tema quanto pelo fato de nunca terem se concretizado, usam-se de termos que não necessariamente deixam claro qual seu público-alvo de colonos entre os afro-americanos nascidos livres, os libertos em geral, daqueles libertados em circunstâncias da guerra, os escravizados cujos donos eram fiéis a Washington e os escravizados dos Confederados.⁴⁸⁹

As influências desta guerra civil sobre a América Central, América do Sul, Europa e África se fizeram perceber em diversas esferas.⁴⁹⁰ No Brasil, por exemplo, complicou e desdobrou o relacionamento diplomático norte-americano com o governo imperial. James Watson Webb, ministro plenipotenciário dos Estados Unidos e redator do “Despacho 17”, que versou sobre a possibilidade de colonizar a Amazônia com colonos afro-americanos, por exemplo, como antes exposto, pareceu não se conformar com a aceitação brasileira dos Confederados como beligerantes e vocalizou em várias ocasiões seu desaproço pela aparente

⁴⁸⁹ Ver EISENBERG, Peter Louis. **Guerra Civil Norte Americana**. 1ª reimpressão da 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p. 65-89.

⁴⁹⁰ Ver SHEIPS, Paul J. “Lincoln and the Chiriquí Colonization Project”. **The Journal of Negro History**, v. 37, n. 4, 1952; BECK, Warren A. Lincoln and Negro Colonization in Central América. **Abraham Lincoln Quarterly**, v. 6, n. 3, 1950; ANDREW, N. e CLEVEN, N. “Some Plans for Colonizing Liberated Negro Slaves in Hispanic America”. **The Journal of Negro History**, v. 11, n. 1, 1926; GRESHAM, Luveta W. “Colonization Proposals for Free Negroes and Contrabands During Civil War”. **Journal of Negro Education**, v. 16, n. 1, 1947; BOYD, Willis D. “James Redpath and American Negro Colonization in Haiti, 1860-1862”. **The Americas**, v. 12, n. 2, 1955; BOYD, Willis D. “The Île de Vache Colonization Venture, 1862-1864”. **The Americas**, v. 16, n. 1, 1959; GOLD, Robert L. “Negro Colonization Schemes in Ecuador, 1861-1864”. **Phylon**, v. 30, n. 3, 1969; SCHOONOVER, Thomas. “Misconstrued Mission: Expansionism and Black Colonization in México and Central America During Civil War”. **The Pacific Historical Review**, v. 49, n. 4, 1980

tranquilidade com que embarcações do Sul atracavam nos portos do Brasil sem que fossem, como pretendia ele, consideradas ilegais e apreendidas.⁴⁹¹

Além disso, vimos que tanto Webb quanto outros membros importantes da administração Lincoln – inclusive o próprio – pareciam achar cabal a resolução do “problema do negro”, dentro do contexto de resolução do conflito civil.⁴⁹² Não bastava apaziguar e reunificar o território; era necessário também tecer uma rede sobre a qual se poderia construir uma sociedade livre.⁴⁹³ E essa sociedade deveria ser branca; pensavam os brancos. E esse é um aspecto de vital importância em nossas reflexões e que se coloca desde nossa escolha de fontes.

Tendo em vista que grande parte das fontes consultadas são provenientes das negociações diplomáticas propostas pelo governo do Norte a diversos países, optamos por manter, sempre que possível, os termos que aparecem na documentação oficial, como é o caso de “Projetos de Colonização”. Contudo, não podemos nos esquecer de que “colonização”, nesse trabalho, refere-se sempre às negociações oficiais lideradas por membros tanto do governo dos Estados Unidos, como dos governos cogitados para receber “colonos” afro-americanos. Pessoas, instituições filantrópicas privadas e mesmo companhias comerciais interessadas na colonização de afro-americanos são comumente referidas pela historiografia específica como “colonizacionistas” (*colonizationists*).⁴⁹⁴

"A base lógica sobre a qual os colonizacionistas fundamentaram seus programas repousava sobre a crença que os negros, conquanto incapazes de se adaptar adequadamente à civilização do homem branco (...) Eles [os colonizacionistas] acreditavam de maneira fervorosa que os brancos jamais aceitariam os negros no mesmo patamar de igualdade social. Os colonizacionistas se preocupavam com os negros livres. Eles os olhavam da mesma maneira que os senhores de

⁴⁹¹ Ver capítulo 2 de SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. *Fronteiras Negras ao Sul: A proposta dos Estados Unidos de colonizar a Amazônia brasileira com afro-descendentes norte-americanos na década de 1860*. Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, 2009.

⁴⁹² ver capítulo 1 de FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind. The Debate on Afro-American Character and Destiny, 1817-1914*. Hanover: Wesleyan University Press, 1987.

⁴⁹³ Ver capítulo 6 de FONER, Eric. *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery*. New York: W. W. Norton & Company, 2010

⁴⁹⁴ Ver: BELL, Howard H. "The Negro Emigration Movement, 1849-1854: A Phase of Negro Nationalism". *The Phylon Quarterly*, v. 20, n. 2, 1959; BELL, Howard H. "Negro Nationalism In the 1850s". *The Journal of Negro Education*, v. 35, n. 1, 1966; FOSTER, Charles I. "The Colonization of Free Negroes, in Liberia, 1816-1835". *The Journal of Negro History*, v. 38, n. 1, January, 1953; FRANKLIN, Vincent P. "Education for Colonization: Attempts to Educate Free Blacks in the United States for Emigration to Africa, 1823-1833". *The Journal of Negro Education*, v. 43, n. 1, 1974; RECORD, Wilson. "The Negro Intellectual and Negro Nationalism". *Social Forces*, v. 33, n. 1, 1954; ROSEN, Bruce. "Abolition and Colonization, the Years of Conflict: 1829-1834". *Phylon*, v. 33, n. 2, 1972;

escravos (muitos senhores de escravos eram colonizacionistas): como uma peste, inadequados e criadores de problemas".⁴⁹⁵

Logo, não se trata de emigração, termo empregado por setores específicos de comunidades afro-americanas, que acreditavam que jamais alcançariam igualdade social e política em relação aos brancos e que eram a favor de emigrar dos Estados Unidos e tentarem se estabelecer em outros lugares. Tais iniciativas lideradas e discutidas pelos próprios afro-americanos são chamadas de emigracionistas (*emigrationists*). Ainda assim, faz-se importante lembrar que, no capítulo anterior, as negociações envolvendo as possessões colonial no Caribe fazem parte do que os historiadores Philip Magness e Sebastian Page chamam de "segunda onda" ou "fase de emigração" dos projetos de colonização da administração Lincoln, quando em paralelo à negociações que inicialmente pretendiam elaborar tratados binacionais para a transferência de trabalhadores, começa-se a se articular formas menos oficiais de autoridades coloniais poderem recrutar, de forma privada, voluntários interessados em deixar os Estados Unidos.⁴⁹⁶ Como a manifestação de vontade, nesse momento, já é um valor que aparece mais consolidado na documentação, os termos nos quais eventuais famílias afro-americanas emigrariam seriam, a princípio, negociados entre aqueles diretamente envolvidos no recrutamento dessas pessoas.⁴⁹⁷

Então, o que se nota, é que embora os colonizacionistas parecessem agir à revelia da comunidade alvo de seus projetos, essa comunidade não era, como pode primeiramente parecer,

⁴⁹⁵ LOCKETT, James D. "Abraham Lincoln and Colonization: An episode that ends in tragedy at L'Ile à Vache, Haiti, 1863-1864". *Journal of Black Studies*, v. 21, n. 4, p. 428, 1991. Tradução nossa. No original: "The rationale on which the colozationists based their programs rested on their belief that Black people, and therefore incapable of adequaly adapting to the White man's civilization (...) They strongly believed that White people would never accept Black people on a plane of social equality with them. The colozationists concerned themselves with the free Negro. They looked at him in the same way as the slave masters (many slave masters were colonizationists): as a pest, misfit, and troublemaker".

⁴⁹⁶ MAGNESS, Philip W. ; PAGE, Sebastian N. *Colonization after Emancipation: Lincoln and the Moviment for Black Resettlement*. Columbia: University of Missouri Press, 2011, p. 55.

⁴⁹⁷ MAGNESS, Philip W. ; PAGE, Sebastian N. *Colonization after Emancipation: Lincoln and the Moviment for Black Resettlement*...p. 16. "On September 22 the president asked his cabinet's views on colonization, and the Caribbean proposals of the Dutch and British governments in particular. Lincoln rebuffed the suggestion of Edward Bates, the attorney general, to make colonization a program of compulsory deportation. Instead, he endorsed a policy of "emigration" which "must be voluntary and without expense" to the applicants. Lincoln initially favored establishing a formal treaty with individual European powers, though this introduced the political uncertainty of Senate ratification. Gideon Welles, secretary of the Navy, suggested that the program's voluntary nature required only the consent of the "emigrant who chose to leave our shores" and could be conducted under a simple contract or agreement without congressional reaction".

objeto passivo da construção de sua história.⁴⁹⁸ Mais ainda, vemos como, enquanto agente produtor de discurso, não se trata, tampouco, de uma massa homogênea sustentando um conjunto monolítico de ideias:

"Os africanos, todavia, não eram monolíticos em seu pensamento ou ações no tocante à escravidão e à discriminação. A colonização e a abolição da escravidão eram as duas posições que os negros tomava como solução, ainda que de maneira conflitante, para a escravidão e para a exclusão social. Em uma ponta do espectro, encontravam-se africanos que se engajavam com a luta armada contra o sistema escravista; no outro extremo estavam o que advogavam pela colonização, pela emigração de negros para regiões fora dos Estados Unidos, especialmente na África. Cada um dos lados contava com representantes afro-americanos que eram bem conhecidos ou localmente, ou nacionalmente, ou internacionalmente. Ainda que tenham sido derrotados os esforços colonizacionistas".⁴⁹⁹

A maior diferença acerca dos projetos colonizacionistas e emigracionistas se colocava em relação ao controle branco. Os projetos de colonização até aqui explorados, embora caracteristicamente vagos em vários aspectos, parecem deixar claro que o governo dos Estados Unidos pretendia se envolver tanto com o transporte dos afro-americanos e afrodescendentes desde seus lugares de origem na América do Norte até seu destino (fosse na América do Sul, Central ou no Caribe), quanto com seu assentamento e, posteriormente, com sua organização social e política. As novas comunidades seriam, de alguma forma, supervisionadas pelos brancos norte-americanos; embora, mais uma vez, precisemos apontar para o fato de que os contornos dessa supervisão não se encontram claramente definidos nos referidos projetos. Entendia-se, apenas que deveria acontecer entre todos os "que possam desejar emigrar para as Repúblicas do Haiti ou da Libéria, ou para qualquer outro país para além dos limites dos Estados Unidos".⁵⁰⁰ As

⁴⁹⁸ Uma das obras principais sobre história dos movimentos de colonização é a de BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution: A History of the American Colonization Society*. Gainesville: The University Press of Florida, 2005.

⁴⁹⁹ FORBES, Ella. "African-American Resistance to Colonization". *Journal of Black Studies*, v. 21, n. 2, p. 210, 1990. Tradução nossa. No original: "Africans, however, were not monolithic in their thinking or actions concerning slavery and discrimination. Colonization and abolition of slavery were the two major, and often opposing, positions that Blacks took as solutions to slavery and disenfranchisement. At one end of the spectrum were Africans who espoused the armed overthrow of the slave system; at the other end were those who advocate colonization, the emigration of Blacks to areas, especially Africa, outside the United States. Each side had African-American spokespersons who were well-known either locally, nationally, or internationally. However defeated, colonization efforts".

⁵⁰⁰ SHEIPS, Paul J. "'Lincoln and the Chiriqui Colonization Project". *The Journal of Negro History*, v. 37, n. 4, p. 424, 1952. O autor cita diretamente o "Act for Supplemental Appropriations for Sundry Civil Expenses", de 16 de julho de 1962.

iniciativas emigracionistas, por sua vez, muitas vezes buscavam um lugar onde a experiência política dos negros não fosse de forma alguma observada ou controlada por brancos.⁵⁰¹

As discussões sobre a emigração permearam a comunidade afro-americana e encontraram e detratores, sem que, contudo, tenha se formado uma posição única e estruturada acerca do tema. Não obstante, destaca-se aqui que essa multiplicidade de opiniões não deve ser necessariamente interpretada como sinal de pouca articulação ou como falta de interesse político por parte desse grupo. Em verdade, reflete sua imensa diversidade interna, muitas vezes diluída na terminologia – “escravos”, “libertos”, “afro-americanos” ou “afrodescendentes” não se referem, na verdade a um conjunto homogêneo de homens e mulheres que dividem entre si um rol de origens, culturas, experiências e desejos comuns, mas uma miríade de inserções e exclusões que se refletem em diferentes imagens de futuro e diferentes construções intelectuais.

Desde a Introdução deste trabalho, passando pelos cinco capítulos anteriores, têm-se mencionado que os projetos de colonização propostos pelos Estados Unidos durante a Guerra de Secessão não obtiveram sucesso. Contudo, procurou-se, também, apontar sempre para a exceção da ilha de A’Vache, no Haiti. Acredita-se que sua menção seja importante, não apenas por se tratar de um projeto que de fato tenha se concretizado – ainda que seu sucesso seja absolutamente questionável –, mas também por conta das especificidades históricas e sociais do Haiti e do envolvimento documentado de representantes dos afro-descendentes nas discussões que o tema gerou nos Estados Unidos.

Desde sua independência da França, ainda no século XVIII, o governo haitiano buscava o reconhecimento diplomático dos Estados Unidos. Nas primeiras décadas do século XIX, recebeu-o de Portugal, Espanha, Holanda, Dinamarca e Reino Unido, dentre outros.⁵⁰² Contudo, como nos mostra a mensagem do presidente Abraham Lincoln (*First State of the Union Address*), de 3 de dezembro de 1861, a emergente potência ao norte do continente ainda não se posicionara oficialmente a respeito. Contudo, o reconhecimento não parecia encontrar mais grandes obstáculos em Washington:

“Se existem ainda bons motivos para que continuemos a negar nosso reconhecimento às independências do Haiti e da Libéria, não consigo os discernir. Sem querer, contudo, inaugurar

⁵⁰¹ Sobre os diferentes discursos colonizacionistas ver capítulo 1 de FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind. The Debate on Afro-American Character and Destiny, 1817-1914*. Hanover: Wesleyan University Press, 1987.

⁵⁰² Ver WESLEY, Charles Harris. "The Struggle for the Recognition of Haiti and Liberia as Independent Republics". *The Journal of Negro History*, v. 2, n. 4, Outubro 1917.

uma nova política sem a aprovação do Congresso, submeto para vossa consideração a conveniência de mantermos representantes próximos a esses dois novos Estados. Não há dúvida sobre a importância das vantagens comerciais que seriam asseguradas através de tratados com eles”.⁵⁰³

Por particularidades da independência e da construção nacional do Haiti, o país figurava dentre muitos grupos afro-americanos como um lugar de possibilidades reais de igualdade social e política para eles. Assim, o Haiti era também alvo de interesses emigracionistas, não apenas colonizacionistas. Nesse sentido, faz-se importante referir ao convite oficial feito pelo governo haitiano a todos os afro-americanos - de 22 de agosto de 1859 - que desejassem emigrar dos Estados Unidos. Todos os grandes jornais do Norte publicaram a oferta gratuita de transporte e de ajuda de custo para todos os “Homens da nossa raça dispersos nos Estados Unidos!” que desejassem emigrar para o Haiti.⁵⁰⁴ O convite era até mais extenso “Negros, homens de cor e indígenas nos Estados Unidos e nas províncias britânicas da América do Norte”.⁵⁰⁵

O Haiti tornava-se, assim, o espaço entre o real e o imaginário onde se afirmava a negritude⁵⁰⁶ e se buscava uma experiência de soberania que prescindisse da “tutela branca”. O que se vê aqui, claramente, é o próprio processo de busca por uma identidade, como traçado por Sueli Carneiro, em seu texto “Gênero, Raça e Ascensão Social”.

⁵⁰³ McPHERSON, Edward. **The Political History of the United States of America During the Great Rebellion: From November 6, 1860, to July 4, 1864 (including classified summary of the legislation of the second session of the Thirty-Sixth Congress, the Three Sessions of the Thirty-Seventh Congress, with the Votes Thereon, and the important Executive, Judicial, and Politico-Military Facts of that Eventful Period; Together with the Organization, Legislation, and General Proceedings of the Rebel Administration. By Edward McPherson of Gettysburg, Pennsylvania, Clerk of the House of Representatives of the U. S.** Washington, New York: Philip & Solomons, D. Appleton & Co, 1864. First State of the Union Address , 03/12/1861, p. 212-213. Baixado como ebook, em 30/02/2012, em <https://archive.org/details/politicalhistory00inmcp> . Tradução Nossa. No original: “If any good reason exists why we should persevere longer in withholding our recognition of the independence and sovereignty of Hayti and Liberia, I am unable to discern it. Unwilling, however, to inaugurate a novel policy in regard to them without the approbation of Congress, I submit for your consideration the expediency of an appropriation for maintaining a charge' d'affaires near each of those new States. It does not admit of doubt that important commercial advantages might be secured by favorable treaties with them”.

⁵⁰⁴ MITCHELL, James (Emigration Office). **Report on Colonization and Emigration: Made to the Secretary of the Interior.** Edição Fac-Símile. Charleston: BiblioBazaar, 2009. p. 22. Doravante referido como Relatório Mitchell.

⁵⁰⁵ WESLEY, Charles Harris. “The Struggle for the Recognition of Haiti and Liberia as Independent Republics”... p. 379. Wesley faz menção não ao documento oficial traduzido do francês, mas de um comunicado resumido publicado em 9/11/1860, no periódico *The New York Tribune*.

⁵⁰⁶ Eduardo José Reinato, nos mostra em um quadro contido em sua dissertação de mestrado, *Imagens românticas da Independência da Grã Colômbia: 1810-1830*, que, à época de sua independência, o Haiti contava com uma população de cerca de 800 mil habitantes, dos quais 710mil eram negros; contra 40 mil brancos. Ver REINATO, Eduardo José. Guerras de independência. In: *Imagens românticas da Independência da Grã Colômbia: 1810-1830*. Dissertação de mestrado. São Paulo, 1997.

“A construção da identidade é um processo que se dá tanto pela aproximação com o outro (aquele com quem desejamos nos assemelhar e que é qualificado positivamente), como pelo afastamento do outro (de quem nos julgamos diferentes e qualificamos negativamente)... Na tentativa de diminuir o medo e a ansiedade causados pela possível semelhança ou dessemelhança entre eu e o outro, reproduzo imagens que me aproximem do positivo e me afastem do negativo”⁵⁰⁷.

O grande historiador afro-americano Charles Wesley, em seu artigo "*The Struggle for the Recognition of Haiti and Liberia as Independent Republics*", cita uma passagem do discurso de Frederick Douglass proferido na cidade de Chicago em 2 de janeiro de 1893, para ilustrar a importância da experiência histórica haitiana para o imaginário afro-americano: “Depois de o Haiti ter se livrado dos grilhões da escravidão e muito depois de ter suas liberdade e independência reconhecidas por outras nações civilizadas, nós continuamos a não aceitar seu reconhecimento como parte da irmandade das nações”.⁵⁰⁸

Aqui, permite-se uma digressão, que nos leva a uma das figuras centrais da resistência afro-americana no século XIX: Frederick Douglass; cuja história de vida imbrica-se à escravidão, ao movimento abolicionista, a Abraham Lincoln e ao Haiti e sua configuração como peça central na engrenagem do ideário afro-americano de identidade. Frederick Douglass (Frederick Augustus Washington Bailey) nasceu escravo, em fevereiro de 1818, em Maryland. Aos oito anos de idade, Douglass foi mandado a Baltimore para viver como criado de uns parentes de seu senhor, onde aprendeu a ler. Dedicou-se à sua educação e resistiu à brutalidade de seus senhores até os vinte anos, quando fugiu para Massachusetts. Lá, casou-se e iniciou família. Ainda moço, Douglas começou a participar de encontros abolicionistas, tornando-se ativo na Sociedade Antiescravista. Publicou, em 1845, *A História da Vida de Frederick Douglass: um escravo americano* (“*The Narrative of the Life of Frederick Douglass: an*

⁵⁰⁷ CARNEIRO, Sueli. “Gênero, Raça e Ascensão Social”. In: Revista Estudos Feministas. IFCS/UFRJ & PPCCIS/UERJ. Rio de Janeiro, v. 3 n.2, p. 454-552, 1995. p. 547. Pode ser interessante notar como o mesmo processo parece operar-se na fala do presidente interino de Honduras, Victoriano Castellanos, em resposta à sugestão de James Partridge, ministro dos Estados Unidos em Honduras (1862). Castellanos vê empecilhos para a realização do projeto de colonização norte-americano ligados ao fato de que, para ele, esses afrodescendentes seriam o “outro”, aquele de quem deveriam se afastar – causadores de problema e desrespeitosos da lei –, ao contrário dos “brancos industriais”, esse sim, “similares” e, portanto, imigrantes desejáveis. Os comentários de Partridge à Castellanos também dizem muito sobre como a construção de identidade opera, de maneira distinta, dentro da elite branca dos Estados Unidos. Ver Despacho s/n, datado de 26/08/1862, enviado por James Partridge, ministro dos Estados Unidos em Honduras, para o secretário de estado em Washington, William Seward. PRFA –LOF, p. 960. Tradução nossa. No original: “*industrious whites*”.

⁵⁰⁸ WESLEY, Charles Harris. “The Struggle for the Recognition of Haiti and Liberia as Independent Republics”... p. 376-377: Tradução nossa. No original: “*After Haiti had shaken off the fetters of bondage, and long after her freedom and independence had been recognized by all other civilized nations, we continued to refuse to acknowledge the fact and treated her as outside the sisterhood of nations*”.

American Slave”)⁵⁰⁹, cujas páginas revelavam, em detalhes, sua história, inclusive a identidade de seu senhor – revelação essa que o obrigou a exilar-se temporariamente na Inglaterra.

De volta à América, Douglass publicou jornal abolicionista próprio, *The North Star*. Trabalhou também em duas outras autobiografias – ambas ao redor do tema do cativo e da liberdade; articuladas intimamente ao tema da construção de uma identidade específica. A primeira dessas duas obras, *Meu cativo e minha liberdade* (“*My Bondage and My Freedom*”)⁵¹⁰, foi publicada ainda antes da Guerra de Secessão, em 1855 e a segunda, *A vida e os progressos de Frederick Douglass* (“*Life and Times of Frederick Douglass*”)⁵¹¹, em 1881.

Além de escritor e vocalizador do abolicionismo, Douglass também se tornou ativo na política federal, ao se tornar conselheiro de Abraham Lincoln, representante do governo federal norte-americana para o Distrito de Colúmbia, tabelião do registro de imóveis de Washington D.C. e cônsul geral dos Estados Unidos no Haiti entre os anos de 1889 e 1891⁵¹². No discurso referido anteriormente ele qualifica o Haiti não só como uma República Negra (*Black Republic*), mas como uma *self-made Black Republic*.⁵¹³ Se considerarmos a importância de Douglass para a articulação da comunidade afro-americana, seremos obrigados a atentar para suas palavras e pensarmos sobre a importância da revolução e da independência do Haiti permeando necessariamente a problemática do ideário emigracionista e as esferas de luta e construção de uma cidadania negra, não apenas nos Estados Unidos.

Em adição, como mencionado, a única iniciativa colonizacionista da Guerra da Secessão foi realizada no Haiti, sendo que a transferência de afro-americanos e a administração do assentamento se deram por via de empresas privadas de Nova York e Boston e agentes brancos. Neste sentido, o reconhecimento diplomático do Haiti em 1862 pode ser entendido dentro da

⁵⁰⁹ DOUGLASS, Frederick. *The Narrative of the Life of Frederick Douglass: an American Slave*. Parte do *The Project Gutenberg* (2006). Disponível como Ebook em <http://www.gutenberg.org/files/23/23-h/23-h.htm>. É interessante apontar a nota introdutória do documento, que o coloca dentro da tradição de articulação política da comunidade afro-americana: “*This electronic book is being released at this time to honor the birthday of Martin Luther King Jr. [Born January 15, 1929] [Officially celebrated January 20]*”.

⁵¹⁰ DOUGLASS, Frederick. *My Bondage and My Freedom*. Parte do *The Project Gutenberg* (2008). Disponível como Ebook em <http://www.gutenberg.org/files/202/202-h/202-h.htm>.

⁵¹¹ DOUGLASS, Frederick. *Life and Times of Frederick Douglass*. IN: *Documenting in the American South*. Disponível em html em <http://docsouth.unc.edu/neh/doug192/menu.html>.

⁵¹² Douglass apoiou também a luta sufragista das mulheres; tendo sido, em 1848, o único afro-americano a participar da primeira convenção pelos direitos femininos, a *Seneca Falls Convention*.

⁵¹³ DOUGLASS, Frederick. Speech in Chicago, 02/01/1893. Disponível em <http://www2.webster.edu/~corbetre/haiti/history/1844-1915/douglass.htm>, acesso em: 12 fev 2013.

dinâmica de sobreposição dos projetos de colonização e do complexo e fragmentado processo de emancipação da escravidão nos Estados Unidos.⁵¹⁴

Com assassinato de Abraham Lincoln (1865), assumiu a presidência Andrew Johnson, representante da ala mais conservadora do partido republicano⁵¹⁵, marcando uma vitória destes sobre os liberais, num momento de profundo racha entre as duas tendências. Mesmo assim, foram os radicais que ganham, num primeiro momento a maioria no Senado. Enquanto estiveram no poder, tentaram passar suas leis que dariam direitos aos negros, criando o Departamento de Libertos (*Freedmen's Bureau*; liderado por Frederick Douglass), que estabeleceu forte relação paternalista com os antigos escravos. Quando ficou claro que não a Reconstrução dos Estados Unidos teria de acontecer com a presença dos afro-americanos em seu território, mudou-se o foco das preocupações e passaram-se a discutir questões como direito a educação, inserção no mercado de trabalho e voto.

Os conservadores, obviamente, discordavam desse projeto de reconstrução radical, e encontraram nos sulistas, antigos inimigos, um novo aliado. O projeto de ambas estas facções, ao contrário, pensava uma exclusão social, muito mais do que uma inclusão. Os debates foram longos e exaustivos. As tentativas radicais foram frustradas pelos conservadores, e no fim de uma década de embates, estabeleceu-se a segregação racial, que assumiu diferentes formas no norte e no sul: nasciam assim os guetos e a total separação social, respectivamente.

Conclui-se, então, que, com a vitória do Norte sobre o Sul na Guerra Civil, o projeto de Estado do Norte se estabelece como vencedor, e foi com a colocação em prática desse projeto que se iniciou a transformação dos Estados Unidos em potência mundial. No entanto, essa vitória não foi sem percalços e nem resolveu, definitivamente o que se chamava à época do conflito de o “problema do negro”. De fato, nunca é demais lembrar que as consequências da violenta experiência da escravidão permaneceram vivas no século XX e ainda têm ecos no século XXI e que, embora tenham sido os brancos os protagonistas jurídicos dessa história, os principais atores do drama foram (e são) os afro-americanos e afrodescendentes. Logo, é dever do pesquisador engajado, sempre que se envolve com um tema complexo como esse, atentar para as forças que

⁵¹⁴ SCHEIPS, Paul J. "Lincoln and the Chiriqui Colonization Project". *The Journal of Negro History*, v. 37, n. 4, p. 422, 1952: "The subject of colonization was also discussed in the spring of 1862 during the debates on the proposal to 'authorize' the President to recognize Haiti and Liberia".

⁵¹⁵ Para compreendermos a extensão do conservadorismo de Johnson, é só pensarmos que na época de sua eleição, Jefferson Davis, antigo presidente da Confederação, se encontrava preso em Washington. Os unionistas, vencedores, debatiam sobre qual deveria ser seu destino. Johnson decide liberta-lo, depois de dois anos, e permite que ele recupere todas as terras das quais era dono antes da guerra.

se encontram por trás do processo de construção do discurso, buscar dar voz aos silenciados, mesmo que através dos próprios silêncios, e entender as estratégias por ele utilizadas para resistir às imposições que lhe foram feitas.

Até o presente momento se procurou frisar a diferença entre o colonizacionismo e o emigracionismo. Nos projetos negociados durante a Guerra da Secessão, contudo, quando o governo dos Estados Unidos tornou a colonização uma política oficial, podem ser entendidos, em alguns momentos, com sendo portadores tanto de características colonizacionistas, como emigracionistas. O Haiti, como visto, figurava no ideário de diferentes grupos afro-americanos como um exemplo de vitória e libertação

O projeto para a pequena ilha haitiana, destarte, havia seguido a dinâmica do emigracionismo no tocante ao envolvimento de lideranças negras como James Theodore Holly, um pastor episcopal que trabalhou junto ao governo do Haiti para desenvolver políticas de atração de colonos afro-americanos.⁵¹⁶ O formato do projeto de colonização, contudo, era muito similar ao que mostrou a documentação referente sobre a América Latina. Similar ao que havia se passado em Chiriqui, Bernard Kock, um negociante da Carolina do Sul, havia viajado ao Haiti depois de se impressionar com a qualidade do algodão do país exposto em uma convenção em Londres. Conseguindo a simpatia do presidente haitiano Guillaume Fabre Nocolas Geffrard e uma suposta concessão sobre uma pequena ilha no sul do Haiti para a extração de mandeira, chegou a Washignton no mês de setembro de 1862 para negociar um projeto de colonização.⁵¹⁷

"Depois de ter sido recebido de maneira fria pelo Secretário de Estado William Seward e Caleb B. Smith, da Secretaria do Interior (...) Kock enviou uma carta a Lincoln em outubro de 1862, apontando para o fato de que a ilha era potencialmente formidável para propósitos comerciais bem como para propósitos colonizacionistas (...) sem receber qualquer satisfação de Lincoln ou dos mais importantes membros do seu gabinete, Kock não se deixou desencorajar (...) Ao mesmo tempo, o presidente Geffrard - convencido por Kock que os negros americanos seriam valiosos para o Haiti devido ao seu conhecimento de agricultura, em especial, no cultivo de algodão - enviou o Coronel Ernest Roumain, seu antigo secretário (...) para Washington como o comissário especial de imigração haitiano para informar Washington do seu interesse em ajudar a estabelecer

⁵¹⁶ LOCKETT, James D. "Abraham Lincoln and Colonization: An episode that ends in tragedy at L'Ile à Vache, Haiti, 1863-1864"... p. 435.

⁵¹⁷ LOCKETT, James D. "Abraham Lincoln and Colonization: An episode that ends in tragedy at L'Ile à Vache, Haiti, 1863-1864"... 437.

uma colônia. O lobby de Roumain convenceu Mitchell que o plano de Kock parecia ser sério e, consequentemente, deveria ser avaliado".⁵¹⁸

Não se conseguiu saber muito sobre Bernard Kock. As poucas menções encontradas sobre ele estão relacionadas justamente ao projeto de colonização haitiano. Não se sabe, por exemplo, sendo ele um homem de negócios da Carolina de Sul, qual era sua posição no interior da Guerra de Secessão. Inferiu-se, contudo, que seus interesses em Washington, bem como o fato de que os investidores em seu projetos de colonização eram novaiorquinos, que ele deveria ser, em alguma medida, fiel à União. As poucas referências indicam que a reputação de Kock era bastante duvidosa, como concluíram William Seward, Caleb Smith e o Advogado Geral da União, Edward Bates, em consulta feita por Lincoln. Apesar de negativas indicações, ainda assim, Lincoln negociou e assinou um contrato com Kock e seus investidores, Paul S. Forbes e Charles K. Tuckerman, cuja companhia investiu setenta mil dólares na empreitada. A embarcação levando 453 ex-escravos deixou o porto do Forte Monroe, na costa da Virgínia, em abril de 1863, rumo ao Haiti, onde Kock administraria a colônia.⁵¹⁹

"Infelizmente, nenhuma descrição da cena da partida do Forte Monroe foi preservada, mas listas dos emigrantes negros contendo seus nomes, idades, lugares de origem e nome do antigo senhor são de alguma ajuda. Os colonos eram principalmente da Virgínia, de Tidewater e de perto de Norfolk, Petersburg e Richmond. Um ou outro vieram da Carolina do Norte e um do Alabama. Quase todos eram jovens nos seus vinte anos, mas o mais velho tinha sessenta e dois anos. Os homens estavam na proporção de três para cada mulher, e também haviam umas poucas crianças. O nome dos antigos senhores indicou que essas pessoas não vieram de grandes *plantations* e raramente se encontrou mais de três ou quatro provenientes do mesmo dono. Quando o navio, o Ocean Ranger, partiu, o Major General John Dix, comandante do Sétimo Exército do Forte Monroe, assinou uma declaração que autenticando que os emigrantes eram livres sob o

⁵¹⁸ LOCKETT, James D. "Abraham Lincoln and Colonization: An episode that ends in tragedy at L'Ile à Vache, Haiti, 1863-1864"... p. 437. Tradução nossa. No original: "After receiving a cool reception from Secretary of State William Seward and Caleb B. Smith, secretary of the interior (...) Kock sent a letter to Lincoln in October 1862, indicating the island was potentially great for commercial as well as colonization purposes (...) Not getting any satisfaction from Lincoln and his top cabinet officials, Kock would not be daunted (...) Meanwhile, President Geffard - convinced by Kock that American Blacks would be a valuable asset to Haiti because of their knowledge of farming, especially their skill in growing cotton - sent Colonel Ernest Roumain, his former private secretary (...) to Washington as Haiti's special commissioner of immigration to inform Washington of his interest in helping to establish the colony. Roumain's lobbying convinced Mitchell that Kock's plan seemed and, consequently, should be seriously considered

⁵¹⁹ LOCKETT, James D. "Abraham Lincoln and Colonization: An episode that ends in tragedy at L'Ile à Vache, Haiti, 1863-1864"... 439-440.

Confiscation Act de 17 de julho de 1862, que eles estavam partindo para serem colonizados de maneira consensual" ⁵²⁰

James D. Locket escreve que, a partir da consulta aos arquivos de Forbes e Tuckerman, Kock, ainda no navio, emprestou dos colonos todos os dólares que eles possuíam, com a promessa de devolver em moeda haitiana assim que chegassem à ilha. Em adição, o cônsul dos Estados Unidos na cidade de Les Cayes, James de Long, no Haiti, produziu um documento assegurando que tudo andava bem na colônia em junho do mesmo ano. O contrato de Forbes e Tuckerman com o governo dos Estados Unidos para estabelecer uma colônia produtora de algodão precisa, ainda, passar pelo governo do Haiti. O documento produzido pelo cônsul dos Estados Unidos não convenceu as autoridades haitianas das reais condições da colônia e nunca se assinou um contrato final envolvendo a anuência dos dois governos. ⁵²¹

Em julho de 1863, Kock escapou da ilha de onde se auto proclamava "governador", devido às ameaças dos colonos que se sentiam roubados, explorados e injustiçados com a situação de absoluta calamidade que já tomado a vida de muitos de seus familiares e amigos. Os investidores Forbes e Tuckerman, destarte, destituíram Kock e abandonaram temporariamente a administração da colônia, por cerca de quatorze semanas, quando um antigo sócio do Secretário do Interior de sobrenome Donnohue, chegou ao Haiti para assumir a direção do assentamento. Não muito melhor que Kock, o novo administrador ainda se indispôs com as autoridades haitianas de modo que, ao final, os poucos sobreviventes foram trazidos de volta aos Estados Unidos. ⁵²² Antes de finalizarmos esse capítulo que é mais uma convite/abertura para novas pesquisas, algumas reflexões sobre a Libéria têm de ser feitas.

A primeira proposta de colonização de afro-americanos que ganhou algum contorno prático nos Estados Unidos, foi a Libéria. Ainda que o sucesso real de tal empreendimento tenha

⁵²⁰ BOYD, Willis D. "The île a Vache Colonization Venture, 1862-1864". *The Americas*, v. 16, n. 1, p. 51, 1959. Tradução nossa. No original: "Unfortunately, no description has been preserved of the scene of the departure at Fort Monroe, but lists of emigrating Negroes giving names, ages, places of origin, and name of former owner provide some information. The colonists were principally Virginia Negroes from the Tidewater are around Norfolk, Petersburg, and Richmond. A score or more came from North Caroline, one from Alabama. Almost all were young people in their twenties, though the oldest man was sixty-two. Men outnumbered the women three to one, and there were few children. Name of masters indicated that they were not large plantation Negroes, for seldom did more than three or four list the same owner. When the ship, the *Ocean Ranger*, sailed, Major General John Dix, Commandant of the Seventh Army Corps of Fort Monroe, affixed a forma affidavit testifying that the emigrants were freemen under the Confiscation Act of July 17, 1862, and that they have been colonized with their own consent".

⁵²¹ LOCKETT, James D. "Abraham Lincoln and Colonization: An episode that ends in tragedy at L'Ile à Vache, Haiti, 1863-1864"... 452-453

⁵²² BOYD, Willis D. "The île a Vache Colonization Venture, 1862-1864"... p. 61-65.

sido restrito, essa experiência é uma das chaves para compreender a permanência das idéias de colonização que permearam o pensamento norte-americano em grande parte do século XIX. Em alguma medida é essa primeira experiência que lançará alguns padrões que podem ser identificados nos projetos até aqui analisados.

A Libéria foi criada sobre uma pequena região na costa ocidental do continente africano adquirida pelos norte-americanos com o objetivo de repatriar seus ex-escravos. Os projetos de expulsão da população liberta do país são fruto de uma intensa circulação de múltiplas idéias de raça. Pretende-se, nesse item rever algumas dessas idéias que deram contorno à montagem do estratagema da Libéria e da repercussão que as práticas advindas dessa experiência podem ter tido nos contextos em que viveram Maury e Webb.

*“As primeiras propostas de remoção de população negra dos Estados Unidos começaram a circular ainda no período colonial. Já no período revolucionário, esses planos estavam sendo discutidos regularmente. A cruzada da colonização se tornou ainda mais evidente nos primeiros anos da independência e no período anterior à Guerra da Secessão, quando os debates sobre a escravidão se intensificaram. Mesmo durante a Guerra da Secessão, no período da Reconstrução e nos anos da pós Reconstrução, a campanha para expatriar americanos negros continuaram a se fortalecer”*⁵²³

As idéias de raça que povoaram o imaginário dos Estados Unidos na primeira metade século XIX se encerram em práticas sociais e debates políticos bastante diversificados e plurais. As rupturas e permanências que costuraram uma unidade ideológica da nação norte-americana, desde sua Revolução e conseqüente independência, produziram realidades históricas contraditórias e potencialmente transformadoras do equilíbrio atlântico⁵²⁴. A consolidação desse ideário moderno de raça é uma novidade justamente desse conturbado século XIX⁵²⁵. Desde as primeiras décadas dos 1800, o intercâmbio entre algumas idéias específicas de raça e a realidade social norte americana fortalecia a cristalização da “guerra de raças” como possível conseqüência

⁵²³ “Proposals to remove black people from America first circulated during the colonial era. By the Revolutionary period, such schemes were being discussed on a regular basis. The colonization crusade became even more conspicuous during the Early National and antebellum eras as debates over slavery intensified. Even during Civil War, Reconstruction, and post-Reconstruction years, the campaign to expatriate black Americans churned on. The colonization movement, in other words, was no passing fancy”. BURIN, Eric. **Slavery and the Peculiar Solution: A History of the American Colonization Society**. Miami: University Press of Florida, 2005, pg. 6.

⁵²⁴ SANNEH, Lamin. **Abolitionists Abroad: American Blacks and the Making of Modern West Africa**. Cambridge, Harvard University Press, 2001, pp. 45 a 55.

⁵²⁵ FREDRICKSON, George M. **The Black Image in the White Mind: the Debate on Afro-American Character and Destiny 1817-1914**. Hanover, Wesleyan University Press, 1987, p.71.

histórica da libertação massiva dos escravos. Enquanto nos estados ao Norte do país⁵²⁶ os intérpretes contemporâneos da sociedade identificavam a situação “degradada” dos libertos como consequência biológica daquela população; nos estados do Sul, em parte devido aos grandes contingentes de afro-descendentes ainda escravizados, a “guerra de raças” já se configurava como temor real entre os setores da elite. Um dos grandes expositores das noções raciais que deram a base teórica para a fundação da American Colonization Society foi Tomas Jefferson⁵²⁷.

Dessas idéias que circulavam no país até 1840, dentre outros fatores de relevância, foram originadas as “soluções” que animaram os movimentos de colonização do continente africano – Libéria, na costa ocidental – que recebeu seu primeiro contingente de ex-escravos norte-americanos em torno do início da década de 1820⁵²⁸. Faz-se importante notar que o referido projeto de transferência de população para África, ainda que contasse com apoio religioso-missionário das cúpulas protestantes (principalmente batistas e calvinistas) - que emprestavam ao empreendimento um discurso mais tendente ao humanitário e respeito cultural – foi influenciado pelas idéias que comumente circulavam entre as elites brancas, que se movimentavam desde a noção de que os afro-descendentes eram um problema social irreparável – pensamento típico do nordeste – até na idéia profundamente arraigada de que a manutenção do instituto da escravidão nos estados do sul só continuaria sendo possível quando os afro-descendentes libertos fossem extirpados geograficamente daquela área, haja visto que exerciam grande influência subversiva sobre os escravos⁵²⁹. Portanto, o movimento de colonização da Libéria respeita à lógica tanto de um ideário racista e escravista, quanto de uma reflexão profunda sobre os fundamentos e crises da escravidão nos Estados Unidos⁵³⁰, notadamente pertencente ao movimento abolicionista.

É preciso lembrar que a experiência do afro-descendente nos Estados Unidos é bastante singular no sentido que, desde a independência norte-americana, tomou forma um movimento – talvez até um corpo de idéias em certo sentido, entre os afro-descendentes, sem precedentes na história de sua condição⁵³¹: a possibilidade de alistamento militar, em ambos os lados do conflito, com a promessa de liberdade e, eventualmente, terras. Tal realidade gerou uma

⁵²⁶ Nordeste, na verdade. Nesta fase, o processo de expansão territorial para o oeste ainda não se concretizou por inteiro. Nesses estados, o contingente populacional de negros livres já era muito grande, haja visto as ondas emancipatórias pós-independência e os processos de libertação gradual que vinham sendo empregados.

⁵²⁷ SANNEH, Lamin. *Abolitionists Abroad...* pg. 47.

⁵²⁸ FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind...* pg. 6.

⁵²⁹ BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution...*pg.37.

⁵³⁰ FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind...* pg. 321.

⁵³¹ FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind ...* pg. 14.

comunidade de libertos expressiva no país. E a longo prazo, com a continuidade do tráfico de escravos nas décadas seguintes, a despeito da lei de fechamento do tráfico de escravos em 1808, a população afro-americana, pouco antes da Guerra Civil⁵³², excedia 3,5 milhões de pessoas, era das maiores comunidades afro-descendentes fora da África⁵³³.

*“A crença que o negro, se libertado, permaneceria um estrangeiro e que sua presença seria incômoda parecia ser confirmada, no início do século XIX, pela situação daqueles negros que, depois de Revolução, tinham sido emancipados no Norte ou pessoalmente alforriados no Sul”*⁵³⁴.

Retomando algumas circunstâncias da Guerra de Independência, é possível perceber que a crença na referida promessa de liberdade e terras, portanto, gerou, já nesses primeiros anos de construção nacional dos Estados Unidos, um certo contingente de ex-escravos. Essa realidade provavelmente contribuiu para o início da discussão sobre a abolição, cujo desdobramento possível era o estabelecimento de colônias livres fora do território norte-americano (na África, de início). Como mencionado as idéias de colonização povoavam todo tipo de grupo das elites políticas do Sul e do Norte, mas também ganhou alguma força, de início, entre os próprios libertos. A vontade de alguns de retornar ao seu continente de origem acabou por tomar forma nos primeiros anos do século XIX, com a proliferação de publicações das impressões de ex-escravos em viagens que haviam feito à África. Esse novo olhar em relação ao continente teve como consequência impactos sociais de propagação dessas idéias em círculos importantes de filantropos e políticos. O resultado inicial foi a construção paulatina de uma rede de contatos com o objetivo de garantir a manutenção da África na pauta de discussões das reflexões nacionais, como propaganda de repatriação dos afro-descendentes libertos⁵³⁵.

É Foi em meados do século XIX que a recorrente argumentação acerca da inferioridade do afro-descendente agrega a retórica científica. Se antes se tratava de preconceito racial (“racial prejudice”), o racismo, definido como uma ideologia racionalizada fincada em “fatos naturais”,

⁵³² A guerra civil, que durou de 1861-1865, leva a termo uma série de processos históricos relacionados ao equilíbrio racial pós abolição. Ver FONER, Eric. *Reconstruction: America's Unfinished Revolution, 1863-1877*. Nova York: Perennial Classics, 2002, 78 a 119; e capítulos II e III de LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os Negros Americanos: Origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro, Saga, 1968.

⁵³³ SANNEH, Lamin. *Abolitionists Abroad...* pg.12.

⁵³⁴ “The belief that the Negro, if freed, would remain an alien and troublesome presence seemed confirmed in the early nineteenth century by the situation of those blacks who, after the Revolution, had been emancipated in the North or manumitted privately in the South”. FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind...* pg. 4.

⁵³⁵ SANNEH, Lamin. *Abolitionists Abroad...* pg.12.

verdades naturais intransponíveis, se manteve embrionário até a metade do século XIX, como mencionado⁵³⁶.

As idéias de raça características da era pós-revolucionária⁵³⁷, da campanha abolicionista, eram permeadas pelo ideário do “environmentalism” - cuja melhor tradução seja talvez “determinismo ambiental”- característico dos impulsos iluministas exacerbados dessa época⁵³⁸. Esse “environmentalism”, até início da década de 1810, englobava a noção tímida das teorias setecentistas sobre a conexão entre a maior pigmentação da pele e a origem geográfico-climática. A justificação relativamente inocente dessas concepções, entretanto, levam ao enfraquecimento desse feixe de idéias, como um conjunto, entre 1810-12, para ser retomado depois, com crivo de uma preocupação científica ousada, em “uma postura extremamente determinista em termos ambientais” – o que se aproxima, no Brasil, do criacionismo - que combinava as diferenças de raça, de coloração, com os efeitos imediatos do clima⁵³⁹. Introduziu-se uma noção mais ampla de ambiente, como uma espécie de controle externo determinante para a complexidade da organização social e hábitos de vida dos indivíduos.

Esse corpo de idéias, para se transformar em racismo ideológico, precisou se mesclar a um corpo de idéias científicizadas e culturalmente arraigadas na sociedade norte-americana. Essa mestiçagem ideológica foi a fonte de credibilidade para a cristalização da noção de que os afro-descendentes eram moralmente e intelectualmente inferiores aos brancos por questões de raça e ambiente histórico-social, variáveis, portanto inalteráveis. Cumpre citar, entretanto, que a crença de que as características morais e mentais dos afro-descendentes eram resultado de sua biologia e ambiente de origem não foi exaustivamente tratada até as décadas de 1830/1840.

No campo da prática, embora nos estados do Norte a emancipação gradual estivesse instituída, no Sul, o fortalecimento de uma filosofia de direitos naturais (especialmente o da propriedade dos senhores de escravos), sem qualquer preocupação racial (ou de cunho intelectual, mais profundo), proporcionou uma realidade de poucas alterações no instituto da escravidão. O movimento abolicionista, que pregava que a escravidão era nociva e indesejável

⁵³⁶ FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind* ... pg. 181.

⁵³⁷ Têm-se utilizado a expressão era revolucionária e pós revolucionária devido a frequência dos termos na historiografia norte-americana consultada, muito embora na literatura brasileira seja mais frequente encontrar referências à guerra de independência.

⁵³⁸ A expressão “environmentalism” utilizada por Fredrickson até poderia ser traduzida por “determinismo geográfico”, mas com algum perigo de anacronismo. Esse “ambientalismo”, em tradução literal, engloba o ideário poligenista das décadas subsequentes.

⁵³⁹ Essa noção de determinação pelo ambiente é bastante parecida com a contrução das províncias climáticas das teorias poligenistas.

para o governo republicano, unidade nacional, progresso econômico, funcionou como resistência teórica não apenas pelo interesse imediato de cunho econômico dos donos de escravos, mas pelo poder do preconceito branco, pelo medo branco de transformar os afro-descendentes, se libertados, em uma perigosa classe pária com aspirações à igualdade. O medo de uma “guerra de raças” parecia sintetizar uma série de teorias que se exteriorizavam em práticas que iam desde a prevenção de alforria de grandes números de escravos ao mesmo tempo, até a abertura de áreas coloniais para eles⁵⁴⁰.

A idéia de abertura de áreas coloniais, como dito anteriormente, reunia feixes contraditórios de interesses na sociedade americana. Desde os senhores de escravos do sul interessados em eliminar a má influência dos libertos sobre seus escravos, até as sociedades filantrópicas do norte que defendiam ardorosamente a abolição como projeto político e humanitário⁵⁴¹. De um lado o plano abolicionista era enfrentar a amplitude do poder político sulista, haja visto que a posse de escravos significava votos e vinham contribuindo bastante para um certo equilíbrio sul-norte no parlamento, para provocar o aumento gradativo do número de alforrias voluntárias. Muitas publicações de peso contribuíram para o debate social, entre elas o segundo artigo do *African Repository*⁵⁴², que lançava a “American Colonization Society” como a titular legítima do projeto de realocação dos afro-descendentes alforriados e como portadora de idéias e futuras práticas de um projeto conciliador dos benefícios da dissolução dos laços sociais de ambas as partes, escravo e senhor. O intuito era convencer os sulistas de que a emancipação era uma alternativa segura, aplicável, coberta de “bênçãos” e de ideais de dignidade, indo de encontro ao ideal cristão, tão caro a esta aristocracia. Os círculos pró-escravidão da Carolina do Sul atacaram o *Repository* ferozmente, respondendo aos ataques que enfatizavam o caráter voluntário das alforrias⁵⁴³.

Os portadores representativos do “projeto de colonização” objetivaram a emancipação do afro-descendente de uma maneira atrativa aos conservadores: não por uma súbita mudança ou ruptura nas estruturas da sociedade, mas sim pela tendência natural e determinação da

⁵⁴⁰ Ver capítulo I MACHADO, Maria Helena P. T. *Brasil a Vapor: Raça, Ciência e Viagem no Século XIX*. Tese inédita apresentada no Concurso de Livre-Docência do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em agosto de 2005.

⁵⁴¹ BURIN, Eric. *Slavery and the Peculiar Solution*...pg 6 a 33.

⁵⁴² O referido documento que expunha uma descrição geral dos intuitos abolicionistas, enfatizando que a “American Colonization Society” visava exclusivamente a realocação dos negros alforriados. Como principais argumentos usavam a exposição do que acreditavam serem benefícios para ambas as partes

⁵⁴³ SANNEH, Lamin. *Abolitionists Abroad*... pp. 182-186.

Providência, que gradualmente traçava os caminhos que conduziam à felicidade do homem. Os “colonialistas” não defendiam o fim da escravidão considerando a situação de sofrimento dos afro-descendentes, mas sim dos malefícios econômicos e sociais da instituição da escravatura, incompatível a longo prazo com a prosperidade, paz e segurança da sociedade⁵⁴⁴. Os colonialistas, porém, não eram um grupo muito coeso em termos doutrinários, muitos exemplos contrários a esse tipo de pensamento podem ser encontrados, notadamente, em um dos representantes da *Kentucky Colonization Society* – também senador e Secretário de Estado nos anos 1820 - Henry Clay, que pregava que além dos problemas econômicos, a escravidão (forma ineficiente de mão de obra) era também um estado de guerra em potencial que certamente acabaria em conflito real. Os afro-descendentes eram, nesse mister, irremediavelmente inimigos: “O afro-descendente é um ser racional como nós [brancos], capaz de sentir e julgar sua condição dentro da raça humana”. As afirmações de Clay mostram que nem todos os colonialistas acreditavam na tendência natural (inerente) do afro-descendente para a escravidão nem na sua irracionalidade, logo tinham o terror de sua inevitável (ou provável) insurreição

No entanto, surge a questão: se os colonialistas acreditavam na racionalidade, porque não consideravam sua gradual integração na sociedade através da educação? Aparentemente, o fato é que os colonialistas não estavam dispostos a esse trabalho (ou tentativa). Enquanto o branco que incorria na indolência ou bebedeira poderia ser ajudado por filantropos ou missionários a se tornar um membro digno da sociedade, o afro-descendente, como indivíduo, não tinha espaço para ser assimilado nas mesmas condições. Para se entender tal raciocínio – tipicamente colonialista – é necessário analisar suas idéias e pressupostos, que se baseavam amplamente no fato de que, dentre eles (e dos brancos, em geral), a inferioridade inata do afro-descendente era aceita como verdade absoluta⁵⁴⁵.

Em oposição a essa aceitação irrestrita da inferioridade, há também uma espécie de propaganda colonialista que se torna cada vez mais “filosófica”. A raça negra é tratada, na grande maioria dos debates, de maneira apologética, respeitosa e inusitada quando se aborda o tema da suas características inatas. Elas são, sistematicamente sobrepostas por sua condição de degradação na América. As publicações entre os anos de 1817 e 1830, reforçam essa afirmação:

⁵⁴⁴ FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind* ... pg 11.

⁵⁴⁵ No entanto, havia uma corrente que contradizia essa crença e defendia uma “igualdade intelectual” que se manifestou em 1825, no primeiro artigo do *African Repository*, ressaltando o passado etíope e egípcio desses negros, respaldando essa igualdade.

nelas, não há uma única afirmação clara da inferioridade negra, mas sim da sua inferioridade pela degradação imposta por sua condição escrava. Calvin Colton faz uma comparação entre a degradação do afro-descendente e a do inglês de classe baixa: “A inferioridade vem da condição”⁵⁴⁶.

Por tudo isso, podemos dizer que as bases da propaganda colonizacionista da primeira metade do século XIX foram: “a transformação positiva que ocorreria nos afro-descendentes americanos repatriados para a África seria boa para eles mesmos, pois lá não haveria preconceito ou discriminação branca” e “encontro de um caminho para a igualdade de condição em relação aos europeus, até então seus senhores ou opressores”⁵⁴⁷.

Dessas duas afirmações, depreendemos claramente a crença de um “ambientalismo social”: para os colonialistas, tanto o caráter individual quanto os valores humanos coletivos eram moldados ou pré-determinados por condições culturais e sociais. Além disso, podemos enxergar também uma grande fobia norte-americana frente à convivência social em igualdade de direitos com o afro-descendente, que surgiria da inviabilidade de se transformar os afro-descendentes livres em miseráveis e consequentemente criminosos, se eles não fossem realocados uma vez que estivessem libertos.

Em verdade, o preconceito racial do branco, pensado de forma histórica e cultural em suas origens, é a real chave para a compreensão – ainda que não para a solução – do problema racial que surgia de forma clara na época. Em havendo libertação, haveria permanência de afro-descendentes em território americano. Com isso, haveria uma enorme quantidade de conflitos. Por outro lado, tudo isso seria resolvido se os afro-descendentes fossem realocados depois de alforriados. Desta forma, os colonialistas acreditavam terem achado uma solução praticamente perfeita para o problema, já que este preconceito é forte demais para ser erradicado e não há necessidade de canalizar energias para isso.

O conceito de “permanência de antagonismos” por parte dos brancos americanos baseou-se na noção ultraconservadora de que os comportamentos humanos são recorrentes e arraigados, e, portanto, imutáveis. Desta maneira, o racismo é um aspecto permanente da cultura americana, não podendo ser transformado nem por educação, nem por argumentação ou por religião. Os afro-descendentes, libertos ou cativos, estão fadados a uma inevitável e incurável degradação.

⁵⁴⁶ FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind* ... pg 12.

⁵⁴⁷ FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind* ... pg 16.

Como diz Henry Clay: o africano, no Estados Unidos, pertence, por nascimento ao mais baixo escalão da sociedade e desta condição não tem como sair, nem por talento, nem por empreendimento ou virtude. Esse preconceito inerente está presente no branco norte americano, por duas razões, segundo os colonialistas: diferenças nos antecedentes sociais (origens) e diferenças na pigmentação. Logo, o fato do afro-descendente ter sido escravo o estigmatizou para sempre, e a cor de sua pele o lhe marcara indelevelmente de forma a impedir sua aceitação na sociedade⁵⁴⁸.

A concretização do primeiro projeto de colonização norte americano, qual seja a Libéria, na costa oeste africana, reflete uma criativa combinação de feixes de idéias e práticas que se ensaiavam nos Estados Unidos da era pós revolucionária, como mencionado.

Faz-se necessário inserir a colonização da Libéria, não só na história das idéias e das práticas relacionadas à escravidão norte-americana, mas também identificar o papel da África nesse contexto ideológico: é preciso enfrentar alguns aspectos da construção ideológica dos atores sociais envolvidos na militância abolicionista internacional.

Dentre os primeiros grupos de atores sociais a se envolverem naquilo que seria um movimento internacional abolicionista, destaca-se a combinação simbiótica entre parte dos próprios escravizados, em estratégia de resistência social e política, e os filantropos e ativistas europeus e americanos. A base desse discurso anti-escravista residia na necessidade de revisitar e reconstruir a própria África.

Parte da fonte de força e legitimidade da escravidão moderna era retirada da forma como os ocidentais⁵⁴⁹ viam as estruturas sócio-políticas dos povos africanos. Aparentemente era de pouca eficácia potencial a luta contra uma instituição amplamente difundida no próprio continente africano, o que significava, em termos práticos, que sempre haveria oferta e também demanda (até dentro da própria África) para justificar o tráfico negreiro. Trata-se de um círculo vicioso, que é, na verdade a própria fonte do problema, não há como romper com a escravidão no ocidente enquanto a fonte de escravização continuar a se construir e se aceitar nessa lógica⁵⁵⁰. Neste início de século a simples oferta de escravos na costa ocidental africana é capaz de

⁵⁴⁸ “A marca indelével da origem”, FREDRICKSON, George M. *The Black Image in the White Mind* ... pg. 18.

⁵⁴⁹ SANNEH, se utilizou frequentemente do termo “westerns” para se referir aos abolicionistas europeus e americanos. Tendo em vista que envolve uma idéia ampla de um Ocidente (cristão) ,achei pertinente a adoção da expressão que deixa o continente africano do início do século XIX fora de uma comunidade de valores específicos, ainda que parte de um mundo atlântico bastante conectado.

⁵⁵⁰ SANNEH, Lamin. *Abolitionists Abroad...* pg. 188.

inviabilizar o desmonte da instituição, pois ela ainda é fator fundamental na estruturação econômico-social do novo mundo, por isso a preocupação dos grupos de resistência em modificar a África, com o objetivo, a longo prazo, de estancar a oferta de afro-descendentes. É preciso considerar que tanto os senhores de escravos (em todo o continente americano) quanto os mercadores eram atores sociais com muito poder para serem confrontados neste momento.

Tendo em vista o mencionado, muitas foram as formas tomadas pelas iniciativas abolicionistas. A educação pelo exemplo foi uma delas. Fez-se urgente, para esses anti-escravistas, a criação de um modelo a ser seguido, onde os moldes ideais poderiam ser definidos. Assim, ficaria mais fácil compreender porque deveria parecer óbvia a criação de uma colônia dentro da própria África, que funcionasse, no entanto, fora dos parâmetros africanos autóctones, e dentro paradigmas políticos ocidentais.

No entanto, a viabilidade de tal projeto era incerta. As dúvidas acerca da capacidade dos próprios africanos em conseguir levar a cabo a tarefa não tardaram a surgir. Parecia ao anti-escravista, que estes povos, tão acostumados a privar seus pares da liberdade, não conseguiriam ditar o exemplo para seu vizinhos. A previsão da dificuldade de se romper com práticas tão arraigadas e lucrativas, cotidianas há séculos, assustava os primeiros abolicionistas. Porém, por não haver como antecipar os impactos da implementação de tal projeto em termos econômicos e em termos de equilíbrio intercontinental, percebe-se desde esse início uma migração oscilatória do eixo de responsabilização dos agentes africanos nos projetos de colônias livres.

Para a ocidentalidade, os assentamentos cristãos livres representavam a possibilidade de clarear o “dark continent”⁵⁵¹, escuro na cor da pele e na geografia ingrata, na mentalidade considerada pouco progressista de seus nativos. Os chefes nativos, que presidiam sobre sociedades muito centralizadas e hierarquizadas, “naturalmente” se colocavam como um ponto de resistência contra as tais colônias livres. Estes atores sociais que viviam do tráfico, legitimavam seu poder através de relações de ampla violência e potencialmente já enxergavam nessa “extravagância ocidental”, uma grande incompatibilidade de valores sociais.

Remover este obstáculo pareceu, por hora, difícil em uma perspectiva imediatista. Por conta disso, pode-se dizer que a percepção do problema, não significa no entanto, uma busca de solução: afinal, anti-escravistas podem dispor livremente de uma diplomacia que também se baseia em uma dicotomia gritante: enquanto parte de suas ações são acalentadoras, parte são

⁵⁵¹ SANNEH, Lamin. *Abolitionists Abroad...* pg. 16.

repressoras. Assim, não lhes parece impraticável impor (a médio prazo) uma sociedade burguesa, incrustrada no meio desta tradicional rota de escravidão, onde a classe média seja forte e tenha condições comerciais justas, que invariavelmente virá a enfraquecer esses chefes locais, inimigos naturais da abolição.

Vista por esse prisma, a luta dos abolicionistas corria o sério risco de se fechar em um movimento estrangeiro, de pouca penetração no local onde o próprio problema se origina. Por conta disso, buscou-se, incessantemente, forjar uma identidade que fosse internacional, ou pelo menos que deslocasse a pressão pelo sucesso do empreendimento abolicionista, que arriscava a legitimidade do próprio movimento. Destarte, os projetos de colônias livres deixaram se definir como um movimento africano ou americano, ou europeu, ou ocidental, mas sim como afro-americano, de forma a ilusionar uma aspiração que não necessariamente era real mas que sim provia o grupo de legitimidade e passava a responsabilidade do sucesso para o empreendimento pessoal dos colonos. Seria responsabilidade dos afro-americanos levar a cabo a importância da experiência.

Legitimidade é palavra-chave na compreensão da idéia de criação de uma colônia modelo. Criar um exemplo territorial, protegido por potências ocidentais, só faria sentido se sua economia pudesse provar a possibilidade de comércio legítimo⁵⁵² por parte dos africanos, demonstrando assim sua não dependência do comércio de escravos para continuar a existir. A exportação de valores⁵⁵³ ocidentais deveria ser imposta nesse campo experimental para que o impacto de sua existência fosse duradouro. Ainda que implantada de forma artificial, essa seria a maneira encontrada para fazer com que a suposta lógica irracional da violência nativa fosse rompida e com que os africanos deixassem de se enxergar como escravos em potencial.

Aparentemente dentro do antigo sistema político das comunidades autóctones africanas⁵⁵⁴, a moral política local se baseia em uma espécie de auto preservação do poder

⁵⁵² SANNEH, Lamin. *Abolitionists Abroad...* pg. 16. A questão da legitimidade como juízo de valor foi uma escolha do autor, relativamente anacrônica, em minha opinião.

⁵⁵³ SANNEH, Lamin. *Abolitionists Abroad...* pg. 185. Cumpre citar que a descrição de que valores deveriam ser exportados, algo que ganha contornos semelhantes ao “selfmade man”, entre outros valores de direitos humanos apresentados pela autora me parecem anacrônicos.

⁵⁵⁴ Grande parte da discussão que se seguirá baseada em SANNEH, FREDRICKSON e HORSMAN, Reginald. *Race and Manifest Destiny: the origins of american racial anglo-saxonism*. Cambridge, Harvard University Press, 1981. talvez não se baseiem em uma análise realmente profunda sobre as categorias de análise que são utilizadas para analisar a realidade social africana. Em HERNANDEZ, Leila Leite. *África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*. São Paulo, Selo Negro, 2005, pp. 17-33 a autora revisita a falta de metodologia especial para tratar da história da África. De qualquer maneira não se pôde discutir aqui as estruturas sócio-políticas africanas com a retidão necessária.

através da valorização simbólica da escravidão como demonstração do poder de vida e morte que os chefes locais têm sobre os indivíduos subjugados. O escravo tem mais que um valor econômico de força de trabalho, guardam em sua condição inestimável valor simbólico da desproporcionalidade das disputas sociais de poder, os escravos são represas de poder político, são vitais para a aparência de potencial de dominação política e social. Seja na origem ou na prática cotidiana, a instituição da escravidão na África adotava a ética do ganho, vantagem e dominação, com uma instabilidade internalizada. Portanto a legitimidade política do chefe autóctone se alimentava da insegurança latente do instituto e por isso se opunha, quase que naturalmente, à abolição, mesmo em momentos em que a escravidão havia se tornado anti-econômica. Desta forma a instalação de uma experiência política ocidental de fato precisaria de uma ruptura profunda com estruturas de longa duração locais⁵⁵⁵.

Este último capítulo, como mencionado, lança luz sobre potenciais assuntos que não foram, mas que poderiam se desenvolver como continuação dos temas tratados nesta pesquisa. O "lado" afro-americano prescindirá de uma pesquisa tão intensa como a desenvolvida sobre as trocas diplomáticas. Assim, esperamos continuar tais pesquisas a partir deste outro, e tão fundamental, viés.

⁵⁵⁵ SANNEH, Lamin. *Abolitionists Abroad...* pg. 67 a 92.

Algumas Conclusões

Os projetos de colonização propostos no bojo da Guerra de Secessão (1861-1865), conquanto não tenham resultado na transferência expressiva de afro-americanos para fora dos Estados Unidos, funcionaram como um estudo de caso de processos históricos mais abrangentes que se desenvolveram por todo o século XIX. Não apenas nas Américas, ou no Atlântico, mas em escala mundial. A documentação proveniente dos projetos de colonização abre possibilidades materiais para se refletir sobre como diversas elites nas Américas se propuseram a incluir - ou excluir - seus ex escravos nos discursos de formação nacional e, no caso dos Estados Unidos, tentar se excluir populações para fora das fronteiras geográficas do país. O tema também permitiu que se pudesse compreender melhor como muitas dessas elites tentavam acomodar e controlar, no pós-independência e no pós-abolição não só suas populações nacionais, mas como elas poderiam se envolver nas novas redes comerciais que transportavam não mais africanos escravizados, mas trabalhadores "livres" de inúmeras e diferentes origens. Assim, os diferentes discursos que aparecem nas trocas diplomáticas também nos permite analisar como se desenvolvia a questão do trabalho em sociedades, em grande parte, provenientes de passados escravistas e, portanto como tradições econômicas profundamente arraigadas no desenvolvimento de modos de agir e modos de pensar ligados à violenta exploração e ao controle eficiente de camadas trabalhadoras em situação de escravidão ou de outras formas de trabalho dependente.

Se por uma lado, a documentação é um observatório privilegiado para observar as elites políticas lidando com os complexos problemas trazidos pelos movimentos de independência e de abolição, o silêncio diplomático acerca dos trabalhadores e trabalhadoras que se envolveriam em tais projetos de colonização abre portas para se buscar a participação desses grupos na discussão sobre o destino se queria impor a essas pessoas. Maior do que a reflexão acerca das lutas dos diferentes grupos afro-americanos pelo reconhecimento de sua participação na formação nacional dos Estados Unidos, o tema dos projetos de colonização oferece a oportunidade de pensar sobre outras populações nacionais e nos grupos estrangeiros que chegam às Américas para serem inseridos em cadeias produtoras, em larga medida, despreparadas para acomodar outro tipo de trabalho que não o trabalho dependente, controlado e de caráter predatório, análogo em muitos sentidos à exploração do trabalho escravo.

Nesse sentido, os discursos provenientes das negociações dos projetos de colonização dos 1860, permitem que se pergunte se as nações independentes latino-americanas não acabaram receber influxos de imigrantes considerados, muitas vezes, de origens "indesejadas", como a China, contrários aos discursos de branqueamento. Por outro lado, as possessões que permanecem sob o jugo colonial adentram um novo capítulo de suas histórias onde assistem as políticas metropolitanas se comprometerem com novas investidas coloniais na África e na Ásia. A acomodação dos trabalhadores, nacionais, dos ex escravos e dos múltiplos grupos de imigrantes, por outro, lado, não deixa de ser um tema ligado à História da Cidadania, ou, talvez, uma história de violentas lutas pelo reconhecimento nacional de diferentes grupos de trabalhadores. O foco da pesquisa foi nessas relações de trabalho e cidadania envolvendo populações afrodescendentes, de modo que tentamos contribuir para uma reflexão não só na questão das diferentes formas de acomodação nacional de populações libertas e livres, mas procuramos compreender também como os africanos permaneceram nessas novas redes de "recrutamento", transporte e exploração de trabalhadores "livres". A documentação consultada, nesse sentido, nos permitiu refletir de maneira breve como africanos e africanas recapturados pelo tráfico foram fonte para a aparentemente insaciável demanda por mão de obra em diferentes locais na América Latina e Caribe. O caso, talvez muito específico, do interesse das possessões coloniais em receber esses recapturados nos chamou a atenção, mais uma vez, para a reflexão sobre a falta de um repertório de práticas de liberdade que marcam esses processos históricos que abrangem as experiências de trabalho nas Américas, na África e nos canais que transportam trabalhadores europeus e asiáticos.

Dentre as primeiras conclusões a que se chega, uma vez feita a análise das fontes selecionadas para este trabalho é que ele não se trata de um objeto de uma história exclusivamente local, como viemos tentando mostrar, mas de parte própria de uma História Atlântica, com seus desdobramentos políticos e de circulação de ideias e pessoas. Neste cenário, a importância da “questão do negro” que se coloca dentro das fronteiras dos Estados Unidos em Guerra Civil se fazem mais claras, na medida em que se extrapolam para a um debate sobre a construção das ideias de raça e de pertença, tanto no Norte quanto no Sul do país e para além, na América Latina e no Caribe.

Percebe-se também que os motivos pelos quais os diversos países abordados pelos Estados Unidos tiveram motivos distintos para negá-los. No Brasil, a decisão esteve atrelada à política imperial de manter sob seu estrito controle a navegação da

bacia do Rio Amazonas; na América Central, ao desejo por uma imigração de “brancos industriais”⁵⁵⁶ – um tipo específico de novos habitantes que contribuiriam para a construção de uma nova identidade, branca –; e, no Caribe às questões de regulação de novos modos de trabalho.

Contudo, embora as diferenças sejam consideráveis e devam ser respeitadas e levadas em conta, há também semelhanças entre as recusas dos governos do Brasil, dos países da América Central e do Caribe. E a mais gritante dessas semelhanças, mínimo denominador destacado nesse trabalho, é a clara e constante preocupação das ditas nações com sua soberania. Temia-se que o estabelecimento de colônias de afro-americanos sob os auspícios do governo norte-americano implicasse, com o passar do tempo, em enclaves estrangeiros em seu solo.

Essa semelhança nos leva a outra conclusão importante: a de que não se pode pensar sobre o século XIX e a história das ideias atlânticas sem se levar em consideração o ensejo expansionista norte-americano. Seja por conta de desdobramentos da teoria do “Destino Manifesto”, ou de conjunções geopolíticas típicas da época, fato é que os Estados Unidos procuravam expandir sua influência e sua presença física ao redor de todo o continente americano e os governos abordados com os possíveis projetos de colonização tinham consciência desse fato.

Por último, mas certamente não menos importante, há ainda a questão da resistência das comunidades afrodescendentes. Mais ou menos articuladas, suas vozes não podem deixar de ser ouvidas, ainda que o silêncio sobre sua agência seja a forma como se as encontram nas fontes oficiais.

Percebe-se, ao longo da redação deste texto, que existiam comunidades que desejavam deixar os Estados Unidos, muitas vezes em busca de construções mentais sobre a pátria forçosamente abandonada por seus ancestrais. Não obstante, fica claro também que, por outro lado, havia aqueles que não desejavam nem pretendiam deixar os Estados Unidos, focando seus esforços ao redor do problema da liberdade e das possíveis formas de inserção na sociedade norte-americana quando este fosse resolvido.

Enfim, reconhece-se que há limitações para o que foi aqui exposto. A questão da pressão internacional exercida pela Inglaterra e a construção dos discursos europeus

⁵⁵⁶ Despacho s/n, datado de 26/08/1862, enviado por James Partridge, ministro dos Estados Unidos em Honduras, para o secretário de estado em Washington, William Seward. Brochuras impressas em 12 volumes disponíveis na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos sob o nome: Executive Papers, Printed by Order of The House of Representatives, During the Third Session of the Thirty-Seventh Congress, 1862-1863: Papers Relating to Foreign Affairs, p. 960, doravante referido como PRFA – LOF.PRFA –LOF. O termo que aparece no documento é “industrious whites”.

sobre a abolição, por exemplo, foi mencionada, porém pouco analisada. É possível que a incorporação desse outro arrazoadado de pensamentos contribua significativamente para a melhor compreensão do tema proposto. Nesse sentido, faz-se urgente a necessidade por outras pesquisas que dialoguem com o que aqui se propõe, a fim de buscar aprofundar a discussão e, destarte, contribuir para a formação de um conhecimento mais amplo sobre os diversos rincões temáticos e ideológicos específicos do século XIX e seus desdobramentos.

I. Artigos, Capítulos de Livros e Trabalhos publicados em Anais de Eventos

1. ANDREW, N. e CLEVEN, N. "Some Plans for Colonizing Liberated Negro Slaves in Hispanic America". *The Journal of Negro History*, Vol 11, No 1, 1926.
2. ARMITAGE, David. "Three Concepts of Atlantic History" In: ARMITAGE, David e BRADDICK, Michael. *The British Atlantic World, 1500-1800*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2002.
3. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. "O Abolicionismo Transatlântico e a Memória do Paraíso Racial Brasileiro". *Estudos Afro-Asiáticos*, N. 30, Dezembro, 1996.
4. BAUER, Arnold J. "Rural Workers in Spanish America: Problems of Peonage and Oppression", *Hispanic Historical Review*, 59, Fevereiro, 1979.
5. BECK, Warren A. "Lincoln and Negro Colonization in Central América". *Abraham Lincoln Quarterly*, Vol. 6, N. 3, 1950
6. BELL, Howard H. "The Negro Emigration Movement, 1849-1854: A Phase of Negro Nationalism". *The Phylon Quarterly*, Vol. 20, No. 2, 1959.
7. _____. "Negro Nationalism: A Factor in Emigration Projects, 1858-1861". *The Journal of Negro History*, Vol. 47, n. 1, 1962.
8. _____. "Negro Nationalism I the 1850s". *The Journal of Negro Education*, Vol. 35, No. 1, 1966.
9. BELL Jr., Whitfield J. "The Relation of Herndon and Gibbon's Exploration of the Amazon to North American Slavery". *Hispanic American Historical Review*, Vol. 19, N. 4, Novembro, 1939.
10. BERLIN, Ira. "The Structure of the Free Negro Caste in the Antebellum United States". *Journal of Social History*, Vol. 9, No. 3, 1976.
11. BOYD, Willis D. "James Redpath and American Negro Colonization in Haiti, 1860-1862". *The Americas*, Vol. 12, No. 2, 1955.
12. _____. "The Île de Vache Colonization Venture, 1862-1864". *The Americas*, Vol 16, No 1, 1959.
13. _____. "The American Colonization Society and the Slave Recaptives of 1860-1861: An Early Example of United States-African Relations". *The Journal of Negro History*, Vol. 47, No. 2, 1962.

14. BRITO, Luciana da Cruz. "Nem direitos, nem cidadania: condição legal e agência de mulheres e homens africanos na Bahia do século XIX". *História Unisinos*, v. 14, 2010.
15. _____. "A legalidade como estratégia: africanos que questionaram a repressão das leis baianas na primeira metade do século XIX. *História Social (UNICAMP)*, v. 16, 2009.
16. _____. "Sob o Rigor da Lei: Os Africanos e a Legislação Baiana no Século XIX". *Sankofa (São Paulo)*, v. 02, 2008.
17. _____. "Tópicos sobre a história do negro na sociedade brasileira". Cuiabá: NEPRE - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação, 2011.
18. _____. "A liberdade no atlântico sul: o olhar da imprensa estadunidense sobre o processo de abolição da escravidão no Brasil. In: VIEIRA, Vinícius Rodrigues; JOHNSON, Jacquelyn.. (Org.). **Retratos e espelhos: raça e etnicidade no Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: FEA/USP, 2009.
19. _____. "African-American abolitionists views about slavery and emancipation in Brazil". In: XXXI International Congress of the Latin American Studies Association, 2013, Washington-DC. XXXI International Congress Toward a New Social Contract, 2013
20. _____. "A legalidade como estratégia: africanos que questionaram as leis baianas na primeira metade do século XIX". In: *Anais do XIII Encontro Regional de História AnpuhRio - Identidades*, UFRRJ. Rio de Janeiro: Seropédica, 2008.
21. _____. "Ciência em Nome da Desigualdade: A Escola Americana de Antropologia, abolicionistas Negros e a disputa pela cidadania e liberdade nos Estados Unidos 1840-1860". In: *Anais do XXVII Encontro Nacional de História Anpuh*, Natal UFRN, 2013.
22. _____. "O Debate das Relações Raciais nos EUA através do (anti) exemplo da Sociedade Brasileira: o Tema da Mistura Racial no Brasil no século XIX". Trabalho apresentado no Seminário Internacional: Emancipação, Inclusão e exclusão. Desafios do Passado e do Presente, realizado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e pelos Departamentos de História e Antropologia da Universidade de São Paulo, 2013.

23. BURNARD, Trevor. "British West Indies and Bermuda" In: PAQUETE, Robert L. e SMITH, Mark M. (orgs.). **The Oxford Handbook of Slavery in the Americas**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
24. BURR, R. N. "The Balance of Power in Nineteen-Century South America: An Exploratory Essay". *Hispanic American Historical Review*, Vol. 35, N. 1, 1955.
25. CAVIEDES, César N. "Five Hundred Years of Hurricanes in the Caribbean: Their Relationship with Global Climatic Variabilities". *GeoJournal*, Vol. 23, N. 4, Caribbean Hurricanes, 1991
26. DANTAS, Monica Duarte. "Dos Statutes ao Código Brasileiro de 1830: o Levante de Escravos como Crime de Insurreição". *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, v. 452, p. 273-309, 2011.
27. _____. "Partidos, Liberalismo e Poder Pessoal: a Política no Império do Brasil". *Almanack Braziliense*, v. 10, p. 3, 2009
28. HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Introdução" In: DAVTZ, Thomas. **Memórias de um Colono no Brasil (1850)**. São Paulo: EDUSP, 1980.
29. _____. Prefácio. In: LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os Negros Americanos: Origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro, Saga, 1968.
30. DEGLER, Carl N. "Slavery and the Genesis of American Prejudice". *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 2, N. 1, Outubro, 1959.
31. DORSEY, Bruce. "A Gendered History of African Colonization in the Antebellum United States". *Journal of Social History*, Vol. 34, N.1, 2000.
32. DYER, Brainerd. "The Persistence of the Idea of Negro Colonization". *The Pacific Historical Review*, Vol 12, No 1, 1943.
33. FERRIS, Nathan L. "The Relations of the United States with South America during the American Civil War". *Hispanic American Historical Review*, Vol. 21, N. 1, Fevereiro, 1941.
34. FITZGERALD, Michael W. "'To Give Our Votes to the Party': Black Political Agitation and Agricultural Change in Alabama, 1865-1870". *The Journal of American History*, Vol. 76, N.2 (Setembro, 1989).
35. FORBES, Ella. "African-American Resistance to Colonization". *Journal of Black Studies*, Vol. 21, N. 2 (Dezembro, 1990).
36. FOSTER, Charles I. "The Colonization of Free Negroes, in Liberia, 1816-1835". *The Journal of Negro History*, Vol. 38, N. 1 (Janeiro, 1953).

37. FRANKLIN, Vincent P. "Education for Colonization: Attempts to Educate Free Blacks in the United States for Emigration to Africa, 1823-1833". *The Journal of Negro Education*, Vol. 43, N. 1, 1974.
38. GAMES, Alison. Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities. *The American Historical Review*, Vol. 111, No. 3, Junho, 2006.
39. GOLD, Robert L. "Negro Colonization Schemes in Ecuador, 1861-1864". *Phylon*, Vol. 30, N. 3, 1969.
40. GOMES, Flávio dos Santos e MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. "Interiorização e os Quilombos em São Paulo nos Séculos XVIII e XIX". *Iberoamericana* (Madrid), v. 42, p. 93-110, 2011.
41. GOMES, Flávio dos Santos. "Migrações, populações indígenas e etno-genese na América Portuguesa (Amazônia Colonial, s. XVIII)". *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, v. 2011, p. 1, 2011;
42. _____. "Atlantic Nations' and the Origins of Africans in Late-colonial Rio de Janeiro: New Evidence". *Colonial Latin American Historical Review*, v. 20, p. 213-231, 2011.
43. _____. "Africanos, tráfico atlântico y cimarrones en las fronteras entre la Guyana Francesa y la América portuguesa, siglo XVIII". *Fronteras de La História*, v. 16, p. 152-175, 2011.
44. _____. "Indigenas, Africanos y comunidades de fugitivos en la Amazonia Colonial". *Historia y espacio*, v. 34, p. 201-228, 2010
45. GRADEN, Dale T. "An Act 'Even of Public Security': Slave Resistance, Social Terrorism, and the End of the International Slave Trade to Brazil, 1835-1856". *Hispanic American Historical Review*, Vol. 76, N. 2, Maio, 1996.
46. GRESHAM, Luveta W. "Colonization Proposals for Free Negroes and Contrabands During Civil War". *Journal of Negro Education*, Vol. 16, No 1, 1947.
47. HARMON, George D. "Confederate Migration to Mexico". *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 17, No 4, 1937.
48. HARRISON, John P. "Science and Politics: Origins and Objectives of Mid-Nineteenth Century Government Expeditions to Latin America". *Hispanic American Historical Review*, Vol. 35, N. 2, Maio, 1955.
49. KATES Jr, Don B. "Abolition, Deportation, Integration: Attitudes Toward Slavery in the Early Republic". *The Journal of Negro History*, Vol. 53, N. 1, 1968.

50. KNUTSON, Thomas R et al. "Tropical cyclones and climate change". Nature Geoscience. Advance Online Publication, 21/02/2010
51. KURY, Lorelai. "A Sereia Amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil (1865-1866)". Revista Brasileira de História, Vol. 21. N. 41, 200.
52. LEVY, Maria Stella Ferreira. "O Papel da Migração Internacional na Evolução da População Brasileira (1872-1972)". Revista de Saúde Pública, 8:49-90, 1974.
53. LOCKET, James D. "Abraham Lincoln and Colonization: An Episode That Ends in Tragedy at L'Île de Vache, Haiti 1863-1864". The Journal of Black Studies, Vol. 21, No 4, 1991.
54. LOGAN, Rayford W. "Some New Interpretations of the Colonization Movement". Phylon, Vol. 4, No. 4, 1943.
55. MACLEOD, Murdo J. "A Espanha e a América: O Comércio Atlântico, 1492-1720 In: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina: América Latina Colonial**, vol. I. 2a edição, 1a. reimpressão. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004
56. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. "O Olhar Imperial sobre a América". Anais do XX Simpósio da ANPUH (História: Fronteiras), Vol. 1, São Paulo, ANPUH, 1999.
57. _____. Resenha WALTER HAWTHORNE. From Africa to Brazil: Culture, Identity, and an Atlantic Slave Trade, 1600 1830. The American Historical Review v. 117, p. 487-488, 2012.
58. _____. "(Re)construindo a imagem de Renty: dos daguerreótipos de Agassiz à campanha De-Mouting Agassiz". Revista USP, v. 94, p. 142-153, 2012.
59. _____. "The traveler and his diary: Couto de Magalhães and Roger Casement". ABEI Journal (São Paulo), v. 13, p. 169-186, 2011.
60. _____. "Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (sudeste, 1880)". Afro-Asia (UFBA. Impresso), v. 42, p. 157-193, 2010.
61. _____. "Travels and Science in Brazil: Charles Darwin, Louis Agassiz, and William James". ReVista (Cambridge, Mass.), v. VIII, p. 34-37, 2009.

62. _____. "A ciência norte-americana visita a Amazônia: entre o criacionismo cristão e o poligenismo degeneracionista". *Revista USP*, v. 75, p. 68-75, 2007
63. _____. "From Slave Rebels to Strikebreakers: The Quilombo of Jabaquara and the Problem of Citizenship in Late-Nineteenth-Century Brazil". *The Hispanic American Historical Review*, Estados Unidos, v. 86, n.no. 2, p. 247-274, 2006.
64. _____. "The Nature of Tropical Nature. Brazil Through the Eyes of William James". *ReVista. Harvard Review of Latin America*, v. 3, p. 3-6, 2004.
65. _____. "A Sensualidade como Caminho. Notas sobre Diários e Viagens". *Revista USP*, São Paulo, v. 58, p. 134-148, 2003.
66. _____. "Da Diversidade às Desigualdades: A Questão Étnica e os Projetos de Integração Nacional do Brasil do XIX". *Praia Vermelha (UFRJ)*, Rio de Janeiro, v. no. 8, p. 234-245, 2003
67. _____. "Os Tupis e a Turânia: Hipóteses sobre a Origem do Homem e da Civilização nas Américas na Segunda Metade do XIX e Primeiras Décadas do XX". *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 12, p. 3-16, 2002.
68. _____. "A Construção do Olhar Imperial Resenha do livro de Mary Louise Pratt". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n.39, p. 281-290, 2000.
69. _____. "Um Mitógrafo no Império: A Construção dos Mitos na História Nacionalista do Século XIX". *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 14, n.25, p. 63-80, 2000.
70. _____. "A Literatura de Viagem como Fonte da História Social: Uma análise crítica Resenha do livro de Miriam Moreira Leite, *Livros de Viagem*". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 7, n.1-2, p. 238-240, 1999.
71. _____. "O Descontínuo na História da Cultura Colonial e Pós-colonial: acidente ou fatalidade?". *Revista de História (USP)*, São Paulo, v. 141, p. 151-159, 1999.

72. _____. "A Recuperação dos Grupos sem História Resenha do Livro de Emília Viotti da Costa, 'Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue'". *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 24, n.142, p. 74-75, 1998.
73. _____. "A revolta de escravos como estratégia de libertação: Brasil nas vésperas da abolição". *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, v. 16/17, p. 31-48, 1994.
74. _____. "Vivendo na mais perfeita desordem: os libertos e o modo de vida camponês na província de São Paulo do Século XIX". *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 25-42, 1993.
75. _____. "Escravos e cometas: movimentos sociais na década da abolição". *Revista Resgate* (Centro de Memória da UNICAMP), Campinas, v. 5, p. 103-105, 1993
76. _____. "Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n.16, p. 143-160, 1988
77. _____. "Entre Dois Beneditos: Histórias de amas de leite no Ocaso da Escravidão". In: XAVIER, Giovana, FARIAS, Juliana Barreto e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2012.
78. _____. "Os Abolicionistas Brasileiros e a Guerra de Secessão". In: ABREU, Martha PEREIRA, Matheus Seva (Orgs.). **Caminhos da Liberdade: Histórias da Abolição e do Pós-Abolição no Brasil**. Niterói: Editora da UFF, 2011.
79. _____. "Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas : a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão". In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). **Brasil Imperial, 1870-1899**. 3o Vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
80. _____. "De Rebeldes a Fura-Greves: As Duas Faces da Experiência da Liberdade do Quilombolo do Jabaquara na Santos pós-emancipação". In: SANTOS, Flávio Gomes dos e CUNHA, Olívia. (Orgs.). **Quase-Cidadãos: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.
81. _____. "A construção narrativa da memória e a construção das narrativas históricas: panorama e perspectiva". In:

MIRANDA, Danilo dos Santos (Org.). **Memória e Cultura. A importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: SESC, 2007.

82. _____. "Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo". In: PORTA, Paula (Org.). **História da Cidade de São Paulo. A Cidade no Império, 1823-1889**. São Paulo: Paz e Terra, 2004

83. _____. "O Olhar Imperial sobre a América". Anais do XX Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH: Humanitas, 1999.

84. MAGNESS, Phillip W. "James Mitchel and the Mistery of the Emigration Office Papers". Journal of the Abraham Lincoln Association, Vol 32, N. 2, 2011

85. MAMIGONIAN, Beatriz G. "In the Name of Freedom: Slave Trade Abolition, the Law and the Brazilian Branch of the African Emigration Scheme (Brazil-British West Indies, 1830s-1850s)". Slavery & Abolition, 30:1, 2009.

86. MARTIN, Ben L. "From Negro to Black to African American: The Power of Names and Naming". Political Science Quarterly, Vol. 106, No 1, 1991.

87. MARTY, Percy Alvin. "The Influence of the United States on the Opening of the Amazon to the World's Commerce". Hispanic American Historical Review, Vol. 1, N. 2, Maio, 1918.

88. MEHLINGER, Louis R. "The Attitude of the Free Negro Toward African Colonization". The Journal of Negro History, Vol. 1, N. 3, 1916.

89. McCORMACK, Richard Blaine. "James Watson Webb and French Withdrawal from Mexico". Hispanic American Historical Review, Vol. 31, N. 2 (Maio, 1958).

90. McFAUL, John M. "Expediency vs Morality: Jacksonian Politics and Slavery". The Journal of American History, Vol. 62, N. 1 (Junho, 1975).

91. McPHERSON, James M. "Abolitionist and Negro Opposition to Colonization during the Civil War". Phylon, Vol. 26, No. 4 (1965).

92. MINTZ, Sidney W. "The Caribbean Region". Daedalus, Vol. 103, No. 2, Slavery, Colonialism, and Racism (Spring, 1974).

93. MONTEIRO, John M. "500 Years of Native Brazilian History". Diálogos Latinoamericanos, Aarhus, Dinamarca, v. 2, p. 2-15, 2000.

94. _____. "Indícios da Vida Privada No País da Escravidão". Novos Estudos CEBRAP, SÃO PAULO, n. 51, 1998.

95. _____. "Raízes Mestiças". D.O. Leitura, São Paulo SP, n. 170, 1998.

96. _____. "Caçando Com Gato: Raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr". *Novos Estudos CEBRAP*, SÃO PAULO, v. 38, 1994.
97. _____. "De Índio a Escravo. A transformação da população indígena de São Paulo no século XVII". *Revista de Antropologia (USP)*, v. 30, 1988.
98. NEEDEL, Jeffrey. "The Abolition of the Brazilian Slave Trade in 1850: Historiography, Slave Agency and Statesmanship". *Journal of Latin American Studies*, N. 33, 2001.
99. O'REILLY, William. *Genealogies of Atlantic History*. Atlantic Studies, Vol. 1, No. 1, 2004.
100. RECORD, Wilson. "The Negro Intellectual and Negro Nationalism". *Social Forces*, Vol 33, No 1, 1954.
101. ROSEN, Bruce. "Abolition and Colonization, the Years of Conflict: 1829-1834". *Phylon*, Vol. 33, No. 2, 1972.
102. SATAUFFER, John. "Abolitionism and Antislavery" In: PAQUETE, Robert L. e SMITH, Mark M. (orgs.). **The Oxford Handbook of Slavery in the Americas**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
103. SCHEIPS, Paul J. "Lincoln and the Chiriqui Colonization Project". *The Journal of Negro History*, Vol. 37, No. 4, 1952.
104. _____. "Gabriel Lafond and Ambrose W. Thompson: Neglected Isthmian Promoters". *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 36, N. 2, Maio, 1956.
105. SHIMIDT-NOWARA, Christopher. "Emancipation" In: PAQUETE, Robert L. e SMITH, Mark M. (orgs.). **The Oxford Handbook of Slavery in the Americas**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
106. SCHWARTZ, Stuart. "Os furacões e a formação das sociedades caribenhas". *Revista USP*, N. 72, Dez/Jan/Fev 2006-2007
107. SHERWOOD, Henry Noble. "Early Negro Deportation Projects". *The Mississippi Valley Historical Review*, Vol. 2, No. 4, 1916.
108. _____. "The Formation of the American Colonization Society". *The Journal of Negro History*, Vol. 2, No. 3, 1917.
109. SEIFMAN, Eli. "Education or Emigration: The Schism within the African Colonization Movement, 1865-1875". *History of Education Quarterly*, Vol. 1, N. 1, 1967.

110. SCHOONOVER, Thomas. "Misconstrued Mission: Expansionism and Black Colonization in México and Central America During Civil War". *The Pacific Historical Review*, Vol. 49, No 4, 1980.
111. _____. "The Mexican Lobby: Matías Romero in Washington, 1861-1867". Lexington: University of Kentucky Press, 1986.
112. SLENES, Robert W. "Malungu, Ngoma Vem! A África Coberta e Descoberta do Brasil". *Revista da USP*, São Paulo: no.12, 1991-1992.
113. STEELE, Brent J. "Ontological security and the Power of self-identity: British neutrality and the American Civil War". *Review of International Studies*, 31, 2005.
114. TADMAN, Michael. "The Demographic Cost of Sugar: Debates on Slave Societies and Natural Increase in the Americas". *The American Historical Review*, Vol. 105, N. 5, Dezembro 2000.
115. TOMICH, Dale e MARQUESE, Rafael "O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX" IN: Grinberg, Keyla e Salles Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial: 1831-1870**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
116. TYSON, Thomas N., OLDROYD, David e FLEISHMAN, Richard K. "Accounting, Coersion and Social Control During Apprenticeship: Converting Slave Workers to Wage Workers in the British West Indies, C. 1834-1848". *The Accounting Historians Journal*, Vol. 32, N. 2, 2005.
117. WESLEY, Charles Harris. "The Struggle for the Recognition of Haiti and Liberia as Independent Republics". *The Journal of Negro History*, Vol. 2, N. 4, Outubro de 1917
118. _____. "Lincoln's Plan for Colonizing the Emancipated Negroes". *The Journal of Negro History*, Vol 4, no 1, 1919.
119. WISH, Harvey. "The Revival of the African Slave Trade in United States: 1856-1860". *The Mississippi Valley Historical Review*, Vol. 27, N. 4 (Março 1941).

II. Livros, Teses e Dissertações

1. ADAMSON, Alan H. **Sugar Without Slaves: The Political Economy of British Guiana, 1838-1904**. New Have: Yale University Press, 1972.

2. ADDERLEY, ROSANNE MARION. **New Negroes from Africa: Slave Trade Abolition and Free African Settlement in the Nineteenth-Century Caribbean.** Bloomington e Indianápolis: Indiana University Press, 2006.
3. ADELMAN, Jeremy. **Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic.** Princeton / Oxford: Princeton University Press, 2006.
4. ALBUQUERQUE, Wlamyra, R. de. **O Jogo da Dissimulação: Abolição e Cidadania Negra no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
5. ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism.** Nova York: Verso, 1991.
6. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo. Estados Unidos e Brasil, Uma História Comparada (século XIX).** São Paulo: Annablume, 2003.
7. BENNETT, Lerone. **Forced Into Glory: Abraham Lincoln's White Dream.** Chicago: Johnson Publishing Company, 2000.
8. BERLIN, Ira. **Gerações de Cativo: Uma História da Escravidão nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Record, 2006.
9. BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do Século XIX: liberdade e dominação.** São Paulo: Humanitas, 2004
10. BERTIN, Enidelce. **Os meias-caras. Africanos livres em São Paulo no século XIX.** Salto: Schoba, 2013.
11. BHABHA, Homi K. **Nation and Narration.** Nova York: Routledge, 2000.
12. _____. **O Local da Cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.
13. BLACKBURN, Robin. **A Construção do Escravismo no Novo Mundo: Do Barroco ao Moderno (1492-1800).** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.
14. BLACKETT, R. J. M. **Divided Hearts: Britain and the American Civil War.** Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2001.
15. BLIGHT, David W. **Race and Reunion: The Civil War in American Memory.** Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2001.
16. BLUMROSEN, Alfred W. e BLUMROSEN, Ruth G. **Slave Nation: How Slavery United the Colonies & Sparked the American Revolution.** Naperville: Sourcebooks, 2005.
17. BROWN, Christopher Leslie. **Moral Capital: Foundations of the British Abolitionism.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006.
18. BROWN, Vincent. **The Reapers Garden: Death and, Power in the World of Atlantic Slavery.** Cambridge: Harvard University Press, 2008.

19. BUENO, C & CERVO, A. L. **A Política Externa Brasileira (1822-1885)**. São Paulo: Ática, 1986.
20. BURIN, Eric. **Slavery and the Peculiar Solution: A History of the American Colonization Society**. Miami: University Press of Florida, 2005.
21. BURN, William Laurence. **Emancipation and Apprenticeship in the British West Indies**. Londres: Jonathan Cape, 1979.
22. CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial; Teatro das Sombras: a Política Imperial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
23. CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
24. _____. **A Força da Escravidão: Ilegalidade e Costume no Brasil Oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
25. CONRAD, Robert E. **The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888**. Berkeley: The University of California Press, 1972.
26. COSTA, Emília Viotti da. **Coroa de Glória, Lágrimas de Sangue: Rebelião dos Escravos em Demerara em 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
27. _____. **Da Monarquia à República, Momentos Decisivos**. 7ª ed. São Paulo: UNESP, 1999.
28. _____. **Abolição**. 8ª Edição. São Paulo: UNESP, 2008.
29. CROUTHAMEL, James L. **James Watson Webb: A Biography**. Middletown: Wesleyan University Press, 1969.
30. CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, Estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África**. 2ª Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
31. DANTAS, Monica Duarte (Org.). **Revoltas, Motins e Revoluções: Homens Livres Pobres e Libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.
32. DANTAS, Monica Duarte. **Fronteiras Movediças: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos**. São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 2007.
33. DAVIS, David Brion. **O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
34. _____. **Inhuman Bondage: The Rise and Fall of Slavery in the New World**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

35. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **O Fardo do Homem Branco: Southey, o Historiador do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1974.
36. _____. **Interiorização da Metrópole e Outros Estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.
37. EISENBERG, Peter Louis. **A Guerra Civil Norte Americana**. 1ª reimpressão da 5ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999
38. ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a Partir de uma Pequena Comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar 2000.
39. ELTIS, David. **The Rise of African Slavery in the Americas**. 7a impressão. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
40. ESCOTT, Paul D. **“What Shall We Do With the Negro?”**. Charlottesville: University of Virginia Press, 2009.
41. FYFE, Christopher. **A History of Sierra Leone**. Oxford: Oxford University Press, 1962.
42. FONER, Eric. **Nada Além da Liberdade: A Emancipação e seu Legado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
43. _____. **Reconstruction: America’s Unfinished Revolution, 1863-1877**. Nova York: Perennial Classics, 2002.
44. _____. **Give me Liberty! An American History**. Nova York: WW Norton, 2004.
45. _____. **Voices of Freedom: A Documetary History**. Nova York: WW Norton, 2004.
46. _____. **The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2010
47. FREDRICKSON, George M. **The Black Image in the White Mind. The Debate on Afro-American Character and Destiny, 1817-1914**. Hanover: Wesleyan University Press, 1987.
48. GARDNER, Eric. **Unexpected Places: Relocating Nineteenth-Century African American Literature**. Jackson: University Press of Mississippi, 2009.
49. GOMES, Flávio dos Santos & CUNHA, Maria Olívia Gomes da (orgs.). **Quase-Cidadão: Histórias e Antropologias da Pós-Emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

50. GOMEZ, Michael A. **Reversing Sail. A History of the African Diaspora.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
51. GOODWIN, Doris Kearns. **Team of Rivals: The Political Genius of Abraham Lincoln.** Nova York: Simon & Schuster, 2005.
52. GRINBERG, Keila. **Liberata, A Lei da Ambiguidade; As Ações de Liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no Século XIX.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
53. HARDMAN, Francisco Foot. **Trem Fantasma: A Modernidade na Selva.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
54. HARTER, Eugene C. **The Lost Colony of the Confederacy.** Texas: A&M University Press, 2000.
55. HARTMAN, Saydia. **Lose your Mother. A Journey Along the Atlantic Slave Route.** Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.
56. HILL, Lawrence F. **Diplomatic Relations between the United States and Brazil.** Durham: Duke University Press, 1932.
57. HODES, Martha. **Sex, Love, Race. Crossing Boundaries in North American History.** Nova York: New York University Press, 1999.
58. _____. **The Sea Captains's Wife. A True Story of Love, Sex, Race & War in the Nineteenth Century.** Londres : Norton, W.W. & Company, 2006
59. HORNE, Gerald. **O Sul Mais Distante: Os Estados Unidos, o Brasil e o Tráfico de Escravos Africanos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
60. HORSMAN, Reginald. **Race and Manifest Destiny: The Origins of American Racial Anglo-Saxonism.** Harvard University Press, Cambridge, 1981.
61. IOTTI, Luiza Horn (org). **Imigração e Colonização: Legislação de 1747-1915.** Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS: Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
62. JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Overture e a Revolução de São Domingo.** São Paulo: Boitempo, 2000
63. KLEIN, Herbert S. **Slavery in the Americas.** Chicago: The University of Chicago Press, 1978.
64. _____. **African Slavery in Latin American and the Caribbean.** Oxford: Oxford University Press, 1988.
65. LADER, Lawrence. **The Bold Brahmins. New England War against Slavery (1831-1863).** Nova York: E. P. Dutton, 1961.

66. LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da Escravidão Ao Trabalho Livre: A Lei de Locação de Serviços de 1879**. Campinas: Papirus, 1988
67. LAMPE, Armando. **História do Cristianismo do Caribe**. Petrópolis: Vozes, 1995.
68. LASIERRA, (Fray) Iñigo Abbad Y. **Historia Geográfica, Civil y Natural de la Isla de San Juan Bautista de Puerto-Rico**. Edição nova e anotada por CALBO, José Julián de Acosta Y. Madrid: Doce Calles, 2002
69. LITWAK, Leon. **North of Slavery: The Negro in the Free States 1790-1860**. Chicago: University of Chicago Press, 1961.
70. LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os Negros Americanos: Origens de uma Controvérsia Internacional**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
71. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O Plano e o Pânico: O Movimentos Sociais na Década da Abolição**. 2a Edição. São Paulo Edusp: 2010.
72. MACHADO, Maria Helena Pereira Machado, HÜBER, Sacha (Org.) . (T)Races of Louis Agassiz:Photography, Body and Science, Yesterday and Today/ Rastros e Raças de Louis Agassiz: Fotografia, Raça e Ciência, Ontem e Hoje. São Paulo: Capaecte/29a. Bienal de Artes de São Paulo, 2010
73. _____ (org.). **Couto de Magalhães: Diário Íntimo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
74. _____. **Brasil a Vapor: Raça, Ciência e Viagem no Século XIX**. Tese de Livre-Docência, FFLCH, USP, 2005.
75. _____. (Ed.). **Brazil Through the Eyes of William James: Letters, Diaries and Drawings, 1865-1866**. Cambridge: David Rockefeller Center for Latin American Studies/ Harvard University Press, 2006.
76. MAGNESS, Philip W. e PAGE, Sebastian N. **Colonization after Emancipation: Lincoln and the Movement for Black Resettlement**. Columbia: University of Missouri Press, 2011
77. MATORY, J. Lorand. **Black Atlantic Religion: Tradition, Transnationalism, and Matriarchy in the Afro-Brazilian Candomblé**. Princeton: Princeton University Press, 2005.
78. MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 1990.
79. MAY, Robert E. **The Southern Dream of a Caribbean Empire, 1854-1861**. Miami: University Press of Florida, 2002.

80. McPHERSON, James M. *Battle Cry of Freedom: The Civil War Era*. Nova York: Oxford University Press, 2003.
81. _____. *The Negro's Civil War: How American Blacks Felt and Acted during the War for the Union*. Nova York: Vintage Civil War Library, 2003.
82. MEDEIROS, Fernando Saboia de. *A Liberdade de Navegação do Amazonas: Relações entre o Império e os Estados Unidos da América*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
83. MENAND, Louis. *The Metaphysical Club. A Story of Ideas in America*. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2001.
84. MINTZ, Sidney W. e PRICE, Richard. *O Nascimento da Cultura Afro-Americana: Uma Perspectiva Antropológica*. São Paulo: Pallas, 2003.
85. MINTZ, Sidney W. *Caribbean Transformations*. Nova York: Columbia University Press, 1989.
86. MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes Nas Origens de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
87. MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.
88. NASH, Gary B. *Race and Revolution*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1990
89. OBAMA, Barack. *Dreams of My Father: A Story of Race and Inheritance*. 2a ed. Nova York: Random House Large Print e Three Rivers Press, 2004
90. PETRONE, Maria Theresa. *O Imigrante e a Pequena Propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
91. PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.
92. RAPPLEYE, Charles. *Sons of Providence: The Brown Brothers, the Slave Trade, and the American Revolution*. Nova York: Simon & Schuster Paperbacks, 2006.
93. REDIKER, Marcus. *O Navio Negreiro: Uma História Humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
94. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Rio de Janeiro: Limitada, 1965.
95. REIS, João José (org). *Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

96. REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de: *O Alufá Rufino. Tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (1822 - 1853)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
97. _____. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
98. REYNOLDS, David S. *John Brown, Abolitionist: The Man Who Killed Slavery, Sparked the Civil War, and Seeded Civil Rights*. Nova York, Vintage Books, 2005.
99. RIVA, Juan Pérez de la. *El Barracón y Otros Ensayos*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975
100. ROTHMAN, Joshua D. *Notorious in the Neighborhood: Sex and Families across the Color Line in Virginia, 1787-1861*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003.
101. RUGEMER, Edward Bartlett. *The Problem of Emancipation: The Caribbean Roots of the American Civil War*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008.
102. SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. *Fronteiras Negras ao Sul: A Proposta dos Estados Unidos de Colonizar a Amazônia Brasileira com afro-descendentes norte-americanos na década de 1860*. Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, 2009.
103. SANKATSING, Glenn. *Las Ciencias Sociales En El Caribe: Um Balance Crítico*. Caracas: Unesco, 1990.
104. SANNEH, Lamin. *Abolitions Abroad: American Blacks and the Making of Modern West Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
105. SANTOS, Cláudio Villafañe G. Santos. *O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o Interamericanismo*. São Paulo: Unesp, 2004.
106. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. 9ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
107. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
108. SCOTT, Rebecca J. *Emancipação Escrava em Cuba: A Transição para o Trabalho Livre 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

109. SCHOONOVER, Thomas. *A Mexican View of American in the 1860s: A Foreign Diplomat Describes the Civil War and Reconstruction*. Rutherford: Fairleigh Dickinson University Press, 1991.
110. SKIDMORE, T. E. *Preto no Branco, Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
111. SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava (Brasil Sudeste – Século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
112. STAMPP, Kenneth M. *Causes of the Civil War*. 3a edição revisada. Nova York: Simon & Schuster Paperbacks, 1991.
113. TADMAN, Michael. *Speculators and Slaves: Masters, Traders, and Slaves in the Old South*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2006.
114. TAYLOR, John M. *William Henry Seward: Lincoln's Right Hand*. Potomac Books: Dulles, 1996.
115. TENZER, Lawrence. *The Forgotten Causes of the Civil War: New Look at the Slavery Issue*. New Jersey: Scholar's Publishing House, 1997.
116. THORNTON, John Kelly. *Africa and Africans in the making of the Atlantic world, 1400-1800*. 2a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998
117. WILLIAMS, Eric. *From Columbus to Castro: The History of the Caribbean*. Nova York: Vintage Books, 1984.

III. Outras Fontes

1. ANGELIS, M de. *De La Navegacion Del Amazonas. Respuesta a Una Memoria de M. Maury, Oficial de la Marina de los Estados Unidos*. Miembro Corresponsal del Instituto Historico Y Geografico del Brasil, de Las Sociedades de Geografia de Paris, Londre, &c., &c., Caracas: Reimpresso T. Atero, 1857. Consulta e download em pdf em: <http://www.banrepcultural.org/sites/default/files/83207/brblaa203624.pdf> ou em formato ebook em: <http://www.banrepcultural.org/sites/default/files/83207/brblaa203624.pdf>

2. BASTOS, A. C. Tavares. *Carta a uma Comissão de Manaus. A Bordo do Tcamiaba, 17 de Nov. de 1865*. In: *Vale do Amazonas. Estudo sobre a Livre Navegação do Amazonas, Estatísticas, Produções, Comércio, Questões Fiscais no*

Vale do Amazonas. Rio de Janeiro: Garnier, 1866. Pode ser consultado em:
<http://www.brasiliana.com.br/obras/o-vale-do-amazonas/pagina/387/>

3. _____. *Cartas do Solitário Redator do Correio Mercantil. Liberdade de Cabotagem. Abertura do Amazonas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1863. Possível de ser consultado ou fazer download como ebook em:
<https://play.google.com/books/reader?id=dilq4WHsHCwC&printsec=frontcover&output=reader&authuser=0&hl=en&pg=GBS.PP1>

4. CALÓGENRAS, J. P. *A Política Exterior do Império*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989. Possível de ser consultado e lido na íntegra em:
<http://www.brasiliana.com.br/obras/a-politica-exterior-do-imperio-v-iii-da-regencia-a-queda-de-rosas>

5. HERNDON, William Lewis. *Exploration of the Valley of the Amazon, 1851-1852*. Edição Fac-similar. New York: Grove Press, 2000.

6. DOZER, Donald Marquand. *Mathew Fontaine Maury's Letter of Instruction to William Lewis Herndon*. Hispanic American Historical Review, Vol. 28, N. 2 (Maio, 1948).

7. DOUGLASS, Frederick. Speech in Chicago, 02/01/1893. Disponível em
<http://www2.webster.edu/~corbetre/haiti/history/1844-1915/douglass.htm>.

8. HOLLY, James Theodor. Facts about the Church's Mission in Haiti: A Consise Statement by Bishop Holly. Nova York: Thomas Whittaker, 1897 (a obra está disponível gratuitamente em formato ebook e pdf em:
http://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=9VFGAAAYAAJ&oi=fnd&pg=PA5&dq=%22James+Theodore+Holly%22&ots=l7ymOnMOZc&sig=KoVBJ2WgxEGT_ebSyWVmJnALsgk#v=onepage&q=%22James%20Theodore%20Holly%22&f=false)

9. McPHERSON, Edward. *The Political History of the United States of America During the Great Rebellion: From November 6, 1860, to July 4, 1864 (including classified summary of the legislation of the second session of the Thirty-Sixth*

Congress, the Three Sessions of the Thirty-Seventh Congress, with the Votes Thereon, and the important Executive, Judicial, and Politico-Military Facts of that Eventful Period; Together with the Organization, Legislation, and General Proceedings of the Rebel Administration. By Edward McPherson of Gettysburg, Pennsylvania, Clerk of the House of Representatives of the U. S. Washington, New York: Philip & Solomons, D. Appleton & Co, 1864. Disponível como ebook em :

http://books.google.com.br/books?id=wrMTAAAYAAJ&pg=PA249&lpg=PA249&q=It+has+become+a+grave+question+for+determination+what+shall+be+done+with+the+slaves+abandoned+by+their+owners+on+the+advance+of+our+troops+into+southern+territory&source=bl&ots=sUEmrW5GYg&sig=SkM5h9u-RXWCyNYnMwc_L7-KlGM&hl=en&sa=X&ei=ewEsUpmdN4yI9QSu1YGIDg&ved=0CC4Q6AEwAQ#v=onepage&q=It%20has%20become%20a%20grave%20question%20for%20determination%20what%20shall%20be%20done%20with%20the%20slaves%20abandoned%20by%20their%20owners%20on%20the%20advance%20of%20our%20troops%20into%20southern%20territory&f=false

10. MANNING, William R (Ed.). Diplomatic Correspondence of the United States: Inter-American Affairs 1831-1860. Vol. II Bolivia and Brazil: Documents 388-722. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 1932. Disponível em: <http://ia700500.us.archive.org/8/items/diplomaticcorres003685mbp/diplomaticcorres003685mbp.pdf>

IV. Fontes Políticas (Grupo 1 - Presidência)

Brochuras impressas em 12 volumes disponíveis na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos sob o nome: Executive Papers, Printed by Order of The House of Representatives, During the Third Session of the Thirty-Seventh Congress, 1862-1863: Papers Relating to Foreign Affairs. Disponível em formato digital na biblioteca da Universidade de Yale

1861.03.04 First Inaugural Address

1861.07.04 War Address

1861.12.01 Secretary of War's Annual Report

1861.12.03 First Annual Message

1862.03.06 Message to Congress Recommending Compensated Emancipation
1862.07.12 Appeal to Border-State Representatives for Compensated Emancipation
1862.08.14 Address on Colonization to a Committee of Colored Men
1862.09.22 The Preliminary Emancipation Proclamation
1862.12.01 Second Annual Message
1863.01.01 Emancipation Proclamation (Executive Order)
1863.07.30 Equality in the Army (Executive Order)
1864.12.06 Fourth Annual Message
1863.12.08 The Proclamation of Amnesty and Reconstruction
1863.12.08 Third Annual Message

V. Fontes Políticas (Grupo 2 - Leis)

Brochuras impressas em 12 volumes disponíveis na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos sob o nome: Executive Papers, Printed by Order of The House of Representatives, During the Third Session of the Thirty-Seventh Congress, 1862-1863: Papers Relating to Foreign Affairs. Disponível em formato digital na biblioteca da Universidade de Yale

1850.08.18 Fugitive Slave Law
1861.08.06 First Confiscation Act
1862.04.10 Congressional Joint Resolution on Compensated Emancipation
1862.03.13 Law Enacting an Additional Article of War
1862.04.16 Emancipation Act of the District of Columbia
1862.06.19 Law Enacting Emancipation in the Federal Territories
1862.07.17 The Militia Act
1862.07.17 Second Confiscation Act
1864.06.15 Law Equalizing the Pay of Black Soldiers
1865.03.03 Congressional Resolution Freeing the Families of Black Soldiers
1865.03.03 Law Creating the Freedmen's Bureau
1865.12.18 13th Constitutional Emendment

VI. Fontes Diplomáticas (Grupo 3)

Brochuras impressas em 12 volumes disponíveis na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos sob o nome: Executive Papers, Printed by Order of The House of Representatives, During the Third Session of the Thirty-Seventh Congress, 1862-1863: Papers Relating to Foreign Affairs. Disponível em formato digital na biblioteca da Universidade de Yale

Inglaterra

1862.09.30 Seward (Washington D.C.) - Adams (Londres)

1862.10.30 Adams (Londres) - Seward (Washington D.C.)

1862.11.18 Seward (Washington D.C.) - Adams (Londres)

Guatemala

1862.05.06 Crosby (Guatemala) - Seward (Washington D.C.)

1862.06.19 Seward (Washington D.C.) - Crosby (Guatemala)

Guatemala and Salvador

1862.08.26 Yrisarri (Nova York, Brooklyn) - Seward (Washington D.C.)

1862.09.05 Seward (Washington D.C.) - Yrisarri (Nova York, Brooklyn)

1862.09.09 Yrisarri (Nova York, Brooklyn) - Seward (Washington D.C.)

1862.07.29 Zeledon/Viteri (Nicarágua/ Salvador) – Yrisarri (Nova York)

1862.09.15 Seward (Washington D.C.) - Yrisarri (Nova York, Brooklyn)

Costa Rica

1862.05.15 Riotte (San José, Costa Rica) - Seward (Washington D.C.)

1862.05.15 Iglesias (San José, Costa Rica) – Riotte (San José, Costa Rica)

1862.06.04 Seward (Washington D.C.) - Riotte (San José, Costa Rica)

1862.09.14 Riotte (San José, Costa Rica) - Seward (Washington D.C.)

1862.10.09 Seward (Washington D.C.) - Riotte (San José, Costa Rica)

Honduras

1862.08.26 Partridge (Comayaqua, Honduras) - Seward (Washington D.C.)

1862.09.18 Seward (Washington D.C.) - Partridge (Comayaqua, Honduras)

Nicarágua

1862.09.12 Dickinson (Leon de Nicaragua) - Seward (Washington D.C.)
 1862.09.09 Zeledon (Leon de Nicaragua) - Dickinson (Leon de Nicaragua)
 1862.09.10 Dickinson (Leon de Nicaragua) - Zeledon (Leon de Nicaragua)
 1862.09.10 Dickinson (Leon de Nicaragua) - Riotte (San José, Costa Rica)
 1862.09.13 Dickinson (Leon de Nicaragua) - Seward (Washington D.C.)
 1862.09.12 Zeledon (Managua, Nicaragua) - Dickinson (Leon de Nicaragua)
 1862.09.12 Zeledon (Managua, Nicaragua) - Dickinson (Leon de Nicaragua)
 1862.10.06 Seward (Washington D.C.) - Dickinson (Leon de Nicaragua)
 1862.10.09 Seward (Washington D.C.) - Dickinson (Leon de Nicaragua)

Costa Rica, Nicaragua, and Honduras

1862.09.19 Luis Molinas (Washington D.C.) - Seward (Washington D.C.)
 1862.09.24 Seward (Washington D.C.) - Luis Molinas (Washington D.C.)
 1862.09.29 Luis Molinas (Washington D.C.) - Seward (Washington D.C.)
 1862.10.01 Luis Molinas (Washington D.C.) - Seward (Washington D.C.)
 1862.10.09 Luis Molinas (Washington D.C.) - Seward (Washington D.C.)
 1862.09.11 Martinez/Zeledon (Nicaragua) - Luis Molinas (Washington D.C.)
 1862.10.13 Seward (Washington D.C.) - Luis Molinas (Washington D.C.)

Ecuador

1862.10.02 Hassaurek (Quito, Ecuador) - Seward (Washington D.C.)
 1862.07.10 Malo (Cuenca, Ecuador) - Hassaurek (Quito, Ecuador)
 1862.11.06 Seward (Washington D.C.) - Hassaurek (Quito, Ecuador)

Holanda

1862.11.21 Seward (Washington D.C.) - James S. Pike (Haia, Holanda)
 1862.07.19 Van Limburg (Detroit) - Seward (Washington D.C.)
 1862.07.22 Seward (Washington D.C.) - Van Limburg (Detroit)

VII. Fontes Secretaria do Interior (Grupo 4)

MITCHELL, James (Emigration Office). **Report on Colonization and Emigration: Made to the Secretary of the Interior.** Charleston: BiblioBazaar, 2009

Dinamarca

1862.04.23 Raaslof (Washington D.C.) - Seward (Washington D.C.)

Memorandum describing the condition of the free rural (negro) population in the Danish island of St. Croix, West Indies

Provisional act to regulate relations between the proprietors of landed estates and the rural population of free laborers.

1862.05.26 Raaslof (Washington D.C.) - Seward (Washington D.C.)

Guiana Britânica

1862.10.13 Proposta de W. Walker (para a Secretaria do Interior?!)

Honduras Britânicas

s/d Anna Ella Carroll - representando

Libéria

s/d Relatório

Haiti

s/d Relatório

X. Colonial Office (Grupo 5)

Correspondence respecting the Emigration of Free Negroes from the United States to the West Indies". National Archives of the United Kingdom, Colonial Office

Colonial Office

Jamaica e Honduras Britânicas

1862.07.05 Eyre (Kingston) - Newcastle (Londres)

1862.09.20 Eyre (Kingston) - Newcastle (Londres)

1862.10.24 Eyre (Kingston) - Newcastle (Londres)

1862.10.15 Seymour (Belize) - Eyre (Kingston)

1862.10.24 Eyre (Kingston) - Seymour (Belize)

1862.10.31 Newcastle (Londres) - Eyre (Kingston)

1862.12.23 Eyre (Kingston) - Newcastle (Londres)

1862.12.14 Seymour (Belize) - Eyre (Kingston)
1862.12.13 Newcastle (Londres) - Eyre (Kingston)
1863.01.01 Eyre (Kingston) - Newcastle (Londres)
1863.01.03 Eyre (Kingston) - Newcastle (Londres)
1863.01.02 Eyre (Kingston) - Lyons (Londres)
Lyons (Londres) - Eyre (Kingston) Proposed Draft to Lieutenant-Governor Eyre
1863.03.16 Newcastle (Londres) - Eyre (Kingston)

Guiana Britânica

1862.08.22 Hincks (Demerara) - Newcastle (Londres)
1862.09.24 Newcastle (Londres) - Hincks (Demerara)
Circular Despaches from the Secretary of State: The Duke of Newcastle to the Governor of Jamaica, British Guiana, and Trinidad (n. 13)
Circular Despaches from the Secretary of State: The Duke of Newcastle to the Governor of Jamaica, British Guiana, and Trinidad (n. 14)
Circular Despaches from the Secretary of State: The Duke of Newcastle to the Governor of Jamaica, British Guiana, and Trinidad (n. 15) - CONFIDENTIAL
Circular Despaches from the Secretary of State: The Duke of Newcastle to the Governor of Jamaica, British Guiana, and Trinidad (n. 16)

Foreign Office

1862.06.30 Murray (Foreign Office, Londres) - Rogers (West India Immigration, Londres)
1862.06.17 Stuart (Washington) - Russel (Londres)
1862.08.19 Layard (Londres) - Rogers (West India Immigration, Londres)
1862.08.07 Russel (Londres) - Stuart (Washington)
1862.09.22 Despacho de Hammond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies)
1862.09.04 Stuart (Washington) - Russel (Londres)
1862.09.30 Hammond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres) - Rogers - Rogers (West India Immigration, Londres)
1862.10.06 Despacho de Hammond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies)
1862.09.15 Stuart (Washington) - Russel (Londres)

1862.10.16 Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres) - Rogers - Rogers (West India Immigration, Londres)

1862.09.28 Stuart (Washington) - Russel (Londres)

1862.09.28 Stuart (Washington) - Russel (Londres)

1862.09.29 Stuart (Washington) - Russel (Londres)

1862.10.27 Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres) - Rogers - Rogers (West India Immigration, Londres)

1862.10.01 Stuart (Washington) - Russel (Londres)

1862.09.30 Walker (Demerara) - Stuart (Washington)

1862.09.28 Stuart (Washington) - Russel (Londres) CONFIDENTIAL

1862.09.29 Stuart (Washington) - Russel (Londres)

1862.10.27 Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres) - Rogers - Rogers (West India Immigration, Londres)

1862.10.01 Stuart (Washington) - Russel (Londres)

1862.09.30 Walker (Demerara) - Stuart (Washington)

1862.10.24 Russel (Londres) - Stuart (Washington)

1862.10.29 Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres) - Rogers - Rogers (West India Immigration, Londres)

1862.11.03 Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres) - Rogers - Rogers (West India Immigration, Londres)

1862.11.05 Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres) - Rogers - Rogers (West India Immigration, Londres)

1862.10.17 Stuart (Washington) - Russel (Londres)

1862.09.30 Seward (Washington) - Adams (Washington)

1862.11.24 Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres) - Rogers - Rogers (West India Immigration, Londres)

1862.12.10 Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres) - Rogers - Rogers (West India Immigration, Londres)

1862.11.24 Lyons (Londres) - Russel (Londres)

1862.10.02 Bayley (Nassau, Bahamas) - Stuart (Washington)

1862.11.06 Stuart (Washington) - Bayley (Nassau, Bahamas)

1862.11.24 Lyons (Londres) - Bayley (Nassau, Bahamas)

1862.11.06 Eyre (Kingston) - Lyons (Londres)

1862.11.06 Executive Committee (Spanish Town, Jamaica) - Bayley (Nassan, Bahamas): Heads of Emigration Scheme

1862.11.19 Lyons (Londres) - Eyre (Kingston)

1862.11.19 Lyons (Londres) - Bayley (Nassan, Bahamas)

1862.12.13 Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres) - Rogers - Rogers (West India Immigration, Londres)

1863.01.14 Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres) - Rogers - Rogers (West India Immigration, Londres)

1862.12.26 Lyons (Londres) - Russel (Londres)

1863.02.06 Harmond ((Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres) - Rogers - Rogers (West India Immigration, Londres)

1863.01.23 Lyons (Londres) - Russel (Londres)

1863.01.27 Lyons (Londres) - Russel (Londres) CONFIDENTIAL

1863.02.26 Harmond ((Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres) - Rogers - Rogers (West India Immigration, Londres)

1863.02.10 Lyons (Londres) - Russel (Londres)

1863.03.09 Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres) - Rogers - Rogers (West India Immigration, Londres)

1863.03.19 Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres) - Rogers - Rogers (West India Immigration, Londres)

1863.02.24 Lyons (Londres) - Russel (Londres)

1863.02.19 Seward (Washington) - Memorandum

1863.02.20 Seward (Washington) - Lyons (Londres)

1863.03.25 Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres)

1863.03.10 Lyons (Londres) - Russel (Londres)

1863.03.03 Seward (Washington) - Lyons (Londres)

1863.03.02 Usher (Washington) - Seward (Washington)

1862.09.30 Seward (Washington) - Adams (Washington)

1863.03.13 Grey (Paris) - Russel (Londres)

Note Verbale

1863.04.18 Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres) - Rogers - Rogers (West India Immigration, Londres)

1863.03.30 Lyons (Londres) - Russel (Londres)

Colonial Office to Foreign Office

1862.07.31 Rogers (West India Immigration, Londres) - Murray (Londres)

1862.08.12 Rogers (West India Immigration, Londres) - Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres)

1862.08.29 Rogers (West India Immigration, Londres) - Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres)

1862.09.24 Elliot (Londres) - Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres)

1862.10.21 Elliot (Londres) - Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres)

1862.10.25 Elliot (Londres) - Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres)

1862.11.21 Rogers (West India Immigration, Londres) - Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres)

1862.11.29 Rogers (West India Immigration, Londres) - Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres)

1863.01.16 Rogers (West India Immigration, Londres) - Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres)

1863.01.24 Rogers (West India Immigration, Londres) - Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres)

1863.03.17 Rogers (West India Immigration, Londres) - Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres)

1862.07.10 Letter to the Emigration Commissioners

1862.08.12 Rogers (West India Immigration, Londres) - Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres)

1862.09.24 Rogers (West India Immigration, Londres) - Harmond (Foreign Office - Under Secretary for the Colonies, Londres)

1862.07.14 Murdoch (Emigration Office, Londres) - Rogers (West India Immigration, Londres)

1862.08.20 Murdoch (Emigration Office, Londres) - Rogers (West India Immigration, Londres)

1862.11.18 British Honduras Company (John Hodge - Room)

1862.11.29 Rogers (West India Immigration, Londres) - John Hodge (British Honduras Company)

1863.01.16 Rogers (West India Immigration, Londres) - John Hodge (British Honduras Company)

IX. Imprensa Escrita (Grupo 5)

Arquivo Digital do New York Times

1. 1862.12.12 A.V.O. *The President's Plan of Emancipation: Ideas of Colonization, Beneficial Effects, Practicability and Consequence, The Crisis.*
2. 1862.04.17 BLAIR, F. P. *Speech of Hon F. P. Blair, Delivered in the House of Representatives , April 11, 1862: How to Solve the Slavery Question.*
3. 1862.08.04 J.F.B. *Colonization of Negroes in Central America: The Government and People of Nicarágua Opposed to the Scheme.*
4. 1862.05.11 M. *Emancipation and Colonization.*
5. 1861.12.16 MILES. *The Negro Problem: The Proposed Colonization, Objections to it, Necessity on Negro Labor, An Apprenticeship System Recommended.*
6. 1862.10.01 N.G. *Negro Colonization: Merits and Demerits of New-Granada for the Pomeroy Colony.*
7. 1862.06.21 REX. *Negro Colonization: The Danish West Indies.*
8. 1862.12.28 SEWARD, William H. WEBB, James W. *Negro Colonization: Brazil Proposed by Our Minister as a Field for Colonization.*
9. 1862.04.06 WILBERFORCE. *Colonization of Blacks.*
10. 1862.01.01 NYT. *The Question of Negro Colonization.*
11. 1861.12.08 NYT. *The Proposition to Colonize the Freed Slaves: Florida Proper Location for the Colony, Patriotic Ardor in Congress.*
12. 1861.12.07 NYT *Negroes Out of Slavery: The President's Suggestion.*
13. 1862.01.07 NYT. *Henry Ward Beecher on Emancipation.*
14. 1862.02.04 NYT. *Colonization in Congress: Its growing popularity, decline of Radical Emancipation, Significant Speeches.*
15. 1862.03.07 NYT. *The President on Emancipation.*
16. 1862.04.17 NYT. *Mr. Blair on Emancipation and Colonization.*
17. 1862.08.15 NYT. *The President and Colonization.*

18. 1862.05.17 NYT. *Negro Colonization.*
19. 1862.10.10 NYT. *The Negro Colonization Scheme at an End for the Present.*
20. 1862.10.21 NYT. Sucking the Treasury: Colonization Schemes.
21. 1862.08.29 NYT. *Difficulties in the Way of Colonization Scheme.*
22. 1862.08.30 NYT. *The Colonization Scheme Exploded.*
23. 1862.10.09 NYT. *The Colonization Scheme Suspended.*
24. 1862.10.11 NYT. *The Colonization Scheme.*
25. 1862.10.14 NYT. *State of Panamá: Feeling About the Colonization of Negroes in Chiriqui, Reported Blockade of Buena-ventura e Tumaco.*
26. 1862.12.07 NYT. *South and Central America: News from Ecuador, Peru, Bolívia, Chili and the Argentine Confederation.*
27. 1862.12.02 NYT. *The President's Message.*